

PRINCÍPIOS



NEOLIBERALISMO E BARBÁRIE

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO
AGOSTO ■ SETEMBRO ■ OUTUBRO/95 Nº 38 R\$ 7,50



Anita Garibaldi

Revista Teórica, Política
e de Informação

Diretor e
Jornalista Responsável
João Amazonas

Editor
Olival Freire Jr.

Comissão Editorial
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
José Carlos Ruy
Walter Sorrentino
Edvar Luiz Bonotto

Conselho Editorial
Aldo Arantes
Bernardo Joffily
Fernando Pupo
Haroldo Lima
Helena de Freitas
Jô Moraes
José Carlos Ruy
José Reinaldo de Carvalho
Luís Fernandes
Luís Paulino
Luiz Manfredini
Madalena Guasco
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
Rogério Lustosa (1943-1992)
Umberto Martins
Walter Sorrentino

Colaboradores
Agenor Silva
Altamiro Borges
Ana Maria Rocha
Ary Normanha
Carlos Pompe
Clóvis Moura
Guiomar Prates
Luciana de Souza Bento
Luiz Marcos Gomes
Loreta Valadares

Secretário de Edição
Edvar Luiz Bonotto

Edição de Texto
Maria Betânia Ferreira

Digitação:
Sandro Valeriano de Oliveira
Maria Lucília Ruy

Administração e Distribuição
Divo Guisoni

Assinaturas
Claudia de Medeiros

Editoração Eletrônica
miar Assessoria em Comunicações

PRINCÍPIOS é uma publicação da
Editora Anita Ltda.
Rua dos Bororós, 51 - 1º andar
01320-020 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 605-8150

NEOLIBERALISMO X SOCIALISMO Comissão Editorial	3
SOBRE O CONCEITO DE NEOLIBERALISMO Luiz Marcos Gomes	4
A GLOBALIZAÇÃO DA POBREZA Michel Chossudovsky	12
ALÉM DO NEOLIBERALISMO Perry Anderson	15
O REAL E SUA PERVERSA REALIDADE Edson Silva	18
DOCUMENTOS As reformas econômicas de FHC	24
MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E CLASSES SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO José Carlos Ruy	29
AO ENCONTRO DO SOCIALISMO REAL Haroldo Lima	36
O FIM DA UNIÃO SOVIÉTICA NÃO É O FIM DO COMUNISMO Álvaro Cunhal	42
NOVOS INSTRUMENTOS DE AÇÃO POLÍTICA: O SISTEMA NAÇÕES UNIDAS Fátima Oliveira	48
RESGATANDO A REBELDIA RUMO A PEQUIM Jô Moraes	55
A FACE OCULTA DA PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA Téia Magalhães	58
UM ENCONTRO QUE DUROU QUARENTA ANOS Breve comentário biográfico sobre F. Engels	63
ENGELS E A ECONOMIA POLÍTICA Lincoln Secco	69
FRIEDRICH ENGELS, A CIÊNCIA, O HOMEM E A NATUREZA José Lourenço Cindra	75
RESENHAS	79

Neoliberalismo x socialismo

Em 5 de agosto fez cem anos que Engels morreu. Amigo da vida inteira de Marx, fundou com ele o socialismo científico, dando bases sólidas ao pensamento social, político e revolucionário da classe operária. Essa contribuição será tema de várias edições, começando por uma breve biografia, um artigo de Lincoln Secco sobre Engels e a economia política e outro de José Lourenço Cindra sobre a visão de Engels a respeito da ciência.

O marxismo sempre foi obra coletiva, continuada e enriquecida em nosso tempo por inúmeros lutadores pelo socialismo. Entre eles, destaca-se Álvaro Cunhal, que fala sobre a experiência dos comunistas portugueses, a luta contra o fascismo, a Revolução dos Cravos de 1975, o combate ao dogmatismo e, principalmente, sobre a necessidade de defender a bandeira do socialismo, neste final de século em que o capitalismo parece triunfante.

Perry Anderson compartilha essa preocupação, e indica três lições que a adversidade da experiência neoliberal deixa para a luta dos socialistas: não ter medo de ficar contra a corrente política de nosso tempo; não transigir em idéias, nem aceitar diluição de princípios; finalmente, não aceitar como imutável nenhuma instituição estabelecida.

Afinal, mostra Luiz Marcos Gomes, o neoliberalismo é a manifestação atual da ideologia selvagem e agressiva do imperialismo em busca de superlucros, depois da derrocada do campo socialista. Longe de constituir-se numa ciência, não passa de apologia cujo fundamento é o anticomunismo grosseiro e vulgar, irmão gêmeo da barbárie.

Michel Chossudovsky descreve a pobreza que os ajustes neoliberais espalham pelo mundo, arruinando e transformando países em territórios abertos e reserva de mão-de-obra barata e riquezas naturais. O grande beneficiado é o capital monopolista, credor de Estados nacionais que financiam seu próprio endividamento.

Na Europa, esses ajustes causam escândalos. Exemplos disso são apontados por Téia Magalhães: as privatizações dos serviços de água na França e o envolvimento das grandes empresas de abastecimento de água no financiamento ilegal de campanhas políticas.

No Brasil, esses efeitos nefastos são descritos por Edson Silva. A "alta engenharia econômica" do Plano Real para trazer a estabilidade econômica e a moeda forte restringiu-se a políticas de curto prazo, como a cambial e a

monetária. Respondendo apenas à lógica do grande capital, agravou os desequilíbrios sociais e econômicos em toda a sociedade brasileira.

Grande parte do peso do ajuste neoliberal cai sobre as mulheres. Fátima Oliveira e Jô Moraes descrevem, em dois artigos, como as mulheres brasileiras se prepararam para a Conferência de Pequim, retomando aspectos de sua melhor tradição: a articulação unitária em nível nacional, a autonomia e a rebeldia.

Mas, apesar do que dizem, o neoliberalismo não é a única – e nem a definitiva – alternativa para a humanidade. Longe de indicar o fim do sonho por um mundo melhor, o fracasso da União Soviética e dos países do Leste europeu tornou inadiável a reflexão sobre o caminho para o socialismo, diz Haroldo Lima. Preocupação teórica que já era de Marx, Engels e Lênin, deixada de lado depois dos anos 20 de nosso século, hoje é retomada pelo PCdoB no esforço de formular um programa socialista adequado ao atual estágio da sociedade brasileira.

As mudanças ocorridas no Brasil nas últimas décadas modelaram uma estrutura de classes claramente capitalista, em cujo pólo dominante estão a burguesia e seus aliados, aos quais se opõe o eixo popular, articulado em torno da classe operária e dos proletários rurais. José Carlos Ruy analisa essas mudanças, mostrando como o esforço de elaboração de um programa socialista decorre do amadurecimento das contradições de classes no Brasil.

* * *

Com a saúde muito debilitada nos últimos tempos, Florestan Fernandes dizia que continuava vivo devido à sua capacidade de transformar dor e lágrimas em indignação. Na madrugada do dia 10 de agosto, a inteligência brasileira perdeu uma estrela de primeira grandeza. O pensamento socialista ficou sem um militante que, na contramão da mediocridade triunfante, insistia em proclamar a necessidade de novas e superiores relações entre os homens. Florestan deixa um exemplo de rigor científico, indignação moral e engajamento na luta dos povos. *PRINCÍPIOS* registra aqui sua tristeza pela perda desse amigo dedicado.

Comissão Editorial

Sobre o conceito de neoliberalismo

LUIZ MARCOS GOMES

Reverter o quadro imposto pela corrente oficial do imperialismo exige a compreensão do momento presente e o estabelecimento de estratégias adequadas para enfrentá-lo

"O imperialismo é a época do capital financeiro e dos monopólios, os quais provocam por toda a parte o aparecimento de tendências não para a liberdade mas para a dominação."

Lênin, Imperialismo, fase superior do capitalismo

"...genealogicamente este continente foi testemunha da primeira experiência neoliberal sistemática do mundo. Refiro-me, bem entendido, ao Chile sob a ditadura de Pinochet."

Perry Anderson, Balanço do neoliberalismo

A publicação do livro *Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático*, reunindo intervenções de destacados intelectuais de esquerda sobre a questão do neoliberalismo, constitui uma importante contribuição para o avanço da polêmica em torno desse tema de caráter estratégico, no sentido de se aprofundar a compreensão e a crítica sobre a atual etapa do capitalismo em escala mundial e em nosso país¹.

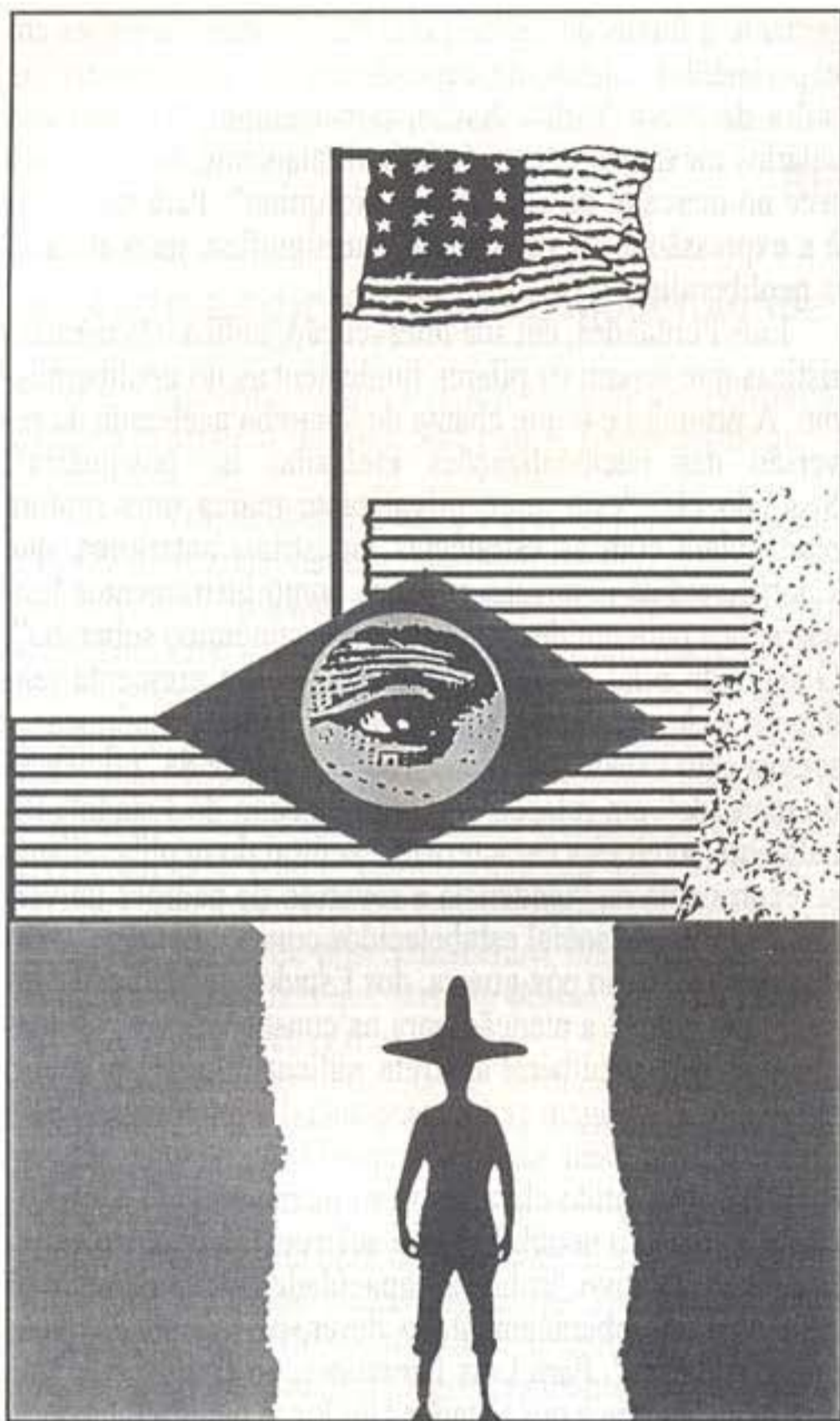
Destacaremos, de início, pontos relevantes, em nosso entender, nas intervenções de Perry Anderson, Atilio Boron, Goran Therborn, Pierre Salama, Luís Fernandes, Emir Sader e outros, para, em seguida, apontar nossas críticas sobre o que consideramos como insuficiências e equívocos nessas análises.

Perry Anderson define como marco teórico dessa nova onda que se convencionou chamar de "neoliberalismo" o livro do economista austríaco Friedrich A. Hayek, *O Caminho da Servidão* (em inglês, *The road to serfdom*), aparecido na Inglaterra em 1944. Hayek, que havia sido professor da Universidade de Viena, lecionava, nessa época, na London School of Economics e, em seu livro, segundo Anderson, fez "um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somen-

te econômica, mas também política". Para Anderson, "o alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que esse partido efetivamente venceria".

Hayek tornou-se, mais tarde, professor da Universidade de Chicago, a mesma de Milton Friedman, outro destacado expoente da corrente neoliberal, tendo ambos sido agraciados com o Prêmio Nobel de Economia. Anderson observa que as teses de Hayek permaneceram no terreno das idéias até a chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, a partir de 1973, quando, pela primeira vez, em quase todo o mundo capitalista, combinaram-se baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação. Nessa situação, as idéias neoliberais começaram a ganhar terreno. "As raízes da crise", afirmavam Hayek e seus companheiros, "estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais". Como remédio para tais males, segundo Perry Anderson, pregavam a necessidade de um "Estado forte" no sentido de romper o poder dos sindicatos, controlar a expansão monetária, diminuir os gastos sociais e a intervenção estatal na economia de um modo geral.

Cronologicamente, a primeira experiência neoliberal sistemática do mundo foi colocada em prática no Chile do general Pinochet, após o violento golpe militar que derubou e assassinou o presidente Allende. Como observa Anderson: "O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego em massa, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos" – tudo isso quase um decênio antes da época Thatcher/Reagan, com a ajuda direta dos "Chicago boys", um grupo de economistas que



havia estudado na Universidade de Chicago e que ocupava postos-chaves no governo Pinochet. (O próprio Milton Friedman era tido como conselheiro econômico do regime militar chileno.) E aqui Anderson chama a atenção para um dos aspectos básicos do neoliberalismo:

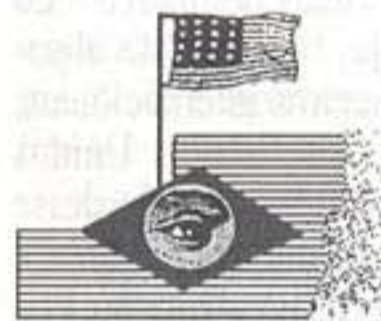
“O neoliberalismo chileno, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra. Mas a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse. Por isso, Friedman e Hayek podiam olhar com admiração a experiência chilena, sem nenhuma inconsistência intelectual ou compromisso de seus princípios”.

Mas o Chile era um país da periferia, e o neoliberalismo somente obteve alcance mundial quando, em 1979, na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, que se empenhou publicamente em pôr em prática um programa neoliberal em um país do centro do capitalismo. Logo em seguida, em 1980, Reagan chega a presidência dos Estados Unidos, e a dupla Reagan/Thatcher jogou, por assim dizer,

um papel fundamental na expansão da política neoliberal e na conformação da “nova ordem mundial” que o neoliberalismo hoje expressa. Perry Anderson pergunta o que esses governos neoliberais fizeram na prática. Segundo ele, o “modelo inglês” foi o pioneiro e o mais puro (no âmbito dos países capitalistas avançados).

“Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego enormes, sufocaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – essa foi uma medida surpreendentemente tardia –, lançaram-se num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado.”

Para Anderson, a variante norte-americana foi bem distinta, mesmo porque, nos Estados Unidos, não existia um “Estado de bem-estar” do tipo europeu (que o governo Thatcher se empenhara em desmontar). Para Reagan, “a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética, e, por essa via, derrubar o regime comunista na Rússia”. Com a vitória da guerra fria pelos Estados Unidos e a queda dos regimes do Leste Europeu e da União Soviética, no período 1989 a 1991, o neoliberalismo tomou conta de toda a região e, posteriormente, numa terceira onda, invadiu a América Latina de maneira generalizada, com a eleição de Salinas no México (1988), Menem na Argentina (1989), Carlos Andres Perez na Venezuela (1989) e Fujimori no Peru (1990). (Complementando Perry Anderson, poderíamos adicionar a eleição de Collor em 1990, e de Fernando Henrique em 1994, no Brasil).



“O peso das operações puramente parasitárias teve um incremento vertiginoso nesses anos”

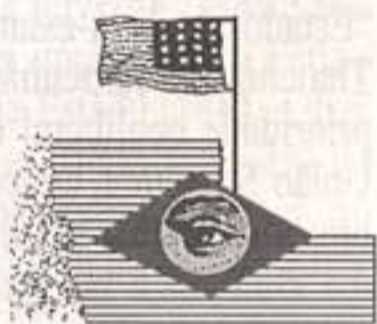
Analisando os resultados do neoliberalismo, do ponto de vista econômico, nos países do Ocidente, Perry Anderson destaca que seus maiores êxitos foram a queda da taxa de inflação e a recuperação da taxa de lucro. Segundo ele, “se, nos anos 70, a taxa de lucro das indústrias nos países da OCDE caiu em cerca de 4,2, no anos 80 aumentou 4,7. Essa recuperação foi ainda mais impressionante na Europa Ocidental como um todo, de 5,4 pontos negativos para 5,3 pontos positivos”. Em contrapartida, “a taxa média de desemprego nos países da OCDE, que havia ficado em torno de 4 nos anos 70, pelos menos duplicou na década de 80”. (Atualmente, nesse países, há cerca de 38 milhões de desempregados.)

Ele chama a atenção para um aspecto que me parece fundamental para se compreender quem são os verdadeiros beneficiários de todas essas mudanças, ou seja, afirma que a recuperação dos lucros não levou a um incremento nos investimentos. E pergunta por que, dando sua explicação:

“Essencialmente, pode-se dizer, porque a desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva. Durante os anos 80, aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais. O peso de operações puramente parasitárias teve um incremento vertiginoso nesses anos”.

De onde se depreende que a beneficiária direta dessa política foi a oligarquia financeira internacional, que estendeu seus tentáculos por todo o globo, acumulando riquezas num nível sem precedentes.

Maré privatizante marca ruptura clara com estratégias industriais anteriores

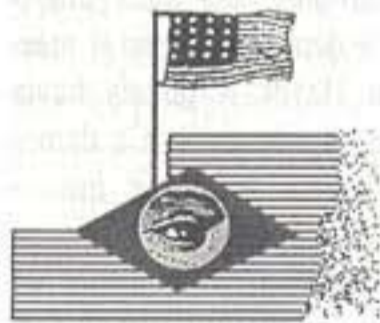


Goran Therborn, em sua intervenção principal, segue uma linha muito sinuosa, mas tentaremos apreender os aspectos principais que nos interessam. Dentre as mudanças que teriam ocorrido no desenvolvimento do capitalismo mundial a partir dos anos 70, ele chama a atenção para a “introdução de novas modalidades de produção graças ao desenvolvimento de tecnologias mais flexíveis”, citando sobretudo “inovações tecnológicas de manejo eletrônico e computadorizado do processo de produção”. Salienta também o que considera como o aspecto “mais dramático” do novo crescimento do mercado, ou seja, “a expansão absolutamente enorme dos mercados financeiros internacionais, que começou com o déficit público dos Estados Unidos financiando a guerra do Vietnã”. Dando um exemplo desse fenômeno, Therborn diz que “durante um dia, em Londres, é negociado um montante de divisas correspondente ao PIB mexicano de um ano inteiro”. E agrega que “se considerarmos todos os mercados internacionais de moedas, divisas, ações etc., veremos que estes têm uma dimensão 19 vezes maior do que todo o comércio mundial de mercadorias e serviços”. Sua conclusão, após analisar todas essas transformações, é a de que hoje nos encontramos “diante de limites precisos tanto por parte do capitalismo reformado, no sentido *keynesiano*, quanto do socialismo clássico”. O marxismo teria se reconfirmado como instrumento analítico, mas “desenvolveu poucos guias estratégicos para os desafios que devemos enfrentar na atualidade”.

Para Pierre Salama, “o futuro parece bastante obscuro” precisamente porque “a via neoliberal significa uma abertura total, que origina uma brecha comercial bastante im-

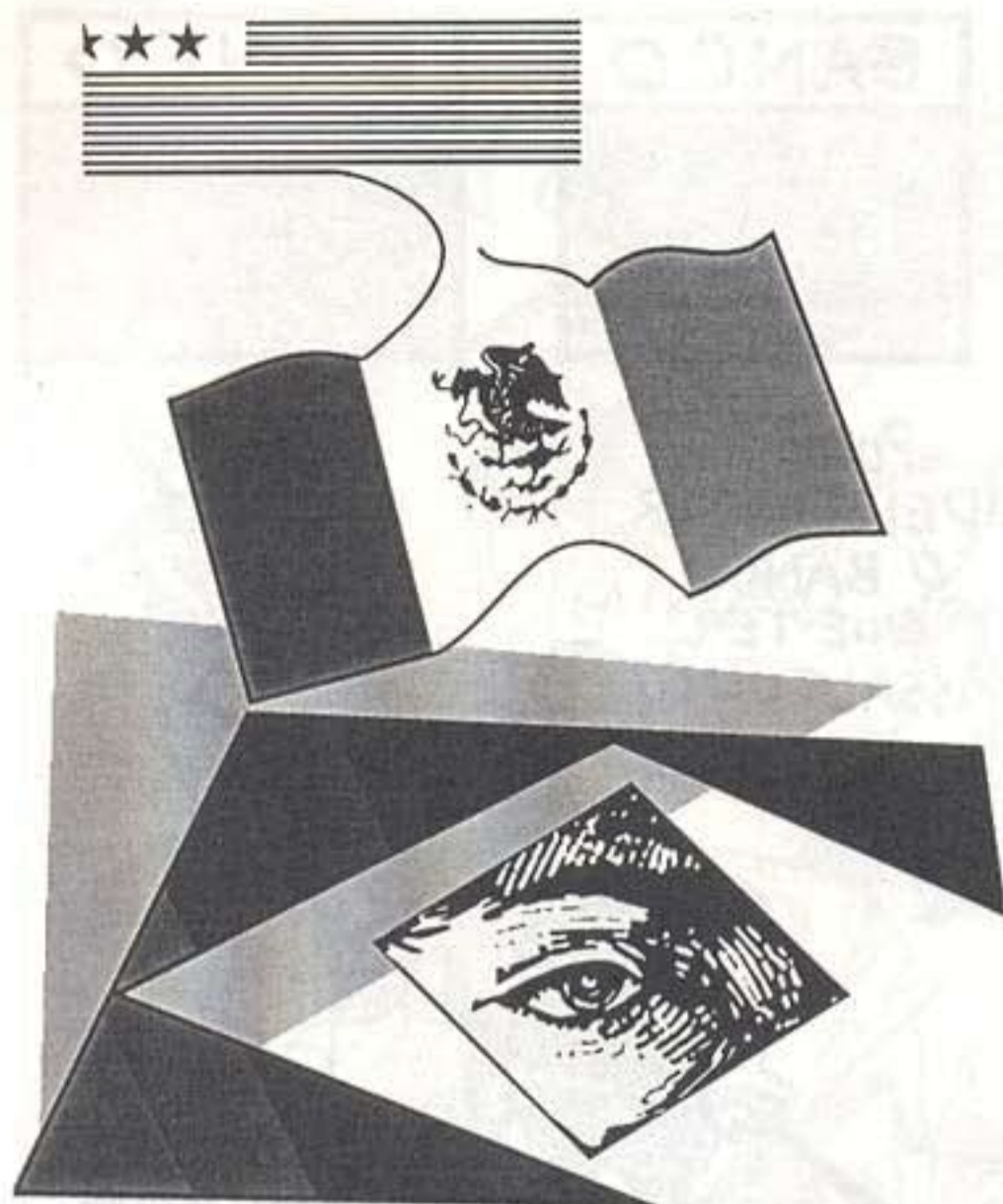
portante e fluxos de capitais que transformam os países em experimentos totalmente dependentes do que acontece na bolsa de Nova York”. Assim, por exemplo, “o nível dos salários mexicanos depende hoje diretamente do que acontece no mercado de capitais novaiorquino”. Para ele, “esta é a expressão mais genuína do que significa, na realidade, o neoliberalismo”.

Luís Fernandes, em sua intervenção, indica três características que seriam os pilares fundamentais do neoliberalismo. A primeira é o que chama de “marcha acelerada de reversão das nacionalizações efetuadas no pós-guerra”. Segundo ele, “esta maré privatizante marca uma ruptura muito clara com as estratégias industriais anteriores, que valorizavam as empresas públicas como instrumentos fundamentais para um desenvolvimento econômico soberano”. O segundo pilar do neoliberalismo seria a crescente tendência a desregulamentação das atividades econômicas e sociais pelo Estado, baseada na superioridade da “eficiência do mercado” em relação ao “burocratismo do Estado”. Finalmente, a terceira característica central do neoliberalismo se expressaria na “tendência a reversão de padrões universais de proteção social estabelecidos com a emergência, em diversos países no pós-guerra, dos Estados de bem-estar social”. Ele chama a atenção para as conseqüências políticas que o projeto neoliberal acarreta, salientando, em primeiro lugar, que a “viragem econômico-social implementada pelo neoliberalismo vem sendo acompanhada por uma viragem ‘política’ de sentido claramente antidemocrático”. Destaca, também, como o neoliberalismo acarreta um impacto extremamente negativo “sobre a capacidade dos nossos povos comandarem soberanamente o desenvolvimento dos seus próprios países”. Para Luís Fernandes, ao contrário do que ocorre na Europa e nos Estados Unidos, o neoliberalismo se apresenta aqui como inimigo do nacionalismo, destacando que, no Brasil, por exemplo, a direita abandonou a bandeira da “defesa da nação”, deixando-a nas mãos da esquerda, “o que vem provocando surpreendentes rupturas e realinhamentos no âmbito das próprias Forças Armadas, que não encontram mais respaldo político na direita para o seu projeto de conversão do Brasil em ‘potência mundial’”.



Hayek prefere um governo ditatorial com livre mercado a um democrático

Da longa intervenção de Atilio Boron, aproveitaremos igualmente alguns trechos que nos parecem relevantes para a discussão e a crítica do neoliberalismo. Boron aponta uma das enormes vantagens que a ofensiva neoliberal logrou obter para o capital financeiro (e da qual, segundo ele, se fala muito pouco), ou seja, “o pagamento da dívida externa” pelos países da América Latina, que passaram a destinar para esse efeito recursos e propriedades de caráter público antes “intocáveis”. Analisa o papel que organismos como o FMI e o Banco Mundial desempenharam na



economia mundial e em que regiões obtiveram menor ou maior sucesso em suas tentativas de intervenção.

“Seu poder [do FMI/Banco Mundial] aumentou consideravelmente a partir da década de 80, quando as nações da periferia ou os elos mais fracos do mercado mundial sucumbiram diante do peso combinado da recessão e da crise da dívida. É por isso que a ‘capacidade disciplinadora’ do Banco Mundial e do FMI foi eficaz sobretudo na periferia: na América Latina e na África, muitíssimo menor do que na Ásia, e completamente nula nas economias desenvolvidas.”

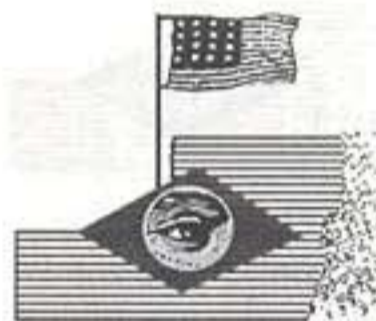
Para Boron, essas duas instituições se transformaram num gigantesco *thinktank* (um centro de especialistas e formuladores) do neoliberalismo.

“Mais de dez mil economistas e umas poucas centenas de cientistas sociais trabalham sob seu manto, reunindo dados e realizando estudos de todo o tipo, que logo servem de base para as recomendações e os *policy papers* de ambas as instituições e, fundamentalmente, para apoiar a pregação neoliberal de seus porta-vozes e cercar com uma aura de autenticidade tecnocrática as pressões que suas autoridades máximas exercem sobre os governos.”

A função ideológica que o FMI e o Banco Mundial visam cumprir hoje, segundo Boron, resume-se no seguinte:

“a) converter ao neoliberalismo no seu senso comum não já de uma época mas de toda a humanidade, fora do qual só existe a loucura, o erro ou o mais obcecado dogmatismo, com o qual se coloca em mãos das classes dominantes uma poderosíssima ferramenta de controle político e social, b) converter o capitalismo na culminação da história humana, a ‘última’ e mais elevada forma de organização econômica e social jamais conhecida na história”.

Atilio Boron desmistifica a propaganda neoliberal dessas instituições na América Latina, sobretudo em torno do chamado “milagre chileno”. Segundo ele, “conviria recordar que o crescimento do produto bruto nacional *per capita* do Chile entre 1980 e 1990 foi de 2,9, isto é, um terço da taxa de crescimento que a China registra anualmente ao longo dessa década e cerca da metade da que tiveram Coreia do Sul, Taiwan, Tailândia, Hong Kong e Cingapura”. Boron chama a atenção para o fato de que “nenhum desses países, cuja performance econômica foi incomparavelmente superior à de qualquer outro da América Latina – incluindo naturalmente o Chile, o México antes do colapso de dezembro de 1994 e a própria Argentina –, aplicou minimamente as recomendações do modelo neoliberal”. E, repetindo observações feitas anteriormente, lembra que o “capitalismo selvagem” que resulta da receita neoliberal tem “afinidades eletivas” com “as formas mais primitivas e despóticas do poder burguês”. Segundo ele, “a lealdade fundamental da nova ortodoxia econômica – e da grande burguesia transnacional que a exhibe como sua bandeira – não está depositada na democracia, mas no capitalismo”. Diz Boron: “Tal como o próprio Friedrich von Hayek declarou na célebre entrevista que concedeu ao matutino conservador chileno *El Mercurio*, se tivesse que escolher entre uma economia de livre mercado com um governo ditatorial ou uma economia com controles e regulações mas com um Estado democrático, escolheria sem dúvida o primeiro”.



“Estamos diante de um capitalismo que reforçou as suas estruturas e práticas oligopólicas”

De certa forma, o que impressiona nas intervenções e nos debates contidos no livro *Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático* é a riqueza de observações e de citações de dados relevantes e importantes, combinada com a pobreza e a timidez no momento de definir conceitos e tirar conclusões. Numa das partes mais importantes do livro, após a sucessão de intervenções dos participantes, os organizadores do debate propuseram a eles uma discussão sobre a “própria definição do neoliberalismo e os significados atribuídos a esse conceito” (questão colocada a Perry Anderson, Goran Therborn, Atilio Boron, Emir Sader e Pierre Salama pelos coordenadores do debate, Pablo Gentili e Luís Fernandes).

Goran Therborn, surpreendentemente, começa por afirmar que “como projeto ideológico e político definido de forma estrita”, [?] “o neoliberalismo está esgotado”. Pierre Salama acrescenta que “não sabemos precisar com exatidão o que é o neoliberalismo, que acabou se tornando uma categoria muito difusa”. A tendência de uma parte dos debatedores é a de contrapor o neoliberalismo às políticas dos chamados *welfare states*, como Emir Sader e Perry Anderson. “Se bem ele nasce de uma crítica antes do mais econômica ao Estado de bem-estar”, diz Emir Sader,

“em seguida foi constituído um corpo doutrinário que desemboca num modelo de relações entre classes, em valores ideológicos e num determinado modelo de Estado”. Anderson destaca a atual hegemonia neoliberal para dizer que a tradição *keynesiana* “está quebrada e desmoralizada”. Atilio Boron tenta ir um pouco além, ao dizer que a categoria do neoliberalismo “é útil porque resume o senso comum da época, o senso comum imposto pelas classes dominantes”. E acrescenta: “O senso comum da época é neoliberal. Gostemos ou não, ele se implantou profundamente nas massas. O mercado é idolatrado, o Estado é ‘demonizado’, a empresa privada é exaltada e o ‘darwinismo social de mercado’ aparece como algo desejável e eficaz do ponto de vista econômico”. Mas ele não esclarece como se engendrou esse “senso comum”, quais são suas particularidades históricas específicas e por que as classes dominantes conseguiram disseminá-lo de forma tão ampla. Goran Therborn confunde ainda mais as coisas ao afirmar que preferiria “falar da emergência de uma ‘nova etapa de capitalismo competitivo’, com um novo papel e uma nova dinâmica para os mercados”, no que é contestado por Atilio Boron, para quem “estamos diante de um capitalismo que reforçou extraordinariamente as suas estruturas e práticas oligópicas”.

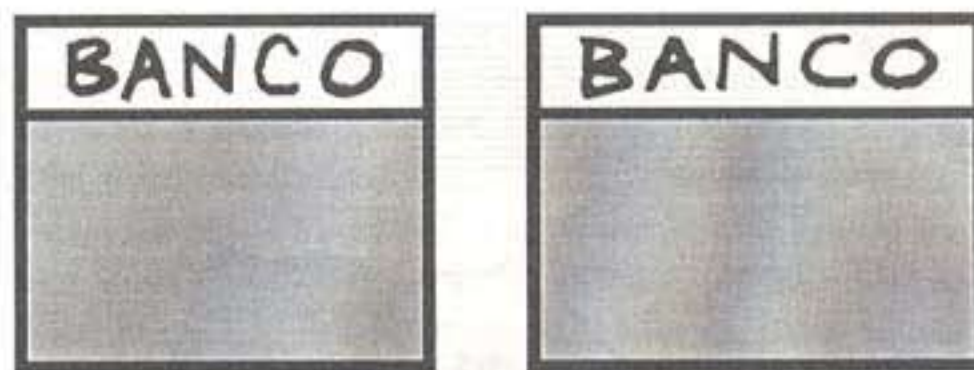
Estamos diante de inimigos jurados do socialismo e da luta democrática dos povos



Gostaria de começar minhas observações a respeito de Hayek e de seu livro, *O caminho da servidão*, que muitos concordam ser um marco referencial central da ideologia neoliberal. Qualquer um que tenha lido o livro de Hayek logo percebe que a “servidão” a que ele se refere é o socialismo. Os alvos centrais de seu livro são o socialismo, a planificação econômica, a União Soviética – tudo numa linguagem às vezes camuflada, como ele mesmo reconheceu mais tarde, pelo fato de o livro ter sido publicado em Londres durante a Segunda Guerra Mundial, num momento de aliança da Inglaterra e dos Estados Unidos com a União Soviética, na luta contra o nazi-fascismo. Referindo-se ao alvo primordial de seu livro, Hayek observou no prefácio à edição norte-americana de 1955:

“Creio que o que existe nele de importante deve ainda prestar seus serviços, embora reconheça que está quase morto no mundo ocidental o socialismo radical contra o qual ele se dirigia primordialmente: aquele movimento estruturado, que visava uma organização premeditada da vida econômica pelo Estado transformado em principal proprietário dos meios de produção².”

Hayek ataca a Alemanha, mas seu alvo é a União Soviética, pois desde o início defende a tese de que nazismo e socialismo têm a mesma matriz e, não por acaso, um dos capítulos de seu livro se intitula “As raízes socialistas do nazismo”. “Poucos estão prontos a admitir”, afirma ele,



PODE IDENTIFICAR O BANCO QUE TE ASSALTOU?



Wagner
(depois do Heufil)

“que a ascensão do nazismo e do fascismo não foi uma reação contra as tendências socialistas do período precedente, mas o resultado necessário destas mesmas tendências”. E, mais adiante, diz que “seria um erro acreditar que foi o elemento especificamente alemão, e não o elemento socialista, que produziu o totalitarismo”. A própria idéia do título de seu livro foi tirada de uma citação de Alexis de Tocqueville contra o socialismo. O trecho completo de Tocqueville que ele reproduz é este:

“A democracia amplia a esfera da liberdade individual (dizia ele em 1848), o socialismo a restringe. A democracia atribui a cada homem o valor máximo, o socialismo faz de cada homem um mero agente, um simples número. Democracia e socialismo nada têm em comum exceto uma palavra: igualdade. Mas observe-se a diferença: enquanto a democracia procura a igualdade na liberdade, o socialismo procura a igualdade na repressão e na servidão³.”

Assim, estamos diante de inimigos jurados do socialismo e, no caso específico de Hayek, da Revolução de Outubro e da União Soviética, que, naquele momento histórico, experimentava enorme prestígio no plano mundial pelas estratégicas vitórias conseguidas contra os exércitos nazistas, que jogavam praticamente três quartos de seu poderio na chamada Frente Oriental (de vez que, de junho de 1941 a junho de 1944 – quando ocorreu a invasão da Normandia – não havia Frente Ocidental, e o esforço de guerra alemão concentrou-se na campanha para destruir a União Soviética).

“Planificação”, “socialização dos meios de produção”, “coletivismo”, são todos termos que Hayek utiliza para definir o que chama de destruição da liberdade e do individualismo – seu valor supremo – e que, para ele, abrem caminho ao totalitarismo. O verdadeiro “Estado de Direito” pode provocar uma desigualdade econômica entre os indivíduos, mas “este é o seu preço”. Para Hayek, “é inegável que o Estado de Direito produz desigualdade econômica”, mas “tudo que se pode afirmar em seu favor é que essa desigualdade não é criada intencionalmente com o objetivo de atingir este ou aquele indivíduo de modo particular”. E, como ponto essencial de sua concepção, defende que nenhum objetivo de igualitarismo econômico justifica a intervenção do Estado, e que “qualquer política consagrada a um ideal substantivo de justiça distributiva leva à destruição do Estado de Direito”. Sua receita final é a submissão “às forças impessoais do mercado” como maneira de se garantir o progresso e a liberdade. “Foi a submissão às forças impessoais do mercado que possibilitou o progresso de uma civilização que, sem isso, não se teria desenvolvido. É, portanto, submetendo-nos que ajudamos dia a dia a construir algo cuja magnitude supera a nossa compreensão.”

Não fosse a disputa entre capitalismo e socialismo, a pregação não teria repercussão



O que se conclui dessas observações é que não é correto dizer que as críticas de Hayek se dirigiam primordialmente à social-democracia, ao chamado “capitalismo regulado” e aos “Estados de bem-estar social”, que nasceram na Europa no pós-guerra. Seus alvos, como já dissemos, eram o “socialismo radical” e a União Soviética, refletindo o medo dos círculos dominantes do Ocidente de o socialismo se espalhar pela humanidade após a derrota da Alemanha nazista. E torna-se também evidente que a defesa de uma tal liberdade para o capital, já naquelas circunstâncias históricas de total hegemonia da oligarquia financeira, a negação de qualquer tipo de intervenção do Estado, a pregação da “submissão às forças impessoais do mercado”, tudo isso significava a defesa de uma liberdade absoluta para o capital financeiro e os monopólios. Saliente-se que somente mais tarde, quando o socialismo entrou em profunda crise e o campo socialista começou a se desagregar, é que Hayek e seus discípulos voltaram-se contra o capitalismo regulado dos Estados de bem-estar social. Segundo Albert O. Hirschman, o ataque explícito de Hayek ao Estado de bem-estar social foi feito no seu livro *The constitution of liberty* (publicado em 1960, nos Estados Unidos, pela Universidade de Chicago). Nessa obra, ele fala do declínio do socialismo e do nascimento do Estado de bem-estar social, apontando este último como “o novo risco principal para a liberdade”⁴.

No entanto, tudo isso, toda essa pregação desses ultra-liberais e ideólogos do capital financeiro, poderia não ter

tido a repercussão que mais tarde teve, não fosse a evolução histórica concreta, a disputa entre capitalismo e socialismo, a crise do socialismo, a cisão e, posteriormente, a derrocada do campo socialista e a vitória da guerra fria pelo imperialismo capitalista, possibilitando aos Estados Unidos se afirmarem como única superpotência militar do planeta e desenterrando o sonho dos monopólios e do capital financeiro de estabelecerem seu domínio completo em escala mundial. Ou seja, o neoliberalismo não é o resultado de uma conspiração dos ideólogos do imperialismo, como Hayek e Milton Friedman, por mais persistentes e teimosos que tenham sido.

O pressuposto básico para o estabelecimento da ideologia neoliberal, como expressão do triunfalismo imperialista, foi a derrota do socialismo e a desagregação do antigo campo socialista. (Isso não quer dizer que todos os países socialistas tenham sido destruídos, mas o chamado campo socialista – liderado pela União Soviética –, que se contrapunha ao campo imperialista, desagregou-se inteiramente.) A finalização desse processo, ocorrida no final de 1991 com a *debacle* da antiga União Soviética, não deixa de ser um marco histórico central. Uma das superpotências desapareceu e a outra, os Estados Unidos, firmou sua supremacia política e militar absoluta. A União Soviética, nascida da grande Revolução Socialista de Outubro de 1917, já não era uma sociedade socialista e revolucionária. Mas, como observa James Petras, há o outro lado da questão. A União Soviética “deu um apoio vital às revoluções da Indochina, Cuba, Angola, Moçambique, Nicarágua e outras sociedades revolucionárias”. Além disso, ela oferecia “uma fonte alternativa de comércio e auxílio aos futuros movimentos pós-revolucionários quando os regimes ocidentais rompiam relações”⁵.

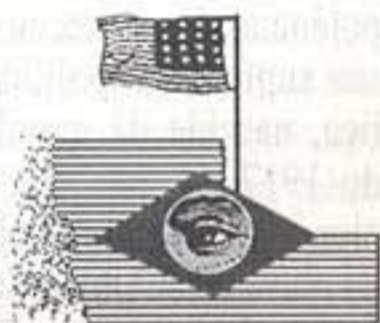


Desregular os mercados significa destruir a soberania e projetos de desenvolvimento

Dessa forma, ao mesmo tempo em que o imperialismo capitalista – que estava mergulhado numa enorme crise desde o início dos anos 70 – recobrou forças com essa importante vitória política, o movimento operário mundial e os países do terceiro mundo também foram violentamente atingidos por ela. O imperialismo, de imediato, incorporou ao seu campo todo o Leste Europeu e a antiga União Soviética, que mergulharam numa restauração capitalista desenfreada e selvagem, sob o patrocínio da oligarquia financeira e do FMI/Banco Mundial. Nas outras regiões, como América Latina e África, o capital financeiro intensificou sua ofensiva numa situação em que a maioria dos países já estava mergulhada na recessão e na paralisia, inclusive devido à crise da dívida externa, desde o início dos anos 80. E por toda parte as exigências do capital financeiro em sua marcha triunfalista – agora, afirmava sua propaganda, que o socialismo está definitivamente

morto e não há nem segunda ou terceira via – eram as mesmas: abertura completa dos mercados nacionais, retirada do Estado da economia, privatização das empresas estatais e uma palavra “mágica” que exprimia tudo isso: “desregulação”. Isto é, em sua busca por superganhos, o ideal do capital financeiro era estender para o conjunto do planeta o que já conseguira nos chamados “paraísos fiscais”: não estar sujeito a nenhum tipo de regra e de controle, poder entrar e sair quando bem entendesse, acabar com leis de controles de registros, de remessas, de origem etc. Enfim, “desregular” as transações financeiras, estabelecer a mais completa liberdade para o capital. Essa desregulação, obviamente, incluía o comércio de mercadorias e a própria força de trabalho, ameaçando diretamente os direitos dos trabalhadores. E mais do que isso: para viabilizar a “desregulação” de todos os mercados (financeiros, de *commodities*, da força de trabalho), passou a ser essencial enfraquecer (ou mesmo destruir) a soberania da maioria das nações, acabar com seus projetos de um desenvolvimento soberano, e, simultaneamente, golpear e quebrar a espinha dorsal do movimento sindical.

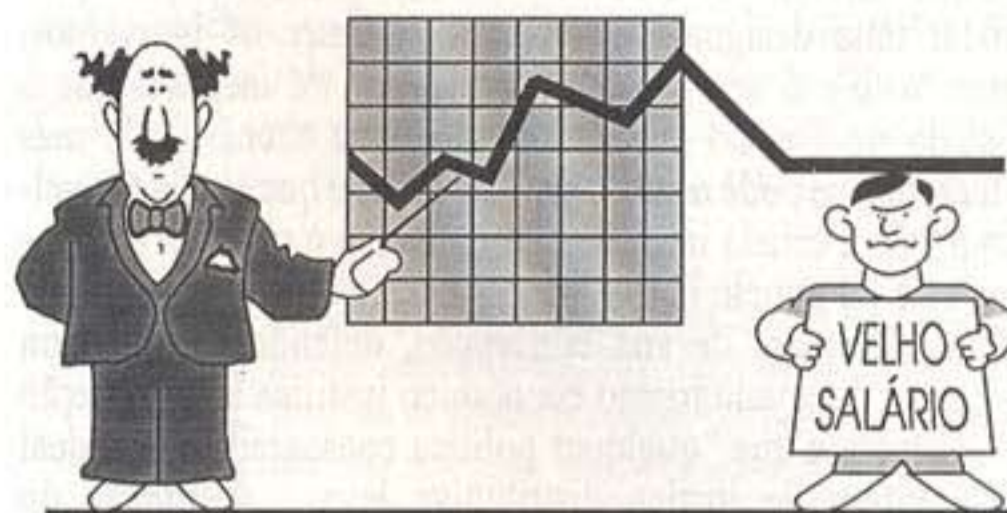
**O capital financeiro
especula,
derruba moedas, quebra
países,
desencadeia conflitos...**



Todo esse movimento já era uma necessidade objetiva da acumulação capitalista na tentativa de superação da crise que se agravou no início da década de 70, com a combinação de crescimento da inflação, estagnação econômica e diminuição da taxa de lucro das grandes corporações, como destacado nas intervenções de Perry Anderson e outros. A partir dessa época, a economia mundial ingressa num novo ciclo caracterizado, mais do que nunca, pelo crescimento das transações financeiras puramente especulativas e parasitárias, um dos traços essenciais do imperialismo, como já apontara Lênin. Interligaram-se os mercados de câmbio, de ações, de seguros, de títulos da dívida, alimentados inclusive pelos governos dos grandes países imperialistas, com seus bancos centrais inteiramente dominados pela oligarquia financeira. Atualmente, há estimativas de que a dívida externa dos países do terceiro mundo tenha atingido cerca de US\$ 1,9 trilhão, enquanto que as dívidas públicas dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) – os países capitalistas avançados – seriam da ordem de US\$ 13 trilhões, sendo que somente a dos Estados Unidos é de 4,9 trilhões de dólares⁶.

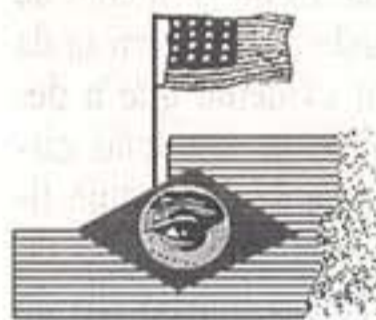
É em torno desses números astronômicos que o capital financeiro faz sua orgia, especula, derruba moedas, quebra países, desencadeia conflitos, concentra cada vez mais o poder e a riqueza e lança milhões de seres humanos na mais completa miséria. Ao mesmo tempo, dissemina sua ideologia triunfalista em torno da chamada globalização, das excelências da economia de mercado etc., ideologia

NEOLIBERAL
NEOPRODUTIVIDADE
NEOPOLÍTICA
NEO...



que, nesta época histórica, se expressa precisamente no ideário neoliberal.

Assim, pode-se dizer que o neoliberalismo é a manifestação atual da ideologia selvagem e agressiva do capital financeiro (ou seja, do imperialismo), em sua busca sem limites por superlucros, após um período relativamente longo de disputa entre o capitalismo e o socialismo, após a derrocada do campo socialista e a incorporação da maior parte dos antigos países socialistas (sobretudo da ex-União Soviética) ao campo imperialista, num quadro de liberdade sem limite para o capital financeiro globalizado, de marginalização social sem precedente para a maior parte da população mundial e de ameaça à soberania da maioria das nações que não integram o restrito grupo das potências imperialistas. Tais nações correm o risco de se desintegrar e perder suas identidades nesse processo de regressão histórica, de ameaça às liberdades políticas e aos direitos sociais dos trabalhadores, enfim, de volta à barbárie, na tentativa de o capital financeiro implantar seus mais completo domínio em escala mundial.



**Agora houve nova
virada.
O imperialismo se
encontra
em plena ofensiva**

Na América Latina, o neoliberalismo, impulsionado diretamente pelos Estados Unidos (seu governo, seus bancos e empresas multinacionais), pelos organismos internacionais diretamente controlados por esse país (sobretudo o FMI e o Banco Mundial) e pelas elites locais aliadas que antevêm para si uma parte do botim, tem em vista, além dos objetivos gerais do capital financeiro (desregulação do controle dos fluxos financeiros, abertura total dos mercados nacionais, privatização do patrimônio público etc.), objetivos específicos do capital financeiro norte-americano, no sentido de reforçar sua hegemonia absoluta na região, obter superganhos e melhorar sua posição relativa no campo das contradições interimperialistas (particularmente face à sua disputa com o Japão e a União Européia).

Como observou João Amazonas⁷, o neoliberalismo expressa a terceira tentativa feita pelo imperialismo, no decorrer deste século, de dominar o mundo. (A primeira tentativa teve início com a guerra de 1914-1918, e a segunda, com a guerra desencadeada pelas potências nazistas.) A história deu muitas voltas no século XX, cujo início, frustrando todos os planos do imperialismo, foi marcado pela vitória, na antiga Rússia Czarista, da grande Revolução Socialista de Outubro. Agora, no final do século, houve nova virada, e o imperialismo se encontra em plena ofensiva. Se, em duas oportunidades, nos últimos 90 anos, foi possível derrotar o imperialismo, só mesmo os inteiramente cétricos ou os que sucumbiram à propaganda burguesa acreditam que a causa do socialismo está perdida. Enquanto houver imperialismo, como alertava Lênin, haverá sempre uma tendência para a dominação, e não para a liberdade.

“Monopólios, oligarquias, tendências para a dominação em vez de tendências para a liberdade, exploração de um número sempre crescente de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações ricas ou poderosas: tudo isso originou os traços específicos do imperialismo que permitem caracterizá-lo como um capitalismo parasitário ou em estado de decomposição⁸.”

E a força que permitir reverter o atual quadro nasce, antes de tudo, do aguçamento das contradições econômicas, sociais e políticas provocadas pelo imperialismo. Mas, também, da análise e da compreensão da presente situação, com o objetivo de estabelecer estratégias adequadas ao momento histórico que vivemos.

LUIZ MARCOS GOMES é economista e jornalista. Foi editor de economia dos semanários *Opinião* e *Movimento* e membro do Conselho Federal de Economia de 1987 a 1989.

Notas

(1) Emir Sader e Pablo Gentili (organizadores), *Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático*, com artigos e intervenções de Atilio Boron, Emir Sader, Francisco de Oliveira, Goran Therborn, José Paulo Netto, José Ricardo Ramalho, Kiva Maidanik, Luís Fernandes, Luiz Antonio Machado, Pablo Gentili, Perry Anderson e Pierre Salama. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1995.

(2) F. A. Hayek, *O caminho da servidão*. Instituto Liberal/Editora Expressão e Cultura, trad. Leonel Vallandro, 4 ed., Rio de Janeiro, 1987. Todas as citações de Hayek feitas neste artigo referem-se a esse livro.

(3) Alexis de Tocqueville, “Discours prononcé à l’Assemblée Constituante le 12ème septembre 1848 sur la question du droit au travail”, citado por F. A. Hayek, op. cit.

(4) Albert O. Hirschman, *Retóricas de la intransigencia*. Fondo de Cultura Económica, México, 1991.

(5) James Petras, *Ensaio contra a ordem*, trad. Dinah de Abreu Azevedo e Claudia Schilling. Scritta, São Paulo, 1995.

(6) Dados retirados do artigo de Michel Chossudovsky, “The Globalization of Poverty”, reproduzido na Rede Alternex, do Ibase, (Internet), por ocasião do encontro de cúpula do chamado Grupo dos Sete (G-7) realizado em Halifax, Canadá.

(7) (Nota dos editores) Citação referente a artigo do jornal *A classe operária* nº 134, de julho de 1995.

(8) V. I. Lênin, *El imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Editorial Anteo, Buenos Aires, 1972.



TENDÊNCIAS E CENTRAIS SINDICAIS

O movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994

Silvio Costa

Minuciosa e detalhada abordagem sobre a história recente do sindicalismo brasileiro. Greve dos anos 70, organizações das tendências e centrais sindicais, impasses e perspectivas atuais do movimento sindical. Obra de interesse não só dos estudiosos da temática mas, fundamentalmente, uma leitura obrigatória a todos os que atuam no movimento sindical e aos que procuram aprofundar seus conhecimentos sobre a história recente do Brasil, em especial ao processo relacionado ao mundo do trabalho.

Pedidos para Editora Anita Ltda.
Rua dos Bororós, 51 - 1º andar - CEP 01320-020 - São Paulo - SP
Preço: R\$ 15,00

A Globalização da pobreza

MICHEL CHOSSUDOVSKY

*Ao contrário do que afirmam seus mentores,
a implementação da política neoliberal generaliza a instabilidade
econômica e espalha a miséria*

No limiar do século 21, a economia global se encontra em uma encruzilhada perigosa. No mundo em desenvolvimento, o processo de reestruturação econômica tem levado à fome e a um brutal empobrecimento de grandes setores da população e, ao mesmo tempo, contribuído para a “terceiro-mundialização” dos países do antigo bloco Oriental.

Desde o começo dos anos 80, os programas de “macroestabilização” e “ajuste estrutural” impostos pelo FMI e pelo Banco Mundial em países em desenvolvimento (como condição à renegociação de suas dívidas externas) provocaram o empobrecimento de centenas de milhões de pessoas. Contrariando o espírito do acordo de Bretton Woods, que preconizava a “reconstrução econômica” e a estabilidade da maioria das taxas de câmbio, o programa de ajuste estrutural tem contribuído largamente para desestabilizar as moedas nacionais e arruinar as economias dos países em desenvolvimento.

Dívida Global

No mundo em desenvolvimento, o peso da dívida externa já atingiu 1,9 trilhão de dólares: países inteiros têm sido desestabilizados como consequência do colapso de suas moedas nacionais, geralmente resultando na explosão de conflitos sociais, étnicos e guerra civil...

A reestruturação da economia mundial, guiada por instituições financeiras internacionais baseadas em Washington, nega cada vez mais a cada país em desenvolvimento, individualmente, a possibilidade de construir uma economia nacional: a internacionalização da política macroeconômica transforma países em territórios econômicos abertos, e as economias nacionais em “reservas” de mão-de-obra barata e de riquezas naturais. Essa reestruturação enfraquece o Estado, mina a indústria voltada para o mercado interno e empurra as empresas nacionais para a falência.

Além disso, essas reformas – quando aplicadas simultaneamente em mais de cem países – estão levando a uma “globalização da pobreza”, um processo que mina a comunidade humana e destrói a sociedade civil no Sul, no Leste e no Norte. Houve deterioração do poder de compra in-

terno, disseminação da fome, fechamento de postos de saúde e de escolas, e centenas de milhões de crianças deixaram de ter acesso à educação primária. Na maioria das regiões do mundo em desenvolvimento, as reformas econômicas têm provocado o reaparecimento de doenças infecciosas, incluindo tuberculose, malária e cólera.

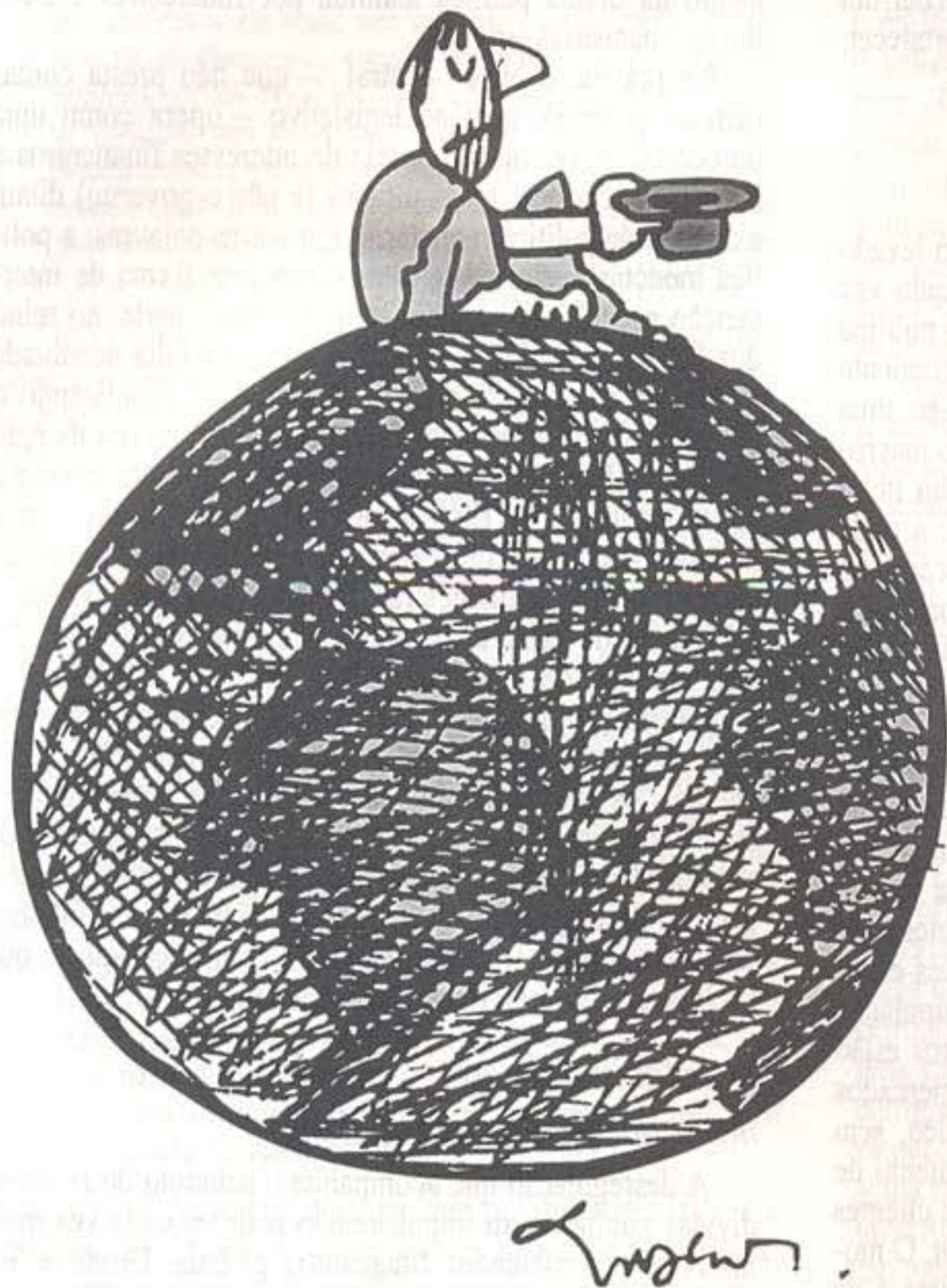
Ajuste estrutural em países desenvolvidos

Desde o começo dos anos 90, as reformas macroeconômicas adotadas nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) contêm vários ingredientes essenciais do programa de ajuste estrutural aplicado no Terceiro Mundo e na Europa Oriental. Essas reformas macroeconômicas têm levado à acumulação de grandes dívidas públicas.

Desde o início da década de 80, as dívidas privadas de grandes corporações e bancos comerciais têm sido convenientemente anuladas e transformadas em dívida pública. Esse processo de “conversão de dívida” é uma característica central da crise: prejuízos de negócios e de bancos têm sido sistematicamente transferidos para o Estado. Durante o “boom de fusões” do final dos anos 80, a sobrecarga das perdas das corporações foi transferida para o Estado através da aquisição de empresas falidas. Estas últimas poderiam ser então fechadas e qualificadas como prejuízos fiscais. Em troca, os “empréstimos não garantidos” dos grandes bancos comerciais eram rotineiramente cancelados e transformados em perdas pré-fiscais. Os “pacotes de resgate” para corporações e bancos comerciais com problemas foram largamente baseados no mesmo princípio de transferência dos ônus das dívidas das grandes empresas para o Tesouro.

Por outro lado, os diversos subsídios do Estado e “doações” às grandes empresas, ao invés de estimularem a criação de empregos, eram rotineiramente usados por elas para financiar suas fusões, introduzir tecnologia para economizar mão-de-obra e transferir a produção para o Terceiro Mundo.

A despesa pública contribuiu diretamente para aumentar a concentração da propriedade e uma contração signi-



ficativa da força de trabalho industrial. Ao mesmo tempo, a seqüência de falências de pequenas e médias empresas e demissões de trabalhadores (que também são contribuintes de impostos) provocou uma significativa queda na receita do Estado.

No grupo dos países da OCDE, as dívidas públicas têm crescido de forma ilimitada (atualmente ultrapassando 13 trilhões de dólares). Ironicamente, o mesmo processo de "amortização dessa dívida global" tem conduzido ao seu crescimento através da criação sistemática de novas dívidas. Nos Estados Unidos – de longe a maior nação devedora –, a dívida pública cresceu cinco vezes durante a era Reagan-Bush. Ela é, atualmente, da ordem de 4,9 trilhões de dólares.

Um círculo vicioso foi posto em movimento. Os beneficiários das doações do governo tornaram-se credores do Estado. As ações e títulos lançados pelo Tesouro para financiar grandes negócios foram adquiridos por bancos e instituições financeiras que eram simultaneamente beneficiários dos subsídios do Estado. Uma situação absurda: o Estado estava "financiando seu próprio endividamento", e doações do governo foram sendo recicladas no sentido de troca da dívida pública. O governo estava sendo imprensado por *lobbies* de grupos empresariais reivindicando

subsídios, de um lado, e por seus credores financeiros, de outro. E, como uma grande parte da dívida pública está nas mãos de bancos e instituições financeiras privadas, estas também são capazes de pressionar governos para um aumento do controle sobre os fundos públicos.

A crise da dívida também estimulou o desenvolvimento de um sistema tributário altamente regressivo, que contribuiu para o aumento da dívida pública. Enquanto os impostos das empresas foram reduzidos, as novas receitas tributárias apropriadas da população assalariada (baixa e média), incluindo os impostos sobre valor agregado, foram recicladas no sentido de cobrir a dívida pública. Enquanto o Estado coletava impostos dos seus cidadãos, pagava "um tributo" às grandes empresas na forma de doações e subsídios.

Fuga de capital

Paralelamente, impulsionada pelas novas tecnologias bancárias, a saída dos lucros das corporações para praças bancárias estrangeiras nas Bahamas, Suíça, Ilhas Channel, Luxemburgo etc. contribuiu para a posterior exacerbação da crise fiscal. As Ilhas Cayman, uma colônia da Coroa Britânica no Caribe, por exemplo, são o quinto maior centro bancário do mundo (em termos de volume de depósitos, dos quais a maioria é de companhias fantoches ou anônimas). O aumento do déficit no orçamento dos Estados Unidos esconde uma relação direta com a intensa evasão tributária e saída de lucros empresariais não declarados. Ao mesmo tempo, grandes somas de dinheiro depositadas nas Ilhas Cayman e nas Bahamas (parte das quais é controlada por organizações criminosas) são utilizadas para financiar investimentos nos Estados Unidos.

Sob a tutela política dos credores

Os débitos de empresas paraestatais, serviços públicos, governos federais, estaduais e municipais são cuidadosamente categorizados e "classificados" pelos mercados financeiros (por exemplo, classificações do Índice *Moody's* e do Índice *Standard and Poor's*). Além disso, ministros das Finanças são cada vez mais compelidos a fornecerem relatórios a grandes casas de investimentos e bancos comerciais. O rebaixamento da classificação do Índice *Moody's* da dívida sueca, em janeiro, foi fundamental na decisão do governo de minoria social-democrata de reduzir importantes programas de seguridade, incluindo subsídios à infância e benefícios de seguro desemprego. Da mesma forma, a classificação do Índice *Moody's* para a dívida pública do Canadá foi um fator decisivo na adoção de cortes maciços em programas sociais e demissões pelo ministro das Finanças do Canadá, em fevereiro passado. Nos Estados Unidos, a controversa

“emenda do orçamento equilibrado” (que sofreu uma derrota apertada no Senado em março de 1995) pretendia fortalecer, na Constituição, os direitos dos credores do Estado...

Crise do Estado

No Ocidente, o sistema democrático está sendo levado a um dilema: os eleitos para altos postos agem cada vez mais como burocratas. Os depositários do poder político real são os credores do Estado, que operam discretamente nos bastidores. Ao mesmo tempo, desenvolveu-se uma ideologia política uniforme. O “consenso” no plano macroeconômico se estende para o espectro político. Um novo ambiente financeiro global também se manifestou: a onda de fusões de empresas do final dos anos 80 abriu caminho para a consolidação de uma nova geração de financistas agrupados em torno de bancos, de investidores institucionais, de corretoras de valores, de grandes companhias de seguro etc. Nesse processo, as funções de bancos comerciais se misturaram com as dos bancos de investimentos e corretoras de valores. Enquanto esses “administradores de fundos” desempenham um papel poderoso no mercado financeiro, entretanto, afastam-se cada vez mais da função de empreendedores na economia real. Suas atividades (que escapam do controle do Estado) incluem transações especulativas em mercados futuros, derivativos e manipulação do mercado de câmbio. Grandes agentes financeiros estão envolvidos em “aplicações de *hot money*” nos “mercados emergentes” da América Latina e Sudeste Asiático, sem mencionar a lavagem de dinheiro e o desenvolvimento de “bancos privados” especializados que “assessoram clientes milionários” nas várias praças bancárias do exterior. O movimento total de transações com divisas estrangeiras é da ordem de um trilhão de dólares por dia, dos quais somente 15% correspondem a negócios reais de mercadorias e movimentos de capital.

Dentro dessa rede financeira global, o dinheiro transita em alta velocidade de uma praça bancária a outra, na intangível forma de transferência eletrônica. Atividades comerciais “legais” e “ilegais” tornaram-se cada vez mais entrelaçadas, e enormes somas de riquezas privadas não declaradas são acumuladas. Favorecidas pela desregulação financeira, as máfias criminosas também expandiram seu papel no âmbito da atividade bancária internacional.

O fim dos bancos centrais

Além disso, as práticas dos bancos centrais em vários países da OCDE têm sido modificadas para atender às demandas dos mercados financeiros. Os bancos centrais se tornam cada vez mais “independentes” e “protegidos contra influências políticas”. Na realidade, o que isso significa é que o Tesouro Nacional está cada vez mais à mercê dos credores privados. De acordo com o artigo 104 do Tratado de Maastricht, por exemplo, “o crédito do banco central para o governo é completamente discricionário, sendo que o banco central não pode ser forçado a dar tal crédito”. Esses estatutos, assim, conduzem diretamente ao cresci-

mento da dívida pública mantida por financeiras e instituições bancárias privadas.

Na prática, o banco central – que não presta contas nem ao governo, nem ao legislativo – opera como uma burocracia autônoma sob tutela de interesses financeiros e bancários privados. Estes últimos (e não o governo) ditam a direção da política monetária. Em outras palavras: a política monetária não existe mais como uma forma de intervenção estatal; ela pertence, em sua maior parte, ao reino dos bancos privados. Em contraste com a falta acentuada de fundos estatais, “a criação de dinheiro” (implicando o comando sobre os recursos reais) ocorre no interior da rede do sistema bancário internacional em conformidade com a busca exclusiva de riqueza privada. Contrastando com a inabilidade dos bancos centrais de agir efetivamente, agentes de poderosas financeiras privadas não apenas têm a habilidade de criar e movimentar capital sem obstáculo, mas também de manipular taxas de juros e provocar a desvalorização de importantes moedas, como ocorreu com a queda espetacular da libra esterlina em setembro de 1992. Ou seja: os bancos centrais não conseguem mais regular a criação de dinheiro de acordo com os amplos interesses da sociedade (por exemplo, visando ativar a produção ou a geração de empregos). A criação de dinheiro, incluindo o comando sobre os recursos reais, é controlada quase que exclusivamente por financistas privados.

A instabilidade dos mercados financeiros globais

A desregulação que acompanha o acúmulo de enormes dívidas públicas tem impulsionado padrões cada vez mais instáveis nos mercados financeiros globais. Desde a Segunda-Feira Negra (o dia 19 de Outubro de 1987, considerado por analistas como bem próximo do colapso total da Bolsa de Valores de Nova York), um modelo altamente volátil se desenvolveu. Tal modelo foi marcado por convulsões freqüentes e cada vez mais graves nas principais bolsas de valores, pela ruína de moedas nacionais na Europa Oriental e América Latina, sem mencionar o desabamento dos novos “mercados financeiros periféricos” (como México, Bangkok, Cairo, Bombay), precipitado pela “realização de lucros” e pela retirada repentina de grandes investidores institucionais... Um colapso financeiro global não pode mais ser descartado. Além disso, diferentemente do que ocorria nos anos 20, as principais transações ao redor do mundo estão interconectadas por ligações instantâneas de computadores: a instabilidade em Wall Street “transborda” sobre os mercados de ações da Europa e da Ásia, e se espalha, assim, para todo o sistema financeiro, incluindo os mercados de câmbio e de *commodities*...

MICHEL CHOSSUDOVSKY é professor de Economia da Universidade de Ottawa, Canadá. (Este texto foi divulgado na Rede Internet, por ocasião do Encontro de Cúpula do chamado Grupo dos Sete (G-7), realizado em Halifax, Canadá, em junho passado. Traduzido do inglês por Eduardo Figueiredo. Revisão de Luiz Marcos Gomes.)

Além do neoliberalismo

PERRY ANDERSON

Que lições podem ser tiradas da análise da onda neoliberal vigente no mundo atual? O autor mostra que as conclusões podem ser interessantes

Em nossas discussões comuns sobre o neoliberalismo nestes dias, tenho focalizado e enfatizado deliberadamente sua força – tanto intelectual como política –, ou seja, sua energia e sua intransigência teórica, seu dinamismo estratégico ainda não esgotado. Creio que é necessário – imprescindível, mesmo – sublinhar esses traços, se quisermos combater eficazmente – a curto e a longo prazo – o neoliberalismo. Uma das máximas mais importantes de Lênin, de cuja herança a esquerda em todas as partes segue precisando, foi sempre esta: *jamais substituir o inimigo*. É perigoso iludir-se com a idéia de que o neoliberalismo é um fenômeno frágil, arcaico ou já anacrônico. Continua a ser uma ameaça ativa e muito poderosa, tanto aqui na América Latina quanto na Europa ou em outras partes; um adversário formidável que foi vitorioso muitas vezes, nos últimos anos, mas não é invencível.

Se olharmos as perspectivas que poderiam emergir mais além do neoliberalismo vigente, para orientar-nos na luta política contra ele, não devemos esquecer três lições básicas, dadas pelo próprio neoliberalismo.

Primeira lição: *não ter nenhum medo de estar absolutamente contra a corrente política do nosso tempo*. Hayek, Friedman e seus sócios tiveram o mérito – mérito, entendido aos olhos de qualquer burguês inteligente de hoje – de colocar uma crítica radical do *status quo*, quando fazê-lo era muito impopular, e de ter paciência em sua postura de oposição marginal durante longo período, quando a sabedoria convencional os tratava como excêntricos ou loucos, até o momento em que as condições históricas mudaram e sua oportunidade política chegou.

Segunda lição: *não transigir em idéias, não aceitar nenhuma diluição de princípios*. As teorias neoliberais foram extremas e marcadas por falta de moderação, uma iconoclastia chocante para os bem pensantes de seu tempo. Mas não perderam eficácia por isso; ao contrário, foi propriamente o radicalismo, a dureza intelectual do temário neoliberal que lhe assegurou uma vida tão vigorosa e uma influência finalmente tão esmagadora. O neoliberalismo é o oposto de um pensamento fraco, para usar um termo da moda inventado por algumas correntes pós-modernistas para abalar teorias ecléticas e flexíveis.

O fato de que nenhum regime político jamais realizou a totalidade do sonho neoliberal não é uma prova de sua ineficácia prática; ao contrário, foi somente porque a teoria neoliberal era tão intransigente que governos de direita puderam proceder a políticas tão drásticas: a teoria neoliberal supria, nos seus princípios, uma espécie de temário máximo em que os governos podiam escolher os itens mais oportunos, segundo a sua conveniência política ou administrativa conjuntural. O maximalismo neoliberal, nesse sentido, foi altamente funcional. Provia um repertório muito amplo de medidas radicais possíveis, ajustáveis às circunstâncias. E, ao mesmo tempo, demonstrou o longo alcance da ideologia neoliberal, sua capacidade de abarcar todos os aspectos da sociedade, e, assim, jogar o papel de uma visão verdadeiramente hegemônica do mundo.

Terceira lição: *não aceitar nenhuma instituição estabelecida como imutável*. Quando o neoliberalismo era um fenômeno politicamente menosprezado e marginal, durante o grande auge do capitalismo nos anos 50 e 60, parecia inconcebível ao consenso burguês daquele tempo criar desemprego de cerca de 40 milhões de pessoas nos países ricos, sem provocar transtornos sociais; parecia impensável redistribuir renda abertamente, em alta voz, dos pobres aos ricos, em nome do valor da desigualdade; parecia inimaginável privatizar não somente o petróleo, mas também a água, a receita, hospitais, escolas, até prisões. Mas, como sabemos, tudo isso se comprovou factível, quando a correlação de forças mudou com a longa recessão. A mensagem do neoliberalismo foi, nesse sentido, eletrizante em sociedades capitalistas. Nenhuma instituição, por mais consagrada e familiar, é, em princípio, intocável. A paisagem institucional é muito mais maleável do que se crê.

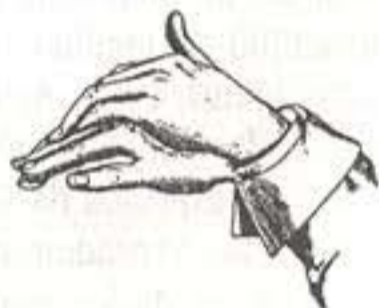
O pensador brasileiro-norte-americano Roberto Mangabeira Unger, de um ponto de vista de esquerda, teorizou esse traço histórico mais sistematicamente que qualquer pensador da direita, dando-lhe uma fundamentação histórica e filosófica de grande envergadura em seu livro *Plasticidade e poder*. Mas esse é um velho tema bem marxista: “tudo que é sólido se desmancha no ar”, proclamou o *Manifesto Comunista*. Recordando essas lições do neoliberalismo, como encarar a sua superação? Quais seriam os

elementos de uma política capaz de varrê-lo? O tema é vasto; vou indicar aqui somente três elementos de um pós-neoliberalismo possível:

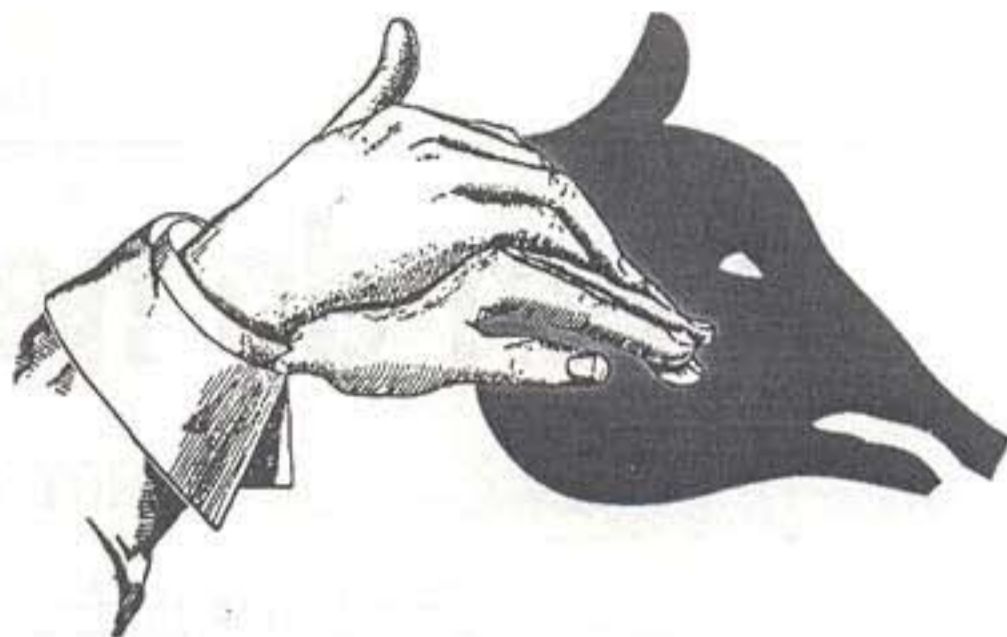
1. *Os valores.* Temos de atacar robusta e agressivamente no terreno dos valores, ressaltando o princípio da igualdade como o critério central de qualquer sociedade verdadeiramente livre. Igualdade não quer dizer uniformidade, como afirma o neoliberalismo, mas, ao contrário, a única autêntica diversidade.

O lema de Marx conserva toda, absolutamente toda sua vigência pluralista hoje: "a cada um, segundo as suas necessidades; de cada um, segundo suas capacidades". A diferença entre as necessidades, os temperamentos, os talentos das pessoas está expressamente gravada nessa concepção clássica de uma sociedade igualitária e justa. O que significa isso hoje em dia? É uma igualização das possibilidades reais de cada cidadão viver uma vida plena, segundo o padrão que escolhe, sem carências ou desvantagens devido aos privilégios de outros, começando, bem entendido, com chances iguais de saúde, de educação, de moradia e de trabalho. Em cada uma dessas áreas, não há nenhuma possibilidade de que o mercado possa prover nem sequer o mínimo requisito de acesso universal aos bens imprescindíveis em questão. Somente uma autoridade pública pode garantir a proteção contra a doença, a promoção de conhecimentos e da cultura e a provisão de abrigo e de emprego para todos.

Não há imutabilidade no conhecido padrão da propriedade burguesa em nossos países



Göran Therborn falou com eloquência da necessidade de defender o princípio do Estado de bem-estar, e eu estou de acordo. Mas há, também, a necessidade de estendê-lo, pois precisamos dramaticamente, em países como o Brasil, a Inglaterra e a Suécia, não somente defender, mas alargar, estender redes de proteção social, não necessariamente confiando-as em sua gestão a um Estado centralizado. Para alcançar esse fim, claro, é necessária uma fiscalização absolutamente distinta da que existe nos países capitalistas desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, hoje. Não há necessidade de apontar aqui o escândalo material e moral do sistema tributário no Brasil. Deve-se apenas notar que a evasão fiscal por parte das camadas ricas ou meramente bem acomodadas não é um fenômeno do que uma vez se chamava Terceiro Mundo, senão também, e cada vez mais, do próprio Primeiro Mundo. Se nem sempre é aconselhável entregar a provisão de serviços públicos ao Estado centralizado, a extração dos recursos necessários para financiar esses serviços é, essa sim, uma função intransferível do Estado. Mas, para isso, precisa-se de um Estado duro e disciplinado, capaz de romper a resistência dos privilegiados e bloquear a fuga dos capitais que qualquer reforma tributária deflagraria. Todo discurso antiestatista que ignore essa necessidade é demagógico.



2. *A propriedade.* A maior façanha histórica do neoliberalismo certamente foi sua privatização de indústrias e serviços estatais. Aqui se consumou a sua longa cruzada anti-socialista. Paradoxalmente, lançando-se em tal projeto ambicioso, teve de inventar novos tipos de propriedade privada, como, por exemplo, os certificados distribuídos grátis a cada cidadão na Tchecoslováquia ou Rússia, dando-lhes direito de uma proporção igual a ações das novas empresas privadas. Essas operações vão ser, no final das contas, uma farsa, as ações tão equitativamente distribuídas sendo logo adquiridas por especuladores estrangeiros ou mafiosos locais. Mas o que essas operações demonstraram é que não há nenhuma ilegitimidade ou imutabilidade no padrão tradicional da propriedade burguesa nos nossos países. Novas formas de propriedade popular estão para ser inventadas, formas que desagregam as funções da rígida concentração de poderes na clássica empresa capitalista de hoje. Esse foi outro dos grandes temas da obra de Mangabeira Unger, e tornou-se agora tema para os trabalhos do grande teórico econômico marxista dos Estados Unidos, John Roemer, em nova obra cujo título é *Um futuro para o socialismo*, onde ele propõe um plano institucional, ao mesmo tempo audaz e rigoroso, induzindo a distribuição de dividendos a cada cidadão, retirados diretamente dos lucros médios das empresas privadas, como escalo à socialização posterior mais profunda.



Precisamos de menos democracia. O neoliberalismo não tem receio de afirmar isso

Existe hoje uma discussão muito rica nos países ocidentais sobre este tema: a invenção de novas formas de propriedade popular, com muitas contribuições e propostas diversas. Mas o tema está longe de ser uma preocupação somente teórica dos países ricos. Ao contrário, muito da discussão mais recente se desprende diretamente da observação das formas mistas de empresas coletivas na China. As famosas TVES, ou seja, as chamadas empresas municipais e de aldeias, são hoje o motor central do milagre chinês, a economia que registra o único crescimento real-

mente vertiginoso do mundo contemporâneo. Há na China formas de propriedade tanto industrial quanto agrária, nem privada, nem estatal, mas coletiva, exemplos vivos de uma experiência social criativa, que demonstra um dinamismo sem par neste momento no mundo de hoje.

3. *A democracia.* O neoliberalismo teve a audácia de dizer abertamente: a democracia representativa que temos não é em si um valor supremo; ao contrário, é um instrumento inerentemente falível, que facilmente pode tornar-se excessivo, e, de fato, tornou-se. Sua mensagem provocadora era esta: precisamos de menos democracia. Daí, por exemplo, sua insistência em um banco central jurídica e totalmente independente de qualquer governo, ou seja, de uma constituição que proíbe taxativamente o déficit orçamentário. Aqui também devemos tomar e inverter a sua lição emancipadora e pensar que a democracia que temos – se a temos – não é um ídolo a adorar, como se fosse a perfeição final da liberdade humana. É algo provisório e defeituoso, que se pode remodelar. O rumo da mudança deveria ser o oposto do neoliberalismo: precisamos de mais democracia. Isso não quer dizer uma suposta simplificação do sistema de voto, abolindo a representação proporcional em favor de um mecanismo norte-americano como preconizado, às vezes, por distintos estadistas na América Latina. Essa é uma proposta descaradamente reacionária, visando impor aqui um sistema que é tão antidemocrático que, nos próprios Estados Unidos, nem sequer a metade da população vota nas eleições. Tampouco mais democracia quer dizer conservar ou ao menos fortalecer o presidencialismo. Talvez a pior das importações estrangeiras na América Latina tenha sido, historicamente, uma servil imi-

tação da Constituição dos Estados Unidos do século XVIII, que agora está sendo imitada pelos governantes semicoloniais da Rússia. Uma democracia profunda exige exatamente o oposto desse tipo de poder plebiscitário. Exige um sistema parlamentar forte, baseado em partidos disciplinados, com financiamento público equitativo e sem demagogias cesaristas. Sobretudo, exige uma democratização dos meios de comunicação, cujo monopólio em mãos de grupos capitalistas superconcentrados, os mais prepotentes de toda a sua classe, é incompatível com qualquer justiça eleitoral ou soberania democrática real.

Em outras palavras, esses três temas podem ser traduzidos em vocabulário clássico: são as formas modernas necessárias de liberdade, igualdade e – não digamos fraternidade, palavra um tanto sexista – solidariedade. Para realizá-los, precisamos de um espírito sem complexos, seguro, agressivo – diria não menos alegremente truculento do que era o neoliberalismo em sua origem. Isso seria o que talvez, um dia, pudesse ser chamado neo-socialismo. Seus símbolos não seriam verborrágicos: nem a águia da arrogância vizinha, nem o burro da sagacidade tardia, nem a pomba da conciliação pacífica e, menos ainda, um tucano de conviências fisiológicas; símbolos mais velhos, instrumentos de trabalho e de guerra, capazes de golpear e de colher, talvez fossem de novo mais apropriados.

PERRY ANDERSON é historiador e professor da Universidade da Califórnia.

ASSINATURAS

Assine as publicações regulares do Partido Comunista Português – PCP
Remessa pelo correio a partir de São Paulo - SP (portes incluídos)

- **AVANTE!** Jornal semanal, 24 números, 6 meses R\$ 60,00
- **AVANTE!** Jornal semanal, 12 números, 3 meses R\$ 30,00
- **O Militante** Revista bimestral, 6 números, 1 ano R\$ 18,00

Remeta-nos um cheque no(s) valor(es) acima, indicando:

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____ ESTADO _____ CEP _____

DISTRIBUIDOR NO BRASIL



Ebrasil – Livros Portugueses

Rua Genebra, 161 - Bela Vista

Tel.: (011) 606-0877 e 604-1748 - Fax: 232-7021

CEP 01316-010 - São Paulo - SP

Solicite catálogo



SEMANAL



BIMESTRAL

O Real e sua perversa realidade

EDSON SILVA

*De que desenvolvimento fala o governo para o Brasil?
A modernidade conservadora impõe a inibição da produção, a geração
de desemprego e mais crise*

Sob todos os aspectos, é uma aberração que o real tenha vigorado por doze meses na base do ensaio e erro, à revelia do Congresso Nacional, do Poder Judiciário, da “coisa” mídia e do bom senso. Profundas alterações foram implantadas na vida econômica brasileira, a partir da instituição de um novo sistema monetário, com o recurso de Medidas Provisórias – a primeira de número 542, editada pelo governo Itamar Franco, em 30 de junho do ano passado, e a 13ª, de número 1.027, assinada pelo governo FHC, em 20 de junho último, afinal convertida em Lei, quando a nova moeda completava um ano!

O episódio é instigantemente surrealista: por doze meses circulou uma moeda sem base legal respeitável, em que pese a “plenitude” burguesa (burlesca) das três instituições democráticas formais. Além disso, as sucessivas edições das MPs processaram mudanças importantes, particularmente quanto ao que fora apresentado como um dos elementos de seriedade da nova moeda: o rigor dos critérios de sua emissão. Em menos de dois meses, a oferta de moeda já havia estourado os limites pré-fixados.

**O Real vigorou
sem
prévio exame
dos
parlamentares**



A despeito do revezamento de tropelias e experimentos entre uma e outra edição da MP do real, chama-nos a atenção, por sintomático, que um plano dessa envergadura, inspirado no selvagem neoliberalismo, tenha vigorado sem prévio exame e aprovação do Congresso Nacional – a voz política institucional da sociedade, aqui agredida pelo desprezo que os neoliberais demonstraram ter pela democracia.

E graças a esse solene desprezo, o Brasil, a exemplo de outros países latino-americanos, finalmente entrava de rijo no enquadramento contemporâneo imposto pelo imperialismo internacional. Sob a forma de planos com nomes diferenciados, a América Latina está se vergando a mais uma etapa da cruel dominação colonialista que distancia nossos povos do progresso social. Segundo o Sistema Econômico da América Latina – SELA –, a dívida externa dos países dessa parte do mundo subiu 57,2% num intervalo de 14 anos, passando de US\$ 228,2 bilhões, em 1980, para US\$ 533,7 bilhões, no final de 1994 – justo no período em que, a partir da ditadura de Pinochet, no Chile, as burguesias tupiniquins abraçavam o neoliberalismo.



**A instantânea derrubada
da inflação
oculta desequilíbrios
e impõe
sacrifícios ao povo**

Os neoconservadores do Brasil iniciaram a nova temporada de subordinação com um valioso trunfo: a drástica queda da inflação que a pirotecnia da URV (unidade real de valor) propiciou. De grande efeito psicológico frente ao insuportável castigo das constantes e brutais elevações dos preços, desnorteadoras de referências, a instantânea derrubada da inflação tem sido usada arditamente para ocultar da sociedade os graves desequilíbrios criados pelo Plano Real, para chantageá-la com a imposição de inaceitáveis sacrifícios (como a desindexação dos salários) e para torná-la refém de orientação como a de privatização de importantes empresas estatais.

Longe do que se pretende fazer imaginar, e que a mídia incute com esmero, a rebaixa da inflação não tem como referência os interesses dos trabalhadores, o progresso social



bilidade" assegura melhor os lucros e, por sua dinâmica, reforça as desigualdades no interior do capitalismo, facilitando a expansão dos monopólios.

Logicamente, por ser ditada pelos monopólios, essa é uma "estabilidade" com arrasadoras conseqüências, que comprometem ainda mais o futuro do Brasil. O aparelho produtivo, a política econômica, o Estado, a imprensa e as instituições vitais da sociedade, todos eles, por variadas iniciativas articuladas entre si, são gradativamente postos em função desse patamar de estabilidade. Por isso mesmo, o raio de ação dessas esferas será sempre restrito e irremediavelmente distorcido. Um exemplo ilustrativo está sendo dado pela estampa dos limites do modelo de ajuste e estabilização do Plano Real, pomposamente apresentado como exemplo de inventiva e genialidade. Sua missão é a de finalmente enfrentar a grave crise da economia brasileira, com a promessa de promover o desenvolvimento sustentado e com justiça social, num ambiente de modernização das relações na sociedade brasileira.

e a afirmação soberana da nação Brasil, como é desejável. Mesmo porque o Plano de Estabilização não é nenhum projeto macro de desenvolvimento, em que a contenção de ritmo de subida dos preços se articula com distribuição de renda e geração de empregos, entre outras variáveis. Muito ao contrário, o corte fundo da inflação propiciado pelo Plano Real é uma imposição que o capital monopolista faz para a orientação de seus investimentos num dado ambiente de "estabilidade", que outra coisa não é senão a consecução de uma premissa do desvaído processo cíclico de expansão e centralização do capital.



No Brasil a agenda dos ajustes foi atropelada, antecipando impasses e as conseqüências

O Plano, que, por sua natureza, já seria perverso, acresceu-se de selvageria nas particularidades históricas de sua aplicação no Brasil. Com o fracasso da primeira tentativa feita pelo governo Collor, na impossibilidade circunstancial de acelerar a "reforma do Estado" e premidos por resultados imediatos, necessários à vitória na disputa presidencial, os neoconservadores atropelaram a agenda dos ajustes. Por isso, os impasses intrínsecos, amadurecidos num tempo maior em países como o México e a Argentina, se anteciparam tanto quanto as pesadas conseqüências. O enfrentamento da missão tão complexa que o Plano Real anunciou restringiu-se a acionar políticas de curto prazo como a cambial e a monetária, esta mais do que aquela. Tudo o mais ficou subordinado. E qual o resultado? Com o câmbio atrasado pela irracional valorização do Real, o governo, a um só tempo, facilitou a invasão do mercado pelos importados e, com a importação facilitada, constrangeu momentaneamente alguns preços "oligopolizados" da economia brasileira, comprando, em geral, de outros monopólios, quando não dos mesmos com unidades fabris no exterior. Por exemplo, dos 194 mil automóveis importados no ano passado, 121 mil, ou 62,4%, o foram pelas montadoras aqui instaladas.

Mas o câmbio atrasado também vai-se revelando como um importante expediente que o governo brasileiro põe à disposição do capital internacional na guerra pelo assalto e conquista do mercado interno do país. As facilidades criadas para esse assalto² implicarão o encolhimento da capacidade produtiva de vários setores, como já está ocorrendo com a indústria calçadista, onde dezenas de fábricas já foram fechadas.

Interessa ao capital a estabilidade aparente para assegurar lucros e reforçar desigualdades



Esta é a questão crucial para uma das interfaces de aplicação do projeto neoliberal nas economias de países dependentes como o Brasil. Isso em nada ameniza as causas estruturais da inflação. Processa-se, isto sim, por meio da conquista de mercados externos, um movimento de afirmação da hegemonia do capital monopolista internacional, reforçado que se encontra pelos ganhos de produtividade obtidos com os novos processo tecnológicos que tem desenvolvido. Taticamente, interessa ao capital eliminar o ambiente de incertezas que a inflação cria, motivando uma sucessão de pacotes, planos, regulamentações e alterações constantes das regras do jogo. A um só tempo, a "esta-

Só mesmo a racionalidade arrogante do neoliberalismo, de que o Presidente Fernando Henrique demonstra ser obediente executor, consegue ignorar o impacto desestabilizador dessa orientação. Por ela, no âmbito da política cambial, inverte-se a prática de saldos positivos com a maior parte dos parceiros comerciais do Brasil. O comércio exterior com a Argentina, de há muito superavitário, acumula déficits contínuos desde outubro, e somente entre janeiro e maio deste ano totaliza um saldo negativo de US\$ 670 milhões, contra um saldo positivo de US\$ 522 milhões em todo o ano de 1994. Igual fenômeno se repete com os Estados Unidos, com quem o Brasil somou prejuízos de mais de US\$ 900 milhões (cerca de 27% do déficit total da balança comercial brasileira nos cinco primeiros meses do ano em curso). Trata-se de um inquestionável ganho obtido pelos monopólios, confirmado pelo fato de que 79% do déficit comercial do Brasil deste ano foi registrado com países industrializados.

Altos juros reais para financiar o déficit tornam a taxa brasileira a maior do mundo



Quanto às altas taxas de juros reais (taxas nominais acima da inflação) – largamente empregadas até chegarem a ser uma espécie de recurso de UTI do programa de estabilização –, passaram a ter múltiplas utilidades, expressão tanto de sua essencialidade na arrancada do Plano Real quanto da falta de solidez dos “ajustes”. De isca para o especulativo dinheiro estrangeiro que ronda o mundo (precedendo ao anúncio da nova moeda, o governo constituiu uma massa de divisas em dólares para lastrear a emissão do Real), os juros reais passaram a ser utilizados para conter a fuga desse capital volátil aplicado no Brasil. Os altos juros reais também se tornaram indispensáveis para financiar o crescente déficit das contas externas do Brasil, mesmo porque uma outra função que lhe havia sido confiada – a de motivar os exportadores para os conhecidos Adiantamentos de Contratos de Câmbios, ACCs – não funcionou como o previsto. Mais recentemente, a equipe econômica atribuiu outra função circunstancial aos escorchantes juros reais: a de “evitar o desajuste interno” (sic). Mediante o encarecimento do crédito, em especial ao consumidor, a demanda interna está sendo contida para desaquecer a economia e deprimir o crescimento das importações (ver tabela 1).

Tamanho utilidade, determinada pelo contexto de graves distorções, fez a taxa de juros no Brasil se tornar a mais alta do mundo (ver tabela 1). Para alguns economistas, essa elevada taxa de juros prejudica o investimento produtivo e beneficia o capital financeiro. Em tese, assim é. Mas o capital financeiro é a fusão orgânica, na era dos monopólios, do capital industrial (o assim chamado investimento produtivo) com o capital bancário. De há muito o capital industrial é um elemento marginal no processo econômico, e, em toda linha, subordinado ao capital finan-

Tabela 1 – Taxas de juros reais internacionais – % ao ano – Média de janeiro/maio de 1995

Brasil	28.00
Argentina	12.45
México	12.00
Coréia do Sul	9.62
Suécia	6.08
Portugal	5.81
França	5.54
Itália	4.47
Chile	3.50
Taiwan	3.21
Estados Unidos	2.84
Japão	2.78
Hong Kong	2.74
Venezuela	12.50

Fontes: *The Economical*, FMI e *Conjuntura Econômica*/FGV Julho 95, p. 6.

ceiro. Se pretender financiar sua atividade no Brasil, o capital monopolista poderá fazê-lo independentemente das elevadas taxas de juros, seja recorrendo à sua matriz no exterior, seja pelo acesso que tem ao crédito internacional, financiado a juros bem menores que os do financiamento pelo mercado brasileiro. Portanto, como esperavam que sua “estabilidade” propiciasse, os monopólios faturam com o não desprezível diferencial que os juros reais embutem na disputa por mercado. Tampouco o resultado é dramático para o capital financeiro aqui alojado, que se apropria de vultosas transferências de recursos dos cofres públicos ao financiar o déficit do Tesouro.



As grandes vítimas: os consumidores, as finanças públicas, pequenas e médias empresas

As grandes vítimas são os consumidores – tragados por pesadas despesas financeiras cobradas nas compras a crédito, nos cheques especiais e nos cartões de crédito; finanças públicas – enredadas pelo geométrico aumento das despesas com o pagamento dos juros da dívida pública; e as pequenas e médias empresas – esquartejadas em número crescente pelo livre mercado, à medida que o Plano de Estabilidade tenta sua afirmação.

A falácia fica bem demonstrada: os neoliberais, ácidos críticos da intervenção do Estado, valem-se dessa intervenção, como fizeram por meio das políticas de câmbio defasado e de elevados juros reais, para debilitarem o Estado. Por outro lado, levados por condicionantes que manipulam, expõem como ninguém a fraude em que o capital monopolista transformou o mercado.

Maiores desequilíbrios

O governo não diz, mas um ano de Plano Real foi suficiente para espalhar pela sociedade brasileira um brutal aumento de desequilíbrios econômicos e sociais, de difícil reversão. Eles aparecem de forma dispersa, dificultando que se tenha a real dimensão do grave fenômeno. Vale a pena listar alguns deles.

- Invertendo uma sucessão de 14 anos de superávit, a partir de 1981, a balança comercial acumula déficits por oito meses consecutivos, desde novembro passado, deixando para trás a reversão que as medidas adotadas pelo governo prometiam. Nos seis primeiros meses deste ano, as importações superaram as exportações em US\$ 4.266 bilhões, e a projeção apontada pela tabela 2 (saldos negativos em maio e junho anualizados) é de que o resultado não se altere até o final do ano, diferente do superávit de US\$ 5 bilhões que o governo havia previsto (ver também gráfico 1).

- Desde a implantação do real, graças a uma saída líquida de capitais, o Brasil contabiliza uma expressiva diminuição de suas reservas internacionais. De US\$ 43 bilhões em julho de 1994, elas devem chegar a US\$ 28 bilhões no final do corrente ano.

- Há um substancial aumento da despesa pública com o pagamento dos juros da dívida interna, subindo dos US\$ 2.691 bilhões, entre janeiro e maio de 1994, para US\$ 2.937 bilhões pagos no mesmo período de 1995, se-

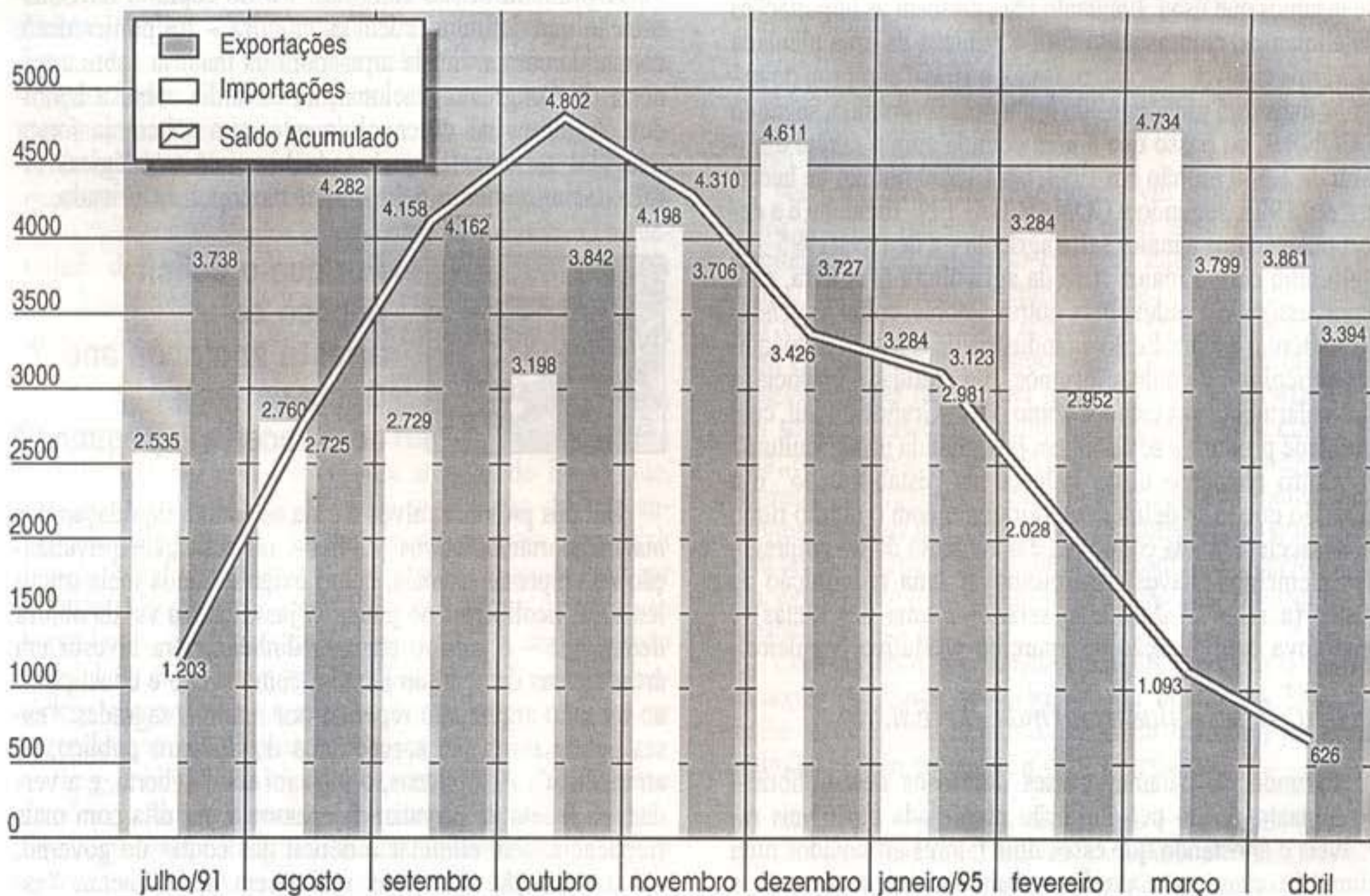
Tabela 2 – Balança Comercial (em milhões de US\$)

Meses	Exportações	Importações	Saldo Acumulado
julho/91	3.738	2.535	1.203
agosto	4.282	2.760	2.725
setembro	4.162	2.729	4.158
outubro	3.842	3.198	4.802
novembro	3.706	4.198	4.310
dezembro	3.727	4.611	3.426
janeiro/95	2.981	3.284	3.123
fevereiro	2.952	4.047	2.028
março	3.799	4.734	1.093
abril	3.394	3.861	626
maio	4.205	4.895	-64
junho	4.120	4.895	-839

Fonte: Banco Central do Brasil

gundo a Secretaria do Tesouro Nacional. Esse dispêndio, somado ao do pagamento dos juros da dívida externa (US\$ 2.028 bilhões), foi o que mais cresceu – 41% – dentre os itens das despesas da União. O desembolso com os juros da dívida pública continua crescendo, somando cerca de US\$ 3,7 bilhões ao mês de junho.

Gráfico 1 – Exportação/Importação



• A inadimplência forte apareceu no mercado, decididamente, como um subproduto da era do Plano Real. Entre maio de 1994 e maio último, o número de cheques sem fundos devolvidos aumentou 307% em todo o país. No mesmo período, os pedidos de concordata cresceram 418%.

• Prossegue o endividamento do governo em títulos, subindo dos R\$ 62,5 bilhões, em janeiro, para R\$ 71.768 bilhões, no final de maio do ano em curso.

• Embora a receita da União venha aumentando, totalizando 14% em maio último, e as despesas com serviços essenciais, como saúde e saneamento, tenham se reduzido significativamente, o déficit nas contas públicas não pára de crescer, somando R\$ 1,4 bilhão de janeiro a maio.

• Mantidos há mais de um ano sem reajustes, como mecanismo para controlar a inflação de pouco mais de 35% em um ano de real, os preços das tarifas públicas se defasaram, comprometendo a receita do Estado e os investimentos necessários à melhoria e extensão desses serviços. Por consequência, seu sucateamento é contínuo.

A maior safra agrícola brasileira coincidiu com a maior crise agrícola brasileira



• A agricultura igualmente paga a conta do controle da inflação, seja pelos altos juros reais cobrados aos empréstimos que tomou, seja pela defasagem que o governo impôs aos preços dos produtos agrícolas, seja pelo aumento dos preços de insumos que usou. Enquanto isso, crescem as importações de alimentos, contrastando com a redução da área plantada de vários cultivos. No ano passado, o Brasil comprou do exterior mais de 5 milhões e 300 mil toneladas de trigo, segundo a CONAB, ao passo que a área colhida com o cereal diminuiu de 1,368 milhão em 1994, para 1,230 milhão de hectares, em 1995, segundo a CONAB/BACEN. Tão grande é a desarticulação que a maior safra agrícola – a de 1994/1995 – se confundiu com a maior crise da agricultura brasileira, com repercussões em cadeia para outros setores, como as vendas no comércio e a produção da indústria de calcário, de máquinas agrícolas e de outros insumos. É a realidade vivenciada particularmente por estados como o Rio Grande do Sul, cuja atividade produtiva se apóia em boa medida na agricultura.

Outro elemento desse balanço da “estabilização” é a recessão que já se delineia no horizonte com o rápido ritmo de desaceleração da economia e o aumento do desemprego. São elementos-chaves para promover uma redefinição de custos (a redução da massa salarial é uma das metas) e uma nova configuração do aparelho produtivo brasileiro.

Agora, à fase das reformas do Estado

Partindo do patamar desses dolorosos desequilíbrios, do impacto criado pela inflação controlada em níveis razoáveis e apostando que esses dois fatores articulados num clima de chantagem produzam um ambiente ao mesmo



tempo apático e temeroso o suficiente para tornar a sociedade refém, o Plano de Estabilização Econômica pretende retornar ao que deveria ser o começo de sua trajetória, isto é, um conjunto de reformas (patrimonial, fiscal, tributária, previdenciária e político-partidária) que altere os fundamentos do Estado, os pilares do desenvolvimento econômico e a natureza da democracia, pela implantação do padrão neoliberal de acumulação e reprodução capitalista.

A primeira dessas reformas – a do capítulo da Constituição que define a ordem econômica – foi praticamente concluída com a vitória arrasadora da maioria sobre a minoria do Congresso Nacional, da covardia sobre a honra. As bases do desenvolvimento com soberania foram atingidas seriamente, quebrando barreiras estratégicas visadas acintosamente pelo capital monopolista privado.



Por que o déficit público se arrasta ano após ano ? Gasta-se mal ou a receita é pequena?

Um dos próximos alvos é o da acelerada liquidação dos mais importantes ativos públicos, ou selvagem privatização de empresas estatais, como exige a banda mais truculenta dos neoliberais no poder. A justificativa vai da obtusa demagogia – é preciso arrumar dinheiro para investir em áreas típicas de ação do Estado, como saúde e educação – ao bisonho argumento repetido por múmias sagradas: “esses petrossauros são sorvedouros do dinheiro público, só atrapalham”. Aos poucos, o jogo foi sendo aberto, e a verdadeira faceta da privatização passou a ser dita com mais frequência: sem eliminar o déficit das contas do governo, não há redução dos juros reais, nem muito menos “es-

tabilização duradoura” – dizem os porta-vozes da equipe econômica. Logo, o apurado na venda das estatais deve ser abatido do estoque da dívida, reduzindo-se, por aí, a pressão que os encargos da dívida interna exercem sobre o déficit público – completam.

Não há seriedade nessa pretensão. Se houvesse, sua premissa seria outra, a de investigar por que o déficit público se arrasta ano após ano: o problema está em o governo gastar mal e além do que arrecada? Ou está na receita, que historicamente tem ficado abaixo do que se poderia arrecadar? Ou é a combinação, em doses distintas, de vários desses elementos?

Uma incursão sobre os resultados da privatização, confrontados com o comportamento da dívida pública, revela a falsidade do pretendido pela plutocracia. Desde 1º de outubro de 1991 até fins do ano passado, foram privatizadas 33 empresas estatais e vendida a participação minoritária do Estado em várias empresas, com o que, segundo boletim do BNDES, foram arrecadados US\$ 8.595,1 bilhões. Desse total, US\$ 1.970,7 bilhão ingressou em 1994. Não se tem notícia de que o volume da dívida pública tenha diminuído, nem que alterações relevantes tenham se processado em seu perfil de curtíssimo prazo. Como demonstramos acima, a dívida mobiliária federal cresceu mais de 13% nos cinco primeiros meses deste ano, prevendo-se que até dezembro totalize R\$ 91,9 bilhões. Tampouco os dispêndios com o pagamento de juros diminuíram – no primeiro semestre, eles já consumiram R\$ 3,7 bilhões dos cofres do Tesouro.

Importações continuam em alta, mesmo com a economia em fase de desaquecimento



A não ser pelo ingente endividamento que está implicando, a recorrente política dos altos juros reais vai perdendo eficácia, haja vista que as importações – de bens de consumo duráveis, por exemplo – continuam em alta, contraditoriamente com o desaquecimento da economia interna desde meados de abril. O juro alto não inibe o consumo elástico diversificado e sofisticado (via importação, inclusive) da classe média alta. Aliás, seu alto nível de renda é reforçado constantemente com os ganhos proporcionados pelas aplicações financeiras.

Como não tem outro remédio para o curtíssimo prazo, o governo, prisioneiro de sua lógica “estabilizadora”, terá de manter os juros na estratosfera, por mais insensato que isso seja, golpeando ainda mais os trabalhadores e a classe média baixa e desestimulando investimentos na produção. A Sondagem Conjuntural feita pela Fundação Getúlio Vargas junto ao setor industrial brasileiro e publicada em *Conjuntura Econômica* de junho, aponta conclusões elucidativas: a) em abril de 1995, insuficiência da procura fora apontada como principal fator limitativo da expansão da produção por 42% da indústria; b) principais fatores limi-

tadores das decisões de investimento: insuficiência de recursos próprios (apontada por 42% da indústria), alto custo dos financiamentos (também 42%), incertezas acerca da evolução da demanda (37%), escassez de recursos no mercado financeiro (21%) e taxa de retorno inadequada (20%); c) considerando o principal objetivo para concretização das inversões físicas em perspectiva, há predominância (41% da indústria) dos recursos voltados para aumento da eficiência produtiva (modernização), sendo menos intensos os montantes visando à ampliação da capacidade produtiva especificamente (31% do mercado) e à substituição de equipamentos (16%).



O mesmo filme: “fazer crescer o bolo só para depois distribuir”

De que desenvolvimento sustentado fala o governo? Parece que estamos diante de uma adaptação feita pela modernidade conservadora da máxima do milagre econômico no reinado da ditadura militar: “crescer o bolo para em seguida distribuir”. Hoje seria desbaratar o que conseguimos para, em seu lugar, construir a servidão neoliberal – pensam os homens do governo. Disso é emblemático que o Estado, com toda a precariedade de seu conteúdo burguês, esteja sendo esvaziado de suas funções de promoção social. Não menos emblemático que um país como o nosso, carente de produção industrial e agrícola, oriente-se por uma política governamental inibidora da produção e geradora de desemprego.

EDSON SILVA é economista e membro da Direção Nacional do PCdoB.

Notas

(1) Os 58 artigos da 1ª edição da MP ou os 84 da 13ª versão trataram de definições tão variadas quanto importantes. Entre elas: a criação de um novo padrão monetário, a instituição do Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal, disposições tributárias, normas para o ingresso e saída do país de moeda nacional e estrangeira, instruções reguladoras da relação entre o Banco Central e as instituições financeiras bancárias, condições para o reajuste e revisão dos preços e tarifas públicas e disposições de política salarial.

(2) Além do benefício do dólar desvalorizado frente ao real, a Receita Federal apurou, segundo a *Gazeta Mercantil*, que 62% das importações brasileiras são contempladas por financiamentos externos. Desse total, a maior parte das compras – 45% – são pagas num prazo de até 180 dias, e o financiamento é concedido pelo próprio fornecedor estrangeiro da mercadoria, mediante taxas de juros internacionais de cerca de 9%, muito abaixo das praticadas no Brasil. Pouco mais de 17% das importações recebem prazo de 181 a 360 dias. O câmbio atrasado mais as condições financeiras favoráveis asseguram um ganho líquido ao importador brasileiro não inferior a 20%, numa vantagem adicional para a competição com o capitalista do produto interno.

DOCUMENTOS

As reformas econômicas de FHC

Continuamos acompanhando a reforma da Constituição.

Aqui, os votos de Aldo Rebelo, Socorro Gomes e Inácio Arruda contra o aviltamento da soberania nacional

Voto em separado do deputado Aldo Rebelo sobre o conceito de empresa nacional

Relatório

A Proposta de Emenda à Constituição nº 05/95, inserida no corpo da Mensagem nº 193/95, é – entre todas as PECs enviadas pelo Presidente da República – a que de modo mais transparente revela a essência da concepção do atual governo acerca do significado da reforma em curso no Congresso. É apropriado, inclusive, afirmar que de sua aprovação depende o destino das demais. Alegando a necessidade da “construção de uma economia mais moderna, dinâmica e competitiva”, é sugerida nova redação para o artigo 171 da Constituição, no sentido de eliminar a suposta discriminação constitucional que sofre a empresa brasileira em confronto com a de capital nacional.

Com a eliminação do conceito de empresa brasileira de capital nacional, a PEC nº 05 sugere, em consequência, a retirada do inciso IX do artigo 170, que inclui, entre os princípios determinantes da ordem econômica, o tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte. Propõe ainda mudança no parágrafo primeiro do artigo 176, banindo a exclusividade da pesquisa e lavra de recursos minerais e o aproveitamento de potenciais de energia hidráulica por empresa brasileira de capital nacional.

Voto

Meu voto é posto em sentido antagônico a essa proposta, contrário ao desmonte (1) da Constituição e (2) dos alicerces do Estado Nacional, pretendido implicitamente em seu conteúdo.

1) A desconstitucionalização (o desmonte da Carta Magna)

O inciso I do artigo 1º da Constituição elege a soberania como pressuposto da existência da República Federativa do Brasil, que “constitui-se em Estado democrático de direito”. Tal formulação é reafirmada no inciso I do artigo 170, que sublima a soberania nacional como um dos princípios da Ordem Econômica. O artigo 3º, por sua vez, afirma que são objetivos fundamentais da República:

“I - construir uma sociedade livre, justa e igualitária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos (...).”

No artigo 4º, a República Federativa do Brasil é conceituada em suas relações externas pelo respeito a princípios como o da independência nacional, autodeterminação dos povos, não-intervenção, igualdade entre Estados, além de outros.

A proposta do governo conduz imediatamente, ou enquanto corolário, ao desmoronamento da coluna vertebral da nossa Carta Magna – o que somente poderia ser obra de um Poder Constituinte Originário; é a opinião consensual na OAB e entre os mais sérios e renomados juristas brasileiros. Formalmente, as emendas do governo seguem o rito determinado, mas as limitações do poder de reforma são explícita ou tacitamente materiais, de acordo com o renomado jurista Paulo Bonavides, que

considera ser “a teoria dos princípios hoje o coração das constituições”. As limitações explícitas estão incorporadas nas “cláusulas pétreas” (parágrafo 4º do artigo 60) e as limitações tácitas são as que ferem princípios constitucionais e alteram o espírito da Carta Magna. Não é, portanto, problema de ordem formal a pretensão de adulterar cláusulas pétreas e a coluna vertebral da Constituição através de propostas de emendas à Constituição, por um poder constituinte derivado.

É, entre outros, o ilustre jurista Pontes de Miranda, que, examinando as repercussões dos embates entre concepções divergentes (liberalismo ou intervencionismo) nos textos das constituições, observa “o advento de normas constitucionais de princípios programáticos de grande importância que buscam definir rumos e atribuir fins ao Estado, esvaziado pelo liberalismo econômico”. Acompanha sua tese o constitucionalista José Afonso da Silva. O poder constituinte originário, em 1988, atribuiu ao Estado papel decisivo em seu desenvolvimento, estabelecendo justas limitações ao poder do capital forâneo em setores estratégicos da economia brasileira. A supressão de sua presença nesses setores suprime também o princípio da soberania nacional e constitui, nessas condições, um gesto de pirataria que violenta nossa Constituição.

Comungam, além disso, os juristas, da concepção de que tais mudanças na Constituição não alteram a realidade, pois para os Estados Unidos, por exemplo, continuarão a

existir empresas brasileiras e norte-americanas conceitualmente e na prática. A pretensão de dar tratamento igual para desiguais não fará excluir as diferenças que sempre distinguiram empresas nacionais e estrangeiras.

Aliás, o Direito Brasileiro, desde nossa primeira Constituição, de 1824, sempre reconheceu a existência de situações especiais em que se mostra indispensável o controle nacional sobre certas atividades econômicas que apresentam perfil estratégico. Em 1828, a lei determinou que a tecnologia de mineração fosse progressivamente transferida para o controle nacional, e que pelo menos um terço do capital investido na lavra do ouro fosse brasileiro. O mesmo princípio foi aplicado às ferrovias, visando à formação do acervo técnico necessário ao desenvolvimento do país. O colapso de 10 de setembro de 1864 levou à limitação do capital estrangeiro no setor bancário a 25%.

A participação integral do capital nacional em determinadas atividades essenciais constou de diversas constituições brasileiras, a exemplo da exploração do diamante, em 1828; dos seguros de vida a partir de 1866; da pesca desde 1938. A preservação da identidade cultural e a defesa do interesse nacional motivaram também formalmente o pleno controle da União sobre jornais, rádios e tevês, navegação de cabotagem, exploração do petróleo, gás e outros hidrocarbonetos fluidos, prospecção de minerais e a propriedade de terras a 150 quilômetros das faixas de fronteira.

Os sistemas constitucionais dos países que hoje inspiram mudanças em nossa Carta Magna também reconhecem a preservação de atividades econômicas nas quais o controle nacional é indispensável. Mais recentemente, relevante orientação legislativa – especialmente nos Estados Unidos – vem exigindo a presença nacional em setores essenciais sob a égide da defesa militar ou do desenvolvimento tecnológico em absoluta harmonia com a ordem jurídica dos países hegemônicos. A Exon Florio Amendment é o mais notável exemplo dessa postura: por esse instrumento, o Presidente da República tem poderes para limitar e até impedir fusões e compras de empresas norte-americanas nos setores de alta tecnologia. Nesse país, as empresas estrangeiras não podem assumir o controle do capital nem administrar qualquer das empresas norte-americanas do setor de telecomunicações. Vê-se, desse modo, que, na pátria do capitalismo, a ação protecionista do Estado em setores essenciais é o reconhecimento de que o controle nacional representa um pressuposto para o desenvolvimento da própria economia de mercado. Outro exemplo desse reconhecimento é a Lei de Comércio e Tarifas (o Trade Act), que prevê retaliações às empresas e países que pratiquem,

mesmo que supostamente, *dumping* e outras ações contra capitais, bens e produtos de empresas norte-americanas. Posso citar ainda – entre outros numerosos exemplos da prática nacionalista que precede a prática intervencionista – o Jones Act, que apenas permite a navegação de cabotagem realizada por empresa norte-americana, em navio de bandeira norte-americana, construído pela indústria norte-americana e com tripulação norte-americana.

A partir de que princípio, então, nações como o Brasil – com menor desenvolvimento relativo e mais reduzidas possibilidades de crescimento da oferta local para a integração no mercado mundial – devem exterminar o controle nacional submetendo-o ao estrangeiro sem levar em conta a segurança do país ou seu futuro no campo tecnológico?

Vale ressaltar aqui que a introdução na Constituição de 1988 da diferenciação entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional foi expressão da vontade de um setor nacionalista liderado pelo ex-ministro e então senador Severo Gomes, como uma versão brasileira do American Buy Act, que assegura privilégios às empresas norte-americanas na compra de bens e serviços pelo Estado dos Estados Unidos.

2) O Estado Minimalista (o desmonte do Estado Nacional)

O escopo que sustenta a proposta de sujeição de nosso país e de sua economia à chamada globalização, que contingenciaria uma indispensável abertura, não possui nenhuma sustentação jurídica – nem nas normas do direito internacional nem na jurisprudência brasileira. Deve-se contestar com firmeza a falácia desse raciocínio economicista, que, embasado no caldo de cultura do liberalismo conservador e de sua moderna roupagem neoliberal, propõe a transformação de nosso país numa grande zona franca internacional, através da supressão do Estado nacional, de suas prerrogativas protecionistas, tornando-o incapaz de assegurar bem-estar e prosperidade para o seu povo. O percurso de nossa História e de nosso desenvolvimento econômico, social e político rejeita esse caminho.

Nosso país nasceu da expansão européia, na qualidade de colônia. Já naquele momento, conflitos econômicos acentuaram nossa relação com as metrópoles. Em 1785, Portugal proibiu em nosso território a existência de indústrias. De outro lado, nossos ascendentes, os inconfidentes mineiros de 1789, pugnavam por um desenvolvimento industrial autônomo. Essa contradição permeou a política econômica de todos os governos brasileiros. Os velhos interesses colonialistas, precursores do ideário

neoliberal, defendiam nossa vocação agrícola e a incapacidade industrial pela inexistência ou escassez de capitais. No lado oposto, os que advogavam mudanças estruturais profundas, a modernização e o crescimento industrial repousando no ideal da soberania, erguiam-se contra a estagnação do País. Na época da luta pela Independência, postavam-se exemplarmente em campos distintos personalidades como o Visconde de Cairu, um liberal à inglesa, adepto de Adam Smith, que desejava o Estado fora da economia; e José Bonifácio, que pensava o Estado como gestor do desenvolvimento, proibindo o trabalho escravo, dividindo o latifúndio, criando um mercado interno independente, à margem dos interesses coloniais. A história nos legou também exemplos como o de Mauá, um empreendedor brasileiro que criou empresas bem-sucedidas sucessivamente apropriadas e falidas pelo capital estrangeiro.

Com o advento da República, a controvérsia foi a mesma: propostas industrialistas nacionais, de um lado; interesses agro-mercantis-exportadores, de outro, na perspectiva da manutenção de uma divisão internacional do trabalho conveniente para o Império Britânico – todos deviam fornecer matérias-primas à Inglaterra e comprar seus produtos industrializados. Em 1891, o jornal *O Industrial* dizia: “Um país que se projeta em enorme extensão em nosso planeta, podendo produzir tudo, assimilar todas as raças e dar emprego vantajoso a todas as aptidões, não pode continuar a ser uma feitoria colonial”.

A presença do Estado na economia esteve sempre no centro das discussões. A intervenção estatal em favor da indústria tornou-se política oficial em 1930 com Getúlio. Mas o debate entre defensores (a exemplo de Roberto Simonsen) e inimigos (como Eugenio Gudín) da industrialização no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, em 1944, demonstrou que não ocorrera a derrota dos livre-cambistas e do setor agromercantil. Nessa ocasião, Gudín pregava uma política de austeridade econômica, considerando o crescimento dos meios de pagamento, a alta dos preços e a inflação os principais problemas a serem enfrentados por uma reformulação da política monetária. Propunha ainda a redução do volume de obras e investimentos do Estado, bem como a restrição e o controle do crédito. Criticava as medidas protecionistas e dizia que o país deveria exportar e importar muito, adotando os princípios do acordo de Bretton Woods: liberdade de entrada e saída para o capital estrangeiro, igualdade de tratamento entre capital estrangeiro e capital nacional, nenhuma restrição à remessa de lucros.

Basicamente as mesmas teses foram reapresentadas cinquenta anos depois pelo Con-

senso de Washington, voltaram a orientar o governo após 1945, quando Getúlio foi deposto, foram derrotadas com seu retorno em 1950 e vitoriosas novamente com seu suicídio em 1954. Ambigüidades e vacilações não as sepultaram, contudo, e esse confronto perpassou 1964, vinte e um anos de regime militar e mais dez de governos civis até o atual momento, quando jovens economistas com tradição de esquerda e formação acadêmica norte-americana em Harvard, Cambridge e Massachusetts se esmeram em servir a senhores que rondaram e rondam qual aves de rapina os interesses nacionais e as riquezas de nossa gente.

Hoje, apresenta-se o velho livre-cambismo como novidade, passaporte para a modernidade, em nome do antiestatismo ideológico. Lembro aqui, já que é este o caso, a advertência de Mauá em obra datada de 1878:

“Cumpra estar prevenido contra certas idéias apregoadas com dogmática severidade por parte de doutrinários inflexíveis, as quais nem sempre são aplicáveis a países onde as causas que determinam certos fenômenos são diversas, e portanto o regime aconselhado como salvador de altos interesses para uns daria em resultado ficarem estes seriamente comprometidos em outros, se o bom senso nacional não repelisse o presente de grego”.

Lembro também as bem recentes reflexões do jovem e brilhante economista César Benjamin, que renova as preocupações dos grandes vultos de nossa História, lembrando que não há mais o que abrir na economia brasileira a não ser barreiras comerciais cimentadas na necessidade de superávits para o pagamento das dívidas com os credores externos. Estas, que haviam passado por breve interregno, foram reconstituídas com a recente revoada dos ariscos capitais voláteis, após os maiores déficits comerciais da história do Brasil, nos primeiros meses deste ano de 1995. Benjamin está bem fundamentado quando afirma ser a economia brasileira uma das mais abertas do mundo. Em nosso País, as empresas estrangeiras entram com 32% da produção, subindo essa taxa de participação quando em setores dinâmicos como material de transporte (78%), material elétrico e indústria farmacêutica (85%), permanecendo aqui apenas em alguns exemplos.

Ao apresentar esta Proposta de Emenda à Constituição ao Congresso Nacional, o governo brasileiro desenha um comportamento claro: demonstra que abdica do direito de transformar o Brasil numa sólida economia — capaz de enfrentar com altivez as tempestades de ca-

da vez mais desordenada ordem capitalista mundial e de elevar o padrão de vida de sua população. Tenta claramente bloquear os caminhos que, para Darcy Ribeiro, levam um povo à condição de “povo de primeira classe” na perspectiva da superação do atraso e da dependência. Tal passagem exige, entretanto, o reconhecimento de sua história. Ao admitir em suas proposições a vitória do liberalismo, o governo brasileiro assume o triste fardo de fiel da balança de um confronto que percorre séculos dessa mesma história. Tenta sepultar a memória e as idéias de vultos indelévels da trajetória política da formação da sociedade e da nacionalidade brasileira. Não foi esse o destino pensado e por que lutaram os que acreditaram e acreditam no Brasil como Estadação. Aos que arquitetam essa reforma, restará o mesmo registro que sombreou homens como Judas, Quisling e Silvério dos Reis.

Reafirmo, portanto, pelas razões aqui expostas, o voto contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1995, em meu próprio nome e em nome do meu Partido.

Aldo Rebelo
Deputado federal, PCdoB - SP

Voto em separado da deputada Socorro Gomes sobre a navegação de cabotagem

Relatório

Em 16 de fevereiro de 1995, o Presidente Fernando Henrique Cardoso encaminhou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional nº 07-A, que elimina preceitos fundamentais que asseguram a manutenção de uma frota mercante nacional configurados no artigo 178 de nossa Constituição Federal.

Pretende o Governo Federal que o citado artigo limite-se à seguinte redação:

Art. 178. A Lei disporá sobre a ordenação dos transportes aéreo, marítimo e terrestre, devendo a ordenação do transporte internacional observar os acordos firmados pela União, atendido o princípio da reciprocidade.

Parágrafo único. A lei disciplinará a navegação de cabotagem e interior.

Inclua-se no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o seguinte artigo, onde couber:
Art. — Enquanto não se editar a lei de que cuida o parágrafo único do artigo 178, modificado pela Emenda Constitucional número 07-A, de 1995, a Navegação de Cabotagem e a Interior permanecerão privativas de embarcações nacionais, salvo em casos de necessidade pública.

Tal proposta retira do texto constitucional a obrigatoriedade de predominância dos armadores nacionais e navios de bandeira e re-

gistros brasileiros e do país exportador ou importador, bem como de serem brasileiros os armadores, os proprietários, os comandantes e dois terços, pelo menos, dos tripulantes de embarcações nacionais.

Quanto à navegação de cabotagem e à de interior, ao retirar-se o princípio constitucional que garante serem privativas de embarcações nacionais, salvo caso de necessidade pública, segundo dispuser a lei e lançá-las a Legislação Ordinária, como pretende a Emenda, é inegável que o governo demonstra inequívoca disposição a abrir a nossa navegação de cabotagem e a de interior a embarcações estrangeiras.

É inaceitável que, a título de um mero enxugamento do texto constitucional e de uma assumida flexibilização de nosso transporte aquaviário, possibitemos a operação interna de embarcações de países que obedecem o princípio da reciprocidade.

A elite dirigente brasileira costuma decidir olhando a experiência estrangeira, dos países desenvolvidos. O transporte interno, de mercadorias e de pessoas, em quase todos os países do mundo, é feito exclusivamente por empresas nacionais. A navegação de cabotagem é privativa de embarcações nacionais nas principais potências marítimas, citando-se como

exemplo os Estados Unidos, França, Japão, Holanda, Alemanha, Grécia etc. Nos Estados Unidos, o “Merchant Marine Act”, de 1920, estabelece, em sua seção 27, que a navegação de cabotagem só pode ser realizada por navios de propriedade de cidadãos norte-americanos, tripulados por nacionais e que tenham sido construídos nos Estados Unidos. A propriedade, no caso, significa estar sob controle de norte-americanos 75% do capital da empresa de navegação, exigência que se repete à empresa que explore a navegação de longo curso.

O Japão, proprietário de uma das maiores frotas marítimas do mundo, reserva às embarcações japonesas a navegação de cabotagem no país e exige serem japoneses os navios e seus proprietários. As corporações comerciais devem ser sediadas no país, controladas por japoneses ou por pessoas jurídicas com seu centro de decisão no Japão, sendo seus representantes cidadãos japoneses. Também o tráfego doméstico é restrito às embarcações japonesas.

Na Argentina, o artigo 1º do Decreto Lei nº 19.142, de 1944, determina que a navegação de cabotagem será praticada exclusivamente por barcos argentinos, sob comando argentino e com parte da tripulação composta por nacionais.

Para se ter noção dos cuidados que os Estados Unidos tomam com sua navegação costeira, na Rodada Uruguai do GATT não permitiram incluir, no item sobre serviços, a liberação do transporte marítimo internacional e também o de cabotagem.

Da mesma forma que os países citados, a obrigatoriedade de utilização de embarcações nacionais na navegação de cabotagem no Brasil é uma constante histórica nas constituições brasileiras desde a Constituição de 1891, permanecendo intocada nas Cartas de 1934, 1946, 1967 e 1988.

A Emenda Constitucional proposta pelo governo não encontra parâmetros de comparação em nenhuma das nações desenvolvidas ou consideradas em desenvolvimento de todo o mundo. Pelo contrário, pretende criar no Brasil uma situação privilegiada para as grandes frotas marítimas, não se importando que os países de origem dessas mesmas frotas estabeleçam reservas para protegerem seus interesses e de suas empresas de navegação.

Além da inexistência de exemplos internacionais que possam justificar a aprovação da PEC 07-A, é importante observar que a costa marítima brasileira está geograficamente distante das rotas predominantes do comércio internacional (o chamado tráfego Norte/Sul/Europa - América do Norte), com mais de 80% desse comércio. Nosso tráfego é marginal, atuando principalmente no sentido Norte-Sul. Assim sendo, não há interesse do capital estrangeiro em manter linhas regulares em nossa costa, apenas viagens eventuais, de acordo com seus interesses específicos. O escoamento de nossas mercadorias ficaria então à mercê de momentâneas situações do quadro do comércio internacional, que podem ser favoráveis ou não à permanência de navios estrangeiros em nossa costa. Em muitas situações, "ficaremos a ver navios", como diz o ditado popular.

Além disso, a cabotagem certamente seria fruto da ação de *dumping* de empresas de navegação estrangeiras com interesses temporários em nosso mercado interno, eliminando em curto prazo a nossa própria frota mercante de cabotagem. A ação de *dumping* é perfeitamente possível, haja vista a exigência de "megatransportadores", possuidores de capital superior a US\$ 2 bilhões e mais de uma centena de navios por empresa, representando grandes grupos estrangeiros (Alemão, Dinamarquês, Americano, Chinês e Japonês).

Aprovada a proposta do governo, nossa submissão ao poder marítimo estrangeiro não se limitaria ao escoamento de nossas mercadorias. Haverá certamente a discriminação de produtos e tráfegos, deixando aos brasileiros as piores cargas e as piores rotas.

A PEC 07-A é, inclusive, incoerente com a posição dos governos envolvidos no MERCOSUL,

que reconheceram a privacidade de suas respectivas navegações de cabotagem e interior.

A provável falência da maioria de nossas empresas de cabotagem traria mais um forte fator de enfraquecimento à nossa já debilitada indústria de construção e reparação naval, com a suspensão de novas encomendas, gerando ainda mais desemprego, num setor de desempregados. A inevitável instabilidade da Legislação Ordinária decorrente de tramitação de projetos de lei em atendimento aos mais diversos interesses de grupos econômicos, sejam nacionais, sejam estrangeiros, inegavelmente inibirá o investimento da armação nacional no aumento de sua frota própria, para atendimento de tráfego doméstico, pois certamente encontrará a concorrência predatória de megatransportadoras internacionais, que atuarão de forma a inviabilizar economicamente a armação nacional, para, *a posteriori*, estabelecerem as condições que lhes forem satisfatórias. Vale aqui ressaltar que o investimento para a construção de um único navio é da ordem de dezenas de milhões de dólares.

Vale considerar ainda que o mercado da cabotagem corresponde a cerca de 300 milhões de dólares por ano, não podendo ser considerado desprezível. No entanto, num primeiro momento, pode-se pensar que o alvo das grandes empresas de navegação estrangeira seria o transporte de carga. Na verdade, são transportadas cerca de 68 milhões de toneladas de carga pela nossa cabotagem, das quais 49 milhões são graneis líquidos, basicamente petróleo e seus derivados, 18 milhões de toneladas são graneis sólidos e tão somente 1 milhão de toneladas são de carga geral, onde estão as chamadas cargas nobres, de alto valor agregado. Ao contrário do que se diz, não haverá interesse na carga geral, pois nossos portos não estão ainda aparelhados convenientemente para receber esse tipo de carga, devido à falta de política governamental para o setor.

Tudo isso só serve para confirmar que o alvo principal da liberalização proposta pelo governo é o transporte de petróleo e seus derivados. O que se quer é a plena garantia da entrega do petróleo ao capital estrangeiro em toda a sua etapa, desde a prospecção até seu transporte interno.

Conclui-se daí que a emenda sobre navegação de cabotagem e interior correlaciona-se, nos objetivos e nos efeitos nocivos para o país e o povo, com as emendas também em apreciação no Congresso Nacional, que tratam da "flexibilização" do monopólio estatal do petróleo e que eliminam as diferenças constitucionais entre a empresa brasileira de capital nacional e as empresas estrangeiras.

No que se refere ao transporte marítimo decorrente de nosso comércio exterior, faz-se necessária a observação de que o governo bra-

sileiro tem exaustivamente divulgado sua intenção de alcançar a marca dos US\$ 200 bilhões até o final da década. O que representa dizer que teríamos, nesse caso, gastos superiores a 15 bilhões de dólares somente com o pagamento de fretes para transportar as mercadorias de nossa exportação, caso o atual preceito constitucional de predominância de navios brasileiros e dos parceiros comerciais não for observado.

Pelo acima exposto, torna-se evidente o papel histórico que o Congresso Nacional está mais uma vez compulsoriamente convidado a desempenhar. De maneira ardilosa, forças estranhas aos interesses da nação brasileira articulam-se no sentido de enfraquecer o poder marítimo do Brasil, colocando em cheque sua soberania no transporte de mercadorias de seu interesse e pretendendo criar maiores facilidades para que o país perca por completo o controle estatal sobre a produção e o transporte do petróleo, principal fonte de energia do mundo.

O substitutivo à PEC 07-A, de autoria do Deputado José Carlos Aleluia, apesar de constatar em sua exposição de motivos que a navegação de cabotagem e interior em nosso país requer, no mínimo, tratamento equânime ao da maioria das nações independentes e soberanas do mundo, opta por desconstitucionalizar o tema, remetendo-o para a legislação ordinária, ou seja, passando um cheque em branco para o governo e sua maioria parlamentar submissa decidirem assunto de tamanha gravidade com o uso de quorum privilegiado.

Na verdade, o substitutivo do Relator cria maiores facilidades para que o governo e os grupos econômicos que pressionam pela quebra do monopólio estatal da navegação de cabotagem e interior possam, em breve, criar as normas que querem para uma questão que envolve a independência e a soberania do Brasil.

Cabe ao Congresso Nacional dar uma resposta à altura a essa ameaça à nação brasileira e, a exemplo do que fazem as nações soberanas de todo o mundo, manter intocado o atual artigo 178 da Constituição brasileira, procedendo à sua urgente regulamentação.

Voto em separado

Ao longo das últimas semanas, tivemos oportunidade de ouvir os mais variados expositores e, muito embora constatando posições diferenciadas, pudemos observar que havia entre eles um denominador comum: reconhecimento da importância do transporte marítimo para uma nação.

O argumento de enxugamento do Texto Constitucional tantas vezes aqui avocado só convence ingênuos ou mal intencionados. Por que justamente num artigo de extrema importância para o país querem enxugar o texto? Por que remeter para Lei Orgânica a possibilidade de escancararmos nosso transporte marítimo

doméstico para outras nações? Por que optarmos pela dúvida quando já temos a certeza?

Diversos expositores afirmaram que a eliminação do atual artigo 178 de nossa Constituição Federal em nada influirá no custo dos serviços portuários, na modernização da infraestrutura portuária e, muito embora tenham aqui observado a tentativa de aliar-se uma questão a outra, ficou a certeza de que o artigo 178 da Constituição Federal não interfere, não atrapalha, nem ajuda a obtenção de uma estrutura portuária ágil, moderna e eficiente.

Em nosso entendimento, a proposta de Emenda Constitucional nº 07-A, se aprovada na forma proposta pelo Relator, fará com que o Brasil fique subjugado a interesses externos e, ao contrário da grande maioria das nações soberanas do mundo, tenha sua navegação de cabotagem e interior controlada por grupos econômicos internacionais, ficando ao sabor de seus interesses comerciais.

Pelo que aqui nos foi exposto, ficou a certeza de que o Governo Federal, muito antes de preocupar-se em retirar as garantias constitu-

cionais da atividade mercante marinha nacional, deveria esforçar-se no sentido de regulamentar o artigo 178 da Constituição.

Assim sendo, na defesa da soberania do Brasil sobre suas atividades de navegação de cabotagem e interior, manifesto meu voto contrário ao parecer do Relator e pela manutenção do atual Texto Constitucional.

Socorro Gomes
Deputada federal, PCdoB-PA

Voto em separado do deputado Inácio Arruda sobre o gás canalizado

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional Proposta de Emenda Constitucional que altera o Parágrafo 2º do Artigo 25 da Constituição Federal suprimindo a expressão “a empresa estatal, com exclusividade de distribuição”. A alteração proposta ao texto constitucional transfere do poder público para a iniciativa privada o monopólio da distribuição do gás canalizado sob o argumento de que “a crise fiscal do Estado [...] limita a capacidade de investimento e expansão da oferta dos serviços públicos prestados à população, em particular o gás canalizado”.

Em verdade, tem sido sempre o mesmo argumento do Poder Executivo para “fundamentar” o conjunto de PECs enviadas ao Congresso alterando dispositivos da Constituição Federal referentes à ordem econômica: a incapacidade de investimentos do poder público. No caso da PEC nº 04, a justificativa, extremamente exígua, não apresenta um só dado demonstrando tal “incapacidade”. Desse modo, não há como saber qual o volume de gás consumido e quantos usuários existem no Brasil, quais as perspectivas de substituição de outros combustíveis pelo gás, qual o volume de recursos necessários ao sistema, qual a disponibilidade de recursos na iniciativa privada etc. Desse modo, deve-se louvar a iniciativa da Comissão Especial de realizar audiências públicas para ouvir representantes de diversos setores sobre a proposta governamental.

Na mensagem enviada ao Congresso, o Poder Executivo afirma que, na forma atual, o texto constitucional “confere virtual ‘reserva de mercado’ para empresas estatais estaduais, regime não mais consentâneo com o processo de abertura e a necessidade de redução de preços e melhoria da qualidade dos bens e serviços da Economia”. Trata-se aqui de uma série de inverdades, como demonstraremos em seguida.

Em primeiro lugar, não existe “reserva de mercado” para empresas estatais estaduais pelo

simples motivo de que não está vedada a participação, na distribuição do gás canalizado, da iniciativa privada que, inclusive, já participa como sócia de parte dos estados onde já foram constituídas empresas. E mais, tal participação pode chegar até a 82% das ações da empresa, como permite a chamada “Lei das Sociedades Anônimas”. Apesar disso, nem sempre houve interesse de empresas privadas em participar da constituição inicial das distribuidoras estaduais, como foi o caso da CEGÁS no Estado do Ceará.

Ainda em relação à participação da iniciativa privada no setor, é importante ressaltar que, até fins da década de 60, somente empresas privadas atuaram nos serviços de gás canalizado no Brasil. Somente após a falência dos sistemas privados em nove cidades brasileiras (Salvador, Recife, Fortaleza, Porto Alegre, Belém, Niterói, São Luiz, Santos e Taubaté) e com a perspectiva de colapso no fornecimento aos consumidores de São Paulo e Rio de Janeiro as empresas controladas pelo poder público passaram a atuar nesses estados.

Quanto à redução de preços através da privatização da distribuição, o exemplo da vizinha Argentina é bastante ilustrativo e demonstra, como em outras questões, que o caminho seguido não é nada aconselhável. Após obter um admirável desempenho no setor, aquele país privatizou a empresa GAS DEL ESTADO e dividiu o mercado entre oito companhias privadas. Rapidamente a tarifa média triplicou e os grandes consumidores foram privilegiados em detrimento dos de menor porte. O que demonstra também que a privatização não favorece a grande maioria da população com a melhoria da qualidade dos serviços. A explicação é a natural tendência dos capitais privados a buscar negócios de lucro certo a curto prazo. No caso do gás canalizado, somente os grandes consumidores asseguram lucro certo, enquanto que a rede domiciliar, por não ser rentável, não atrai investimentos privados.

Busca também o Poder Executivo apoiar-se na “redução da interferência estatal nas atividades produtivas, de forma a liberar recursos públicos escassos para as funções precípua do Estado, mormente no campo social”. Mais uma vez, os argumentos não se sustentam diante dos fatos. A experiência internacional, principalmente nos chamados países desenvolvidos, é justamente no sentido contrário ao que se pretende dar ao Brasil. Na Comunidade Europeia, maior consumidora mundial de gás natural, países como França, Itália e Espanha, através das estatais GAZ DE FRANCE, ENI e ENAGAS, respectivamente, participam diretamente da distribuição e ainda exercem forte atividade de fiscalização e normatização. Agindo assim, os referidos países exercem funções precípua do Estado, que é oferecer bem serviços eficientes e de boa qualidade à população, sem abandonar suas funções sociais. No caso brasileiro, a privatização de estatais, sob o argumento de “liberar o Estado para melhor exercer sua função social”, mesmo tendo trocado empresas como a CSN, a USIMINAS, a EMBRAER e outras por “moedas podres”, não trouxe nenhuma melhoria no atendimento às necessidades sociais do povo brasileiro.

Voto em separado

Pelas razões acima expostas e considerando que a PEC nº 04 faz parte de um conjunto de propostas que submetem o Brasil aos interesses de grandes grupos empresariais, em especial ligados ao capital estrangeiro, sendo portanto um grave atentado à soberania nacional, voto pela rejeição da proposta governamental e pela manutenção do texto atual do Parágrafo 2º, do artigo 25 da Constituição Federal.

Inácio Arruda
Deputado federal, PCdoB-CE

Modo de produção capitalista e classes sociais no Brasil contemporâneo

JOSÉ CARLOS RUY

Profundas mudanças de caráter capitalista, na estrutura de classes da sociedade brasileira, são base de um programa socialista – esforço para construir um país novo

As coisas na sociedade nunca ocorrem obedecendo apenas à vontade dos atores sociais. Cada fenômeno esconde, atrás da obviedade do fato, toda a trama social que lhe deu origem. Não se faz história por ato de vontade: ela decorre do fato de que, para produzir aquelas coisas que lhes são necessárias à sobrevivência, os homens estabelecem certas relações com a natureza e com os outros homens. Foi com Marx que o reconhecimento dessa verdade se impôs.

Para criar as condições materiais de sua existência, os homens estabelecem “relações básicas e fundamentais que são o suporte de toda a organização social” (Costa Pinto: 1978, pp. 183/184). É no âmbito dessas relações – que são relações de produção, e cuja expressão jurídica é o direito de propriedade – que as classes sociais se definem e se organizam.

“As classes sociais são grandes grupos ou camadas de indivíduos que se diferenciam, basicamente, pela posição objetiva que ocupam na organização social da produção. Essas classes se relacionam e se superpõem formando um sistema de classes que é parte integrante da estrutura social e que, historicamente, se transforma com a transformação da sociedade. A posição das diferentes classes na estrutura social é fundamentalmente determinada por suas relações com os meios de produção e com o mercado. Elas se identificam pelo papel que têm na organização do trabalho, e daí, pelo volume, pelo modo de ganhar e pelo modo de empregar a porção de riqueza de que dispõem.” (Costa Pinto, 1978, pp. 188/189)

Em conseqüência, é só através da análise das diversas classes que compõem a sociedade, da forma como se relacionam, do estado atual da luta de classes, que podemos acompanhar os fenômenos sociais até suas raízes, saber

onde estão seus limites e quais são as nossas possibilidades reais de ultrapassá-los.

No Brasil, o surgimento e o desenvolvimento das classes sociais foram – como em toda parte – condicionados pela dinâmica histórica da formação econômico-social brasileira. Vamos fazer aqui apenas um esboço da situação atual das classes sociais no Brasil, deixando para outra oportunidade o exame – essencial – de seu desenvolvimento histórico, desde o passado escravista até a plena hegemonia do modo de produção capitalista em nosso país.

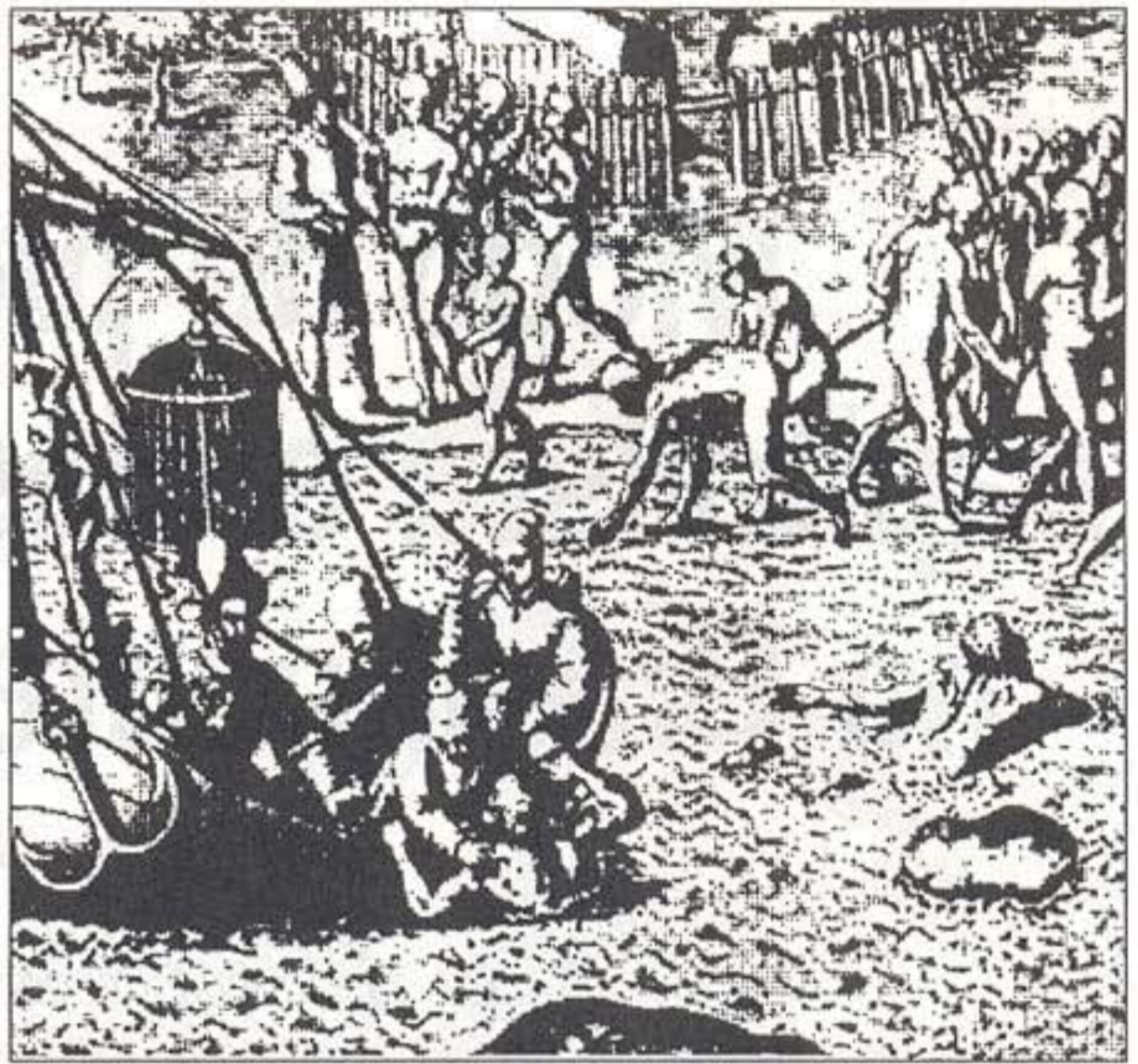
É necessário, entretanto, registrar que a sucessão dos modos de produção no Brasil seguiu uma dinâmica própria, que condicionou o desenvolvimento da estrutura de classes da sociedade brasileira e que dá a ela suas particularidades próprias.

O escravismo perdurou no Brasil desde o início da colonização até o final do século passado. Foi em suas entranhas que o capitalismo brasileiro se desenvolveu – e esta é uma particularidade importante: ele surgiu a partir da desagregação do modo de produção escravista, seguindo uma rota diferente daquela vivida pelo capitalismo europeu, que nasceu a partir da desagregação do feudalismo. Aqui, a passagem do escravismo ao capitalismo foi mediada por um período de transição que, em linhas gerais, vai de meados do século XIX – quando o escravismo começa a se desagregar – até o final da República Velha (Pereira, 1984, p. 457).

Outra particularidade importante do capitalismo brasileiro é que ele foi retardatário. Ele aflorou numa época em que o capitalismo, em nível mundial, entrava em sua etapa imperialista. Surgiu em uma sociedade dominada por interesses agrários, pelo grande capital mercantil, aliados ao capital estrangeiro, e com um papel definido na divisão mundial

do trabalho. A base da estrutura produtiva brasileira ainda era ocupada por uma categoria de trabalhadores semi-assalariados, típica do período de transição: o colono ou morador, cuja remuneração combinava uma forma de regime salarial pouco desenvolvida com formas de remuneração ainda marcadamente pré-capitalistas. Estava configurado, assim, um quadro em que a burguesia industrial tinha de lutar, de um lado, contra aqueles setores da elite que eram adversários da industrialização e, de outro, defender-se das lutas operárias que resistiam à exploração capitalista que começava a se impor (Ruy, 1984, p. 253; Gorender, 1987, p. 26).

Com a revolução de 1930 e, principalmente, com o Estado Novo (1937-1945), começa a ocorrer uma mudança fundamental na sociedade, que levou ao Brasil moderno: a ascensão da burguesia industrial ao centro do poder e o começo da incorporação da classe operária na cena política oficial. No final dos anos 50, a burguesia industrial e o proletariado firmaram-se como classes fundamentais na sociedade brasileira. Com o Estado Novo, a transição para o capitalismo começa a encerrar-se e, nas décadas de 40 e 50, as relações de produção tipicamente capitalistas generalizam-se no país e começam a tornar-se hegemônicas.



**Entre 1950 e 1980,
a classe operária
cresceu e passou
a trabalhar
em grandes indústrias**



Na década de 50, o valor da produção industrial superou, pela primeira vez, o valor global da produção agrícola. A população ocupada na agricultura parou de aumentar, para retrair-se nas décadas seguintes. Em 1940, 69% da população estava na zona rural; em 1980, apenas 32%. Nas cidades, as indústrias modernas registraram enorme crescimento: entre 1960 e 1980, a indústria metalúrgica cresceu 202%, a mecânica 730%, a de materiais elétricos 342% e a de material de transporte 225%.

No começo dos anos 80, a burguesia urbana controlava mais de 346 mil estabelecimentos. Desses, 1.040 grandes empresas controlam 12% do valor da produção e empregam 9% dos trabalhadores. Segundo Jean Bernet, autor do *Atlas financeiro do Brasil*, um pequeno grupo de 180 famílias ocupa o topo da estrutura de classes: forma a burguesia monopolista brasileira que, aliada ao capital estrangeiro e ao Estado, domina a economia brasileira.

A presença das empresas estrangeiras tornou-se enorme. Entre as 8.480 maiores empresas que operavam no Brasil em 1983, segundo a revista *Visão* de agosto de 1984, havia 7.545 empresas privadas nacionais que empregavam 68% dos trabalhadores e detinham 65% do lucro líquido. As estrangeiras, um pequeno grupo de 527 empresas, ocupavam

12% dos trabalhadores e ficavam com 22% do lucro líquido, enquanto as estatais, 408 empresas, empregavam 20% dos trabalhadores e tinham 13% do lucro líquido.

Entre 1950 e 1980, a classe operária cresceu, amadureceu, e grande parte de seu contingente passou a trabalhar em grandes indústrias. Em 1950, a soma dos operários da indústria, dos transportes e comunicações, da construção civil e rurais era de cerca de 2,8 milhões, e representava 16,5% da população economicamente ativa (PEA). Em 1980, essa soma era de 14,3 milhões, e representava 32,7% da PEA. Nesses anos, 22% dos operários estavam empregados em estabelecimentos que tinham, em média, 850 trabalhadores. Em 1981, apenas três gigantes – a Petrobrás, a Volkswagen e a General Motors – empregavam mais de 100 mil trabalhadores (*Retrato*, 1984, vol. 3, p. 127).



**Em anos recentes
verificou-se
uma crescente
proletarização
das camadas médias**

No campo, aceleraram-se as transformações que levaram do colono ao bóia-fria. Colonos, pequenos rendeiros e parceiros foram despojados dos poucos instrumentos de produção que ainda possuíam e arrastados à voragem capitalista triunfante, que os transformou nos ossos e na carne do proletariado rural, a principal categoria de trabalhadores agrícolas nas décadas de 60 a 80.

Outra transformação importante ocorrida no campo com a extensão do capitalismo foi o aburguesamento do latifúndio. O estímulo aos produtos de exportação e o desenvolvimento do latifúndio por meio de capitais monopolistas beneficiados por incentivos fiscais e creditícios resultou num

aumento da concentração da propriedade, na mecanização de algumas culturas e na difusão do trabalho assalariado, significando também um aprofundamento da aliança entre o capital monopolista brasileiro e estrangeiro e o latifúndio modernizado na forma de empresa agrícola.

A estratégia governamental de distribuição de recursos públicos e serviços através de bancos oficiais e outras agências estatais significou um golpe fundo no poder das oligarquias locais, deixando-as com poucas opções: transformar-se, adotando métodos capitalistas em suas propriedades e na comercialização de seus produtos, ou desaparecer (Bursztyn, 1984, p. 30).

Essas mudanças foram completadas, em anos recentes, com a crescente proletarização das camadas médias. Os dados oficiais não permitem a identificação quantitativa das novas e velhas classes médias, mas denotam uma provável estagnação das "velhas classes médias" (constituídas por pequenos industriais e comerciantes, profissionais liberais e autônomos, altos funcionários públicos civis e militares) e o crescimento das "novas classes médias" (formadas por administradores das empresas privadas, técnicos, gerentes, trabalhadores assalariados de formação universitária, como médicos, advogados, engenheiros, bancários, a camada superior dos empregados no comércio, o baixo funcionalismo etc.). Dados divulgados em 1982 pelo Sindicato dos Médicos de São Paulo dão uma idéia da proletarização desse importante setor das velhas classes médias: apenas 5% dos médicos viviam exclusivamente do exercício liberal da medicina, e 80% dependiam unicamente de seus salários (*Folha de S. Paulo*, 4/4/1982).

Os dados do censo de 1991 mostram que três entre quatro brasileiros moram nas cidades



O resultado dessas mudanças é a atual estrutura de classes capitalista na sociedade brasileira, que eliminou ou subordinou velhas formas pré-capitalistas. Estas, no entanto, ainda mantêm um peso significativo em muitas regiões e setores marginais e subordinados da formação social brasileira.

O censo de 1991 mostrou que essas mudanças ainda não estavam estabilizadas. A população rural diminuiu em 22 dos 27 estados, e três em cada quatro brasileiros moram em cidades. No Sudeste, 88% das pessoas moram em cidades; no Nordeste, são 60,6% (em 1980 eram 50,5%). Parcela significativa da população fixou-se nas regiões metropolitanas – 42,6 milhões de pessoas, cerca de 1/3 do total, número semelhante ao de 1980.

As grandes metrópoles nacionais, como São Paulo e Rio de Janeiro, deixaram de atrair migrantes, e o censo constatou um importante movimento de fixação regional e de redirecionamento do fluxo migratório para o interior do país. Não é por acaso que o censo encontrou 12 cidades com mais de 1 milhão de habitantes. No Nordeste, por exemplo, a tendência dos migrantes não é mais procurar as

cidades grandes do Sudeste, mas sim os centros regionais. Para o IBGE, a população nordestina iniciou um movimento de fixação, e as cidades tiveram um crescimento de 3,55% ao ano, taxa maior que a média global da região; paralelamente, o volume da população rural caiu em mais de meio milhão de pessoas.

Mas as desigualdades regionais ainda são enormes. Elas são reveladas de forma eloqüente pelos dados sobre renda. No Sudeste, a renda média mensal do chefe de domicílio em 1991 era de 4,4 mínimos; no Nordeste, era de 1,9. A renda da metade dos chefes de família mais pobres variou muito de estado para estado. No Ceará, por exemplo, 61% tinham renda inferior a um salário mínimo. Em São Paulo e no Distrito Federal, a metade dos chefes de família mais pobres tinha renda abaixo da marca de cinco mínimos.

Tabela 1 – Renda do chefe do domicílio em salários mínimos

Faixa de renda	Estados selecionados					
	Ceará	Minas Gerais	Paraná	Rio de Janeiro	Distrito Federal	S. Paulo
até 1 SM	61%	42%	31%	25%	13%	12%
1 a 2	19%	23%	25%	23%	20%	21%
2 a 5	11%	20%	25%	27%	29%	34%
5 a 10	4%	8%	10%	12%	16%	17%
mais de 10	3%	6%	6%	9%	20%	12%
s/renda	2%	3%	3%	4%	2%	4%

Fonte: IBGE - Censo de 1991

Como a pobreza, a riqueza também está concentrada regionalmente. O Ceará tinha 3% de chefes de família com renda superior a 10 mínimos. Em situação melhor, São Paulo tinha 12% de chefes de família nessa faixa privilegiada, e o Distrito Federal, 20%.

Os dados do PNAD de 1990 permitem uma aproximação, embora imprecisa, do esboço numérico das classes sociais no Brasil de hoje. Eles mostram que, naquele ano, 5% da população economicamente ativa (PEA) era formada por patrões; 23% eram trabalhadores por conta própria, e 65% eram empregados assalariados (apenas 38% com carteira profissional assinada)

Tabela 2 – População economicamente ativa. Posição na ocupação

Categoria	Número (em milhões)	%
Empregados	40,2	65
Autônomos	14,1	23
Empregadores	2,9	5
Não remunerados	5,0	8
Total	62,2	101

Fonte: PNAD 1990

Esses 62,2 milhões de trabalhadores estavam assim divididos pelos setores da economia: 14,2% na agricultura e

extração mineral e vegetal; 14,2% na indústria de transformação; 54,4% no chamado terciário (comércio, serviços, administração pública etc.).

Tabela 3 – População economicamente ativa. Distribuição por ramo de atividade.

Ramo	Número (em milhões)	%
Agrícola	14,2	22,8
Industrial	14,2	22,8
Transformação	9,4	15,1
Construção	3,8	6,1
Outras	1,0	1,6
Serviços	33,7	54,4
Comércio	8,0	12,8
Prestação de serviços	11,1	17,9
Serv. aux. da ativ. econômica	2,0	3,3
Transp. e Comunic.	2,4	3,9
Social	5,4	8,7
Adm. Pública	3,1	5,0
Outras	1,7	2,8
Total	62,1	100,0

Fonte: PNAD 1990

A metodologia do IBGE não permite uma avaliação do tamanho da classe operária. O Instituto pesquisa a distribuição dos trabalhadores por ramo de atividade e a posição na ocupação, sem se preocupar em identificar com precisão o caráter da função exercida (trabalhador manual, técnico, administrativo, cargos de chefia, gerência e direção etc.). Por isso, os dados do censo e do PNAD permitem apenas uma indicação da situação de classes. Em 1990, existiam 40,2 milhões de trabalhadores assalariados no país (65% do total de trabalhadores). Comparados com dados de 1980, percebe-se uma diminuição relativa da participação dos trabalhadores na indústria em relação ao conjunto dos assalariados. Em 1990, o número de trabalhadores da indústria (sem contar os demais trabalhadores que fazem parte da classe operária) era de 14,2 milhões, representando 23% da PEA. Em 1980, era de 11,3 milhões, e representava 26% da PEA. Os patrões eram, em 1980, 3% da PEA; hoje, são 5%. Os autônomos e os familiares não remunerados eram 31% em 1980, e continuam nessa marca em 1990.

Hoje o Brasil é um país de capitalismo desenvolvido, onde as categorias próprias desse modo de produção (o trabalho assalariado e a generalização das relações mercantis, por exemplo) estão firmemente enraizadas. Mas trata-se ainda de um capitalismo pobre e dependente, cujas potencialidades só poderão florescer plenamente com um projeto de desenvolvimento baseado em suas próprias forças e necessidades.

Finalmente, outra faceta importante do Brasil revelada pelo censo de 1991 é política. Três em cada quatro bra-



sileiros vivem nas cidades e fazem parte da estrutura de classes urbana típica, cuja importância cresce no conjunto da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que é visível a redução da base social das oligarquias agrárias que ainda subsistem e monopolizam a posse da terra.

A concentração da população nas cidades – mais que isso, em cidades grandes – promete acabar com os velhos currais eleitorais da oligarquia, embora isso não signifique, automaticamente, um crescimento do eleitorado urbano progressista, podendo levar ao fortalecimento temporário de práticas populistas baseadas em relações pessoais, no clientelismo e no salvacionismo messiânico, retrato de um atraso político urbano em transição para uma compreensão madura, autônoma e classista da cidadania.

Hoje, há uma grande controvérsia a respeito do papel dirigente e central da classe operária na luta pelo socialismo, que alcança, inclusive, setores avançados do movimento operário e socialista.



Estaria eliminado o papel da classe operária no trabalho da produção capitalista?

O argumento apresenta-se sob várias e sofisticadas formas. Diz que as profundas alterações tecnológicas da produção em nosso tempo diminuíram, ou mesmo eliminaram, o papel do trabalho direto na produção capitalista. Diz também que essas mudanças na produção levaram a um crescimento enorme do papel do conhecimento (e, portanto, do trabalho intelectual ou científico) na produção, dando-lhe uma posição essencial na geração de riquezas. Outros complementam o argumento alargando o conceito de classe operária para abarcar os trabalhadores assalariados das funções científicas e intelectuais.

As consequências desse pensamento são variadas. Vão da descrença e ceticismo em relação à luta pelo socialismo até a idéia de que a exigência de uma sociedade mais justa e essencialmente ética é desligada da dinâmica econômica e social, e estranha à forma de organização da produção material. Reaparece também, com frequência, a velha idéia

reformista de que a classe operária só estará habilitada a dirigir a luta pelo socialismo se for maioria entre a população. Como não é, dizem, torna-se urgente encontrar a força social que herdará o papel histórico antes atribuído aos operários.

Essas teses não são novas. No começo do século, setores reformistas da social-democracia alemã já alegavam que só poderiam passar à luta revolucionária quando a classe operária fosse numericamente predominante e conseguisse obter maiorias parlamentares sólidas. Mesmo uma revolucionária notável como Rosa Luxemburgo pagou seu tributo a essa tese.

Mais tarde, nos anos 30, os intelectuais ligados à Escola de Frankfurt difundiram a tese de que, ao aburguesar-se e aderir ao capitalismo, a classe operária perdeu as credenciais como força dirigente da revolução. Nos anos 60, Herbert Marcuse popularizou essas opiniões, propondo que o lugar da classe operária fosse ocupado, na vanguarda da revolução, por novos agentes históricos: os estudantes, as mulheres, os negros, os homossexuais (Slater, 1978, p. 131).

Os analistas soviéticos dos anos 60 e 70 deram também sua contribuição ao fortalecimento da idéia de que o papel histórico da classe operária diminuía. Melnikov, por exemplo, faz uma distinção entre concepções “ampla” e “restrita” da classe operária em nosso tempo, e incluiu no conceito ampliado os trabalhadores intelectuais, científicos e administrativos (Melnikov, 1978, p. 51).

As credenciais da classe operária para seu papel histórico são qualitativas



É preciso lembrar, finalmente, uma tese paralela a essas: a de James Burnham, que defendeu, no livro *A revolução dos gerentes*, de 1941, a idéia de que os métodos de gerenciamento levarão à superação do capitalismo por um modo tecnocrático de produção, devido a uma virtual separação entre propriedade privada e controle dos meios de produção, crescentemente assumido pelos gerentes, isto é, pela tecnocracia.

Este artigo não pretende desenvolver a crítica a essas concepções. Registra-as, apenas, para lembrar alguns pressupostos básicos da avaliação, no âmbito do marxismo, do papel histórico da classe operária, sua relevância e as condições para sua superação.

Marx, Engels e Lênin jamais afirmaram a necessidade do domínio da classe operária em termos numéricos, quantitativos, para dirigir a luta de todos os trabalhadores assalariados, do campo e da cidade. As credenciais da classe operária para esse papel histórico são qualitativas, decorrem da natureza de sua atividade, da sua relação coletiva, social, e não proprietária, com os meios de produção. Trata-se de um estilo de vida que prepara o futuro onde não existirá a propriedade privada. No comunismo, serão os produtores diretos que controlarão a aplicação e o desen-

volvimento dos meios de produção. Não existirão proprietários privados a ditar as normas, como no capitalismo. Assim, é a decisão coletiva, social, organizada, que vai fundamentar a direção da produção material. E a organização política correspondente a essa forma de produção avançada é a república operária, o governo dos operários, aquilo que os clássicos chamaram de ditadura do proletariado – cujo exemplo, disse Engels, foi a Comuna de Paris. É o governo dos *soviets*, que Lênin iniciou em nosso tempo.

Outro aspecto que precisa ser lembrado aqui diz respeito diretamente à produção material capitalista contemporânea. Antes de afirmar que a lei do valor já não vigora, ou que a mais-valia teve uma transformação essencial, é preciso prová-lo. E, para isso, é preciso responder a duas perguntas. Diz-se que a lei do valor e a mais-valia já não teriam vigência, pois o trabalho direto já não é essencial para a produção. A primeira pergunta decorre dessa afirmação: se isso é verdade, qual o motivo que leva as grandes empresas capitalistas ocidentais a incorporarem, cada vez mais, em sua cadeia produtiva, a mão de obra de preços aviltantes dos trabalhadores da China, de Taiwan, Coreia e outros países do chamado Terceiro Mundo? Essa pergunta só pode ser respondida pelo exame da geração e apropriação da mais-valia em nível mundial.

A segunda pergunta decorre da análise feita por Marx, em *O Capital*, da geração e apropriação da mais-valia nas entranhas da produção capitalista. Na célebre equação da composição orgânica do capital, Marx mostrou que, quanto maior for o capital constante, menor será a taxa de lucros do capitalista. As mudanças tecnológicas de nosso tempo, como sempre ocorreu no capitalismo, tendem a aumentar o volume dos investimentos em maquinaria e matérias primas (capital constante), e a diminuir o volume da mão de obra empregada (capital variável). Essa é a realidade visível em qualquer empreendimento capitalista moderno, que acena com a realização próxima do sonho dos capitalistas de todos os tempos: uma fábrica sem operários (Sandroni, 1987, p. 76).



A classe operária continua a ter papel central na luta pelo socialismo

Se a tese de Marx é correta – e penso que continua correta –, a pergunta decorrente das teses que sobrevalorizam as modernas transformações tecnológicas é a seguinte: se o capital constante é tudo, e o capital variável é nada, e se essa alteração na composição orgânica do capital gera a tendência à queda na taxa de lucros, de onde sairá o lucro do capitalista, numa economia cuja base técnica e produtiva esteja fundamentada em semelhante composição orgânica do capital – onde o capital variável, os salários, o trabalho do operário não estejam presentes? É preciso responder também a essa pergunta para poder afirmar ou negar aquelas teses atualizadoras.

Por enquanto, fechando este parêntese polêmico, e analisando a evolução da luta de classes no Brasil desde a desagregação da ditadura militar, é visível que, apesar das mudanças tecnológicas em curso, a classe operária continua a ter um papel central na luta política em nosso país.

O silêncio imposto pela ditadura de 1964 aos trabalhadores durou pouco mais de uma década. Os primeiros anos heróicos da retomada da luta de massa dos trabalhadores foram marcados pelos movimentos de protesto de 1973 contra a política salarial da ditadura, e pelas grandes greves de 1978 a 1980, com suas assembléias de massa e enfrentamento claro e aberto da ditadura e dos patrões com ela identificados. Nunca é demais lembrar a grande greve de 1980, que infligiu séria derrota política à ditadura, ao colocar em cheque o projeto de abertura política controlada pelo alto e que visava a institucionalização do regime militar.

A rebeldia operária do final dos anos 70 retomava, assim, em grande estilo, a tradição das lutas operárias de massa, que vem desde o início do século, e que se apresentou de forma decisiva e moderna no período de 1945 a 1964, quando passou rapidamente das questões econômicas às exigências políticas, chegando mesmo a vetar a escolha de um primeiro-ministro claramente identificado com as forças da reação. Esse movimento foi derrotado, entretanto, em 1964. E um dos pretextos dos golpistas foi, justamente, o crescimento da organização operária, fora do controle do governo e dos patrões.

Sob a ditadura militar a classe operária cresceu nas cidades e no campo também



A derrota dos trabalhadores pela ditadura militar foi temporária, mas deixou graves prejuízos. Um deles, talvez o principal, foi o corte profundo no desenvolvimento da cultura política e socialista da classe operária brasileira, com o reforço do caráter assistencialista e burocrático-administrativo dos sindicatos, paralelamente a um esforço para apagar a memória das lutas operárias do período anterior e abastardar a consciência de classe, limitando sua atividade apenas às reivindicações de caráter econômico que, mesmo assim, só podiam ocorrer nos limites draconianos da legislação trabalhista da ditadura.

Mas, contraditoriamente, a ditadura militar também criou as condições para que a classe operária brasileira crescesse, se modernizasse e se transformasse na força política e social que é hoje. Ao aprofundar o desenvolvimento capitalista no país, os militares criaram as condições objetivas – grandes fábricas com milhares de operários, concentração dos trabalhadores assalariados nas grandes cidades, esvaziamento dos campos, degradação das condições de vida das massas populares, relações de trabalho coercitivas e muitas vezes desumanas – que tornaram inevitável o reaparecimento do protesto operário.



Desenho Grillo/Retrato do Brasil

Sob a ditadura militar, a classe operária cresceu, transformou-se na principal força entre os trabalhadores assalariados brasileiros. Além disso, cresceu também a proletarianização nos campos, com o desenvolvimento do capitalismo agrário e a generalização do assalariamento rural, traduzido no fenômeno dos bóias-frias dos anos 70 e 80. Nas cidades, acentuou-se a proletarianização de grandes setores da antiga pequena burguesia – trabalhadores de serviços como médicos, professores, bancários etc.



Nos anos 60 e 70 ficou mais nítida a contradição entre os de baixo e os de cima

No período anterior, por exemplo, o movimento dos trabalhadores era mais propriamente operário, e seu esteio era principalmente a fábrica. Os trabalhadores rurais viviam esmagados na subcidadania a eles imposta nas fazendas, e seus protestos eram reprimidos à bala por uma elite saudosa dos tempos da escravidão. A pequena burguesia afundava-se no pântano das ilusões de um estilo de vida e de trabalho que a confundia com as classes dominantes, às quais freqüentemente se aliava na defesa da ordem constituída.

O desenvolvimento capitalista dos anos 60 e 70 polarizou essa situação de classes e tornou mais nítidos os contornos da contradição entre os de baixo e os de cima. Cresceu a mobilização dos trabalhadores rurais. A pequena burguesia foi cindida, e setores importantes dessa camada, assalariados, criaram suas entidades profissionais e vieram para o campo da luta sindical e política dos trabalhadores.

Assim, juntamente com os operários e os proletários rurais, a luta dos trabalhadores está hoje enriquecida pela presença e militância dos demais setores assalariados que estão na base da população brasileira.

Essa luta política dos trabalhadores tem uma expressão partidária diversificada. O PCdoB, que, nas condições democráticas conquistadas pelos trabalhadores com a desagregação da ditadura militar, vive o mais longo período de legalidade de sua história, luta clara e abertamente pelo socialismo, e procura organizar a vanguarda do movimento operário e democrático para formular um projeto socialista que incorpore o balanço crítico das experiências socialistas tentadas na União Soviética e no Leste Europeu. Ao lado dele, outros partidos de trabalhadores e de socialistas alinham-se na luta por um mundo mais justo, como o PT, o PSB, o PPS, setores do PDT e do PMDB, e mesmo do PSDB; eles são expressão da rica, contraditória e diversificada luta dos trabalhadores e dos democratas brasileiros.

O predomínio agora é do grande capital monopolista do Brasil e do estrangeiro



No campo das classes dominantes, hoje o predomínio do grande capital é incontestável. Sua face mais visível é a Fiesp, mas incorpora também federações semelhantes do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e outros estados; a Febraban e os banqueiros; as associações comerciais, principalmente de São Paulo e do Rio de Janeiro; as Câmaras de Comércio, particularmente a Brasil/Estados Unidos; a Sociedade Rural Brasileira etc. A velha aliança dos proprietários – banqueiros, industriais, empresários rurais, capital estrangeiro, latifundiários tradicionais – reformula-se, e o predomínio, que antes era do setor agroexportador aliado ao capital estrangeiro, agora é do grande capital monopolista brasileiro e estrangeiro. Os latifundiários tradicionais aparentemente passam a uma posição subordinada nessa aliança, cabendo-lhe o papel de reserva político-eleitoral para viabilizar, através do voto que ainda comandam, a legitimidade do exercício do poder em favor dos interesses da santa aliança dominante e em detrimento dos setores populares da sociedade brasileira.

Essa aliança de classes proprietárias que estão no vértice da sociedade brasileira procura – desde a promulgação da Constituição de 1988 – criar as instituições adequadas ao domínio da burguesia e seus aliados no quadro de uma ordem democrática formal, onde ocorram eleições, os partidos políticos funcionem e o Congresso Nacional tenha participação efetiva no exercício do poder. Por isso, in-

system em criar restrições à livre organização partidária e em adotar o voto distrital. Querem também fortalecer o controle do poder executivo pelos agentes da aliança de proprietários. Esse foi o sentido do parlamentarismo conservador derrotado no plebiscito de 1993. Ao lado disso, esforçam-se por subtrair o Congresso brasileiro à legítima pressão dos setores populares, seja isolando-o numa redoma de vidro, em Brasília, seja insistindo na idéia de que o mandato parlamentar deve ser exercido apenas no plenário do Congresso, e não nas ruas, nas cidades, nas lutas ao lado do povo.

Contra esse projeto da elite brasileira, hoje, mais do que nunca, está na ordem do dia a necessidade de se formular e propagar aos quatro cantos do país uma proposta autônoma da classe operária, que se dirija ao conjunto dos trabalhadores assalariados – dos pequenos e médios patrões do campo e da cidade aos intelectuais, e aos funcionários públicos; um projeto que permita a organização dos setores explorados pelo grande capital brasileiro e internacional, no esforço para construir um país novo, mais avançado, mais justo e independente. E esse projeto só pode ser um projeto socialista, formulado pela vanguarda organizada da classe operária brasileira e adequado às condições históricas particulares de nosso país.

JOSÉ CARLOS RUY é jornalista.

Bibliografia

- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- AZEVEDO, Carlos, ZAGO Jr., Guerino. *Do tear ao computador – as lutas pela industrialização no Brasil*. São Paulo: Política, 1989.
- BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos – planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *Sociologia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GORENDER, Jacob. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. São Paulo: Fulgor, 1964.
- MELNIKOV, A. N. *A estrutura de classes dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- PEREIRA, Duarte. *Industrialização deformada. Retrato do Brasil v. 2*. São Paulo: Política, 1984.
- Retrato do Brasil*, v. 3. São Paulo: Política, 1984.
- RUY, José Carlos. *Do escravo ao metalúrgico. Retrato do Brasil v. 1*. São Paulo: Política, 1984.
- SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1987.
- SLATER, Phil. *Origem e significado da Escola de Frankfurt*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

Ao encontro do socialismo real

HAROLDO LIMA

Qual é o caminho para o socialismo? Essa questão impõe o estudo da transição, uma necessidade a que se procura responder. Acima de tudo, é um desafio

O fim da experiência socialista soviética e do Leste europeu foi saudado pelo capitalismo como o “fim do socialismo real”. Termo de propaganda, a expressão “socialismo real” é usada no sentido de socialismo que existiu, mas sugere também o socialismo fundado na realidade, concreto, prático. Naquelas experiências, contudo, a política econômica de construção socialista nem sempre esteve de acordo com a realidade.

O novo tratamento que o socialismo vai tendo no mundo demonstra preocupação acentuada com as peculiaridades da situação real e ressalta a categoria da *transição* como forma prática de se ir ao socialismo. Mais do que nunca vai-se ao encontro do socialismo real.

O apelo da realidade e, sobretudo, o tema da transição são dois aspectos centrais que informam o novo programa partidário do PC do Brasil, de conteúdo socialista. Por isso ganha relevo a análise da transição.

A transição em Marx: o socialismo

Os fundadores do socialismo científico sempre afirmaram que a sociedade comunista originava-se da capitalista, e, por isso, apresentava, “em todos os aspectos, [...] o selo da velha sociedade de cuja entranha procede”. (Marx, *Crítica ao Programa de Gotha*)

A sociedade capitalista a que se referiam Marx e Engels era a mais avançada e moderna da época, a da Europa Ocidental. Referindo-se a ela, Engels salienta “o caráter dos modernos meios de produção”, que “está reclamando um novo modo de apropriação” (*Anti-Dühring*). Ainda assim, Marx salientou existir “entre esta sociedade capitalista (desenvolvida) e a sociedade comunista [...] um período político de *transição*” (*Gotha*). Essa transição ele chamou de “primeira fase da sociedade comunista” (*Gotha*), ou fase inferior do comunismo. Lênin, bem mais à frente, observou que “costuma-se chamar de socialismo ao que Marx cha-

mou de ‘primeira fase’, ou fase inferior da sociedade comunista.” (*O Estado e a revolução*).

É essa “primeira fase”, ou “fase inferior do comunismo”, ou “socialismo”, a sociedade que sai “da entranha do capitalismo”, do capitalismo dos “modernos meios de produção”, e que “leva, em todos os aspectos, o selo da velha sociedade”.

Marx e Engels nunca especificaram formas concretas, nem da “primeira”, nem da “fase superior do comunismo”, por que não as conheceram. Sinalizaram, apenas, suas características gerais.

Em carta a Otto Breslau, em agosto de 1890, Engels faz referência específica ao processo de socialização:

“Assim, se temos partidários suficientes entre as massas, poder-se-á logo socializar a grande indústria e a grande agricultura latifundiária, desde que o poder político esteja em nossas mãos. O mais virá mais ou menos rapidamente. E tendo a grande produção, seremos donos da situação.”

Essas idéias de ter a grande produção – e não toda a produção – estatizada; de ter o Estado sob controle (em “nossas mãos”); de contar com suficiente apoio de massas; e de, com isso, já encaminhar a construção do socialismo, são as idéias centrais desse pensamento de Engels. Isso, bem entendido, a partir de uma sociedade capitalista desenvolvida.

Na Rússia, o comunismo de guerra atrapalhou a transição

A revolução proletária começou por um país onde não existia capitalismo desenvolvido. A velha Rússia era um país gigantesco, o maior do mundo, porém semimedieval, com nichos capitalistas em meio a uma vastidão agrária atrasada.



O poder proletário enfrentou a tarefa de construir o socialismo em um país assim e, mais ainda, recém-saído de uma guerra mundial, às voltas com intervenções militares estrangeiras e com uma guerra civil que, em conjunto, custaram à Rússia 14 milhões de vidas. A esse número devem-se somar 17 milhões que, no mesmo período, sucumbiram à fome e às epidemias. É como se um Nordeste inteiro, nos dias atuais, desaparecesse do Brasil em cinco ou seis anos...

A classe operária da grande indústria, já pequena, diminuíra mais ainda: de 550 mil membros, passara a 175 mil. E, dos 130 milhões de habitantes de todo o país, 85% viviam no campo. (I. Katorguin, *Experiência histórica de aplicação da NEP pelo PCUS*, Editorial Progresso, p. 44)

A política então chamada de “comunismo de guerra” foi uma imposição da realidade dramática e particular da Rússia – não era a política de construção do socialismo. Seu objetivo central foi o de selar uma aliança político-militar para a defesa imediata do poder recém-conquistado. As amplas massas camponesas foram privadas da possibilidade de vender seus produtos e comprar outros. O regime, para elas, foi o das requisições de produtos. A circulação das mercadorias foi substituída pelo intercâmbio controlado, que seguia um plano único.

Nas circunstâncias de um país em guerra, essa política, o “comunismo de guerra”, permitiu a manutenção do poder do Estado, mas engendrou grave crise econômica e política, inclusive porque, na sua aplicação, erros foram cometidos, como a nacionalização da pequena indústria, sem o Estado estar preparado para pô-la em funcionamento.

Lênin lamentou ter ido “longe demais o poder soviético pelo caminho da nacionalização do comércio e da indústria, pelo caminho de impedir a circulação local das mer-

cadorias”. (Lênin, *X Congresso do PC(b) da Rússia*, op. cit. t. 43, p. 63, cit. em I. Katorguin, p. 44)

Na atmosfera abrasada pela polêmica no Partido e nos soviets, idéias estranhas circulavam, utópicas umas, estreitas outras, indicadoras do ambiente em que se vivia. Discutia-se “negar a necessidade do comércio na construção do socialismo”; “exigir a continuidade da entrega gratuita – implantada em fins de 1920 – de comestíveis e artigos de primeira necessidade à população”; “abolir o pagamento de serviços, de transportes e de correios e telégrafos”, e “intensificar mais ainda a intervenção do Estado na agricultura e na vida do camponês”. (I. Katorguin, 46)

Com a atividade econômica gravemente retraída e com o apoio da ampla massa camponesa ameaçado – num país de 25 milhões de propriedades camponesas –, o poder soviético, sob inspiração de Lênin, começou a pôr em prática a Nova Política Econômica, a partir do início de 1921.

A NEP: a transição soviética

A resolução mais característica do início da NEP foi a que aboliu a política das requisições e instituiu o imposto em espécie para o campesinato. “Ao empreender este caminho”, sublinhou Lênin, “o congresso corrige o sistema de relações entre o proletariado e o campesinato”. (Era o X Congresso do PC(b) da Rússia.) (Lênin, op. cit., p. 73)

O sentido geral da nova política foi o de apoiar-se na diversidade dos tipos de economia existentes na Rússia, reativá-los e promover o desenvolvimento do conjunto no rumo socialista. Voltou a circulação de mercadorias, o setor privado reorganizou-se, e o capitalismo de Estado passou a ser particularmente fortalecido. Admitiu-se a presença do capital estrangeiro (I. Katorguin, p. 118) e a base do socialismo foi assentada nas grandes empresas estatais.

Grosso modo, pode-se considerar que a revolução soviética viveu, de outubro de 1917 (tomada do poder) a maio de 1918 (início das revoltas brancas), um período de implantação do novo poder e de alterações políticas e econômicas iniciais. A partir de então, no enfrentamento das revoltas brancas e das intervenções estrangeiras, o poder soviético lançou mão do “comunismo de guerra”, de junho de 1918 a março de 1921 – por quase três anos.

Assim, foi a partir de 1921 que o novo poder na Rússia (a União Soviética só surgiria em dezembro de 1922) se lançou de fato à construção da nova sociedade, através da NEP. A economia estava imobilizada, e o próprio país dilacerado e faminto. Um ano depois, a recuperação já era nítida. Em 1923, tinha 165.781 empresas, das quais 18.310 grandes e/ou estratégicas estatais e 147.471 privadas, (88,5% do total). (I. Katorguin, p. 120)

Foi muito controversa a implantação da NEP na Rússia. Lênin sentiu, com rapidez e profundidade, sua necessidade. Trotsky estigmatizou-a como capitulação ao capitalismo, o mesmo fazendo o chefe da II Internacional, Otto Bauer, e teóricos travestidos de revolucionários.

Lênin passa a considerar necessário o estabelecimento de relações mercantis e monetárias



A própria concepção de Lênin sobre a NEP se alterou, de abril de 1921 a outubro do mesmo ano. Em abril, ele via a NEP como um compromisso tático necessário para se “resistir até a vitória da revolução internacional”. (Cf. relatório sobre concessões, de abril de 1921, op. cit. t. 32, p. 324). As concessões básicas para selar o compromisso eram com o campesinato e com o capital estrangeiro.

Em outubro, Lênin volta à matéria, em relatório ao Partido de Moscou. Registra dificuldades na recuperação econômica e passa a considerar necessário para o desenvolvimento o estabelecimento de relações mercantis e monetárias. Não existia mais a referência a “até a vitória da revolução internacional”. (Op. cit. t. 33, p. 75 e Charles Bettelheim, *A luta de classes na URSS*, t. I, 2. ed., Paz e Terra, p. 437).

É possível que o fogo cruzado em torno desse assunto, aliado ao fato de Lênin não ter tido tempo de fazer dele uma análise mais beneficiada com a perspectiva do tempo, tenha dificultado uma caracterização mais precisa do papel da NEP na construção do socialismo na Rússia. As palavras “recuo” e “retirada” foram por ele empregadas, mas a tradição simplificadora, que deforma e mistifica, omite que as tenha utilizado num contexto metafórico, nesse outubro citado, e nesse relatório ao Partido de Moscou. Lá ele compara o “comunismo de guerra” aos “assaltos lançados pelos japoneses contra Porto Artur” (na guerra russo-japonesa de 1905), e a NEP ao “cerco dessa cidade”, oportunidade em que fala de “recuo” e “retirada”. (Op. cit. t. 33, pp. 78 a 81, e Charles Bettelheim, op. cit. p. 450). Bettelheim, minucioso no estudo das coisas soviéticas, ao tempo em que



constata a possibilidade de mais de uma interpretação da metáfora, correlaciona-a com outra passagem do relatório, onde Lênin assinala: “Devemos colocar-nos no terreno das relações capitalistas existentes”. O ponto de referência era o “comunismo de guerra” e suas relações socialistas artificiais. Bettelheim tira daí a seguinte provável conclusão sobre o pensamento de Lênin: “Dizer que se ‘recua’ para o terreno do que existe é afirmar que não se recua realmente, mas que se deixa o terreno imaginário de ‘relações socialistas’ não existentes para colocar-se no das relações reais.” (Charles Bettelheim, op. cit. p. 451)



A NEP surge como a política de transição ao socialismo nas condições concretas da Rússia

Ao que parece, uma política conseqüentemente socialista só teria condição de prosperar em um país atrasado e desestruturado pela guerra, como a Rússia era e estava, a partir de uma política como a NEP, fundada nas condições reais existentes. A NEP surge, assim, como a política de transição ao socialismo, nas condições da Rússia – a forma concreta de se abordar o socialismo naquele país.

Um dos últimos trabalhos publicados por Lênin foi *Sobre a cooperação*, em janeiro de 1923, um ano antes de sua morte. Falando da NEP, ele diz:

“Com efeito, todos os grandes meios de produção em poder do Estado e o poder do Estado em mãos do proletariado; a aliança deste proletariado com milhões e milhões de pequenos e microcamponeses; a direção dos camponeses pelo proletariado, etc..., por acaso não é disto que se necessita para edificar a sociedade socialista completa, partindo da cooperação... que antes alucinávamos de mercantilista...?”

Lênin, no mesmo trabalho, chama a atenção sobre o tempo que deveria ser consumido na prática da política da NEP (isso em 1923):

“... para lograr, por meio da NEP, que o conjunto da população tome parte nas cooperativas, necessita-se de toda uma época histórica ... um ou dois decênios...” (*Sobre a cooperação*).

Essas passagens, das últimas que Lênin nos legou, mostram que, em sua visão, a NEP não era um mero “recuo”, mas a política conseqüentemente revolucionária, formulada em duras condições, de se fazer a transição para o socialismo, em um país de economia atrasada como era a Rússia.

Com a morte de Lênin, em 1924, a “época histórica” de que ele falou (e que poderia chegar, com a NEP, a dois decênios) foi encerrada cinco anos após, em 1929.

Um vasto programa envolvendo transformações sociais foi posto em prática na China



As experiências socialistas na União Soviética e no Leste europeu terminaram por socializar meios de produção médios e pequenos, na indústria, no comércio, nos serviços e na agricultura. Houve casos em que pequenas lojas, táxis e até cadeiras de engraxate chegaram a ser do Estado...

Esse sistema de estatização extensiva, que incluía médios, pequenos e micros meios de produção, teve conseqüências funestas para o destino daquelas experiências. Em primeiro lugar, envolveu o Estado socialista num denso cipoal administrativo, a cuidar de unidades econômicas pequenas, imobilizadoras e desgastantes. Era a própria estruturação da burocracia como sistema de governo. Em segundo lugar, condenou à inércia os pequenos e médios empreendimentos, privados das suas melhores características: flexibilidade e iniciativa. Em terceiro lugar, na impossibilidade de transformar em proletários fabris a multidão dos pequenos e médios produtores e comerciantes urbanos e rurais, transformou-os em funcionários públicos desqualificados, burocratizados, tendentes à ociosidade e à corrupção. Em quarto lugar, para controlar todo esse colosso de peças desprezíveis, era preciso montar uma aparatosa legislação reguladora e coibidora, e ter um grande número de funcionários improdutivos para aplicá-la.

Bem mais à frente, quando as economias da União Soviética e do Leste europeu entraram em colapso, ante a desenvoltura tecnológica do capitalismo, quem demonstrou inapetência para criar e crescer, quem tinha engessado o desenvolvimento técnico desses países, foi esse gigante hipertrofiado, asfíxiado, asfíxiante e lento do “tudo está estatizado”.

Na China, a transição é a etapa primária

Existe algo muito peculiar, em relação ao socialismo: seus principais teóricos consideraram-no tendente a desabrochar, em primeiro lugar, em países de capitalismo de-

envolvido. Na realidade, o socialismo aflorou em países economicamente atrasados.

A segunda mais importante experiência socialista de todo o mundo deu-se na China, o mais populoso país da Terra, com um considerável acervo de formas e costumes diversificados e anacrônicos.

O PC da China, após assumir o poder central, em 1949, no desdobramento de uma guerra contra o Japão e de uma guerra civil, organizou um governo de coalizão chamado de Nova Democracia. Um vasto programa de transformações sociais foi posto em prática. O governo encaminhou-se para socializar as grandes unidades fabris e, sobretudo, promover a industrialização do país. Planos quinquenais foram realizados, e a agricultura sofreu várias mudanças, ampliando-se o processo de cooperativização.

Pelo menos em dois momentos importantes foi truncado o desenvolvimento econômico chinês: a partir de 1958, no período do “grande salto à frente”, marcado pela idéia de disseminar por toda a China numerosas e pequenas unidades produtoras; e no tempo da “revolução cultural”, de 1966 a 1976, quando se desorganizaram a economia, o governo e até o partido comunista, em contexto de exacerbado voluntarismo, intensa e desorientada mobilização da juventude.

Indubitavelmente, a construção do socialismo na China mudou de sentido: passou a seguir uma política consciente e constante, desde 1978, e particularmente a partir de 1982, quando se realizou o XII Congresso do PC da China, e foi formulada a “teoria da construção do socialismo com peculiaridades chinesas”.



Etapa primária: coexistência entre várias formas de propriedade dos meios de produção?

Com seus desenvolvimentos posteriores, a nova teoria acentua que o socialismo, “como o conceberam os fundadores do marxismo”, seria construído “sobre a base de um capitalismo altamente desenvolvido”. Adverte que a “construção do socialismo em um país oriental tão atrasado [...] como a China é um tema novo na história do desenvolvimento do marxismo”. Observa que, após trinta anos, as bases de um sistema socialista na China estão lançadas, e que, portanto, não só já existe como é possível e necessária a construção socialista naquele país. E realça que, entretanto, em decorrência do atraso geral do país, o socialismo na China encontra-se em uma “etapa primária”.

Característica dessa etapa primária é a coexistência entre “múltiplas formas de propriedade dos meios de produção”, inclusive a propriedade privada e a estrangeira, sob o “predomínio da propriedade social”. Tem proeminência o capitalismo de Estado, no sentido caracterizado por Lênin, em que empresas administram estatais, não tendo sobre elas direito de propriedade, mas de gerência, estabelecido e limitado por um contrato de gestão. Na etapa primária do

socialismo, a economia será regulamentada por plano e pelo mercado, cabendo “ao Estado regular o mercado, e, a este, orientar as empresas”. (Decimotercer Congresso Nacional del PC de China, Beijing, 1987)

A planificação econômica fundamental relaciona-se com a existência de 14.400 empresas estatais, de grande ou médio porte, plantadas nos setores estratégicos do país. Elas constituem “4% do número total das empresas industriais do país” e representam “44% do total da produção industrial nacional”, em um contexto em que “o valor global da produção industrial das empresas estatais é de 53% do valor total da produção industrial da nação” (*Beijing informa*, 10 de janeiro de 1995). Essas empresas asseguram o rumo geral socialista da economia, puxando um cortejo de centenas de milhares de empreendimentos de variados tipos.

Com essa política, e beneficiando-se de circunstâncias internacionais favoráveis, a China se mantém desde 1978 na linha de frente do desenvolvimento econômico, com quinze anos ininterruptos de crescimento médio anual em torno dos 10% – o maior do mundo.

A fase primária do socialismo na China é a transição que ali se faz entre uma economia atrasada e uma economia socialista avançada.

No Brasil, a transição no programa

No Brasil, há décadas atrás, no quadro de uma sociedade ainda agrário-latifundiária, o Partido discordou da posição voluntarista segundo a qual “a revolução já era imediatamente socialista”, que desconsiderava as insuficiências objetivas do país.

Com a evolução da sociedade, alterou-se a formulação do Partido, que deixou de defender a “revolução em duas etapas” – a nacional e a socialista – e passou a sustentar a aproximação entre essas etapas. Agora, no novo Programa, ajusta-se a perspectiva socialista com as imposições da realidade.

Programa: como abordar a transição do capitalismo dependente ao socialismo nas condições do Brasil?



Ponto de partida dessa proposta de novo Programa do PC do Brasil é a caracterização do capitalismo de hoje, no país, como dependente e com desenvolvimento deformado: aqui convivem regiões e setores adiantados com outros que se arrastam no atraso e pauperismo, com uma população distribuída entre núcleos abastados e vastas esferas miseráveis.

Neste país, segundo o Programa proposto, estão dadas as condições para se passar ao socialismo, desde que se tenha a hegemonia do processo, o apoio suficiente da população e que, “levando-se em conta as peculiaridades do país”, encaminhe-se o processo para uma “fase de transição do capitalismo ao socialismo”.

O Programa aponta, como expressão política de um poder popular, uma “república de trabalhadores e de amplas massas do povo”, mais ampla que um governo estritamente operário.

As liberdades democráticas são asseguradas, prevenendo-se, pela primeira vez de forma explícita em programas desse tipo, liberdade de partidos políticos, (“respeitada a legalidade socialista”), de greve, de culto religioso (não apenas de consciência religiosa), de pesquisa técnica e filosófica, de expressão e criação artística, entre outras. Acena-se com o fim do descalabro do domínio dos oligopólios nas redes de comunicação, tevê e rádio, indicando-se que elas serão controladas por fundações educacionais ou pelo Estado.

Na etapa de transição, a construção econômica se dará sob a égide da planificação. Esta, entretanto, segundo o Programa, “atingirá somente os setores fundamentais” e manterá “os mecanismos de funcionamento do mercado”. “As empresas estatais de caráter estratégico”, diz a proposta, serão os fundamentos da economia socialista, e as “riquezas do solo e subsolo”, as “telecomunicações, correios e telégrafos” e indústria “espacial” serão privativas da exploração estatal. Os “bancos serão nacionalizados”, bem como “o comércio exterior, os portos e os meios de transporte essenciais”.



Uma tarefa básica: resguardar a soberania nacional. Um desafio para nossa época

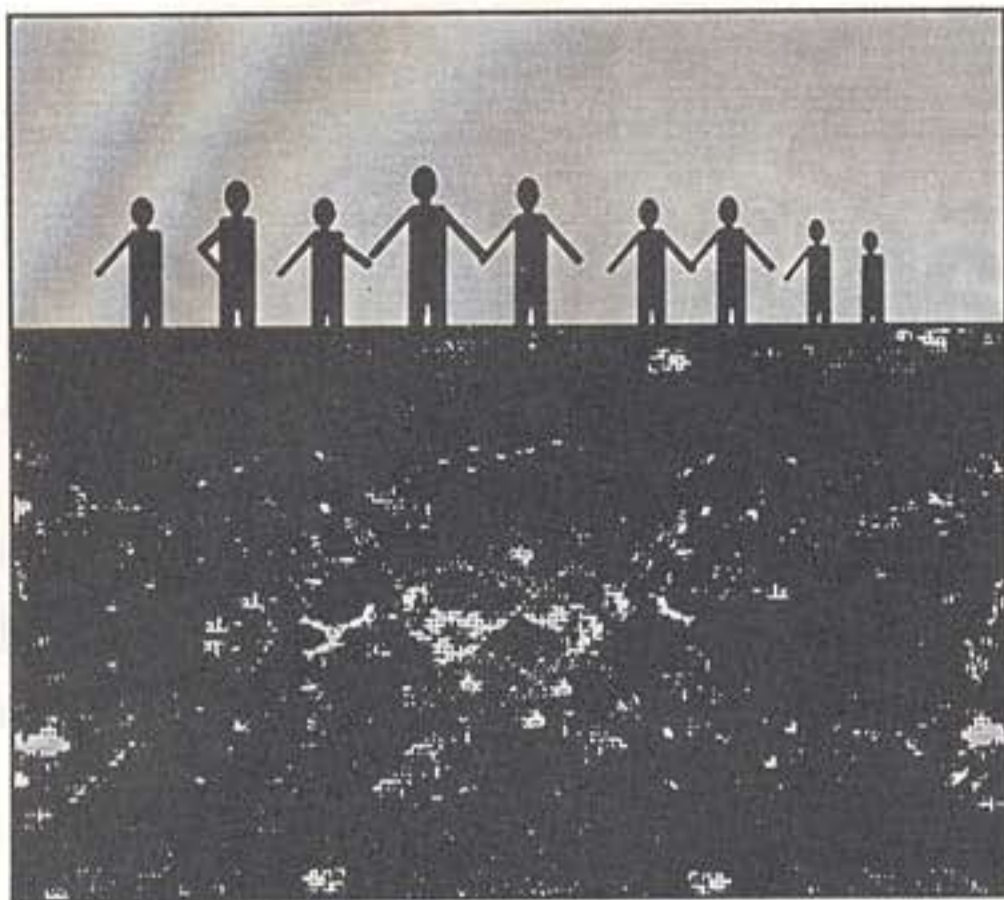
À propriedade privada, o Programa reserva “o livre funcionamento das pequenas e médias indústrias”, “as empresas industriais e de serviços que contribuam para o desenvolvimento nacional”, “o comércio [...] em setores circunscritos” e “os proprietários rurais admitidos pela reforma agrária”.

Um tratamento transitório é o que o Programa dá à questão da terra no Brasil. “Não haverá nacionalização da terra”, e sim “reforma agrária anti-latifundiária”, com fixação de teto máximo para as propriedades, e criação de um “Fundo Agrário Nacional”, à disposição do Estado, para suprir necessidades agrárias, inclusive de “arrendamento de terras”.

Ciência e tecnologia, por fim, são tratadas como “elementos essenciais à edificação de uma sociedade moderna”. A soberania nacional é resguardada como objetivo básico – “uma das grandes tarefas da época que vivemos”.

“Acumular forças” no processo político em curso

O programa que o PC do Brasil apresenta é um programa geral de governo. Uma frente que chegue ao poder em escala nacional, onde trabalhadores e massas populares tenham a hegemonia, pode viabilizá-lo, a depender da unidade e direção que tenha. O programa orienta a ação ime-



diata do partido e dá-lhe objetivos. Nesse sentido, dois aspectos centrais se destacam, na parte relativa ao “caminho do socialismo”: a “luta pela hegemonia do processo político” e o objetivo de “acumular forças, ganhar prestígio e influência no seio do povo”.

Ganhará relevo, na continuidade, o aprofundamento do “processo político em curso” e das formas mais eficazes de se “acumular forças” na atualidade.

O “processo político em curso” no Brasil é o neoliberal. Por essa razão, a atividade política do Partido passa pelo seu enfrentamento – em primeiro lugar, por uma visão de conjunto de seu significado.

O neoliberalismo deve ser visto como a tradução, no Brasil, do caminho que o capitalismo monopolista está seguindo, no mundo, no estágio atual da chamada globalização da economia, com o propósito de dar impulso ao desenvolvimento capitalista, sob a égide dos monopólios.

Existe uma particularidade desse caminho para o Brasil: ele reorienta o desenvolvimento geral do país, sob a aparência de uma mera plataforma de governo, mudando a Constituição em pontos essenciais, numa seqüência longa de redefinições estratégicas, consubstanciadas nas chamadas “reformas de FHC”.

Espelhando o ideário neoliberal que vem de Thatcher e do Consenso de Washington, FHC assume a tarefa de arriar o ideal histórico de uma Nação brasileira desenvolvida e independente, sem isolamento xenófobo, e procura consolidar a idéia de um Brasil “integrado no contexto das potências internacionais”, vale dizer, periférico, dependente e submisso. Para tanto, envereda na trilha do “país que paga dívidas”, no caminho dos juros altos, da desregulamentação da economia, da privatização indiscriminada e perdulária, da abertura total ao capital estrangeiro, do desmonte do Estado nacional, da redução dos direitos sociais e políticos, da quebra do sindicalismo nacional e do uso do suborno como política de governo na consecução desses objetivos. E mais ainda: a democracia não é essencial a essa perspectiva neoliberal. Poderá sobreviver ou não, dependendo das circunstâncias, como está ocorrendo em outros países.

O confronto com o neoliberalismo deve levar, como está levando, à resistência às suas metas, cuidando-se para que a necessária resistência em toda a linha não impeça a defesa localizada e inteligente de pontos nevrálgicos.

As idéias básicas de um programa como este do PC do Brasil podem e devem embasar também propostas gerais alternativas às neoliberais do governo, em questões como dívida externa e interna, política de investimento, controle do sistema financeiro e dos juros em particular, defesa contra o capital especulativo, apoio ao capital de risco estrangeiro ou brasileiro, incentivo à ciência, à tecnologia e aos serviços sociais, problema agrário, controle externo do judiciário, democratização dos meios de comunicação, representação política democrática e plural, fim do império do dinheiro nas campanhas políticas, recuperação para o Estado das estatais estratégicas, contratos de gestão para as estatais, política distributiva para diminuir as desigualdades inter-regionais e sociais e para promover um amplo mercado interno etc.



Os trabalhadores e os intelectuais compõem camadas interessadas na nova sociedade

O processo de “acumular forças, ganhar prestígio e influência no seio do povo” é um processo histórico, portanto mutável, que usa meios dependentes das características da política geral e dos dados da realidade existente.

O PC do Brasil nunca foi, nem será, um partido meramente parlamentar, conformado com o *status quo* vigente. Sua motivação originária e atual é a libertação social, que só pode ocorrer nos marcos de uma sociedade nova, sem exploração de classe, socialista.

A influência que o Partido pretende aumentar é junto às camadas interessadas nessa sociedade nova, trabalhadores e intelectualidade em primeiro plano. O trabalho de base é uma consequência dessa compreensão, diz respeito à natureza do Partido. A participação em órgãos dirigentes nas entidades de base é decorrência desse trabalho e expressão da influência que ele propicia. Por outro lado, contribui para o avanço do trabalho, dinamizando-o significativamente.

Na mesma ótica deve ser examinada a eventual ocupação de cargos, eletivos ou não, nos executivos municipais e estaduais. É fruto dos trabalhos de base e, bem encaminhada, pode potencializá-los em nível inestimável.

HAROLDO LIMA, PCdoB/BA, é membro do Comitê Central e da Comissão Executiva do Partido Comunista do Brasil. Exerce seu quarto mandato como deputado federal. Foi líder de sua bancada por sete anos e é, atualmente, vice-líder do PCdoB na Câmara dos Deputados.

“O fim da União Soviética não é o fim do comunismo”

Entrevista com

ÁLVARO CUNHAL

O capitalismo não é a etapa final da história, como alardeia a mídia burguesa; são os comunistas que indicam o caminho para resolver os problemas da humanidade

No último mês de abril, o presidente do Conselho Nacional do Partido Comunista Português visitou o Brasil a convite do Centro Cultural 25 de Abril, para comemorar com os brasileiros e a colônia portuguesa o vigésimo-primeiro aniversário do movimento popular e militar que passou à história como Revolução dos Cravos.

Álvaro Cunhal fez, em nosso país, inúmeros contatos políticos, proferiu palestras, realizou reuniões com ativistas sindicais, debateu com intelectuais e estudantes questões candentes do mundo contemporâneo. Entre esses encontros, destacamos a reunião realizada com a direção nacional do PCdoB, ocasião em que os dois partidos fizeram uma profícua reflexão conjunta sobre problemas políticos e ideológicos de grande atualidade, e reafirmaram a convicção nos valores e idéias socialistas.

Nesta entrevista, o veterano dirigente comunista português faz um balanço do processo revolucionário vivido em seu país a partir do 25 de abril de 1974, destacando seu caráter democrático e popular, o alcance das suas conquistas e o papel desempenhado pelo Partido Comunista Português.

De grande interesse são as suas análises sobre os componentes e vertentes

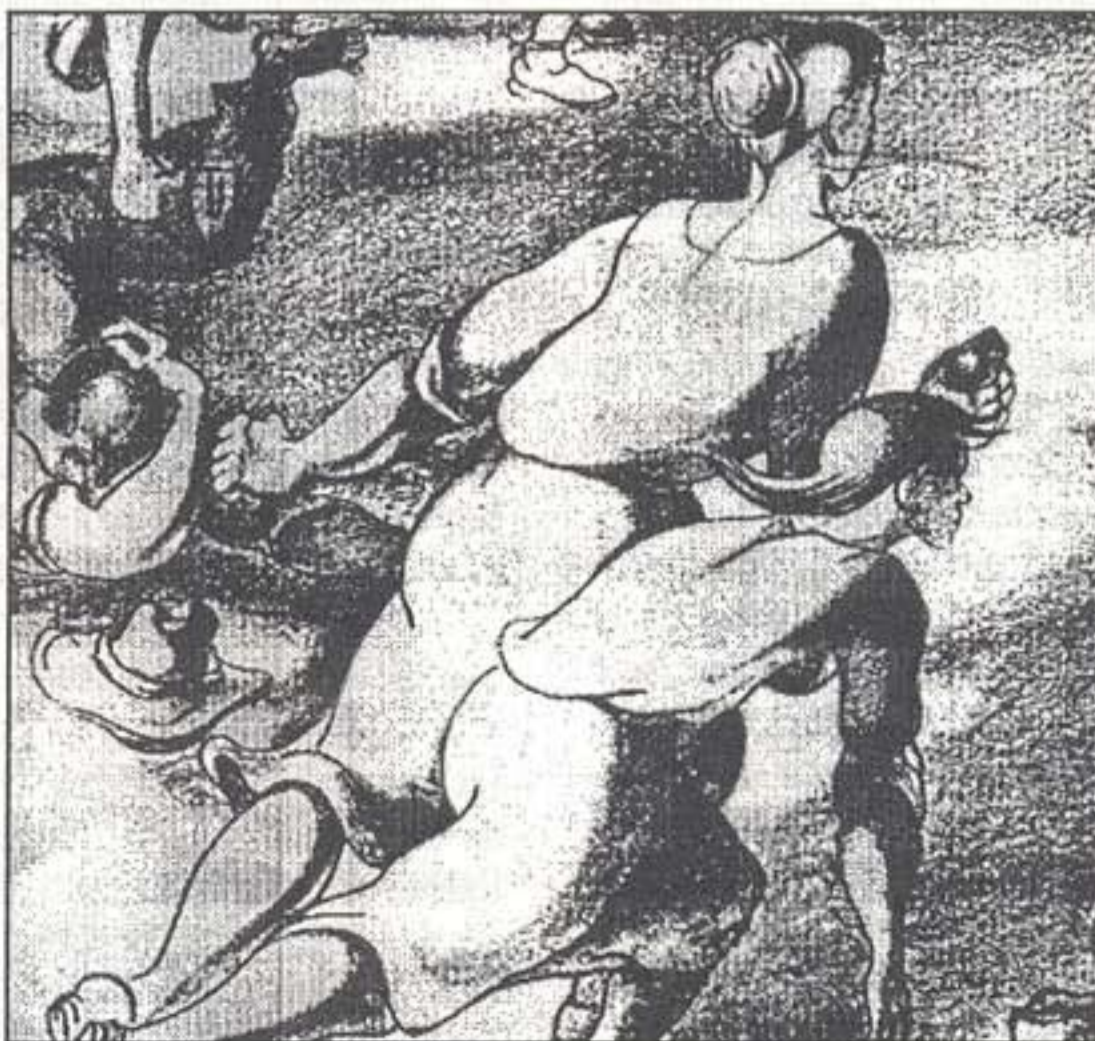
inseparáveis da democracia e sobre a defesa da soberania nacional portuguesa, hoje seriamente ameaçada pela integração na União Européia, “dominada e comandada supranacionalmente”, na opinião de Cunhal, “pelos países mais poderosos e pelas transnacionais”.

Nas páginas que seguem, o leitor conhecerá também a opinião do dirigente comunista português sobre as causas que levaram à derrota as primeiras experiências de construção do socialismo na União Soviética e no Leste europeu, uma análise crítica que não perde de vista o inestimável valor histórico da Revolução de Outubro de 1917, da criação da União Soviética e da construção

do socialismo. No texto, Cunhal reafirma enfaticamente sua noção de que “o século XX não é, como proclamam alguns, o século da morte do comunismo, mas o século em que o comunismo nasceu”.

Em tempos de abjuração e apostasia, encontramos nas declarações de Álvaro Cunhal uma firme defesa da identidade comunista do Partido, do socialismo e das idéias de Marx, Engels e Lênin.

As ilustrações desta matéria são fragmentos dos Desenhos da prisão, do artista Álvaro Cunhal.



José Reinaldo Carvalho



PRINCÍPIOS – *Duas décadas depois, como se pode avaliar o processo revolucionário que liquidou a ditadura fascista em Portugal?*

CUNHAL – A revolução portuguesa dos anos 1974 e 1975 constitui um glorioso empreendimento libertador do povo português e um momento imorredouro na história da nação portuguesa.

A questão colocada utiliza muito corretamente a expressão “processo revolucionário”. De fato a revolução democrática portuguesa não foi, como alguns afirmam, um golpe militar, mas uma insurreição militar e popular que transformou profundamente a sociedade. O levante militar conduzido pelos “capitães” do Movimento das Forças Armadas (MFA) levou à rendição o governo fascista e foi imediatamente seguido de um levante popular em nível nacional, fundindo numa mesma e impetuosa corrente revolucionária o povo e as forças armadas. Isso imprimiu uma nova dinâmica e objetivos mais avançados ao processo de conquista, instauração e institucionalização do novo regime democrático.

“Reconhecido o direito à imediata independência aos povos das colônias portuguesas no mundo”



PRINCÍPIOS – *Quais as principais conquistas da Revolução?*

CUNHAL – Conforme o Partido Comunista Português (PCP) definiu no seu VI Congresso, realizado na clandestinidade em 1965, a ditadura fascista era o governo terrorista dos monopólios (associados ao imperialismo estrangeiro) e dos

latifundiários. Além dessa natureza de classe, uma característica específica da situação era o fato de Portugal, com império colonial na África, ser um país efetivamente colonizado na Europa. Dessa situação decorriam os objetivos definidos pelo PCP para a revolução antifascista: a conquista da liberdade como primeiro e central objetivo, do qual dependiam todos os outros; a liquidação do poder dos monopólios e o desenvolvimento econômico geral; a reforma agrária com a liquidação dos latifúndios e a entrega da terra a quem trabalha; a elevação do nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral; a democratização da instrução e da cultura; a libertação de Portugal do imperialismo; o reconhecimento do direito à imediata independência aos povos das colônias portuguesas; e uma política de paz e amizade com todos os povos. Esses objetivos foram comprovados como necessidades concretas no processo revolucionário.

Foi instaurado um regime político democrático avançado, com reconhecimento das liberdades e direitos dos cidadãos; órgãos do poder interdependentes e responsabilizados; poder municipal descentralizado e ligado às populações; leis eleitorais com o princípio da proporcionalidade; formas de democracia representativa; formas diversas e criativas de democracia direta e participativa.



“As forças reacionárias procuram sabotar as mudanças democráticas, organizar provocações”

Foram liquidados os grupos monopolistas com a nacionalização da banca e das empresas e setores básicos da economia. Uma reforma agrária expropriou os latifúndios e constituiu cerca de 550 Unidades Coletivas de Produção (UCPs/Cooperativas), que asseguraram um rápido desenvolvimento agrícola, o fim do desemprego na região e o melhoramento das condições de vida das populações. Trabalhadores, mulheres, jovens e idosos tiveram seus direitos fundamentais reconhecidos, e a situação das camadas desfavorecidas melhorou. O ensino e a cultura se democratizaram. A criminoso guerra colonial teve fim, reconhecendo-se aos povos submetidos ao colonialismo português o direito a imediata autodeterminação e independência. O isolamento internacional foi rompido, com o estabelecimento de relações com numerosos Estados de todos os continentes.

Essas transformações revolucionárias se realizaram no curto período de um ano e meio. Desde 1976, sucessivos governos tentaram destruí-las sem sucesso – o que comprova o quanto tais mudanças correspondiam às necessidades objetivas e aspirações profundas do povo português.

PRINCÍPIOS – *As forças reacionárias têm investido contra essas conquistas. Como está essa situação?*

CUNHAL – As forças reacionárias procuraram, logo a partir do primeiro dia da insurreição, sabotar as transformações democráticas, organizar provocações, golpes de

Estado, golpes militares, ações terroristas, para abafar o movimento popular, subjugar os elementos progressistas do MFA e assaltar o poder. Deve-se ter em conta uma particularidade da revolução portuguesa: a Junta de Salvação Nacional, inicialmente instituída pelos militares, era composta e dominada por generais reacionários, tendo como presidente o general Spínola. Este foi, nos anos de 1974 e 1975, o promotor direto de sucessivos golpes e tentativas de golpe contra-revolucionários, sem êxito. Os Governos Provisórios, com participação do PCP, eram constituídos por partidos e forças muito contraditórias. As grandes conquistas democráticas (a começar pelas liberdades fundamentais, a legalidade dos partidos, a libertação dos presos políticos e a extinção da criminosa polícia política) não foram concedidas pelo poder (Junta de Salvação Nacional e Governo Provisório), mas conquistadas pela ação revolucionária dos trabalhadores e das massas populares, aliados aos setores progressistas do MFA. A revolução portuguesa mostrou que, num processo revolucionário, as massas populares podem realizar profundas transformações na sociedade, mesmo não dispondo do poder político. Mas, por outro lado, confirmou também que as grandes conquistas ficam comprometidas e podem acabar por perder-se, se o poder não for alcançado e continuar ocupado por forças contra-revolucionárias.

Assim foi de fato. A partir de 1976, depois de um processo irregular e acidentado que levou à liquidação do MFA (novembro de 1975), sucessivos governos empreenderam passo a passo a liquidação das grandes conquistas da revolução democrática, perseguindo o objetivo estratégico de reconstituição e restauração do poder dos grandes grupos monopolistas e dos grandes latifundiários. Tais governos foram do Partido Socialista (PS) sozinho, do PS coligado com o Centro Democrático Social (CDS), do PS coligado com o Partido Social Democrata (PSD), do PSD coligado com o CDS, e do PSD sozinho.

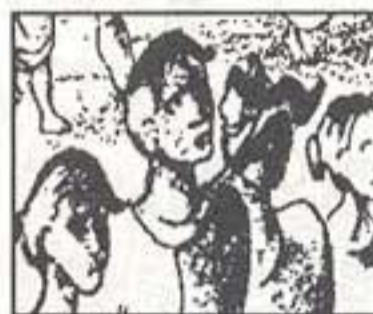
“Lutamos para afastar a direita do poder e por uma alternativa mais democrática”



Num escandaloso processo de privatizações desenvolvidas num pântano de ilegalidades e corrupção nas mais altas esferas do poder, esses governos entregaram e entregam as empresas, os setores básicos da economia e tudo o que é rentável aos grupos monopolistas associados às transnacionais. Isso tem significado, em muitos casos, o domínio estrangeiro sobre alavancas fundamentais da economia portuguesa. A reforma agrária foi liquidada, restaurando-se os latifúndios e o poder dos latifundiários, o que significa a eliminação de 50.000 postos de trabalho, desemprego em massa, terras abandonadas, emigração, desertificação de regiões inteiras. A exploração, o desemprego e o trabalho precário se agravaram, e muitos dos direitos vitais dos trabalhadores foram suprimidos. A ação

desses governos diminuiu drasticamente as obrigações do Estado no domínio da saúde, da educação e da habitação e perverteu anticonstitucionalmente o funcionamento das instituições, com vistas a um poder absoluto e impune.

É uma situação de desastre nacional a que é imperioso pôr fim. É nesse sentido que lutamos. As eleições para a Assembleia da República que terão lugar no dia 1º de outubro de 1995 têm um significado particularmente importante. Lutamos para afastar a direita do poder e por uma alternativa democrática, certos de que o PS sozinho no poder continuaria a mesma política de direita, e que não é possível uma alternativa democrática à política atual sem a participação do PCP.



“A associação da luta institucional e da luta de massas é objetivo constante do Partido”

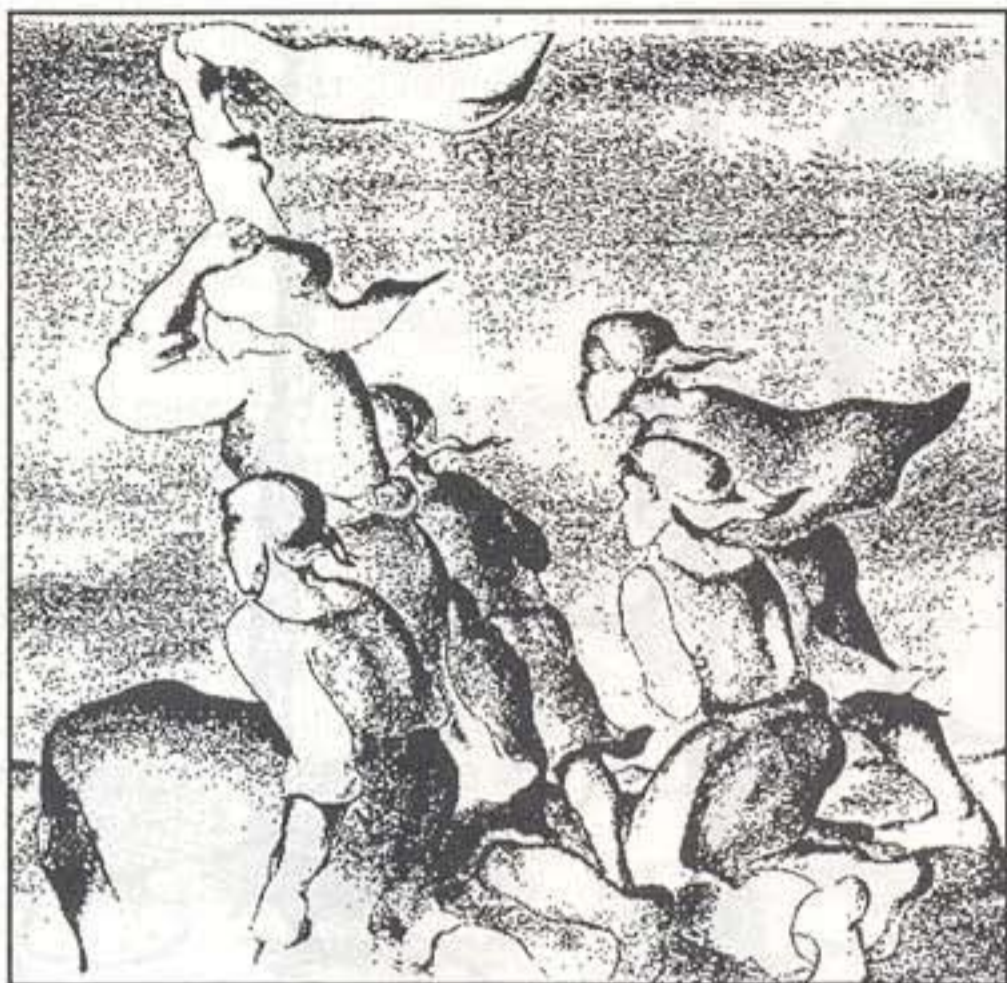
PRINCÍPIOS – Qual o papel do Partido Comunista Português no processo revolucionário do 25 de Abril, em 1975 e nos anos seguintes?

CUNHAL – Logo nas primeiras horas do levante militar, antes da rendição do governo fascista cercado pelas forças do MFA e pelas massas populares, as nossas organizações e militantes intervieram ativamente, promovendo grandes manifestações de massa, aparecendo com as bandeiras e a afirmação corajosa do Partido. Com as massas populares, contrariamos as decisões dos generais da Junta de Salvação Nacional, que queriam obrigar o povo a se recolher às suas casas, impedir a legalização dos partidos, manter a sinistra polícia política (PIDE-DSG), atrasar e excluir os comunistas da libertação dos presos políticos. Poucos dias depois do 25 de Abril, no dia 1º de Maio, uma gigantesca manifestação e comício em que interviemos marcou a poderosa participação da classe operária e do PCP no processo revolucionário. Na luta contra a ditadura, no processo revolucionário e no atual enfrentamento da política reacionária, a ação de massas foi – e continua sendo – uma direção fundamental e prioritária da ação do partido.

Ao mesmo tempo, participamos ativamente nas instituições: em 1974 e 1975, nos quatro primeiros Governos Provisórios; em 1975 e 1976, nas eleições para a Assembleia Constituinte, elegendo 30 deputados; na elaboração e na aprovação da Constituição da República, com papel destacado; nos órgãos municipais provisórios e na direção dos municípios em vastas regiões onde ganhamos as eleições. Elegemos deputados para o Parlamento Europeu, e eu próprio fui muitos anos (1982-1992) membro do Conselho de Estado.

A associação da luta institucional e da luta de massas é uma constante da nossa intervenção e ação na vida nacional.

PRINCÍPIOS – O último Congresso do Partido Comunista foi realizado sob o lema “Socialismo e Democracia em Portugal”. Aprovaram-se resoluções e um Programa que



apontam para a luta pelas cinco vertentes da democracia em Portugal. Poderia o camarada discorrer sobre o assunto?

CUNHAL – Quando se definem as grandes linhas de uma política democrática, são geralmente referidas as áreas política, econômica, social e cultural. Nossa experiência na luta contra o fascismo, na Revolução de Abril e instauração do novo regime democrático e na resistência à contra-revolução, conduziu-nos a um aprofundamento dessa problemática.

Ao contrário do que afirmam as forças do capital, reacionárias e conservadoras, não são quatro áreas que possam ser consideradas independentes, e sim *quatro componentes ou vertentes inseparáveis da democracia*, e também quatro componentes inseparáveis de uma política contra-revolucionária ou antidemocrática.

“Política democrática exige não só democracia política, mas social e cultural também”



A reconstituição e restauração do capitalismo monopolista, processo de centralização e acumulação do capital, tem como componentes a maior exploração dos trabalhadores e das massas laboriosas em geral; o elitismo no domínio da cultura; as limitações, discriminações e perversões das liberdades e direitos dos cidadãos e do regime político sujeito às alterações que garantam a continuidade das forças no poder.

Ao contrário, uma política verdadeiramente democrática exige não só democracia política, mas democracia econômica, social e cultural.

No programa do nosso Partido, aprovado no XIV Congresso, são indicados e desenvolvidos quatro objetivos ou componentes fundamentais inseparáveis: um regime de li-

berdade com um Estado democrático; um desenvolvimento econômico com um forte setor do Estado nas empresas e ramos estratégicos; uma política social que garanta o melhoramento das condições de vida do povo; e uma política cultural que assegure o acesso à livre criação e fruição culturais.

No caso português, acrescentamos ainda um quinto componente e objetivo: o nacional. A integração de Portugal na União Europeia é um obstáculo utilizado pelas forças reacionárias a uma opção política verdadeiramente democrática no país. A União Europeia é dominada e comandada supranacionalmente pelos países mais poderosos e pelas transnacionais, o que significa a perda de elementos fundamentais de soberania e independência nacional portuguesa.

PRINCÍPIOS – *Como está Portugal no quadro da integração à União Europeia?*

CUNHAL – Dada a natureza da União Europeia e a política de capitulação nacional de sucessivos governos, Portugal está sendo tratado como um país periférico, cujos interesses vitais são sacrificados aos interesses dos países mais ricos e poderosos. O Tratado de Maastricht, de objetivos federalistas, estabelece a obrigatoriedade de “uma política comum” da União Europeia, à qual se devem submeter as políticas dos países membros. Isso diz respeito às diferentes políticas: econômica e financeira, orçamentária, industrial, agrícola e de pescas, de defesa e de segurança e, também, externa e militar. Quem decide a política comum são as instâncias supranacionais, em que as decisões acabam por ser impostas pelos três mais ricos e poderosos – a Alemanha, a França e a Grã-Bretanha.



“Não somos a favor do isolamento nem de soluções autárquicas. Somos pela cooperação”

Os resultados estão à vista. Por imposição da União Europeia e pela orientação antinacional de sucessivos governos de Portugal, leva-se a cabo um processo sistemático de desindustrialização, arruinam-se a agricultura e a pesca, o mercado interno é invadido por produtos importados, agravam-se os déficits energético, agroalimentar e tecnológico. Em tal situação, atinge as raias do crime o envio para Portugal de fundos para pagar a agricultores para não produzirem, ou para enterrarem os produtos, sob pretexto de não estarem estes em conformidade com as normas comunitárias.

Não somos partidários do isolamento internacional nem de soluções autárquicas. A internacionalização dos processos produtivos, a divisão internacional do trabalho, a cooperação científica e tecnológica e os sistemas de integração são necessidades objetivas do desenvolvimento neste final do século. Mas devem desenvolver-se no quadro da cooperação de Estados livres e iguais, e não em situações de dominação e exploração dos mais atrasados e mais fracos pelos mais poderosos.

Em relação ao nosso país, conseqüentemente, defendemos que o governo lute na União Européia pelos interesses portugueses, invocando a aplicação de princípios que, em termos dos tratados, são reconhecidos mas não têm sido respeitados, como os interesses vitais de Portugal, a característica específica da agricultura, os prazos de aplicação das medidas decididas, a necessidade de não contradizer a proclamada coesão econômica e social etc.

PRINCÍPIOS – *Como pôde o Partido Comunista Português sobreviver a quarenta e oito anos de perseguições do regime fascista e ainda emergir do processo revolucionário como uma organização de vanguarda influente e estruturada?*

CUNHAL – A luta e o desenvolvimento do PCP nas duras condições de clandestinidade tiveram um processo muito difícil e acidentado. Nos quarenta e oito anos de resistência ao fascismo e de luta pela liberdade, foi praticamente o único partido que, através da dedicação e coragem de gerações de militantes, fez frente à repressão e desenvolveu permanentemente uma atividade política. Perseguições, torturas na polícia por vezes até à morte, pesadas condenações, camaradas que chegaram a estar presos mais de vinte anos, assassinatos de militantes, não impediram a atividade constante do Partido. Entre os elementos que permitiram ao PCP tornar-se, nas duras condições de clandestinidade, um grande partido nacional, contam-se um forte núcleo dirigente inteiramente dedicado; um aparelho e organização clandestinos; a publicação de imprensa clandestina, principalmente do órgão central do Partido (*Avante!*) sem interrupções nos últimos trinta anos da ditadura; uma ação política constante; a iniciativa de movimentos unitários; a associação da atividade ilegal, semi-legal e legal. Mas o elemento fundamental e determinante foi a criação de profunda ligação e indestrutíveis raízes na classe operária, nas massas trabalhadoras, e isso significa a criação não apenas de apoio à ação do partido, mas participação e empenho, desenvolvimento constante da luta de massas em todas as frentes, reforço e renovação do próprio partido e da sua direção por militantes vindos dos locais de trabalho, das massas, com sua rica experiência.

Assim foi na revolução democrática e nas conquistas revolucionárias, e assim tem sido na situação atual.

“O século XX é o período do nascimento e vida do comunismo”



PRINCÍPIOS – *Como analisar as causas que levaram à derrota as primeiras experiências de construção do socialismo – União Soviética e Leste europeu?*

CUNHAL – Antes de mais nada, é necessário confirmar e afirmar que a revolução socialista de 1917, as transformações, conquistas e realizações na construção da sociedade socialista, a criação da União Soviética e o poderoso impulso dado à luta libertadora dos trabalhadores e dos povos do mundo ao longo do século XX constituem



acontecimentos históricos, que os comunistas, as forças revolucionárias e os trabalhadores têm justo motivo de considerar grandes aquisições do patrimônio revolucionário. Temos afirmado que o século XX não é, como proclamam alguns, o século da morte do comunismo, mas o século em que o comunismo nasceu, pois foi e é no século XX que, pela primeira vez em milênios de história, o sentimento de injustiça, a revolta, o sonho e a utopia se tornaram um projeto político, uma luta revolucionária, e o ser humano empenhou-se concretamente na construção efetiva da nova sociedade.



“Maior rigor na definição de perspectivas do projeto do socialismo”

Em nosso entender, a grande derrota da construção da nova sociedade na União Soviética e no Leste da Europa não significa derrota e fracasso do ideal e objetivos do comunismo, mas derrota e fracasso de um “modelo” que, numa evolução complexa, se afastou desse ideal e desses objetivos.

Ainda antes da derrocada da União Soviética, o nosso Partido realizou, em maio de 1990, um Congresso extraordinário (o XIII) em que procedeu a uma primeira análise dos graves acontecimentos no Leste da Europa. É um tema que necessita de aprofundamento, e sobre o qual estamos sempre interessados em conhecer as análises de outros partidos, como contribuição para a nossa reflexão. Temos como certas, entretanto, até hoje, algumas das conclusões acerca das grandes derrotas na construção do socialismo.

Assim o poder político dos trabalhadores e a democracia política “mais rica que a mais democrática das de-

mocracias burguesas” acabaram por dar lugar a um poder e a um Estado altamente centralizados, cada vez mais distantes da intervenção e da vontade das massas populares, e tendendo, como norma, a substituir soluções políticas por decisões administrativas e processos repressivos. Acabaram por dar lugar a uma estatização excessiva da economia, a uma planificação decidida longe das realidades do aparelho produtivo e da experiência dos trabalhadores e indiferente ao mercado como realidade objetiva. No partido, o centralismo democrático acabou por ser concebido e praticado com o enfraquecimento da intervenção democrática da massa de militantes e com uma centralização burocrática e intolerante da direção, com esta distanciando-se cada vez mais da base e dos sentimentos e aspirações das populações. A cristalização e dogmatização do marxismo-leninismo, impostos como ideologia do partido e do Estado, incapacitou uma análise objetiva das novas situações, dos novos fenômenos, das novas realidades.

Os acontecimentos são para nós uma advertência de que a repetição de traços negativos de um tal “modelo” poderá conduzir, no futuro, a semelhantes derrotas.

As conclusões nesta matéria não são apenas importantes em termos de análise histórica. São importantes também em termos de experiência, de ensinamentos, de maior rigor na definição de situações, das perspectivas e do próprio projeto da sociedade socialista, que nós, comunistas portugueses, continuamos a ter como objetivo.

“Há princípios provados pela vida, mas sua validade exige mais criatividade”



PRINCÍPIOS – *Que significa a cristalização da teoria, e como se luta contra ela? Como relacionar, por exemplo, o combate ao dogmatismo com a defesa e renovação dos princípios?*

CUNHAL – Confirmar o marxismo-leninismo como teoria revolucionária dos comunistas não pode significar que se considerem como válidas, neste fim do século XX, todas as análises e conclusões teóricas de Marx e Lênin na sua época. Passaram-se 150 anos desde a realidade do capitalismo em que o *Manifesto Comunista* e *O Capital* foram editados, e 100 anos desde a nova realidade do capitalismo analisada criativamente por Lênin na sua célebre obra *O imperialismo, estágio supremo do capitalismo*. Desde então, houve profundas transformações econômicas, sociais, científicas e tecnológicas. Não se pode substituir a análise das novas realidades pela citação acrítica de textos que respondiam a realidades diferentes e distantes, e tomadas como “princípios” de validade intemporal. E isso foi feito com frequência no movimento comunista ao longo do século, numa cristalização e dogmatização que limitaram e, por vezes, incapacitaram a análise e a compreensão de novos fenômenos e realidades, e uma resposta criativa e correta, teórica e prática. A teoria tem um desenvolvimento

próprio, produto da inteligência de sucessivas gerações. Mas nasce da realidade, e a ela responde.

Há “princípios” comprovados pela vida. Mas a sua validade exige, ao mesmo tempo, desenvolvimentos criativos acompanhando as mudanças da realidade.

Assim, por exemplo, são válidos e comprovados pela ciência e pela vida o materialismo dialético e a idéia de que o sobrenatural é criação do homem, produto do seu insuficiente conhecimento da realidade. É válido o materialismo histórico, e neste o papel das estruturas socioeconômicas e da luta de classes como determinantes da evolução das sociedades e da natureza do Estado. São válidas as teorias do valor e da mais-valia, assim como a definição da natureza exploradora e agressiva do capitalismo e do imperialismo atuais. São válidos e comprovados pela história do século XX o projeto revolucionário e o empreendimento da construção de uma sociedade libertada de exploração, desigualdades, injustiças e flagelos sociais do capitalismo – uma sociedade socialista.



“A convicção e coragem comunistas são mais necessárias e podem ser determinantes hoje”

Mas, em todas e em cada uma dessas áreas do conhecimento e da teoria, a análise da realidade, a resposta teórica e o desenvolvimento da ação não devem estar condicionados à idéia de que já se é senhor de verdades eternas. A criatividade é um elemento integrante da teoria revolucionária dos comunistas.

PRINCÍPIOS – *Em que termos se pode afirmar a atualidade e a vigência da luta pelo socialismo no quadro político e ideológico do mundo contemporâneo?*

CUNHAL – A luta pelo socialismo, neste final do século XX, oferece novas dificuldades, com o desaparecimento da União Soviética, a resultante alteração radical da correlação de forças e a nova ofensiva do imperialismo para recuperar e impor a sua hegemonia mundial. Algumas realidades são, porém, incontestáveis. O capitalismo mantém a sua natureza exploradora e agressiva, e não só não resolve como agrava os grandes problemas da humanidade. A luta contra a exploração, a opressão, as cada vez mais gritantes desigualdades e injustiças sociais, as agressões, intervenções e guerras contra a liberdade e a opção dos povos não só é necessária, como o seu desenvolvimento é inevitável. As contradições e as crises do capitalismo geram os fatores da sua própria destruição. O capitalismo não é um sistema final. Os comunistas continuam a indicar o justo caminho para a solução dos grandes problemas da humanidade. E com os comunistas novas forças nascem e se desenvolvem. É tarefa intensificar a cooperação e a solidariedade, e, sempre que possível, a ação comum de todas essas forças. A convicção e a coragem dos comunistas são particularmente necessárias e podem ser determinantes no momento atual. ■

Novos instrumentos de ação política: o sistema Nações Unidas

FÁTIMA OLIVEIRA

De que adianta a realização de diagnósticos sobre a nossa realidade, conhecida por todos os governos e pela ONU, se a política de Washington dificulta a implementação das soluções?

A IV Conferência sobre a Mulher, a realizar-se em Beijing, em setembro de 1995, insere-se no conjunto de Conferências Mundiais promovidas pelas Nações Unidas nesta década, com o objetivo de buscar uma reorganização do mundo no período pós-Guerra Fria, tendo como foco os chamados "temas globais", de interesse para toda a humanidade. O conjunto de eventos se iniciou com a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, em 1992, incluiu a Conferência de Viena sobre Direitos Humanos, em 1993, abarcará a Conferência do Cairo sobre População, em 1994, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social em Copenhague, em 1995, e irá até a Conferência sobre Assentamentos Humanos, em Istambul, em 1996. Como país atuante na esfera internacional, particularmente interessado nos temas enfocados, em função das nossas dificuldades internas, o Brasil deve preparar-se adequadamente para participar desses eventos. E a elaboração de relatórios sobre a situação nacional é o primeiro passo nesse sentido, conforme recomendação da própria ONU, para quase todas as Conferências.*

Ministro José Augusto Lindgren Alves,
chefe da Divisão das Nações Unidas do
Ministério das Relações Exteriores

* Entrevista concedida ao *Voar é Preciso*, boletim informativo do Conselho Estadual da Comissão Feminina, São Paulo, p. 5. José Augusto Lindgren Alves é autor de *Os direitos humanos como tema global*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1994.

As palavras do ministro, proferidas em março de 1994, retratam uma imagem fiel da realidade. Atualmente as Conferências da ONU são espaços privilegiados de elaboração de novos instrumentos governamentais para a ação política de âmbito mundial.

Dizer que as resoluções desses fóruns, aprovadas por unanimidade, são recomendações que os governos do sistema ONU poderão seguir ou não, ou que só serão acatadas desde que não firam suas leis nacionais e sua soberania, é mera figura de retórica. Basta lembrar que tais orientações estão "amarradas" à concessão de financiamentos para a execução de políticas públicas, sugeridas pelas conferências, e se reportam também aos empréstimos em geral, à rolagem da dívida externa, e, ao fim e ao cabo, tudo isso integra o que se conhece hoje como ajuste estrutural. De fato *tudo* se faz para incrementar o receituário dos poderosos senhores encastelados nas instituições de Bretton Woods – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT).

A novidade aqui é perceber que a ONU é uma instância de poder supranacional, que tende a se tornar mais e mais poderosa, sob a ótica de um mundo unipolar. Isso é preocupante na medida em que a ONU tem tido uma prática de desconhecer os preceitos da democracia internacional. Nas suas instâncias decisórias, nem todos os países possuem o mesmo poder. O famoso Conselho de Segurança corriqueiramente ignora o objetivo central para o qual a ONU foi instituída: *promover a paz, a justiça, a não agressão, a mediação dos conflitos, os direitos dos povos, a cooperação e as liberdades fundamentais*. Seus organismos financeiros (FMI, BM), em vez de estabelecer



a verdadeira “cooperação internacional”, adotam e induzem a uma prática de espoliação e saque dos povos e são co-responsáveis pelo aumento da fome, da pobreza e da miséria em todo o mundo!

Adquirindo consciência de tudo isso, qualquer pessoa – em pleno uso de suas faculdades mentais e de um mínimo de sentimento humanitário – tem dificuldades para acreditar que, por fazer denúncias das opressões, a ONU assumirá sinceramente compromissos de combatê-las, e quais são suas verdadeiras intenções ao criticar com grande alarde os indicadores sociais de pauperização e miséria. Sobre tudo, fica a pergunta e a ansiedade de descobrir quais os mais recônditos desejos desse governo “senhor do mundo” em relação ao destino dos povos.

Evidenciamos isso melhor quando analisamos o Programa de Ação resultante de qualquer um desses colóquios. São, à primeira vista, cartas de “boas intenções”, que constam de princípios gerais humanitários, envoltos em uma piedade piegas para com os oprimidos. Cada subtema enuncia os seus objetivos e medidas (plano de metas), além da alocação dos recursos financeiros necessários às “mudanças”. No entanto as propostas de resolução dos problemas primam pela ambigüidade, na maioria dos pontos, desse modo colocando a nu as contradições.

Os exemplos mais gritantes dessas ambigüidades são as “boas intenções” de conciliar: “alívio do pagamento da dívida externa com a implementação do ajuste estrutural com *face humana*”; e o “livre mercado com o desenvolvimento humano”.

Discutir temas globais, diagnosticar os problemas e propor soluções são tarefas que consomem muitos recursos e tempo dos organismos da ONU. Particularmente em rela-

ção à situação das mulheres, é preciso não desconhecer que essa tem sido uma instância internacional que empreendeu significativas gestões para dar visibilidade aos problemas por elas vivenciados, inclusive fazendo com que os governos reconhecessem oficialmente a opressão de gênero, e por inúmeros motivos tem se posicionado muito pelo *empowerment* (capacitação e poder social, econômico e político) das mulheres. No entanto, precisamos nos ater a um detalhe fundamental:

“[a ONU] não é um prolongamento do Movimento de Mulheres, nem uma aliada natural das mulheres, mas um centro de poder para onde confluem principalmente os mesmos governos que pouco ou quase nada têm feito para promover a igualdade entre os gêneros em seus respectivos países”.¹

Mas o que chama a nossa atenção é que a ONU, ao mesmo tempo em que infringe as regras da convivência democrática internacional entre as nações, insiste em assegurar o “processo democrático” de suas conferências para o movimento social, alocando recursos financeiros e humanos para garantir as conferências paralelas locais, regionais e mundiais e exigindo, como condição fundamental, que os governos se empenhem para estabelecer o diálogo com a sociedade.

Mais importante ainda é descobrir que o chamado “processo democrático” do sistema Nações Unidas possui uma conceituação nova e *sui generis*. Aqui entende-se como a fênix pode renascer das cinzas: enfraquece-se o poder de definição de prioridades e de decisão dos governos nacionais e promete-se poder de algumas definições, e até decisão, ao movimento social, através do aceno de uma democracia sem intermediários, diálogo direto governo e povo, negociação face a face, *parceria*. Tudo isso pode ser sintetizado em uma inocente terminologia: *participação popular*!

Segundo Carlos Guerra Rodríguez,²

“...até governos autoritários (ainda que nem todos da mesma forma) têm considerado a participação como um conjunto de técnicas que legitimam seu poder e permitem a expressão controlada (o grifo é nosso) dos sentimentos populares, uma vez que eliminam os canais independentes da organização e da representação”.

De acordo com Wolfe (1991, citado por Rodríguez), a participação popular só é vista como “o ingrediente que faltava” e é um recurso, o recurso por excelência, da receita neoliberal. Aliás, disso ninguém mais duvida.

Na prática, existem sérias distorções no “processo democrático” da ONU. Vejamos algumas. Superestimam-se as expectativas de participação popular, massageia-se o ego e “facilita-se” tudo, inclusive a organização, através de investimentos financeiros, durante algum tempo. “Apóia-se”, dessa maneira, o surgimento de pressão popular organizada! Em resposta, engendram-se “políticas públicas compensatórias” (e o nome já diz tudo!) que deverão ser implantadas e implementadas em regime de co-gestão. Desse modo, aposta-se neste tipo de “participação popular” como uma forma de aliviar e até libertar o Estado de suas funções sociais.

E sobre isso é emblemática uma fala recente do presidente Fernando Henrique Cardoso:

“Nós não podemos repetir sempre a mesma história de ter uma visão de Estado quase imperial ao se relacionar com outros Estados. Você veja hoje a questão das ONGs (Organizações Não Governamentais). É uma questão delicadíssima. Existe uma forte demanda das ONGs no Banco Mundial, no Banco Interamericano de Desenvolvimento, para que elas sejam informadas do que está acontecendo. O Brasil é contra sistematicamente, porque o Estado brasileiro não quer ver diminuído o seu poder de decisão.

Eu acho que não se trata de diminuir esse poder, mas de se repensar o Estado em função de uma sociedade civil que conseguiu se organizar mais. Eu ouvi um neologismo naquela reunião que nós fizemos em Brasília, criado pelo Castells [Manuel Castells, sociólogo espanhol]; ele chamou as ONGs de Organizações Neogovernamentais. É um bom neologismo. Porque é o que elas são. Elas pensavam que eram outra coisa mas, agora, é isso que elas são. Este é um fato novo, que tem que ser incorporado à nossa visão do mundo. O Estado hoje não é um organismo fechado, ele está penetrado por setores da sociedade civil.”³

Precisamos nos deter mais sobre o papel das ONGs no diálogo com a ONU e outros organismos internacionais de “cooperação financeira”, pois vai ficando evidente que, se elas realmente se dispuserem a cumprir o papel de *Organizações Neogovernamentais*, consolidarão o papel que muitas ONGs já desempenham, na prática são canais que “atravessam” o movimento social e intermediam os conflitos de classe, ao eleger a luta no campo da superestrutura como única e ao aceitar ser essa “pressão popular” “fabricada” para parceria com o Estado, assumindo assim tarefas da alçada do governo.

O Estado cada vez menor e liberto de suas obrigações, em detrimento da justiça e da seguridade social, suplanta o livre arbítrio de suas cidadãs e seus cidadãos, a autonomia do movimento social, e passa a ser fomentador da auto-ajuda, da solidariedade, da busca da equidade com participação (o compartilhar da desigualdade social, da pobreza), e assim chega-se ao “fundo do poço” do figurino neoliberal, situação em que a cidadania propositiva/participativa – a participação – “não perturba a distribuição de poder e de riqueza existentes”⁴ e legitima o sistema cruel e excludente de exploração e todas as formas de opressão.

A defesa do Estado mínimo é feita às escâncaras por algumas ONGs, sob o argumento de que “quem lutou pela

democracia tem a obrigação de construir a cidadania com o seu suor e parceria”. Alegam que é “politicamente incorreto”, além de “antiético”, fugir do “compromisso” de substituir o Estado. Diga-se de passagem que esse tipo de parceria nada mais é que o “dever” de desobrigar o Estado do cumprimento de suas funções sociais, da atenção que ele não pode mais oferecer, porque o ajuste exige que ele seja mínimo, “gaste” pouco e, em contrapartida, explore ao máximo e poupe, até as raias da insanidade, para poder juntar dinheiro para sustentar os seus credores: os países ricos.

Esse raciocínio indica duas coisas: ou é um puro e inocente plágio, ou é a aplicação ao pé da letra da política de certo presidente norte-americano (acho que Kennedy): “Não pergunte o que os Estados Unidos podem fazer por você, mas o que você pode fazer pelos Estados Unidos”.

Esse é o jogo da ONU, milimetricamente controlado pelos países imperialistas. Temos de dar a mão à palmatória: é uma nova e inteligente modalidade de fazer política! E tem se mostrado muito eficiente, sobretudo para fazer com que o movimento social não respire entre uma agenda internacional e outra, a ponto de estar sempre “correndo atrás do prejuízo” e não ter tempo de atuar em prol de suas verdadeiras necessidades estratégicas.

Por outro lado, cabe ressaltar que nem tudo está perdido, apesar da visão panorâmica de terra arrasada, embora os documentos finais dessas conferências expressem, abertamente, uma política normatizada pela ética “de que estamos todos no mesmo barco e devemos sobreviver ou morrer juntos”! O compromisso do sistema ONU é com a Paz Social; logo, o conteúdo básico é o de emperrar as mudanças. Mas é nesse lema conflituoso de Paz Social que estão contidas as brechas, os respiradouros para uma ação política antiimperialista, antiopressora.

Um bom exemplo dessa afirmação é o caso do Brasil nas preparatórias para o Cairo e agora rumo a Pequim. Na presença de um movimento feminista e de uma intelectualidade temperados na luta contra a ditadura militar e pelas liberdades democráticas, o diálogo entre governo e sociedade transcorreu em clima de respeito mútuo e muita negociação, além do que o Itamaraty foi muito sensível às proposições mais avançadas em relação às questões da Conferência de População, a ponto de, apesar das solicitações da Santa Sé para que o governo do Brasil adotasse

O que é a ONU

A ONU é um organismo intergovernamental de caráter mundial, criado em 26 de junho de 1945 com o aval de 51 países, com o objetivo de manter a paz e a segurança internacionais. A sua atuação deveria se pautar pela cooperação no campo da saúde, finanças, cultura, transporte, comunicação e informação meteorológica.

Atualmente 182 países são membros da ONU. Esta organização é dirigida por representantes dos governos filiados. Funciona através de *organismos especiais* e atua através de *agências específicas*. São órgãos especiais da ONU:

- Assembléia Geral, na qual até cinco representantes equivalem a um voto;
- Conselho de Segurança, composto por quinze membros, dos quais

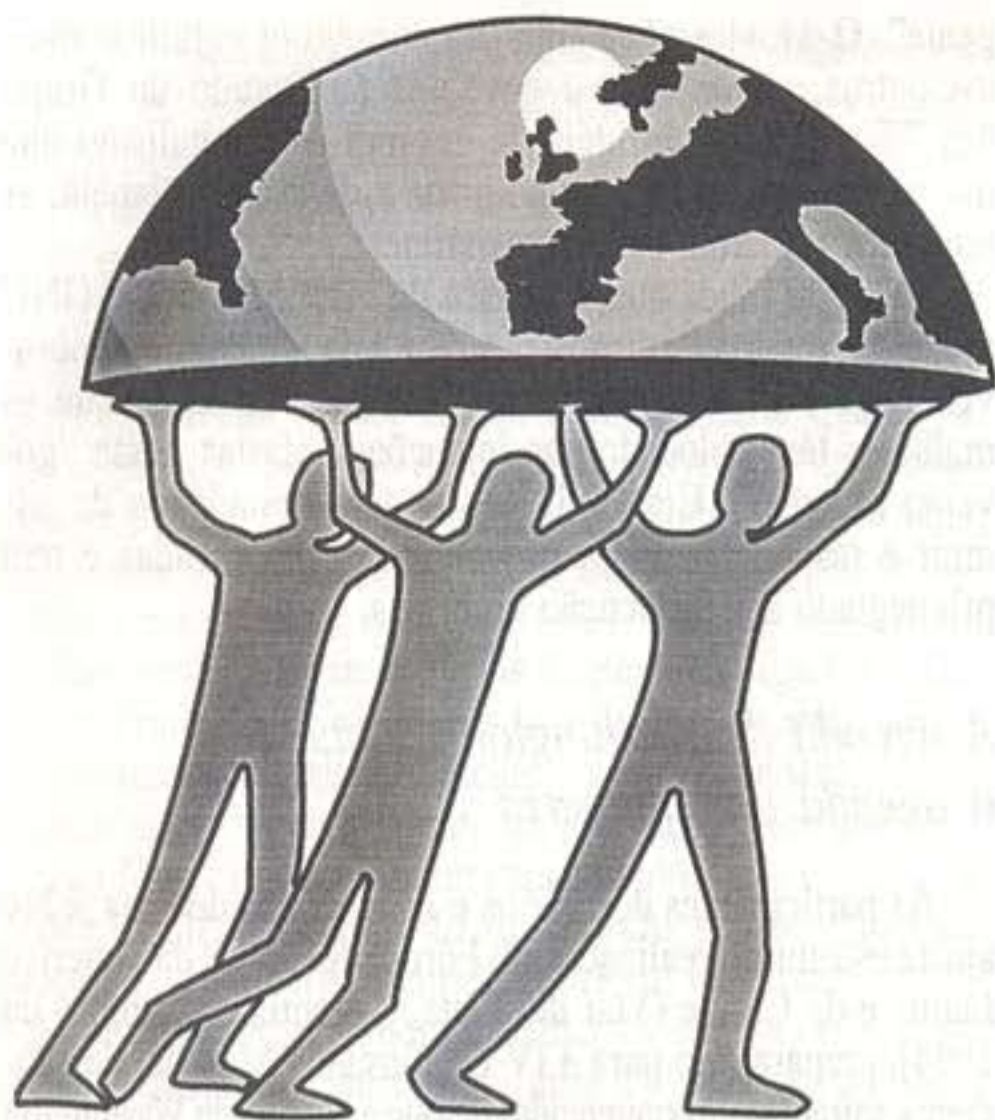
cinco são permanentes: Estados Unidos, Rússia, França, China e Grã-Bretanha;

- Conselho Econômico e Social, que conta com 23 membros, com mandatos de cinco anos; este órgão atua através de agências regionais: CEPAL (América Latina), ECE (Europa), ECAFE (Ásia e Extremo Oriente) e CEA (África);

- Conselho de Tutela;

- Corte Internacional de Justiça, coordenada por uma Secretária, cujo secretário-geral é indicado pela Assembléia Geral.

O orçamento da ONU é oriundo da contribuição dos países-membros, cuja cotação mínima é 0,04%. Os Estados Unidos têm contribuído com até mais de 1/3 do orçamento.



posturas “religiosas”, as negociações e os acordos com o movimento social e a intelectualidade já estarem em tal estágio avançados que não havia mais como retroceder.

Nesse período rumo a Pequim, as relações continuam em clima de cordialidade. Não se sabe se o governo brasileiro (ou a ONU) disse qualquer coisa quando nós, as feministas, repudiamos, em evento nacional (Rio, janeiro de 1994), a atitude intervencionista da USAID de querer “bançar” a preparatória e a ida das mulheres brasileiras a Pequim. E o fizemos como uma demonstração de repúdio ao imperialismo e em memória de nossas heroínas e heróis da luta contra a ditadura militar financiada pela USAID. Começamos a preparar Pequim em grande estilo: fazendo política de resistência.

As feministas estão dando “o tom”, até agora, nos eventos oficiais e paralelos, inclusive como consultoras e participantes dos oficiais. Em Mar del Plata, o Itamaraty prestigiou muito as propostas feministas. Um espanto! A continuar assim, só falta mesmo o Brasil se rebelar contra o Consenso de Washington (como sonhar é de graça...).

Temos de entender que a cordialidade e o respeito, nessas relações em curso no Brasil, não acontecem em todo o mundo.

A primeira geração planetária

Saber utilizar esses respiradouros a favor da justiça social (e não da Paz Social) é um grande desafio do momento para as forças políticas comprometidas com as causas populares e democráticas. Na busca da Paz Social, os países pobres pressionam os ricos por maiores e mais facilitados financiamentos, e têm conseguido algumas vitórias. É sob a ameaça da explosão social que a sociedade civil tem sido ouvida pelos governos locais e incluído suas reivindicações nos considerandos, nos princípios e até nas metas dos documentos finais da ONU. São êxitos consideráveis, embora pontuais, que, mesmo não revertendo de imediato em mudanças subs-

tanciais na qualidade de vida dos povos, transformam-se em bandeiras e direitos universais dos oprimidos e podem ser pontos de aglutinação para lutas mais avançadas.

No fundo, trata-se de um jogo perigoso para ambos os lados. Pode cooptar e desarmar grande parte das(os) lutadoras(es) do povo, mas o reverso é que poderá tornar-se um destabilizador do *status quo*, na medida em que, para conter a pressão social, a contrapressão dos governos consiste em ceder espaços que possibilitam o controle social dos seus Planos de Ação (monitoramento). E monitoramento, se bem compreendido politicamente, não poderá, indefinidamente, significar parceria acrítica. Ao ceder no monitoramento, os governos passam a andar “no fio da navalha”.

Antes de avançar mais nesta análise inicial, superficial e panorâmica, lembremos:

“Somos a primeira geração planetária. Somos as(os) primeiras(os) a viver, diariamente, a globalização da economia, da comunicação, da cultura, das finanças, da depredação do meio ambiente, o incremento da pobreza. O fim do século está nos alcançando com um governo mundial quase anônimo – as redes financeiras mundiais –, autocrático, desprovido de responsabilidades sociais e de mecanismos de controle (...) Compartilhamos muitas coisas, tais como a possibilidade de articular redes reivindicatórias de direitos universais. Compartilhamos também a feminização da pobreza, o recorde do desemprego e do subemprego, as novas formas de discriminação de gênero, as altas taxas de mortalidade por razões reprodutivas; e a violência cresce vertiginosamente (...), abre a necessidade de refletirmos sobre qual o contexto em que serão aplicados os “planos de ação” que os governos e as ONGs estão elaborando para consolidar a igualdade entre os gêneros na próxima década. Devemos formular questionamentos relativos aos efeitos que terão as atuais políticas mundiais sobre as mulheres, a fim de que possamos apresentar propostas que ultrapassem o retórico”.⁵

Considerando essa realidade, é possível afirmar que, conforme o contexto que está sendo imposto a nós, talvez não estejamos fazendo toda a política que precisamos fazer.

Esta situação traz também muitas indagações. Por exemplo: por que o movimento social deve e precisa participar destas conferências, se “de cara” elas objetivam criar instrumentos destinados a promover a Paz Social e a postergar o enfrentamento com as forças opressoras? As forças políticas conseqüentes não deveriam renegar esses processos, denunciá-los, desmascará-los e jamais participar deles?

Estas perguntas são procedentes, em especial porque os tais programas de ação destas conferências e as políticas públicas propostas se detêm, exclusivamente, nas manifestações externas das questões. No entanto “devemos fazer política de acordo com as circunstâncias” – um ensinamento clássico do marxismo que parece andar muito esquecido. Parece que os movimentos sociais – em particular os menos tradicionais, como o feminista e o ecológico –, embora ainda não dominem bem a sua aplicação, conseguiram extrair muitas lições desse ensinamento.

É de uma sabedoria profunda e de uma sagacidade admirável a ONU garantir os Fóruns Paralelos às Conferências Oficiais. Antes de mais nada porque, ao negociar diretamente com o movimento social, se credencia como

uma interlocutora qualificada e como parceira confiável para as massas em luta. Assim aplica bem sua política de conciliação de classes.

Acredito que esses assuntos mereçam muitas outras indagações e reflexões. As apresentadas aqui são ainda bem iniciais, no entanto muito elucidativas, e serão melhor visualizadas conhecendo-se a trajetória das mulheres nesses fóruns, posto que elas são as atrizes sociais com maior acúmulo de experiências com o sistema Nações Unidas, quer no enfrentamento, quer na parceria igualitária ou de cooptação.

O exemplo e o aprendizado das mulheres

As mulheres, no plano internacional, têm respondido com muita mobilização e presença aos debates colocados pela ONU. Hoje constituem o setor da sociedade que mais vitórias tem conseguido, e tem travado muitas lutas com o sistema Nações Unidas. Foi assim na ECO 92, na Conferência do Cairo e nas Conferências sobre a Mulher, e ficam lições muito enriquecedoras (vide boxe "Conferências das Nações Unidas para a Mulher").

As mulheres estiveram presentes nas preparatórias locais, regionais e em todas as Conferências Mundiais dos anos 90 – Rio, Viena, Cairo, Copenhague, Pequim, Istambul –, nos fóruns paralelos e nos oficiais. Têm também se destacado muito como força de pressão qualificada e respeitada, com um poder de negociação que a ONU está aprendendo a não subestimar, desde que tomaram de assalto a ECO 92, polemizando as hediondas formulações de que "existem úteros antiecológicos" (das pobres, das pretas) que produzem poluição (população supérflua); seres predadores da natureza exaurem os recursos naturais não renováveis; "há gente demais" e "no planeta não cabe mais

gente". O Movimento Feminista conseguiu aglutinar muitos outros movimentos e governos (sobretudo do Grupo dos 77) em torno da idéia de que era no capitalismo que não cabia mais gente. Ao politizar a defesa do planeta, as mulheres tornaram-se perigosíssimas!

Salta aos olhos que a "massa de manobra" que a ONU pretendia ter à sua disposição não é facilmente manobrável. Essa é a razão das muitas cunhas vitoriosas que as mulheres têm colocado nas intenções nefastas desse "governo mundial". E a ONU não se tem descuidado de admitir e respeitar a força das mulheres organizadas e tem privilegiado a interlocução com elas.

A agenda de Washington é contra a agenda das mulheres

As participantes dos vários e concorridos debates sobre ajuste estrutural, realizados no Fórum de ONGs da América Latina e do Caribe (Mar del Plata, Argentina, setembro de 1994), preparatório para a IV Conferência Mundial de Mulheres, saíram de lá convencidas de que a agenda de Washington é contra a agenda das mulheres. E não poderia ser diferente.

Entendendo-se a lógica do Consenso de Washington, percebe-se que há uma tentativa de eternização da relação de dependência econômica e de subordinação política dos países pobres aos países ricos, e sobra para as mulheres "a responsabilidade de paliar a crescente deterioração econômica, social e política no contexto da escassez de recursos e falta de poder".⁶

Fica explícito também que a ênfase nas políticas públicas compensatórias tem muito de enganação, mesmo lembrando que elas objetivam "compensar" a espoliação

Ação institucional governamental voltada para a mulher

Data do começo do século e corresponde, sempre, a uma resposta dos governos à pressão do movimento organizado das mulheres.

Período pré-ONU

A Convenção de Haia, em 1902, elaborou e aprovou leis sobre o casamento, o divórcio e a guarda dos filhos. Em 1904 e em 1910 formou celebradas convenções que "suprimiram" o tráfico de mulheres e crianças. Mas foi o governo da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia, o primeiro do mundo a conferir igualdade de direitos para as mulheres; e a Rússia foi o primeiro país a realizar políticas públicas, visando implementar a igualdade de fato. Podemos afirmar que a Revolução de Outubro deu visibilidade às reivindicações femininas no mundo e que as conquistas das mulheres na ex-União Soviética obrigaram os países capitalistas a "ceder" às exigências femininas, na questão do voto em particular, pois quando se instalou o governo socialista na Rússia apenas uma dezena de países havia legalizado o voto feminino.

Em 1923 a V Conferência dos Estados Americanos aprovou a recomendação de um estudo que visava assegurar a plenitude dos direitos civis e políticos para as mulheres. Em 1928, em Havana, foi criada a Comissão Interamericana de Mulheres. Em 1933 foi elaborada a I Convenção sobre as Mulheres Casadas.

A XVI Assembléia da Liga das Nações (1935) discutiu a condição feminina em relação aos direitos civis e políticos. O direito ao voto

foi um tema relevante, ao lado do direito de propriedade, direito ao trabalho, fixação de residência e guarda dos filhos. Esta assembléia indicou ainda a realização de uma pesquisa sobre a situação das mulheres que abordasse o direito público, civil e penal. Tal estudo não foi concluído por causa da II Guerra Mundial.

Em 1938 a IX Conferência Internacional dos Estados Americanos adotou duas convenções sobre direitos civis e políticos (Bogotá).

A ação da ONU

Quando da criação da ONU, em 1945, a Assembléia Geral recomendou que os países-membros deveriam garantir às mulheres os mesmos direitos dos homens, visto que dos 51 países fundadores apenas a metade garantia estes direitos. Em junho de 1946 foi criada a Comissão sobre o Status da Mulher.

Em 1952 foi elaborada a Convenção sobre Direitos Políticos da Mulher. Em 1970, na 30ª Assembléia Geral, a Comissão sobre o Status da Mulher apresentou um Programa de Ação Combinada, objetivando a total integração da mulher no desenvolvimento. Em 1972 a Assembléia Geral declarou 1975 como o Ano Internacional da Mulher, elaborou a Convenção Contra Todas as Formas de Discriminação à Mulher e indicou a realização da I Conferência Mundial sobre a Mulher, com o objetivo de buscar a igualdade e a participação da mulher na vida social e política.



do ajuste estrutural, ou seja, eles sabem que estão degradando, ao máximo, as condições de vida do povo, e tentam abafar os conflitos! Apesar de aprovar, assinar e juramentar “apoio” para a capacitação e o aumento da autodeterminação das mulheres (*empowerment*), os governos têm feito pouquíssimo, e só o fazem sob pressão cerrada das mulheres organizadas.

Diante da constatação de que um punhado de políticos e de tecnocratas podem decretar a nossa fome, o subemprego, o desemprego e a feminização da pobreza, e de que os governos dos países pobres e em desenvolvimento dizem amém a isso, já não basta mais pressionar apenas esses governos. É preciso encarar a ONU como um espaço merecedor de pressão sem tréguas. Mas será ela um “governo planetário”, com o qual podemos também dialogar e até negociar, quando for possível, e que responda aos nossos anseios? Ao reconhecer a interlocução direta com a ONU, de certo modo não enfraquecemos os governos nacionais e não conferimos à ONU o poder de governo mundial?

A grande pergunta que fica no ar é se adianta alguma coisa (e o que adianta) nos debruçarmos a realizar diagnósticos sobre a nossa situação (velha conhecida de todos os governos e da ONU), propor saídas, se a política de Washington e seus prepostos (nossos governos) dificulta cada detalhe da nossa luta pela sobrevivência.

Para que servem mesmo os nossos documentos e os de nossos governos? Para que servem os inúmeros acordos e tratados, assinados por quase todos os países com o objetivo de aliviar a opressão das mulheres, se eles não têm

priorizado essa política, e nossa vida na prática não tem se tornado melhor?

É certo que incluir nossas reivindicações em documentos internacionais pode não se traduzir de imediato, e nem a médio prazo, em mudanças em nossas vidas. É provável que entre “a intenção e o gesto” haja muitas diferenças – uma delas é o Consenso de Washington –, mas... podemos construir bandeiras universais e reforçar a solidariedade feminista internacional, e isso talvez fortaleça muito nossas lutas. Mas é inegável que assim tornamos mais visíveis nossas denúncias e reivindicações. De um lado, forçamos a ONU a adotar um discurso mais realista; de outro, temos a oportunidade de intercambiar com as mulheres do mundo inteiro, trocar experiências, unificar nossas bandeiras, nossas lutas... E isso não é importante?

A questão racial na mira da ONU

Comenta-se que a ONU convocará duas Conferências Mundiais antes do ano 2000. Uma sobre as migrações e a outra sobre o racismo – questões com dinâmicas peculiares, embora o “fator classe” consiga interligá-las em profundidade, e que constituem temáticas globais, potencialmente explosivas, em fase de recrudescimento.

Essas conferências devem merecer, do governo e do povo brasileiro, atenção redobrada; a conferência sobre o racismo, em especial, é a grande oportunidade para os militantes demonstrarem seu grande poder de articulação política, inclusive interna.

Avalio que o Movimento Negro brasileiro enfrentará entraves, lutas e dissensões para encaminhar o processo preparatório. Em primeiro lugar porque jamais participou em bloco de outras conferências, e aqui o “fator inexperiência” e a pouca inserção internacional poderão dificultar as discussões necessárias, sobretudo porque as conferências dos anos 90 assemelham-se a uma bola de neve que não pára de crescer. Cada nova conferência engloba *tudo* das anteriores. Isso significa que precisamos conhecer *tudo* o que já foi decidido nesses fóruns, além de ter uma visão crítica do papel da ONU e de suas conferências no palco mundial dos conflitos em geral. Em segundo, porque os temas ditos globais ainda não fazem parte da agenda do Movimento Negro brasileiro, além do que existem setores que vinculam a sua “autonomia” à decisão de não dialogar com “governos brancos”.

O preocupante em tudo isso é que, se o Movimento Negro brasileiro não se dispuser a participar “prá valer” – preparando-se desde já –, corre o risco de optar por fazer uma política parcial e local, fora do curso das grandes lutas políticas. E isso adiantará o quê, e para quem?

FÁTIMA OLIVEIRA é médica do Programa de Saúde Escolar do SESI-SP, assistente do programa Saúde Reprodutiva da Mulher Negra, do CEBRAP, diretora da União Popular de Mulheres do Estado de São Paulo (UPMESP) e autora do livro *Engenharia genética: o sétimo dia da criação*.

Conferências das Nações Unidas para a Mulher⁷

México, 1975 – Na Assembléia Geral das Nações Unidas ficou designado o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher. De 16 de junho a 02 de julho houve a I Conferência sobre a Mulher na cidade do México. Os principais tratados foram: Igualdade, Desenvolvimento e Paz. 2000 delegadas(os) governamentais produziram dois documentos:

1. Declaração do México sobre Igualdade da Mulher e a sua Contribuição para o Desenvolvimento e a Paz;
2. Plano Mundial de Ação para Implementação dos Objetivos do Ano Internacional da Mulher.

Em outubro de 1975 as Nações Unidas declararam os anos de 1976 a 1985 como a Década da Mulher.

Copenhague, 1980 – De 14 a 29 de julho de 1980, as Nações Unidas realizaram a II Conferência Mundial sobre a Mulher na cidade de Copenhague, na Dinamarca, com o objetivo de avaliar os progressos obtidos desde a I Conferência e traçar ações para a segunda metade da Década da Mulher.

A Conferência das Nações Unidas para a Década da Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz incorporou três subtemas à agenda: educação, emprego e saúde. O documento final resultou em um Programa de Ação para a Mulher.

Nairóbi, 1985 – De 15 a 26 de julho de 1985, as Nações Unidas convocaram a última Conferência Mundial sobre a Década da Mulher, que constitui a III Conferência Mundial sobre a Mulher. Abordou como temas principais igualdade, desenvolvimento e paz, e como subtemas educação, emprego e saúde. 2000 delegadas(os) governamentais presentes procederam à revisão e avaliação das realizações da Década da Mulher. Foi elaborado e aprovado o documento Estratégias para o Progresso da Mulher para o Ano 2000.

Pequim, 1995 – De 4 a 15 de setembro de 1995, as Nações Unidas convocarão a IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz, em Pequim, China. Os documentos mais importantes a serem discutidos são:

1. Pesquisa Mundial sobre o Papel da Mulher no Desenvolvimento;
2. Plataforma de Ação.

Fóruns paralelos de ONGs

A proposta inicial de haver um Ano Internacional da Mulher foi feita pela Federação Democrática Internacional de Mulheres (FE-

DIM). As ONGs de Mulheres estiveram à frente de todas as atividades do Ano Internacional e da Década da Mulher.

México, 1975 – De 16 de junho a 2 de julho de 1975, na Cidade do México, 6.000 mulheres (e alguns homens) participaram da Tribuna do Ano Internacional da Mulher, encontro não governamental paralelo, organizado pelo Comitê de Planejamento de ONGs. Igualdade, desenvolvimento e paz foram o ponto focal das sessões plenárias diárias. Além disso, foram organizados *workshops* (100 planejados pelo comitê e 100 voluntários), para tratar de uma variedade de temas – desde pequenos negócios da mulher rural até treinamento de mulheres astronautas. Para manter seu propósito original, a Tribuna do Ano Internacional da Mulher não publicou nenhuma declaração, entretanto abriu novas possibilidades de ação e fez com que surgissem novos programas e organizações.

Copenhague, 1980 – De 14 a 20 de julho de 1980, em Copenhague, simultaneamente à Conferência das Nações Unidas, reuniram-se 8.000 mulheres e alguns homens, em um Fórum Paralelo de ONGs. Discutiram os mesmos temas da Conferência Oficial e outros assuntos como escravidão sexual da mulher, feminismo e salários. Este Fórum também não divulgou nenhum manifesto, mas contribuiu para um forte crescimento do movimento de mulheres e para o desenvolvimento de novas redes em todo o mundo.

Nairóbi, 1985 – De 10 a 19 de julho de 1985, o encontro paralelo à Conferência de Nairóbi foi o Fórum 85, que aconteceu na Universidade de Nairóbi, no Quênia. 15.000 pessoas participaram de sessões plenárias, mais de 1.400 *workshops* e manifestações e discussões de grupos, que incluíram eventos especiais, como o Tech and Tools, um festival internacional de filmes e vídeos. Os temas tratados foram os mesmos da Conferência Oficial, mas foram enormemente expandidos para incluir assuntos como: mulher, lei e desenvolvimento; direitos das lésbicas; mulher nas artes e na música etc.

O Fórum 85 não produziu nenhum documento formal, mas estimulou novas organizações e redes, além de dar uma plataforma internacional para as perspectivas feministas e o acesso a uma grande variedade de assuntos.

Pequim, 1995 – No NGO Fórum, a se realizar entre 31 de agosto a 12 de setembro, aguarda-se a presença de, aproximadamente, de 30.000 mulheres.

Notas

(1) Irene León, "Mulheres: agendas do movimento", série *Aportes para el debate*, nº 2. Quito, Agencia Latinoamericana de Información (ALAI), area mujeres, setembro de 1994, p. 1 (editorial).

(2) Carlo Guerra Rodríguez, "Democracia y participación ciudadana: en busca de la equidad o de nuevos recursos?", *Revista Mexicana de Sociología*. México, Instituto de Investigaciones Sociales, março de 1994, pp. 191-204.

(3) Entrevista de FHC a Clóvis Rossi e Carlos Eduardo Lins da Silva, *Caderno Mais, Folha de S. Paulo*, 18 de dezembro de 1994, p.6.

(4) Carlo Guerra Rodríguez, "Democracia y participación ciudadana: en busca de la equidad o de nuevos recursos?", *Revista Mexicana de Sociología*. México, Instituto de Investigaciones Sociales, março de 1994, pp. 191-204.

(5) Irene León, "Mulheres: agendas do movimento", série *Aportes para el debate*, nº 2. Quito, Agencia Latinoamericana de Información (ALAI), area mujeres, setembro de 1994, p.1 (editorial).

(6) Irene León, *Foro de ONGs de Mujeres: inventando o século XXI*. Quito, Agencia Latinoamericana de Información (ALAI), Ano XVII, II Epoca, 23 de agosto de 1994, p.1.

(7) Transcrito do texto *Conferência das Nações Unidas para a Mulher, Pequim 95*, Fundo de Desenvolvimento das Nações para a Mulher (UNIFEM), baseado na publicação do *International Women's Tribune Centre - 95 Preview*, abril de 1993.

Bibliografia

BALAJOVSKAIA, L. et alii. *La Mujer en nuestros dias*. Moscou: Editorial Progreso, 1975.

KOLLONTAY, Alexandra. *La mujer en el desarrollo social*. Barcelona: Punto Omega, 1976.

MACHEL, Samora et alii. *A Libertação da Mulher*. São Paulo: Global, 3ª edição, 1972.

MAULEÓN, Cecilia Olea. *De Nairóbi a Beijing: sumando estrategias hacia el 2000*. Lima: agosto de 1994.

SEN, Gita & GROW, Caren. *Desenvolvimento, crise e visões alternativas: perspectivas das mulheres do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo e DAWN/MUDAR, 1988.

TABAK, Fanny. *Autoritarismo e participação política da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

Resgatando a rebeldia rumo a Pequim

JÔ MORAES

*Nos caminhos que levam à conferência de Pequim,
as mulheres precisam recuperar sua autonomia nas relações com
o poder e ampliar suas conquistas*

Um ciclo de vinte anos na luta das mulheres do planeta será concluído no mês de setembro próximo, em Pequim, na IV Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher – duas décadas que registraram importantes transformações, levando a um novo patamar as relações do feminismo com o Estado, em todas as suas dimensões.

Chegamos ao momento em que as demandas das mulheres, impulsionadas por sua crescente presença no mercado de trabalho, pelo amplo debate de sua condição e por jornadas radicais, foram reconhecidas pelo Estado e transformadas em respostas institucionais.

Surgem, nesse período, Conferências Mundiais, Convenções pela igualdade, órgãos estatais, conselhos, delegacias especializadas, cartas jurídicas eliminando as discriminações.

Essas conquistas caracterizam uma nova etapa alcançada, entre tantas que vivemos nesses milênios de resistência. É uma etapa semelhante às experimentadas por outros movimentos sociais, em que ciclos reivindicatórios impuseram mudanças políticas. Vêm de imediato à lembrança as conquistas trabalhistas da década de 30.

Institucionalidade ou radicalidade

A nova fase coloca importantes desafios. De um lado, tira o debate de gênero da marginalidade oficial em que se encontrava, dando-lhe maior visibilidade social – sem dúvida, favorece a ampliação do combate às discriminações de gênero. De outro, ao se apropriar do discurso feminista, o Estado, através de suas respostas institucionais, procura golpear a radicalidade original que sempre orientou as plataformas e ações dos movimentos de mulheres e diluir as fronteiras de sua autonomia, interferindo até na dinâmica de seu desenvolvimento.

É da essência do discurso feminista a rebeldia contra a ordem estabelecida que se sustenta na condição de subalternidade da mulher. Por isso, ele impõe linhas de-

marcatórias claras. Essa nova relação do feminismo com o Estado, se não for devidamente compreendida, traz embutidos os riscos da “domesticação” e da cooptação.

Avaliar a dimensão de nossas conquistas passadas e definir nossa estratégia futura passa por entender a natureza do fenômeno que está ocorrendo – ainda mais num período em que nossas “questões específicas” são pauta dos mais privilegiados fóruns internacionais, levando-nos a um natural deslumbramento. Um clima muito favorável a que nossa histórica rebeldia seja considerada coisa superada.

As respostas do Estado

Foram duas décadas de crescentes conquistas institucionais: três Conferências Mundiais convocadas pela mais alta articulação de Estados, a ONU, e uma série de fóruns regionais e nacionais com conseqüente criação de agências de apoio.

A *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher* pode ser considerada o mais importante documento oficial desse período. Essa Convenção, adotada pela ONU em 1979, e assinada por 133 países, assegura legitimidade oficial ao combate às discriminações de gênero. Suas recomendações levaram ao aparecimento de órgãos estatais e de políticas públicas referentes à mulher.

Muitas cartas constitucionais, como a brasileira, garantiram elevada igualdade jurídica. Medidas de discriminação positiva já eram recomendadas em 1985, na Conferência de Nairobi. E cotas de participação foram discutidas em diferentes níveis de representação.

Esse patamar de conquistas oficiais é fruto de uma longa gestação nas mais diferentes e generalizadas mobilizações. Do sufrágio às recentes jornadas pela igualdade jurídica, passando pelas mulheres nas máquinas e pelo esforço teórico por adquirir uma leitura científica, o feminismo impôs uma nova realidade.

É inegável o avanço obtido nas relações de gênero, nos mais diferentes níveis, em que pesem as cadeias ainda existentes: a mulher, hoje, é *cidadã*, ainda que longe dos níveis de decisão e cercada por preconceitos; *trabalhadora*, ainda que impedida pelos padrões de ser mãe e desqualificada por salários inferiores; *companheira*, ainda que com a dupla jornada e comprimida pela violência doméstica.

Há, no entanto, duas particularidades a registrar nesse universo de avanços limitados. A primeira refere-se à enorme distância entre as políticas institucionais alcançadas e o doloroso cotidiano das mulheres. Os estatutos públicos, as leis, as decisões oficiais ainda não sentaram à mesa das mulheres para garantir-lhes uma vida melhor. Quando se trata da sua integração nos níveis de decisão, essa distância passa a ser planetária. O poder continua espaço privilegiado das discriminações de gênero.

A segunda particularidade registra uma outra dimensão. Em sua grande maioria, as mulheres do mundo compartilham com os homens de sua classe, hoje, o agravamento dos dramas sociais provocados pela nova reestruturação mundial. Pressionadas pelo peso de funções específicas, as mulheres são fortemente atingidas pelas políticas de ajuste estrutural e de reordenamento neoliberal que vêm levando ao desmonte das máquinas públicas.

Nesse quadro, as respostas institucionais alcançadas passam a ser marcadas pela retórica, já que são esvaziados os mecanismos de sua implementação. Soma-se a isso uma forte tendência a restrições democráticas, aliada à tentativa de padronização do pensamento hegemônico, através da ação da mídia, cerceando o livre debate de nossas dificuldades.

Reciclando o movimento

O gênero é plural. A diversidade sempre marcou as ações, as organizações e as aspirações do feminismo. Apesar dessa pluralidade, sempre houve algo que manteve uma articulação permanente: nossa agenda específica comum. "O movimento feminista organiza-se para lutar contra uma condição [...] dada historicamente pela desigualdade nas relações de gênero", diz Celi Regina na coletânea *Uma questão de gênero*. Partimos daí para construir nossa agenda comum em meio à diversidade

Estávamos unificadas nos anos 80, embandeiradas na luta pela igualdade jurídica e por conquistas institucionais. Compartilhamos um sem número de fóruns – ou autônomos, ou partidários –, todos plurais. E tivemos êxitos. A Constituição de 1988 é o mais destacado deles, lamentavelmente logo seguido de derrotas com os governos saídos das urnas de 1989 e 1990, em que muitas conquistas foram desarticuladas.

Iniciou-se aí um processo de dispersão organizativa com enfraquecimento dos grupos e movimentos autônomos.



Cresceu a compartimentação temática, com a estruturação de redes específicas. Houve uma institucionalização excessiva de nossas ações, com predomínio das práticas dentro das máquinas públicas, longe das ruas. Nesse período, o apoio material de agências internacionais impulsionou o aparecimento das Organizações Não Governamentais (ONGs), e o feminismo foi incorporado em debates e fóruns da estrutura sindical.

Há ganhos e perdas a registrar nessa caminhada do movimento. A legitimação oficial da questão de gênero abriu novos espaços para a ação dos grupos e entidades. O crescimento da incorporação das trabalhadoras na luta feminista reforçou a marca de classe de sua dinâmica interna. Ao mesmo tempo, defrontamo-nos com um enfraquecimento de sua radicalidade e autonomia, e com a quebra das suas intervenções unitárias globais, pulverizando-nos em ações compartimentadas. Esta é uma fase de perplexidade e falta de perspectiva.

Essa dinâmica vivida pelo movimento nos possibilita entender a relação das modificações ocorridas com a nova situação criada a partir da ação do Estado.

Os sinais de superação dessa fase começam a aparecer. Surpreendentemente, é na preparação de um fórum internacional – a IV Conferência de Pequim – que o feminismo brasileiro retoma aspectos de sua melhor tradição: a) rearticula-se unitariamente em nível nacional e estadual, apesar

das debilidades ainda presentes nessa caminhada; b) reafirma a sua autonomia, ao recusar o financiamento da USAID para a realização de seu encontro nacional, concretizando-o com os “reais” duramente obtidos na luta compartilhada com outros setores da sociedade; c) reincorpora a radicalidade expressa na sua Declaração Nacional – aprovada no referido encontro – demarcando claramente as fronteiras com as políticas de ajuste estrutural de orientação neoliberal que invadem o continente.

Setecentas mulheres de todos os estados, presentes na Articulação das Mulheres Brasileiras rumo a Pequim, em junho de 1995, no Rio de Janeiro, redescobriram a força de estar pluralmente juntas.

Ventos de outras plagas influíram também nessa retomada. Os fóruns paralelos durante as Conferências Mundiais e Regionais possibilitam a troca de informações e a articulação mundial dos movimentos. Esses fóruns vêm se tornando espaços privilegiados para o feminismo combativo, particularmente o latino-americano e o caribenho, para denunciar o agravamento da situação das mulheres frente à nova ordem. Contraditoriamente, os fóruns oficiais vêm sendo usados pelos organismos e agências internacionais para restringir o debate específico, buscando a adequação do feminismo a suas agendas globais.

Os desafios pós-Pequim

Nessa trajetória rumo a Pequim, está colocado o desafio de resgatarmos uma agenda específica que unifique a pluralidade do movimento e aspectos da agenda global que nos articulem com os diversos setores da sociedade.

Esse desafio impõe a condição de analisarmos criticamente a ação do Estado, seu alcance e limites, exigindo, também, a retomada dos caminhos de pressão e de luta para ampliarmos nossas conquistas.

É uma discussão já em curso. Em artigo na revista *Cadernos do Terceiro Mundo*, Beatriz Bissio e Patrícia Costa afirmam haver “poucos pontos divergentes entre o documento oficial e o do movimento das mulheres”, referindo-se à posição do governo brasileiro. E apontam o tráfico de mulheres como uma das questões não exploradas pelo governo. Wânia SantAnna é citada no mesmo artigo, opinando de forma semelhante: “O encontro no Cairo mostrou como o governo brasileiro incorporou bem as reivindicações das mulheres”. (É bom lembrar que, nesse mesmo período, o governo mantinha desarticulado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, demonstrando sua postura na esfera doméstica.) Wânia, no entanto, acrescenta a essa formulação: “Sabemos que isso ocorreu porque a problemática da população e desenvolvimento ficou limitada às situações relacionadas à reprodução, deixando de fora as considerações relacionadas ao meio ambiente, consumo etc.”.

Se tomarmos como referência os documentos oficiais, vamos encontrar essa aproximação da agenda específica também em resoluções dos fóruns internacionais. A versão preliminar da Plataforma de Ação (resumida) do Comitê Preparatório à IV Conferência de Pequim, divulgada em publicação do CFEMEA!UNIFEN!FNUAP, chega a reco-

nhecer: “Os pesados encargos da pobreza geralmente pesam desproporcionalmente nas mulheres, visto que estas, normalmente, têm menos chances de acesso a recursos econômicos e a outros necessários para melhorar suas vidas.” Essas são palavras de representantes oficiais dos governos do mundo.

Com tão sensíveis e poderosos aliados, haveremos de nos perguntar: por que há uma distância tão grande entre as declarações feitas e as políticas implementadas? Não é difícil descobrir que a retórica tem sido o instrumento privilegiado dos governos para conter as demandas sociais emergentes, em particular a das mulheres. Senão, vejamos:

a) as agendas oficiais reconhecem que existe a discriminação de gênero. Fazem recomendações no sentido de responder a várias de nossas demandas específicas. Sugerem medidas que levem em conta os dramas da feminização da pobreza. Até esse limite, os diferentes governos têm chegado. Seria muito difícil deixar de reconhecer algo tão visível. A partir daí, as ações dos organismos internacionais se orientam pelos interesses dos países hegemônicos;

b) as agendas oficiais não incluem a discussão das causas e o rompimento das políticas que levam as mulheres e os homens à pobreza; apenas falam de programas que minimizem seus efeitos. Falam desses programas, mas não asseguram sua viabilização. Na última Reunião de Cúpula sobre Desenvolvimento Social das Nações Unidas, em março de 1995, em Copenhague, essa dimensão da retórica oficial ficou bem clara. Os compromissos da Declaração de Copenhague *não eram obrigatórios* para os países signatários. Na hora de assegurar recursos para os programas sociais, através de uma taxa sobre transações financeiras internacionais – a chamada *Tobin tax* –, o debate foi abortado. (A taxa leva o nome de seu autor, James Tobin, prêmio Nobel de Economia de 1981.)

As agendas oficiais não incluem políticas que respondam a aspectos polêmicos de nossas demandas. Procuram usar nossas articulações específicas – das quais não abriremos mão – nas suas disputas estratégicas. Reproduzem o hegemonismo do Grupo dos Sete (países mais ricos) em todos os fóruns específicos.

Num quadro de contendas tão poderosas, e tão estranho à nossa dinâmica, reforça-se cada vez mais a necessidade de encontrarmos a *linha demarcatória* entre os interesses das mulheres e a ação dos Estados. Cabe-nos absorver o que nos é favorável na legitimação oficial de nossa luta e recuperar a lógica da ruptura com qualquer ordem estabelecida que alimente a estrutura patriarcal da sociedade.

Temos como norte, nos caminhos que levam a Pequim, recuperar nossa autonomia nas relações com o poder, em todas as suas dimensões, e buscar (também nas ruas) a garantia e a ampliação de nossas conquistas ameaçadas. E, sobretudo, *continuar pluralmente juntas* na articulação nacional construída.

Jô MORAES é diretora da União Brasileira de Mulheres.

A face oculta da privatização da água

TÉIA MAGALHÃES

As investigações de corrupção na França revelam envolvimento das "grandes" da água em financiamento de partidos e personalidades, e lançam dúvidas sobre as privatizações

A França vem sendo sacudida por uma onda de escândalos, comparada pela imprensa local à Operação Mãos Limpas da Itália. Embora de proporções menores, a comparação se apóia na revelação do envolvimento de empresários e políticos destacados num esquema de corrupção que começa com o financiamento de campanhas eleitorais e termina em concessão de serviços públicos e favorecimento em grandes compras feitas pelo Estado.

Centenas de figurões estão sob investigação criminal: homens de negócios poderosos, ministros de Estado, prefeitos, presidentes e tesoureiros de partidos políticos.

Em várias das investigações feitas por um pequeno (mas atuante e firme) grupo de juizes franceses, aparecem, entre os principais implicados em transações de repasses de recursos de empresas para partidos políticos, importantes dirigentes das mais poderosas empresas que atuam no mercado da água: a Compagnie Générale des Eaux, a Lyonnaise des Eaux e o grupo Saint Gobain.

Dois ministros já caíram: Gérard Longuet, da Economia e Negócios Externos, envolvido num esquema de financiamento de seu partido, do qual participou a Générale des Eaux, e Alain Carignon, ex-ministro das Comunicações, envolvido num esquema de financiamento eleitoral com a Lyonnaise des Eaux.

O caso que provocou maior impacto foi o de Alain Carignon, preso no dia 12 de outubro pelo juiz Phillipe Courryer, por acusação de abuso de bens sociais e corrupção passiva, num processo envolvendo a atribuição do contrato de privatização da água da cidade de Grenoble à Lyonnaise des Eaux.

A grande repercussão do caso se deve à notoriedade do preso, pois Alain Carignon, além de ex-ministro das Comunicações, é prefeito de Grenoble – uma das mais importantes cidades francesas, com cerca de 400 mil habitantes.

A ascensão de Carignon começou em 1983, quando, com apenas 34 anos, contrariando todos os prognósticos, derrotou o candidato socialista Hubert Dubedout nas elei-

ções para a prefeitura de Grenoble, tornando-se a mais jovem e promissora revelação do neo-gaullismo, trunfo que o levou, em 1986, ao ministério do Meio Ambiente.

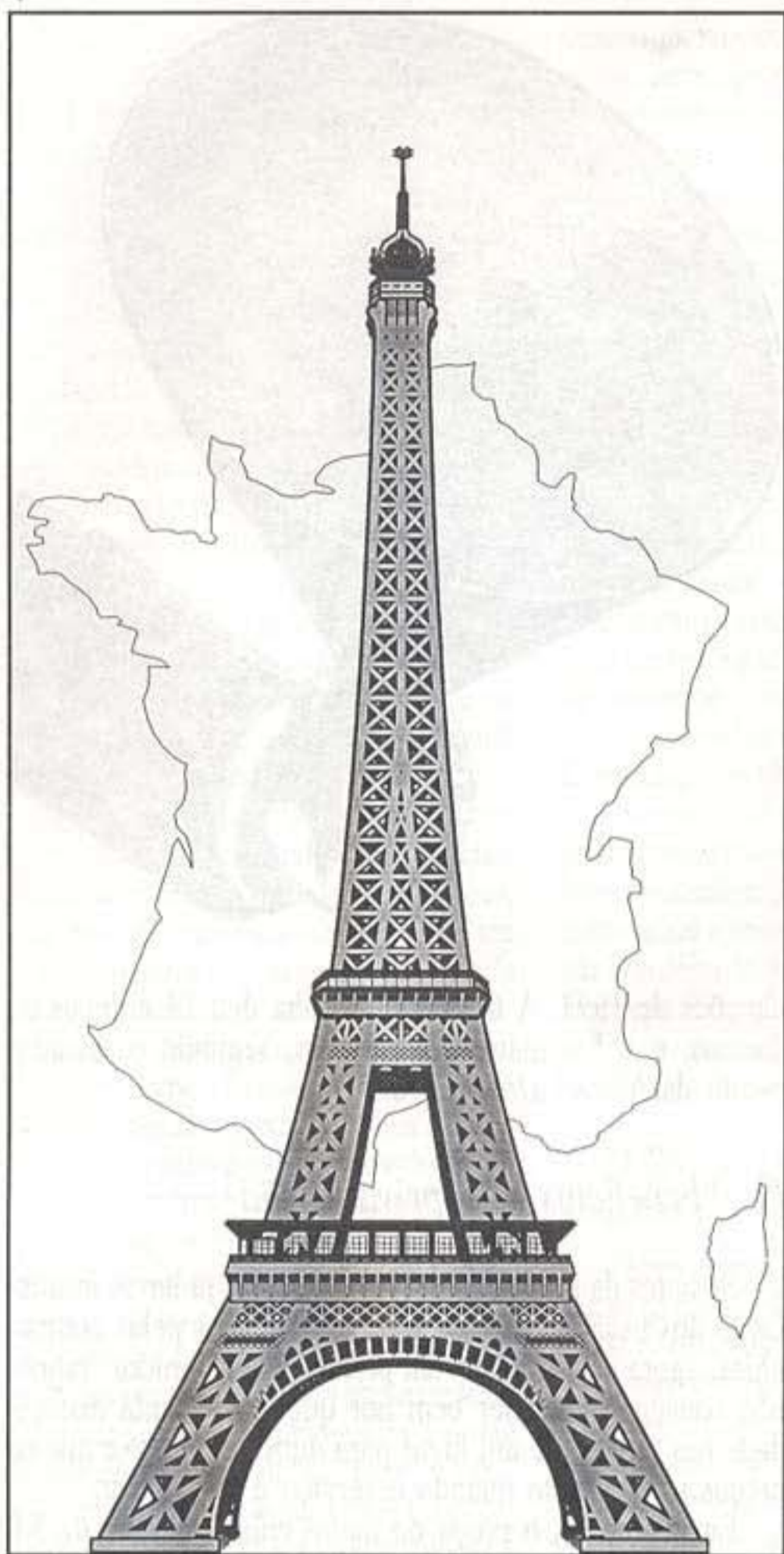
A carreira meteórica de Carignon não parou por aí; em 1989, ele deixou o ministério, foi reeleito prefeito de Grenoble, escolhido como presidente do Conselho Regional do Isère, região da qual Grenoble é uma espécie de capital. Dois anos depois, voltou ao ministério, dessa vez para a pasta das Comunicações, onde permaneceu, acumulando o cargo com a Prefeitura de Grenoble, até julho de 1994, quando o escândalo o levou a pedir demissão.

Troca de favores?

As investigações que levaram Alain Carignon à prisão começaram pelo financiamento de uma revista que apareceu em Grenoble na época de sua campanha eleitoral em 1989, a *Dauphiné News* – uma revista luxuosa, de apoio aberto à sua candidatura. Passada a eleição, a revista mostrou-se deficitária e foi comprada pela SERECOM, filial da Lyonnaise des Eaux, que pagou as dívidas de 5,4 milhões de francos e fechou a publicação.

Na mesma época, em julho de 1989, os serviços de abastecimento de água de Grenoble foram privatizados, e o contrato entregue à Cogese, uma empresa formada por duas outras: a SDEI (Société de Distribution des Eaux Intercommunales) e a SEREPI, outra filial da Lyonnaise des Eaux.

O juiz Phillipe Courryer tenta verificar que ligação existe entre a reeleição de Alain Carignon e as duas empresas de água. A história parece ter começado no período passado por Carignon no ministério do Meio Ambiente, ao lado de Jean-Louis Dutaret, seu grande amigo e mais próximo assessor. Dutaret, além de assessor de Carignon no ministério, era ainda assessor jurídico da Prefeitura em Grenoble, e foi preso junto com Carignon, também acusado de abuso de bens sociais e cumplicidade de corrupção.



A permanência dos dois amigos no ministério do Meio Ambiente foi extremamente proveitosa. Lá conheceram muita gente, muitas empresas, e farejaram um negócio promissor: a adaptação das empresas e serviços públicos ao labirinto das exigências ambientais da Europa unificada.

Nesse período, Jean Louis Dutaret criou a Whip, uma empresa de consultoria, especializada em contratos de água, transportes públicos, energia e estudos ambientais. E Dutaret passou a oferecer seus préstimos às empresas que conheceu nos tempos do ministério.

Uma dessas empresas, o grupo de consultoria Merlin, dirigido por Marc Michel Merlin, é um dos principais clientes da Whip, e, em particular, uma das empresas do grupo, a SDEI – Société de Distribution des Eaux Intercommunales. Em cinco anos de vida, a Whip faturou um total de 13 milhões de francos, sendo que 8 milhões de francos vieram de um único cliente, Marc Michel Merlin, dirigente da SDEI, e outros 2 milhões de outro cliente, a Lyonnaise des Eaux.

O grupo Merlin foi particularmente devotado a Alain Carignon. Em 1986, quando Carignon chegou ao ministério, os Merlin colocaram à sua disposição um apartamento de 280 metros quadrados no *boulevard* Saint Germain, a área nobre de Paris; foi feito um contrato de locação com a Whip, por 32 mil francos mensais, que nunca foram pagos. Em julho de 1988, a dívida foi formalmente negociada por 300 mil francos, e também nunca foi paga.

O juiz estima que Carignon e Dutaret (o ex-ministro e seu assessor) tenham se beneficiado com cerca de 20 milhões de francos: com os 13 milhões de francos faturados pela Whip, com o pagamento das dívidas eleitorais da *Dauphiné News*, além de pequenos favores, como os aluguéis não pagos do apartamento em Paris e cerca de 50 viagens aéreas realizadas por Carignon, pagas pelo grupo Merlin. Em troca, o prefeito teria dado a seus benfeitores a exploração dos serviços públicos de água da cidade.

As grandes da água no mar de lama

O serviço municipal encarregado de gerir a água e o saneamento em Grenoble funcionava muito bem até então. Pouco antes da privatização, em fevereiro de 1989, o próprio adjunto do prefeito, Pierre Gascon, apoiado em estudos, afirmava que não havia necessidade de se fazer a concessão dos serviços, e que a privatização só faria aumentar o preço da água para os usuários.

Surpreendentemente, no entanto, foi o próprio Gascon quem apresentou ao conselho municipal o projeto de delegação do serviço a uma empresa privada, poucos meses depois, em julho do mesmo ano. A despeito da resistência e dos protestos dos trabalhadores do setor, da população e da oposição, o contrato acabou aprovado, sem passar por concorrência, em votação difícil que levou mais de cinco horas, e que já tinha destino certo: a Cogese, formada pela empresa de Merlin e pela Lyonnaise des Eaux.



Outros escândalos revelam o envolvimento de dirigentes de poderosas empresas

Poucos meses depois, justamente uma outra filial da Lyonnaise des Eaux, a SERECOM, foi quem comprou a editora da *Dauphiné News* e pagou as dívidas de Carignon.

Em janeiro de 1991, o dirigente máximo da Lyonnaise, Jérôme Monod, anunciou a compra do controle da SDEI de Merlin. E a Lyonnaise passou a reinar absoluta em Grenoble.

Além da prisão de Carignon, Dutaret e Marc Michel Merlin, preso pouco antes, o juiz Courryer determinou que os dirigentes das duas filiais da Lyonnaise des Eaux, SEREPI e SERECOM, respectivamente Jean-Jacques Prompsy e Louis Bera, fossem investigados.

Outros escândalos investigados no bojo da Operação Mãos Limpas à francesa têm revelado o envolvimento de mais alguns grandes dirigentes das mais poderosas em-

presas de água do mundo. Guy Déjouany, o todo-poderoso diretor presidente da Générale des Eaux, até agora tido como um dos mais respeitados empresários franceses, foi ouvido por três dias consecutivos pelo juiz Renaud Van Ruymbeke, que investiga o financiamento do RPR, que resultou na queda de Gérard Longuet, para esclarecer detalhes de um contrato para exploração dos serviços de água em Saint-Denis-de-la-Réunion.

Outro grande grupo francês que atua no mercado da água, o grupo Saint Gobain, está envolvido numa investigação sobre a doação de 830 mil dólares da Metalúrgica Barbará, no Brasil, para sua matriz na França, a Pont-à-Mousson, uma das empresas do grupo. Jean Jacques Faust, dirigente no Brasil da Metalúrgica Barbará, enviou os dólares para a Suíça, segundo seu depoimento, a pedido da matriz francesa, através da chamada Operação Uruguai, para uma conta suíça de um intermediário do grupo, René Trager, que está preso por ordem do juiz Ruymbeke desde março de 1991, por envolvimento em outro escândalo.

Foi o próprio Trager quem disse ao juiz Ruymbeke, que investiga há um ano as comissões pagas pela Pont-à-Mousson para obtenção de contratos públicos, que o dinheiro havia sido pago pela Pont-à-Mousson na conclusão de um contrato de adução de água em Nantes.

As empresas financiam partidos e recebem em troca diversos negócios públicos

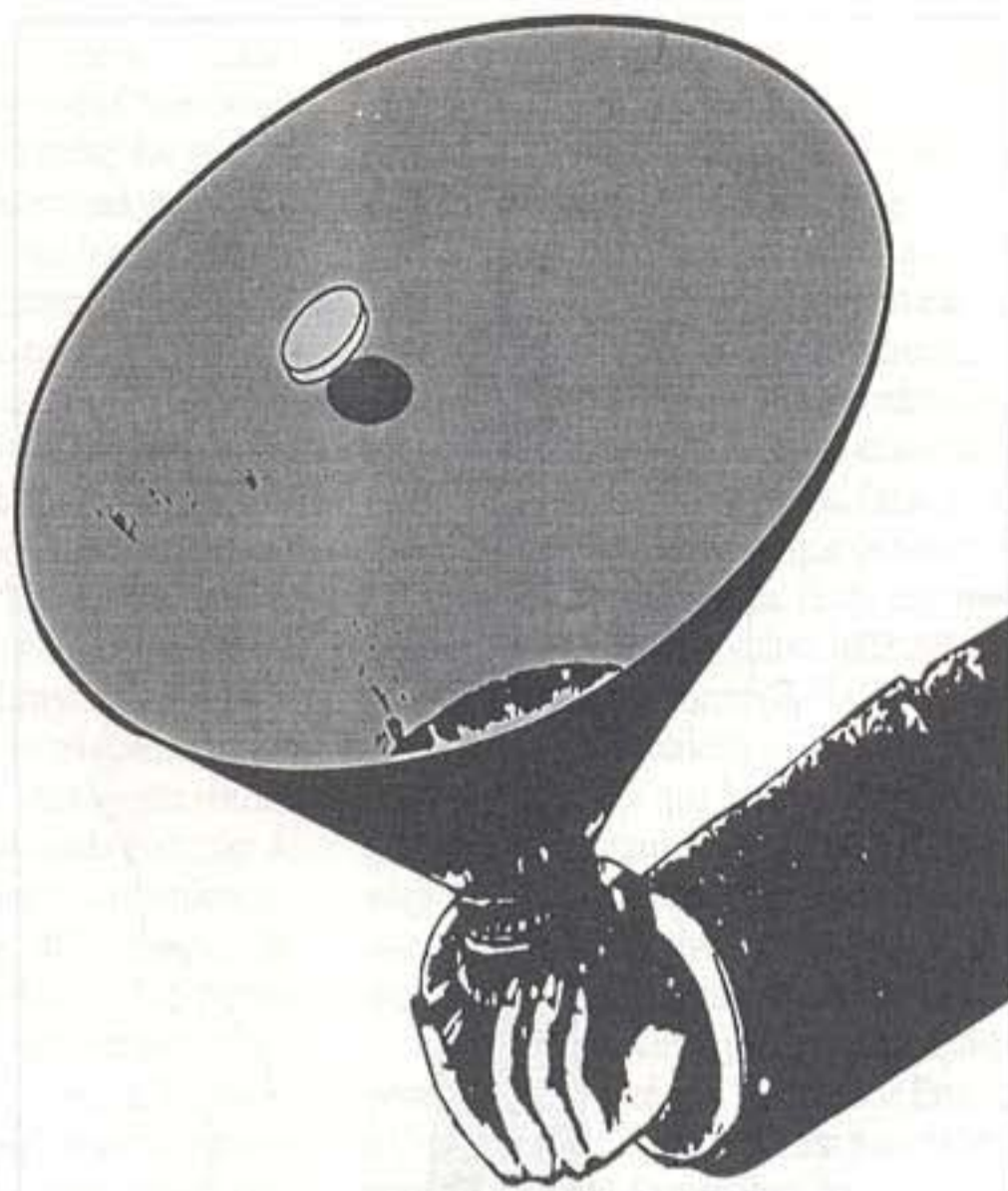


O juiz indiciou o diretor-presidente do grupo, Jean Louis Beffa, o ex-presidente da Pont-à-Mousson, Bernard Novel, e seu diretor geral Pierre Blayan por tráfico de influência. Eles se defendem dizendo que foram vítimas de chantagem de Trager e que, por isso, pagaram a comissão pedida. Também foi indiciado o conselheiro municipal Jean Pierre Lapègue, acusado de ter recebido uma comissão de 4,4 milhões de francos da Pont-à-Mousson.

Há mais implicados em outros casos: Jacques Médicin, ex-prefeito de Nice, é acusado de ter recebido uma comissão da Dégrémont, filial da Lyonnaise des Eaux, para entrega do contrato para tratamento de água da cidade; e Pierre Botton foi acusado de receber 1,6 milhões de francos da SDEI, já depois de comprada pela Lyonnaise, para seu sogro, Michel Noir, prefeito de Lyon.

E não é por acaso que vários desses escândalos envolvem as maiores empresas de água francesas: elas parecem ser grandes financiadoras dos partidos, recebendo em troca negócios públicos de vários tipos.

Um levantamento preliminar feito pela revista francesa *Le Nouvel Observateur* revela que a "democracia na França se apóia em quatro grandes grupos de construção e serviços públicos: CGE (Compagnie Générale des Eaux), Lyonnaise des Eaux, Bouygues e Eiffage". Juntos, esses grupos colocaram 38,1 milhões de francos nas mãos dos partidos (25% do total das contribuições eleitorais), nas



eleições de 1993. A Générale sozinha deu 13 milhões de francos, e a Lyonnaise 7,7 milhões, segundo o levantamento da *Nouvel Observateur*.

Os "benefícios" da privatização

Se antes da revelação desses esquemas já havia insatisfação dos usuários com os preços praticados pelas companhias, agora as coisas devem piorar. O consumidor francês não consegue entender bem por que existe tanta disparidade nas tarifas, de um lugar para outro, e nem por que os preços sobem tanto quando o serviço é privatizado.

Em Grenoble, o preço do metro cúbico passou de 5,8 francos para 12 francos, depois da privatização; em Toulon, depois da privatização em favor da Générale, o preço passou de 8 para 16,99 francos; há disparidades que podem variar entre 4,0 e 30,0 francos o metro cúbico, em alguns casos.



O preço das tarifas de água, na França, está entre os mais altos do mundo

Os preços médios das tarifas de água praticadas na França estão entre os mais altos do mundo; só perdem para os da Alemanha, Áustria e Bélgica, segundo levantamento da revista francesa *L'Événement du jeudi*. Dados oficiais do ministério do Meio Ambiente mostram que, na França, o preço médio é de 11 francos; nos EUA, por exemplo, o metro cúbico custa em média 2,88 francos. E a tendência é que os preços aumentem ainda mais. Entre 1990 e março

de 1994, os preços da água para o consumidor subiram 47,9%, e devem continuar em escalada ascendente – a Lyonnaise des Eaux prevê crescimentos anuais de 15% nos preços até o ano 2.000, em função das exigências ambientais da Europa.

Além do preço, o setor de saneamento na França tem outras características que preocupam as autoridades. Há mais de cem anos existe naquele país o sistema de gestão delegada, mais conhecida no Brasil, simplesmente, como privatização. Há duas modalidades: o arrendamento, em que os bens são públicos e explorados pela empresa privada, que paga por essa exploração, e a concessão, em que a empresa privada faz obras e explora seus benefícios, através da cobrança de tarifas que incluem a amortização dos investimentos pelos serviços proporcionados.

Foi esse sistema de delegação da gestão a empresas privadas, na França, que permitiu o surgimento das duas maiores empresas mundiais de água, a Générale des Eaux e a Lyonnaise des Eaux, seguidas com alguma distância pelo grupo de construção Bouygues, com a SAUR, e pelo grupo Saint Gobain, com a CISE.

Embora a Générale seja maior do que a Lyonnaise (tem um faturamento anual de 147 bilhões de francos e 210 mil empregados, contra 94 bilhões de francos de faturamento anual e 120 mil empregados da Lyonnaise), é menos audaciosa em suas incursões fora da França. Foi a Lyonnaise, por exemplo, que entrou no mercado latino-americano com mais força: está em Buenos Aires e na cidade do México, assumindo a concessão total dos serviços na capital argentina e parcial na capital mexicana; está começando a atuar com mais vigor no Brasil, onde já tem uma filial há algum tempo, a Dégrémont; e agora começa a se associar a empreiteiras locais de porte, como a CBPO. É isso, provavelmente, o que explica o fato de ser a Lyonnaise, e não a Générale, quem aparece entre as cinquenta maiores empresas mundiais cujos trabalhadores estão fora do país de origem da empresa, num relatório recente da UNCTAD, organismo das Nações Unidas.

Concentração do mercado nas mãos de poucas empresas: preços em alta



A concentração nesse ramo de negócios preocupa os organismos fiscalizadores na França. Christian Babousiaux, principal dirigente do DGCCRF (Direction Générale de la Concurrence, de la Consommation e de la Répression des Fraudes), diz que a concentração nesse mercado é grande há algum tempo, e não parou de crescer nos últimos dez anos.

Em seu relatório geral dos anos 1982-1984, o Comitê Central de Pesquisa de Custos e Rendimentos de Serviços Públicos francês insistia sobre a inconveniência do peso dessas sociedades de distribuição de água no mercado, sendo que as duas maiores empresas representavam, então, 75% dos negócios do setor, e eram responsáveis pelo aten-

dimento de 44% da população da França. Entre as 32 maiores cidades francesas, 17 estão nas mãos da Générale des Eaux, 10 nas mãos da Lyonnaise des Eaux e 5 da SAUR, do grupo Bouygues.

Com três quartos do mercado de distribuição de água potável na França e 35% da coleta e tratamento de esgotos, essas empresas adquiriram uma onipresença e uma onipotência que inquietam, diz o jornal francês *Le Monde*.

Gestão pouco ortodoxa

Além dos preços crescentes e da concentração do mercado nas mãos de poucas empresas, as práticas contratuais nesse mercado não são das mais rigorosas. Um relatório de 1989 do Tribunal de Contas da região central da França pedia às coletividades locais maior rigor na gestão financeira dos contratos de água e alertava para a aplicação muito parcial do princípio da “verdade dos custos e dos preços”. O Tribunal denunciava como práticas perversas nos contratos a subvalorização dos encargos, a ausência de amortização e a insuficiência de receitas, que invariavelmente terminam no recurso sistemático às subvenções; e afirmava que, do ponto de vista do interesse geral, a intervenção das empresas privadas não tem justificativa.



Concorrência como instrumento de qualidade e preços baixos não existe mais hoje

O relatório do Tribunal fez também uma lista de riscos da gestão delegada: 1) a duração excessiva dos contratos – contratos inicialmente firmados para 20 ou 30 anos são prolongados para 30 ou 40 anos sem nenhuma razão concreta, fugindo dos mecanismos de disputa no mercado; 2) o repasse para o poder local dos custos de obras que seriam seus – as empresas alegam que as obras são muito onerosas, e elas acabam sendo financiadas pela própria coletividade, muitas vezes em negócios arranjados para empreiteiras suas coligadas; 3) a prática corrente de retardar o recolhimento ao Tesouro dos recursos provenientes de taxas que essas empresas cobram dos consumidores junto com as tarifas, representando ganhos financeiros indevidos; 4) e, por fim, a disparidade dos preços da água, que o Tribunal de Contas considerou pouco justificáveis.

Para diminuir o poder dessas empresas sobre os órgãos concedentes e restabelecer a prática da concorrência, foi aprovada, em 1993, a chamada lei Sapin, que estabelece regras mais rígidas para concessão de serviços públicos. Entretanto, graças ao poderoso *lobby* das grandes da água, o projeto aprovado abre uma brecha que isenta de concorrência os contratos com valor menor do que 1,3 milhões de francos, o que vem sendo considerado um instrumento para dividir a licitação em pedaços; as companhias de água alegaram que, com as facilidades criadas com a unificação da

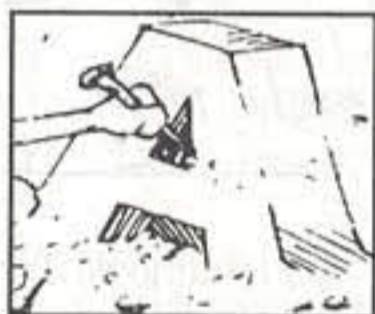
Europa para locomoção de trabalhadores de um país para outro, os grupos estrangeiros tomariam conta do mercado, prejudicando os trabalhadores e as empresas francesas.

Os falsos argumentos da "privatização"

Os escândalos que vêm sendo investigados, invariavelmente envolvendo as grandes empresas de água francesas, mais os problemas apontados pelos tribunais e órgãos fiscalizadores do país, lançam dúvidas sobre os benefícios da privatização, e balançam os argumentos dos que a defendem como o melhor caminho para a superação dos déficits de saneamento no Brasil.

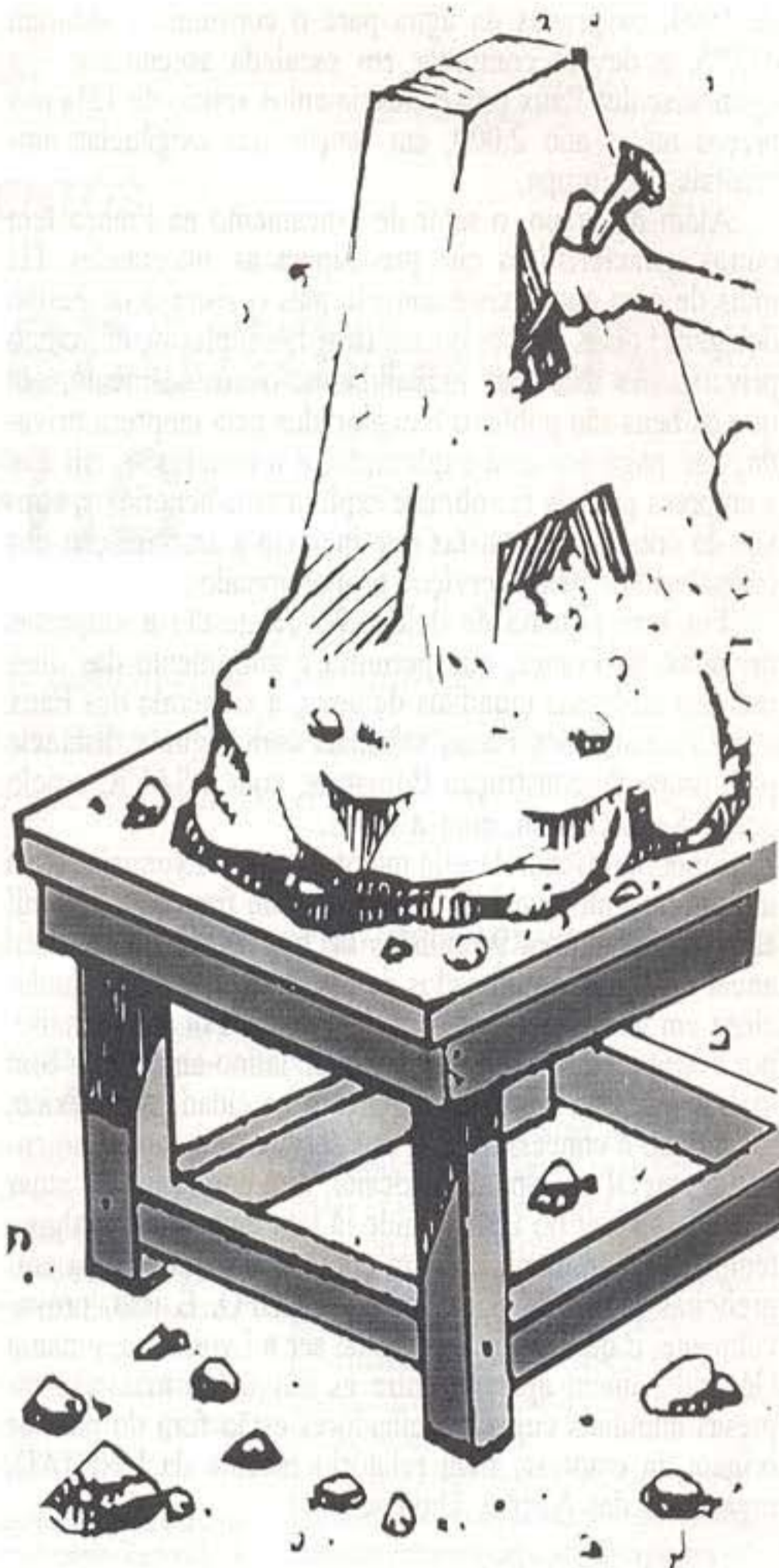
Em primeiro lugar, a concorrência, apontada como o grande instrumento para elevação da qualidade dos serviços com preços baixos, praticamente não existe nos dias de hoje – é coisa dos primórdios do capitalismo, como fica patente nos dados apresentados sobre a concentração do mercado. Trata-se, além disso, de um serviço eminentemente monopolista, em cada cidade um monopólio natural. As críticas apresentadas no relatório do Tribunal de Contas francês e os fatos agora revelados pelas investigações de corrupção mostram que o que prevalece na atribuição do mercado a uma ou outra companhia é muito mais uma poderosa rede de influência e favores, e menos uma efetiva competição em relação à qualidade e preço dos serviços oferecidos pelos interessados.

Como esperar que tais empresas e suas associadas beneficiem o nosso Brasil?



Em segundo lugar, o alegado controle do poder público sobre as empresas é, no mínimo, limitado. O domínio e o poder dessas gigantes da água dificilmente poderão ser contestados pelo poder municipal, enfraquecido e ainda mais desmantelado. Em que condições uma prefeitura que desmonta seu setor de saneamento, perdendo qualificação técnica especializada, poderá contestar estudos técnicos dessas companhias? E mesmo que quisesse contratar especialistas, que empresas consultoras poderiam ser contratadas para assessorar as prefeituras, se seus interesses se confundem com os dos supostos concorrentes? Veja-se um outro exemplo francês: uma auditoria, determinada pelo Tribunal de Contas num contrato de concessão que a cidade de Orléans assinou com a Lyonnaise des Eaux em 1986, foi feita pela SDEI, de Marc Michel Merlin. Ora, como ela poderia ser isenta em suas avaliações, sendo sócia da Lyonnaise em Grenoble?

Em terceiro lugar, a tão decantada separação entre regulação e execução é só formal. Quem poderia imaginar que um prefeito, como no caso de Alain Carignon, vá impor sanções e controles severos sobre as empresas que viabilizaram sua carreira política?



Depois, a idéia de que as empresas privadas trarão recursos para o setor pode ser ilusória, como demonstram as preocupações do Tribunal de Contas francês. Mesmo que, inicialmente, esses aportes sejam definidos por contrato, ao longo da execução as coisas podem mudar, e o poder concedente se vê no dilema de pagar ou não ver a obra realizada.

Se num país como a França, que vive há mais de cem anos esse tipo de experiência, o poder dessas companhias é enorme e incontrolável, os preços são aparentemente tão arbitrários, e utilizam-se expedientes de todos os tipos para contornar os controles públicos e as condições contratuais, como imaginar que, no Brasil, essas empresas ou suas associadas vão gerir os serviços visando à saúde pública e ao bem estar da população, a preços módicos?

TÉIA MAGALHÃES é coordenadora executiva de *Água e Vida*.

Um encontro que durou quarenta anos

O dia 5 de agosto marcou cem anos da morte de Engels, companheiro da vida inteira de Marx, com quem fundou o socialismo científico. Nele fundiram-se num todo teoria e prática

Em agosto de 1844, no seu regresso da Inglaterra à Alemanha, Engels visitou brevemente Paris a fim de conhecer melhor Karl Marx. Ambos tinham ouvido falar bastante um do outro e até se entreviam de passagem na redação da *Gazeta Renana*, mas não chegaram a estabelecer contatos pessoais mais estreitos. E agora em Paris, na rua Vannau, no apartamento modesto do doutor Karl Marx, havia conversas sem fim até altas horas. Os dois sentiram logo que compartilhavam as mesmas idéias quanto à causa comum à qual se haviam dedicado inteiramente. Tinham também algo em comum quanto ao espírito e aos interesses. Ambos sentiram aquela indescritível simpatia recíproca que se transforma, com o tempo, em amizade. Os dez dias em Paris passaram como um dia só. Ao se despedirem, não sabiam ainda que esse encontro breve duraria quarenta anos. “As lendas da Antigüidade” – escreveu Lênin – “contam exemplos comoventes de amizade. O proletariado da Europa pode dizer que a sua ciência foi criada por dois sábios, dois lutadores, cuja amizade ultrapassa tudo o que de mais comovente oferecem as lendas dos antigos.”

Friedrich Engels nasceu em 28 de novembro de 1820 em Barmen (província renana da Prússia) na família de um industrial. Em 1834, entrou para o liceu de Elberfeld. Mas seu pai decidiu que o filho mais velho deveria enveredar pelo mundo dos negócios; portanto, Friedrich Engels teve de abandonar o liceu um ano antes de finalizar o curso e seguir a carreira de comerciante. Porém, nas horas livres, continuou com perseverança a sua formação autodidata: estudou em profundidade obras filosóficas, históricas e econômicas e revelou capacidades inauditas na aprendizagem de línguas estrangeiras.

Engels olhou com espírito de observação o mundo que o rodeava. Ao ver a penúria extrema dos operários têxteis, ficou comovido e indignado até às profundezas do coração e, como não podia ocultar os seus sentimentos, suscitou a

fúria do pai. Em 1839, escreveu as suas *Cartas de Vupertal*, nas quais estigmatizou a desumanidade das classes possuidoras: “Entre as classes inferiores domina uma penúria incrível, sobretudo entre os operários das manufaturas... Mas a consciência dos industriais ricos é elástica...” O sentimento de justiça, tão característico do jovem Engels, levou-o para o lado dos trabalhadores simples, cujas mãos criam todas as riquezas do mundo. E quanto maior era a sua simpatia para com eles, tanto mais crescia o ódio em relação aos opressores – a burguesia e os senhores feudais.

Prestado o serviço militar, em novembro de 1842, Engels deslocou-se para Manchester (Inglaterra), por exigência do pai, a fim de trabalhar no escritório da fábrica de papel Ermen & Engels.

Na Inglaterra, Friedrich Engels viu com os seus próprios olhos ao que levava o alto nível de desenvolvimento capitalista: luxo ostentoso e lucros cada vez mais avultados, por um lado, e exploração cada vez mais intensa, por outro. Os contrastes sociais de Manchester perturbavam Engels. Mas, ao mesmo tempo, a estada na Inglaterra possibilitou-lhe fazer outra descoberta: o proletariado não era só uma classe que sofre, mas também uma classe em luta, combatente. Engels acompanhou com atenção o desenrolar do movimento cartista e entrou em contato com muitos dos seus dirigentes. Os primeiros artigos que escreveu na Inglaterra, e que foram publicados na *Gazeta Renana*, evidenciam o processo de formação das convicções socialistas do autor.

Com 25 anos incompletos, Engels escreveu o livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Esse trabalho é uma das melhores obras da literatura socialista mundial. Lênin escreveu a esse propósito:

“Engels foi o primeiro a declarar que o proletariado não é só uma classe que sofre, mas que a miserável situação econômica em que se encontra empurra-o irresistivelmente para a frente e

obriga-o a lutar pela sua emancipação definitiva. E o proletariado em luta ajudar-se-á a si mesmo. O movimento político da classe operária levará, inevitavelmente, os operários à consciência de que não há para eles outra saída, senão o socialismo. Por seu lado, o socialismo só será uma força quando se tornar o objetivo de luta política da classe operária.”

Com essa obra, Engels lançou a base da concepção científica da economia política e aproximou-se muito da compreensão materialista da história.

Depois do encontro e conhecimento pessoal com Marx, Engels regressou à Alemanha, onde participou ativamente na organização de comícios de esclarecimentos e debates, na criação dos órgãos de imprensa comunista e nas ações de massas contra a política feudal do governo. É claro que a sua atividade não podia escapar à polícia prussiana. Na primavera de 1845, fixou residência em Bruxelas e, juntamente com Marx, dedicou-se à elaboração da teoria revolucionária.

Engels e Marx voltaram à sua pátria. Integraram ativamente o levante revolucionário alemão



No início de 1847, Marx e Engels aderiram à Liga dos Justos. Era uma organização que reunia um grupo de operários, principalmente emigrados residentes em Londres. O programa da Liga, embora com uma palavra de ordem bastante atrativa à primeira vista – *Todos os homens são irmãos* –, tinha um caráter expressamente utópico e, por conseguinte, não podia satisfazer de modo algum nem Marx nem Engels. Após a sua adesão à Liga dos Justos, esta foi transformada na Liga dos Comunistas. Em junho de 1847, em Londres, celebrou-se o congresso que constituiu a nova organização. Engels participou nos trabalhos do congresso como delegado dos comunistas parisienses. O Congresso preparou novos estatutos e adotou o novo nome. A velha palavra de ordem foi substituída por uma palavra de ordem revolucionária, com conteúdo de classe: *Proletários de todos os países, uni-vos!*

Em outubro de 1847, Engels foi novamente a Paris a fim de participar nos preparativos para o segundo congresso da Liga dos Comunistas. Ali, escreveu o Projeto de Programa da Liga, conhecido comumente por *Princípios do Comunismo*. Essa obra serviu de base ao *Manifesto do Partido Comunista*.

Em 25 de fevereiro de 1848, os operários parisienses derrubaram a monarquia de Louis-Philippe e proclamaram a Segunda República. O proletariado francês pôs-se novamente à frente do movimento europeu. O governo republicano da França enviou a Marx um convite de honra para regressar a Paris, que ele aceitou. Em 20 de março, Engels também partiu de Bruxelas, dirigindo-se a Paris. Em abril de 1848, Engels, Marx e um grupo dos seus partidários voltaram à pátria para se integrarem ativamente no movimento revolucionário. Em Colônia, criaram a *Nova Gazeta*



Renana, o porta-voz da democracia revolucionária. Nas páginas do jornal, exortavam o povo alemão à luta decisiva contra o regime feudal e o absolutismo e desmascaravam a traição da burguesia, a covardia e incoerência dos democratas pequeno-burgueses. Através do jornal, Marx e Engels norteavam a atividade das organizações democráticas e dirigiam a luta das massas populares. Engels publicou aí vários artigos dedicados à insurreição de junho de 1848 em Paris. Com grande talento e conhecimento profundo do assunto, abordou a guerra de libertação nacional na Itália e na Hungria contra a monarquia austríaca. No final de setembro, por ordem das autoridades, a edição da *Nova Gazeta Renana* ficou provisoriamente suspensa, e Engels, face à ameaça de ser preso, teve de deslocar-se da Alemanha para a Suíça.



Estava sempre disposto a fazer de tudo para o amigo concluir a sua obra: *C capital*

Em maio de 1849, na província renana e na Alemanha do Sul assistiu-se à luta revolucionária armada. Engels aderiu ao destacamento dos voluntários comandados por Willich, membro da Liga dos Comunistas, e passou toda a campanha militar em Pfalz e Baden. Cumpria as tarefas mais difíceis e, nos dias de combate, era visto na primeira linha. Só quando a revolução sofreu uma derrota definitiva Engels, com os restos do exército revolucionário derrotado, abandonou a Alemanha. Mudou-se para Londres, onde, a essa altura, morava Marx, e, juntamente com ele, participou na reorganização e consolidação da Liga dos Comunistas, prosseguindo simultaneamente na sua atividade científica.

Em novembro de 1850, por exigência do pai, Engels mudou-se de Londres para Manchester e voltou a trabalhar

no escritório da firma Ermen & Engels. Por muito que sonhasse, nos tempos livres, em prosseguir as investigações científicas, o desejo veemente de apoiar materialmente Marx e sua família fez com que Engels aceitasse a proposta do pai. Estava sempre disposto a sacrificar-se para poder ajudar o amigo a concluir o seu livro *O capital*.

A amizade entre Marx e Engels não diminuiu com o tempo. Antes pelo contrário, cada encontro entre eles permitia descobrir novas virtudes recíprocas e proporcionava-lhes novas forças criadoras. Marx mantinha Engels ao corrente das conclusões feitas durante investigações científicas e pedia a sua opinião. Por seu lado, Engels, antes de responder às questões que lhe eram colocadas, submetia-as a uma profunda análise teórica.

Durante a colaboração com Marx e depois da sua morte, Engels escreveu várias obras – *Anti-Duhring*, *A dialética da natureza*, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* e muitas outras.

Quando Marx morreu, os inimigos proclamavam que *O capital* não estava escrito



A obra científica *Anti-Duhring* é uma das criações mais profundas do marxismo – um resumo condensado das conclusões teóricas e de seus princípios. O livro proporciona a característica do socialismo enquanto novo regime social que desconhece contradições antagônicas de classe e a exploração do homem pelo homem. Expõe de maneira acessível e convincente os postulados fundamentais da filosofia marxista e as bases da economia. O autor do *Anti-Duhring* debruça-se sobre a característica das relações de produção, mostra o seu caráter histórico peremptório e a necessidade objetiva da substituição das relações capitalistas por comunistas.

Nas suas obras, Engels presta muita atenção às questões da organização da produção. Em particular, acentua a importância da ligação da organização consciente da produção social à distribuição planificada. “O desenvolvimento histórico torna tal organização cada vez mais necessária e cada vez mais viável. Com ela começa uma nova época histórica em que os próprios homens e, com eles, todos os ramos da sua atividade, em particular as ciências naturais, farão tais sucessos que eclipsarão tudo o que fora feito até hoje.”

A *Dialética da natureza*, na qual Engels trabalhou mais de dez anos, está diretamente ligada ao *Anti-Duhring*. Nela o autor generalizou, sob o prisma filosófico, as aquisições mais relevantes então alcançadas no domínio das ciências naturais. O livro contém uma crítica fundamentada do materialismo mecanicista, das teorias idealistas dos cientistas burgueses e do seu método metafísico.

Baseando-se em dados científicos, Engels apresenta o panorama do desenvolvimento dialético da natureza desde as formas mais simples então conhecidas, inferiores, do movimento da matéria, até o aparecimento do homem e o desenvolvimento da sociedade. O pensador materialista põe a

questão da necessidade de examinar as transformações recíprocas de diversas formas de movimento da matéria umas nas outras, impondo-se assim a tarefa de liquidar o abismo entre algumas ciências naturais. Nessa obra, Engels presagia algumas descobertas científicas futuras nos domínios da física, da química, da biologia e da psicologia.

Nos últimos doze anos da vida de Engels, Marx já não estava com ele. Mas nesse período Engels enriqueceu o marxismo com novas investigações e conclusões, cumprindo ao mesmo tempo, com toda a energia de um verdadeiro líder revolucionário, a tarefa de orientação dos partidos socialdemocratas da Europa e da América. Muitos representantes do proletariado combatente e da intelectualidade progressista pediam-lhe conselhos e apoio, e ele compartilhava generosamente sua rica experiência e enormes conhecimentos.

Engels fez realmente uma proeza digna de um cientista comunista para preparar o segundo e terceiro tomos de *O capital*. Quando Marx morreu, os inimigos do marxismo começaram a divulgar rumores de que Marx não havia prosseguido com *O capital*, parando no primeiro tomo, e que as notícias sobre o segundo tomo em preparação não eram mais que uma “intrujice de Marx” com o fim de se esquivar à polémica científica com os críticos das suas teorias do valor e da mais-valia apresentadas no primeiro tomo.

Após a morte de Marx, foi encontrado um rolo com manuscritos do segundo e terceiro livros de *O capital*. Porém ninguém sabia se já estavam preparados para o prelo. Mesmo Engels não o sabia. Que se faria com o trabalho inconcluso de Marx sobre *O capital*? Esse problema preocupava muitos socialistas que se dirigiam com inquietude e esperança a Engels. Havia de se efetuar um trabalho realmente gigantesco: ler os manuscritos do autor escritos com caligrafia bastante ilegível, decifrar numerosas notas e abreviaturas. O único que podia fazer esse trabalho era Engels.



***O capital*, redigido por Engels veio à luz em 1885. Vitória para o proletariado**

No início, Engels julgava que poderia preparar o segundo tomo para o prelo em prazos relativamente curtos, mas, em outubro de 1883, ficou abatido pela doença que o fez perder pelo menos mais de meio ano. A doença fê-lo pensar que a ele próprio também podia acontecer qualquer coisa inesperada. No entanto, era necessário efetuar rapidamente todo o trabalho relacionado com a preparação do rascunho, isto é, ditar o texto manuscrito a um escriba. Foi um trabalho enorme que levou muito tempo. As recidivas da doença impediram muitas vezes que Engels trabalhasse sentado à secretária e, então, continuava a ditar estendido no sofá, das 10 horas da manhã até às 5 da tarde, tendo, ainda por cima, de redigir, à noite, o que fora ditado. O segundo tomo de *O capital*, redigido por Engels, veio à luz em julho de 1885.

As dificuldades dos preparativos do terceiro tomo ultrapassaram todas as esperanças prévias de Engels. Esse trabalho levou-lhe cerca de dez anos. Quando Engels trabalhava o terceiro tomo, o princípio fundamental pelo qual se norteava era transmitir os resultados das investigações na linguagem singular de Marx. A intervenção de Engels no texto original limitou-se ao mais necessário. Fez acompanhar esse tomo de *O Capital* de uma introdução desenvolvida na qual esclareceu o estado em que se encontravam os manuscritos e o trabalho que lhe coube. Ainda mais, desmascarou os falsificadores burgueses da concepção materialista da história e da doutrina econômica de Marx.

O trabalho sobre o segundo e o terceiro tomos de *O capital* é o cume da criação engelsiana, uma proeza em nome da amizade, da ciência, do interesse do proletariado de todos os países.

A obra de Engels *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã* teve grande importância no desenvolvimento do movimento revolucionário internacional. A divulgação da doutrina filosófica burguesa, muito em voga na Europa nos anos 80 do século XIX, o *neokantismo*, cujo objetivo único era a revisão, do prisma reacionário, da filosofia clássica alemã, fez necessário o aparecimento desse trabalho. Nele Engels submeteu à análise crítica todas as fontes do comunismo científico e realçou os méritos de Hegel no progresso do pensamento dialético e de Feuerbach no desenvolvimento do materialismo. Ainda mais, Engels mostrou que, no processo de elaboração da filosofia marxista, tinham sido ultrapassadas as visões limitadas da dialética de Hegel e do materialismo metafísico de Feuerbach – em suma, foi criado o materialismo dialético.

Engels escreveu muitas obras para os socialistas dos diversos países do mundo



Engels fundamentou a tese de que a questão fulcral da filosofia é a que se refere à correlação entre o ser e a consciência, entre a matéria e o espírito. Projetada no plano do movimento operário, a abordagem materialista desse problema é o critério fundamental na luta teórica entre as duas concepções contrárias que permite travar discussões filosóficas com os ideólogos burgueses.

Na parte final de sua obra, Engels debruça-se sobre as leis gerais do progresso social. O autor explica por que a dialética materialista permitiu progredir muito além das descobertas de Feuerbach e revelar a essência da revolução



nas concepções sobre o desenvolvimento da natureza, da sociedade e do conhecimento.

Para o movimento revolucionário mundial, a obra de Engels *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã* é um manual teórico na luta contra a filosofia burguesa, que permite aos socialistas distinguirem, nas suas fileiras, os adeptos da concepção idealista do mundo e lutarem intransigentemente contra eles.

Engels escreveu muitas das suas obras a pedido dos socialistas de diferentes países. Regra geral, essas obras apareciam conforme a agudeza da luta. Por exemplo, para ajudar os socialistas franceses a superarem vacilações oportunistas na questão agrária e esclarecer-lhes o sentido verdadeiro dos postulados marxistas nesse domínio, Engels escreveu, em 1894, o artigo "A questão camponesa em França e na Alemanha". Esse trabalho marcou mais um passo adiante na elaboração da teoria marxista do domínio da questão agrária. O autor mostrou que o partido proletário só poderia conquistar o poder político com a condição de desenvolver uma ampla propaganda junto aos camponeses e de se tornar uma força piloto nas aldeias. Engels sublinhou que o único caminho para o melhoramento radical na vida dos camponeses era a passagem das pequenas explorações à produção coletiva, comunitária, com a única condição de ser efetuada voluntariamente, com base em exemplos concretos. Advertiu que a política do Estado proletário em relação à propriedade fundiária deveria ser

diferente, ou seja, que o proletariado vitorioso iria expropriar essa propriedade como a dos grandes industriais. Engels deu a entender, porém, que admitia a hipótese de resgate.

“Se a expropriação acontecer com resgate ou sem este, dependerá em grande parte, não de nós próprios, mas das circunstâncias nas quais tomaremos posse do poder, bem como da atitude dos grandes latifundiários. Pela nossa parte, não consideramos de modo algum que o resgate é inadmissível em certas circunstâncias; para esclarecer este ponto, posso invocar a opinião de Marx que dizia a propósito que, para nós, o que importa é restarmos-nos de modo mais barato possível deste bando ignominioso.”

Engels seguiu com atenção o movimento revolucionário russo, mantendo correspondência com espíritos progressistas da Rússia. Comparando analiticamente o movimento operário na Alemanha, na França, nos Estados Unidos e na Rússia, Engels frisava que a esta última competiria, no futuro, o papel mais importante. Portanto, na Rússia, o nome de Engels era associado ao do amigo leal e companheiro de luta de Marx. Daí não ter sido por acaso que o maior número de cartas e condolências por motivo da morte de Marx viesse principalmente desse país: os estudantes da Academia de Pedro, em Moscou, pediam, em especial, que na campa do autor de *O capital* fosse colocada uma coroa de flores com a seguinte inscrição: “Ao defensor dos direitos do trabalho em teoria e ao lutador abnegado pela sua concretização, dos estudantes da Academia de Agricultura de Pedro em Moscou”.

Todos os problemas de direção do movimento operário da época chegavam até Engels



Até o final de sua vida, Engels trabalhou muito e intensamente. Dois anos antes de sua morte, escreveu a brochura *Será possível o desarmamento da Europa?*, na qual chegou a esta conclusão: “o sistema de exércitos regulares europeus foi levado ao extremo de ameaçar os povos do continente com uma ruína econômica inevitável, não podendo agüentar mais o fardo de exorbitantes despesas militares, ou levaria necessariamente a uma guerra total de extermínio, se estes exércitos regulares não fossem oportunamente transformados em milícia do povo armado”. Engels partia do princípio de que o desarmamento e, portanto, a garantia da paz eram possíveis. Essas conclusões engelsianas sobre a possibilidade da conservação da paz continuam a ser aproveitadas na atividade dos partidos comunistas. Não por acaso o primeiro decreto do Poder Soviético foi o Decreto de Paz. As primeiras iniciativas do novo Estado soviético no palco internacional tinham como fins o estabelecimento de relações de boa vizinhança e cooperação, cessação das guerras e da corrida dos armamentos. Com o aparecimento do País dos Soviéticos, a luta pela prevenção de novas guerras adquiriu

dimensões históricas sem precedentes, conseguiu uma base material e tornou-se uma realidade política.

Nos últimos anos de sua vida, Engels era o único líder espiritual do movimento operário internacional. Todos os problemas relacionados com a direção do movimento, e que outrora foram divididos com Marx, caíram sobre ele. A casa em Londres onde morava Engels tornou-se uma espécie de estado-maior dos revolucionários de todo o mundo. Dali mantinha ligações com socialistas da Inglaterra, da Alemanha, da França, da Rússia, dos Estados Unidos e de outros países. Ali recebia correspondência em línguas diferentes das organizações socialistas e operárias. Ali se elaborava a estratégia da unidade do movimento operário internacional no novo período importante do seu desenvolvimento, e encontravam apoio as iniciativas sobre ações revolucionárias da classe operária.



**Sobre ele se pode dizer:
“nele fundiram-se, num todo, a teoria e a prática”**

Engels considerava como uma das suas tarefas principais a criação da nova Internacional Socialista. Por volta dos anos 80 do século passado, já existiam organizações proletárias na maior parte dos países europeus, e surgiu daí a necessidade imperativa de consolidar a solidariedade entre elas. No fim dos anos 80, a social-democracia europeia desenrolou um vasto trabalho preparatório para convocar o congresso constituinte, e Engels empenhou-se em que a nova organização internacional fosse fundada sobre uma sólida base marxista. O seu trabalho não foi em vão.

Em 14 de julho de 1889, em Paris, reuniu-se o primeiro congresso dos marxistas, ao qual assistiram 407 delegados, representantes de 22 nações. Na sala do congresso, viam-se as palavras de ordem “Proletários de todos os países, uni-vos!”, “Expropriação política e econômica da classe dos capitalistas, socialização dos meios de produção!”. O congresso formulou reivindicações programáticas sobre a legislação do trabalho, a realização das manifestações do 1º de Maio pelo dia de 8 horas de trabalho e pela solidariedade proletária internacional. A festa do 1º de Maio de 1890 foi uma demonstração viva do fortalecimento da unidade do movimento operário e das forças crescentes do proletariado. A II Internacional centrou a sua atenção no desenvolvimento dos partidos e organizações marxistas de massas em alguns países. A sua tarefa central foi a preparação da classe operária internacional para a revolução proletária.

Em 1893, apesar de sua idade e má saúde, Engels realizou uma viagem por vários países europeus com o fim de ativar a propaganda revolucionária das idéias marxistas. Em 12 de agosto, chegou a Zurique para assistir aos trabalhos do congresso internacional socialista operário. Ali se discutiram a tática política da social-democracia, as tarefas de luta pelo dia de trabalho de 8 horas, o trabalho nos

sindicatos e a questão agrária. A sala recebeu o companheiro fiel da luta de Marx com aplausos clamorosos.

Em sua intervenção, Engels submeteu a uma crítica aguda o anarquismo, em torno do qual se travou a discussão durante todo o congresso. Salientou que, com a sua renúncia à estratégia e à tática do proletariado e a negação do papel dirigente do partido, os anarquistas enganam a classe operária e traem os seus interesses. Engels condenou resolutamente os oportunistas que supunham por ingenuidade que se podia chegar ao socialismo só com boletins eleitorais. O orador exortou a manter e proteger, em todas as circunstâncias, a unidade na luta contra o capitalismo.

No início de setembro, Engels, acompanhado por Bebel, dirigiu-se a Viena, via Munique e Salsburgo. Houve saudações dos social-democratas; revelou-se novamente a tendência de Engels a evitar elogios eloqüentes; outra vez fez lembrar as tarefas dos partidos proletários.

De Viena, Engels seguiu para Londres, via Alemanha. Essa viagem transformou-se numa verdadeira marcha triunfal das idéias do comunismo científico. Nos contatos com os social-democratas austríacos e alemães, Engels viu que a teoria do comunismo científico já se tornara patrimônio dos setores revolucionários da classe operária. E os operários que tiveram a oportunidade de ver e escutar Engels ficavam maravilhados com a paixão revolucionária e a fir-

meza de princípios do dirigente operário, com o seu humanismo e modéstia.

No entanto, os anos e a vida difícil do revolucionário deixavam-se sentir cada vez mais, ainda que o enfraquecimento físico não pudesse desencorajar Engels. Opunha a ele um bom domínio de si próprio e a consciência do dever. E foi por isso que o seu espírito nunca ficou quebrantado. Mas, em março de 1895, sentiu outro ataque da doença, e em 5 de agosto do mesmo ano, às 22 horas e 30 minutos, deixou de bater o coração do insigne cientista revolucionário, um dos fundadores do comunismo científico. O movimento operário internacional perdeu um de seus maiores lutadores e pensadores. Na cerimônia de enterro, a 10 de agosto de 1895, participaram, a pedido insistente do testador, somente os seus amigos mais íntimos, discípulos e companheiros de luta. "Aqui estão presentes poucos" – disse Wilhelm Liebknecht – "mas estes poucos representam milhões de pessoas, todo o mundo... e eles prepararão a morte do capitalismo... Engels indicou-nos a todos o caminho e foi o dirigente nesta trajetória, foi o líder e o lutador. Nele fundiram-se num todo a teoria e a prática..."

Texto extraído da obra *Os nomes do obelisco*, Editorial Progresso, Moscou, 1984.

Livros com até 50% de desconto

<i>Amazônia/Carajás – Na trilha do saque</i> , Marcos Kowarick, 336 pág.	R\$ 20,00
<i>Cadernos negros 18 – Contos afro-brasileiros</i> grupo Quilombohoje, 80 pág.	R\$ 10,00
<i>Luta Armada – no Brasil dos anos 60/70</i> Jaime Sautchuk, 96 pág.	R\$ 10,00
<i>Dialética radical do Brasil negro</i> , Clóvis Moura, 248 pág.	R\$ 20,00
<i>Cadernos negros 17</i> , poetas do Quilombohoje, 80 pág.	R\$ 7,00
<i>Obras escolhidas</i> , G. Plékhhanov (capa dura), 390 pág.	R\$ 15,00
<i>Lênin – Biografia ilustrada</i> , Bolsanello, 128 pág.	R\$ 11,00
<i>A mãe</i> , Máximo Gorki, 320 pág.	R\$ 15,00
<i>A II Internacional – Pelos seus congressos</i> , E. Carone, 132 pág.	R\$ 11,00

<i>URSS – Ascensão e queda</i> , Luís Fernandes, 2ª ed., 272 pág.	R\$ 20,00
<i>Marx e os sindicatos</i> , D. Losovski, 216 pág.	R\$ 17,00
<i>Manifesto do Partido Comunista</i> , Marx e Engels, 72 pág.	R\$ 6,00
<i>Rio Maria – A terra da morte anunciada</i> , Moacyr de O. Filho, 128 pág.	R\$ 10,00
<i>O socialismo vive</i> (documentos do 8º Congresso do PCdoB), 110 pág.	R\$ 6,00
<i>Socialismo – Ideal da classe operária</i> , J. Amazonas, 3ª ed., 120 pág.	R\$ 10,00
<i>Problemas econômicos do socialismo na URSS</i> , Stálin, 100 pág.	R\$ 9,00
<i>AIDS na rota da cocaína</i> , Fábio Mesquita, 72 pág.	R\$ 6,00
<i>Reportagem sob a força</i> , Julius Fucik, 120 pág.	R\$ 9,00
<i>Araguaia – Relato de um guerrilheiro</i> , Glênio Sá, 52 pág.	R\$ 6,00

Na compra de dois exemplares, desconto de 15%; de 3 a 5 exemplares, desconto de 30%; de 6 ou mais exemplares, desconto de 50%. Validade: até outubro de 1995.

Enviar cheque nominal para até 15 dias ou vale postal ou depositar em conta da Editora Anita Ltda., Banco Itaú, São Paulo, agência 251, c.c. nº 48678-3.

Pedidos para:

Editora Anita Ltda.: Rua dos Bororós, 51 - 1º andar - Bela Vista - Tel.: (011) 605-8150 - São Paulo - SP - CEP 01320-020

O envio pelo correio é por nossa conta. Não atendemos por reembolso postal.

Engels e a economia política

LINCOLN SECCO

O co-fundador do marxismo também é autor da primeira crítica da economia política. Teve participação decisiva na formulação da economia marxista, como ressalta este artigo

Parece, à primeira vista, um tema estranho à biografia de Friedrich Engels tratar de economia política; afinal, é sobejamente conhecido que a Karl Marx coube a elaboração mais fecunda acerca da crítica da economia política, consubstanciada na sua obra magna *O Capital*; também é sabido que entre Marx e Engels vigorou uma certa divisão do trabalho intelectual, de tal forma que Engels, com excesso de humildade, declarou-se (numa carta a um amigo datada de 15 de outubro de 1884) tão somente dotado do papel de “segundo violino”, ao lado da genialidade de Marx¹.

Para corroborar isso, uma declaração de Engels no prefácio à segunda edição de seu livro *Anti-Dühring* (setembro de 1885) é bastante clara:

“Uma observação de passagem: tendo sido criada por Marx, e em menor escala por mim, a concepção exposta neste livro, não conviria que eu a publicasse à revelia de meu amigo. Li-lhe o manuscrito inteiro antes da impressão; [...]. Era, aliás, hábito nosso ajudarmo-nos mutuamente na especialização de cada um².”

Contudo, é preciso asseverar: antes que Marx se desvencilhasse das lides filosóficas de sua juventude ao lado dos neo-hegelianos, Engels teve o mérito de refletir sobre a realidade econômica e política da Grã-Bretanha e produzir uma série de artigos³ sobre as crises políticas e econômicas, sobre o movimento cartista liderado por Feargus O'Connor⁴ e, finalmente, um livro sobre *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Os escritos engelsianos refletiram uma mudança de atitude e de vida que só a sua mudança para a Inglaterra permitira: sua partida da Alemanha fora planejada pela família a fim de que o jovem Engels adquirisse experiência nos negócios, e assim foi que ele chegou a Manchester em novembro de 1842 para trabalhar numa fábrica de tecidos de que seu pai era sócio, a Engels & Ermen.

É nesse contexto que Friedrich Engels alia seu trabalho à convivência próxima com os operários e estabelece a escolha não apenas intelectual, mas acima de tudo moral,

existencial e política de toda a sua vida: a defesa dos interesses da classe operária e do socialismo. Sua produção intelectual é então copiosa e assustadoramente avançada do ponto de vista teórico. Somente assim pode-se compreender o significado de seu trabalho mais importante até então escrito, uma obra seminal: o *Esboço para a crítica da economia política*, escrito em fins de 1843, quando seu autor tinha apenas 23 anos e nenhuma passagem pela academia; foi publicado nos *Deutsch-Französische Jahrbücher (Anais Franco-Alemães)* de Paris, em 1844. Mais tarde, o autor diria, numa carta de 1871 ao seu companheiro, o socialista alemão Wilhelm Liebknecht, com mais um excesso de humildade, que seu artigo estava “completamente antiquado e cheio de inexatidões⁵”.

Dez questões sobre o Esboço genial

Utilizando de forma descontextualizada e livre uma expressão de Louis Althusser, poderíamos dizer que o significado histórico do *Esboço* de 1843 reside em ter aberto um novo continente teórico, o continente da crítica da economia política, da mesma forma que Galileu abriu o continente “física” séculos antes. O mais irônico nessa expressão é que ela se refere a uma obra anterior àquilo que Althusser denomina “censura epistemológica” no cerne do marxismo, o que não invalida totalmente a contribuição do notável filósofo francês – apenas a relativiza. O fato que aqui nos importa é que pela primeira vez se esboça uma crítica científica da economia política que, como toda obra seminal, ainda continha traços ideológicos dessa própria economia política.

Podemos indicar pelo menos dez pontos para a reflexão do leitor que, evidentemente, não serão desenvolvidos aqui, e nem fecham a possibilidade de que haja outras questões relevantes num texto de tamanha riqueza teórica, pois isso exigiria um trabalho de fôlego que percorresse uma parte significativa dos economistas lidos e analisados por Engels.

1) É a primeira crítica de um ponto de vista histórico da economia política e do próprio sistema econômico que a fundamenta; as escolas do pensamento econômico, como o mercantilismo, a fisiocracia e a economia clássica (Smith e Ricardo) são analisadas em perspectiva histórica, a partir de sua gênese no processo de vida material, embora ainda com muitas confusões que levaram o autor a igualar o papel de alguns economistas vulgares com os de Adam Smith e David Ricardo, por exemplo.

2) Pela primeira vez se desnuda a imoralidade que fundamenta o discurso ideológico moralizante da economia política burguesa; embora esse seja o ponto normalmente identificado como falho nesse ensaio de Engels, é, na verdade, de extrema importância ideológica na sua época como contra-discurso para o movimento comunista ao qual Engels, antes de Marx, já estava ligado informalmente.

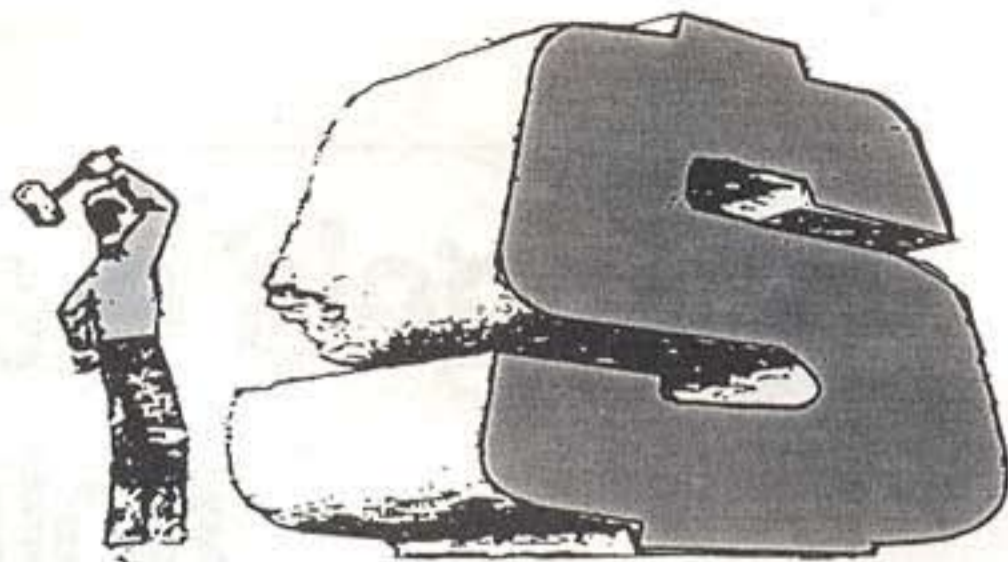
3) A concorrência é definida como a essência do capitalismo e produz, dialeticamente, a sua negação: o monopólio. Engels mostra que, ao contrário do que afirmava Adam Smith (cada um na busca dos seus interesses particulares e egoístas concorreria para o bem comum), o interesse particular e o interesse geral são “diametralmente opostos”, visto que o resultado lógico da competição é a derrota de uns pelos outros no monopólio.

4) A crítica da propriedade privada é levada a um novo estatuto teórico e identificada com os resultados do próprio movimento do capital:

“Vimos como o capital e o trabalho são originalmente idênticos; e assim mesmo vemos pelos argumentos dos economistas como o capital, resultado do trabalho, volta a converter-se em seguida, dentro do processo de produção, em abstrato, em material de trabalho, e como, portanto, a separação estabelecida por um momento entre trabalho e capital volta a desaparecer na unidade de ambos. O divórcio de capital e trabalho, nascido da propriedade privada, é sensivelmente o desdobramento do trabalho em si mesmo, correspondente a esse estado de divórcio e resultante dele. Depois de estabelecida essa separação, o capital se divide em capital inicial e lucro, ou seja o incremento do capital obtido no processo de produção, se bem que a prática se encarrega de incorporar imediatamente esse lucro ao capital, para colocá-lo em circulação com ele⁶.”

Note-se como Engels recorre a uma construção hegeliana para demonstrar a valorização do capital vinculada à reprodução ampliada das relações sociais de produção capitalistas, cristalizadas no antagonismo de dois elementos – o capital e o trabalho –, sendo que aquele não é senão produto deste, unido a este no processo produtivo e deste separado no momento seguinte. O trabalho é, em todo o parágrafo, definido como o sujeito, enquanto o capital é o elemento acidental, mas não mero epifenômeno, e sim parte integrante da totalidade da produção e reprodução de si mesmo mediante a atividade do trabalhador. A “cisão primitiva” (!) entre capital e trabalho explica a propriedade privada dos meios de produção e é levada ao paroxismo com a “cisão da humanidade em capitalistas e trabalhadores”.

5) Engels estabelece já uma teoria embrionária das crises econômicas cíclicas; destrói a beleza vista pelos economistas na lei da oferta e procura (por exemplo a lei de Say, para quem demanda e oferta sempre se equilibrariam



no capitalismo, e não haveria superprodução); mostra que as crises são o produto lógico do capital.

6) Baseando-se no historiador escocês Archibald Alison, Engels desconstrói o argumento central de Thomas Robert Malthus. O economista inglês fora o primeiro a asseverar: “A população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica. Os meios de subsistência crescem apenas numa progressão aritmética⁷. A partir disso, tirou as ilações políticas mais abjetas sobre controle de natalidade para a classe trabalhadora e a necessidade de que uma parte desta morresse em guerras para reequilibrar a ordem econômica. Mas o primeiro fato, não percebido por Malthus, é que a população excedente sempre existe ao lado da superprodução de mercadorias⁸, ou seja, o capital é demasiado abundante para prosseguir explorando a força de trabalho com taxas elevadas de lucro (obviamente Engels apenas tangencia a questão sem considerar o papel da queda da taxa de lucro), a crise emerge e destrói parte das forças produtivas, disseminando a fome e o desemprego entre os trabalhadores ao lado de uma produção abundante que é destruída por falta de demanda; o segundo fato é que o hiato entre população e alimentos não considera o aumento da produtividade da força de trabalho. Obviamente é apenas fora do invólucro capitalista que a produção poderia continuar sem crises e em harmonia com a demanda. Vejamos que Engels apanha as duas proposições de Malthus e demonstra a fragilidade de cada uma delas.

7) Decorre da consideração anterior acerca do aumento da produtividade da força de trabalho que Engels tece considerações sobre os avanços científicos e considera a ciência como uma força produtiva em si mesma.

8) Engels deduz, de forma bem mais concreta que os planos dos socialistas utópicos, a necessidade de uma economia planificada. “Num estado de coisas digno da humanidade” (leia-se “comunismo”), diz Engels:

“A coletividade terá que calcular o que é capaz de produzir com os meios de que dispõe e determinar, na base da relação entre este potencial de produção e a massa dos consumidores, em que medida deve a produção aumentar ou diminuir, até que ponto se pode tolerar o luxo ou se deve restringir⁹.”

Essa citação influenciou implicitamente Marx numa de suas raras formulações de *O Capital* acerca do comunismo:

“Pensemos a sociedade como não sendo capitalista, mas comunista: então o capital monetário desaparece completamente, portanto também os disfarces das transações que dele decorrem. A coisa se reduz simplesmente ao fato de que a sociedade precisa

calcular de antemão quanto trabalho, meios de produção e meios de subsistência ela pode, sem qualquer quebra, aplicar em ramos de atividades que, como a construção de ferrovias, não fornecem por um tempo mais longo, um ano ou até mais, meios de produção nem meios de subsistência, nem efeito útil, mas retiram trabalho, meios de produção e meios de subsistência do produto total anual. Na sociedade capitalista, pelo contrário, onde a racionalidade social só se faz valer *post festum*, podem e têm de ocorrer constantemente grandes perturbações¹⁰.”

9) O impacto desse esboço engelsiano na produção teórica marxista foi ressaltado por Lênin: “[...] Engels havia publicado na revista *Anais Franco-Alemães*, editada por Marx e Ruge, seu “Estudo crítico sobre a economia política”, no qual se analisavam, do ponto de vista socialista, os fenômenos básicos do regime econômico contemporâneo, como consequência inevitável da propriedade privada. A relação com Engels contribuiu, sem dúvida, para que Marx se decidisse a ocupar-se do estudo da economia política, ciência em que suas obras produziram uma revolução¹¹.”

O próprio Marx, numa honesta deferência ao amigo, reconheceu muito mais tarde, no seu prefácio à sua obra *Contribuição para a crítica da economia política*, de 1859, depois de uma rápida explanação do seu itinerário intelectual, o seguinte:

“Friedrich Engels, com quem (desde a publicação nos *Anais Franco-Alemães* de seu genial esboço de uma crítica das categorias econômicas) eu mantinha constante correspondência, por meio da qual trocávamos idéias, chegou por outro caminho – consulte-se a *Situação das classes trabalhadoras na Inglaterra* – ao mesmo resultado que eu¹².”

10) Por fim, cabe destacar que o *Esboço* de 1843 é a primeira crítica da economia política de que se tem notícia.

O problema da transformação do valor em preço de produção no último Engels

Engels não só editou os volumes segundo e terceiro de *O Capital* de Karl Marx, mas também os organizou e os reescreveu; ele é autor *ipsis litteris*, por exemplo, do capítulo IV do volume III. Além disso, publicou uma resenha em duas partes sobre o volume primeiro num jornal operário alemão, o *Demokratisches Wochenblatt*, números 12 e 13, em 21 e 28 de março de 1868¹³. Além de artigos para operários, é curioso notar que Engels escreveu uma série de artigos anônimos para a imprensa burguesa criticando *O Capital* de um ponto de vista burguês (naturalmente em conluio com Marx) para quebrar “a conspiração de silêncio” com que os economistas receberam a obra¹⁴. A empreitada obteve sucesso, pois até a segunda edição alemã foram publicadas críticas em *La Philosophie Positive Revue*, *Jornal de São Petersburgo*, *Saturday Review*, *Jornal dos Economistas* (Alemanha) etc., além de resenhas elogiosas na imprensa operária de velhos amigos como Ruge e Feuerbach¹⁵. O segundo e o terceiro volumes já encontraram o nome de Marx indispensável para o público e definitivamente gravado na história.

O papel de Engels na divulgação e possível desenvolvimento da teoria do valor de Marx é perfeitamente visto

nos seus diversos textos sobre *O Capital*, particularmente o prefácio ao livro terceiro, publicado em 1894, mas então o velho dialético já estava no limiar da morte e incapaz para prosseguir a investigação marxiana – os textos que deixou, entretanto, documentam como ele acompanhou com vivo interesse os artigos sobre a teoria do valor publicados na imprensa, embora sem tempo disponível para desenvolver uma reflexão própria, posto que uma tarefa maior o esperava: pôr em ordem e publicar aquilo que em parte já era sua própria obra, o volume III de *O Capital*.

O prefácio de Engels ao livro terceiro, excetuada a parte técnica em que explica a confecção da obra e sua organização, preocupa-se não com os fundamentos básicos do processo de produção e circulação expostos nos volumes primeiro e segundo de *O Capital*, mas sim com o nó górdio da teoria do valor sobre a qual vários autores já especulavam na imprensa: o problema da transformação dos valores em preços de produção – que mais tarde alimentaria uma copiosa literatura econômica até hoje inconclusa. Antes de analisar esse prefácio, é imprescindível expor brevemente como se dá em Marx a formação de um lucro médio e do preço de produção.

No livro primeiro, Marx investigara o processo produtivo capitalista diretamente, na sua pureza conceitual; mas na vida real ele é complementado pelo processo de circulação que o medeia (objeto do livro segundo). No livro terceiro, considera-se o processo de produção do capital como uma totalidade de cujo movimento se depreendem as suas configurações concretas. Nesse livro, Marx desenvolve as categorias de preço de custo ou custo de produção, igual à soma do capital variável e do capital constante consumidos produtivamente na confecção de uma mercadoria, lucro, lucro médio, taxa de lucro, taxa de juros etc. O preço de custo difere do valor pois não agrega a mais-valia e o lucro; este, por ser a relação do excedente produzido pela força de trabalho com o montante do capital adiantado pelo capitalista, aparece ao burguês prático não como o que é, ou seja, um excedente do valor da mercadoria sobre o seu preço de custo, mas como o contrário, o excedente do preço de venda sobre um suposto valor intrínseco da mercadoria (que seria seu preço de custo); por isso se obnubila a origem da mais-valia, e esta é erroneamente atribuída à circulação. Engels notou muito bem a aporia em que tinha se metido a economia política nesta explicação:

“Mas a mais-valia não pode tampouco nascer do facto de que os vendedores vendem as mercadorias acima do seu valor ou de que os compradores as comprem abaixo do seu valor, por que cada um é, por sua vez, ora comprador, ora vendedor, e isto se equilibra de novo. Tampouco pode provir do facto de que os compradores e vendedores tiram proveito uns dos outros, pois isso não criaria nenhum valor novo, ou mais-valia, mas apenas repartiria de outro modo o capital existente entre os capitalistas¹⁶.”

Assim como no processo produtivo o operário, fator subjetivo que gera mais-valia, produz continuamente o capital como potência alheia e é visto como “empregado” pela mesma, numa relação de coisificação das pessoas e de personificação das coisas, ocorre o mesmo processo com a atribuição da mais-valia a um excedente sobre o preço de

custo, obtido na circulação; é apenas o desdobramento da inversão que se dá no processo produtivo, em que as forças subjetivas do trabalho aparecem como força produtiva do capital, à medida em que o trabalho passado e objetivado domina o trabalho vivo e é personificado no capitalista, enquanto o trabalhador aparece como mercadoria, como coisa. Daí se origina uma consciência ideológica, “transposta”, “às avessas” (Marx).

Mas o busílis da investigação marxiana no livro terceiro não reside nessa problemática, como bem notara Engels no aludido prefácio, e sim no problema da transformação do valor em preço de produção (PP). Isso porque as categorias abstratas atinentes ao capital em geral só se fazem valer para o movimento real dos diversos capitais existentes mediante a concorrência¹⁷; também a lei do valor, que define uma mercadoria a partir do quantum de trabalho objetivado nela, exige a mediação da concorrência e da equalização da taxa geral de lucro.

Nos volumes primeiro e segundo de *O Capital*, os preços das mercadorias equivalem aos seus respectivos valores, somente no capítulo IX do volume III emerge a categoria do preço de produção e se explicita como a lei do valor se faz valer através dos desvios de preços em relação aos valores, devido a uma distribuição proporcional da mais-valia social. O que antes era um pressuposto (coincidência entre preço e valor) torna-se uma exceção na realidade concreta. Vejamos o exemplo de Marx¹⁸.

Suponhamos o seguinte capital (seja L' a taxa de lucro e K o capital consumido produtivamente, soma do desgaste do capital fixo e do valor da matéria-prima e da força de trabalho envolvidas na produção; PP o preço de produção, V o valor, v o capital variável, c o capital constante, M a mais-valia, C o capital total, PC o preço de custo) com taxa de mais-valia (m') de 100% (m'=M/v):

C	c+v	M	V	K	PC	PP	L'	Desvio
I	80c+20v	20	90	50	70	92	22%	+2
II	70c+30v	30	111	51	81	103	22%	-8
III	60c+40v	40	131	51	91	113	22%	-18
IV	85c+15v	15	70	40	55	77	22%	+7
V	95c+5v	5	20	10	15	37	22%	+17

O que Marx faz aqui é considerar os cinco capitais como um único capital I-V (soma de todos eles): 390c+110v = 500 ou, percentualmente, 78%c+22%v = 100% (como m'=100%, M=110 ou 22). Dividindo-se a mais-valia de 22 por cada um dos cinco capitais equitativamente, ter-se-ia, por exemplo, para um capital I (que só receberia 20, pois só tem 20v, logo teria apenas 20M de acordo com m'=100%) um desvio de +2 no preço de produção a fim de que fique enquadrado na média; e assim sucessivamente – essas 22 unidades de capital são o lucro médio.

O preço de produção de uma mercadoria é sempre igual ao seu preço de custo mais um lucro médio de 22% no exemplo citado - desprezando-se os gastos improdutivos da sociedade com o capital comercial. O seu pressuposto é imediatamente uma taxa geral de lucro, obtida por vários



outros níveis de mediação que partem das diversas taxas particulares de lucro até as determinações conceituais mais básicas do capital em geral: “Sem esse desenvolvimento, a taxa geral de lucro (e também, portanto, o preço de produção da mercadoria) permanece uma concepção sem sentido e irracional¹⁹”.

Obviamente, influenciam o lucro obtido pelo capitalista circunstâncias anormais de concorrência, como o monopólio, o *dumping*, a introdução pioneira de maquinaria mais avançada e, por fim, as condições de rotação do capital – como acentua Engels, no capítulo por ele preparado para *O Capital*, o incremento da velocidade de rotação do capital variável e, portanto, do número de rotações num ano, aumenta a taxa de mais-valia²⁰.

Os agentes práticos da produção capitalista não percebem que as suas ações microeconômicas, racionais do seu ponto de vista, e que visam rebaixar os custos e aumentar os lucros, podem ser irracionais do ponto de vista macroeconômico, pois diminuem a taxa geral de lucro; eles não percebem que não recebem o quantum de mais-valia gerado na sua empresa senão excepcionalmente, mas sim uma quantia do lucro global produzido pelo capital social global, proporcional ao volume de cada capital investido – o lucro particular é sempre mediado pela exploração do trabalho social pelo capital de toda a sociedade e os desvios dos preços acima ou abaixo do valor das mercadorias é que garantem essa repartição equitativa da mais-valia social via concorrência, pois no momento em que o capital numa esfera auferir superlucros, logo outros para lá migram e reequilibram o sistema. Como as oscilações dos preços em relação aos valores se compensam mutuamente, no nível macro, a soma dos valores equivale à soma dos preços. No exemplo citado, bastaria somar os números da coluna “desvio” para verificar que o resultado será nulo, de modo que no capital global I-V não há desvio do seu valor em relação ao seu preço. Note-se que a determinação do lucro adicionado ao preço de custo da mercadoria é exógena à esfera em que a mesma é produzida, o que reforça a ilusão de que se trata de uma determinação arbitrária, originada da circulação e em contradição com a lei do valor.

Esse problema seria mais visível num terreno em que o capital ainda se baseasse primordialmente em recursos naturais e satisfizesse amplamente, ao lado da demanda de matérias primas industriais, o consumo produtivo da classe trabalhadora: a agricultura capitalista. Quando Marx estuda a renda diferencial da terra, ele pressupõe inicialmente um equilíbrio de oferta e demanda, de tal forma que o

preço de produção que regula o mercado é sempre o do pior solo cultivado. Assim, por exemplo, um capital igual de 50 xelins de adiantamento ($c + v$) e 10 xelins de lucro médio ($L' = 20\%$) em quatro tipos de solo com recursos naturais diferentes (produtividade diversa) para a produção de trigo²¹:

Tipo solo	Produto quarters	Produto xelins	Capital inicial	Lucro	Renda quarters	Renda xelins
A	1	60	50	10	0	0
B	2	120	50	70	1	60
C	3	180	50	130	2	120
D	4	240	50	190	3	180

A progressão de D para A, do solo melhor para o pior, pode ser assim descrita: se a demanda global inicial fosse de 4 *quarters* de trigo, apenas A estaria produzindo a um preço de 15 xelins reais por *quarter*, obtendo uma taxa de lucro de 20% e um lucro de 10 xelins ($15 \text{ xelins} \times 4 \text{ quarters} = 60 \text{ xelins}$, ou 50 de adiantamento mais um lucro de 10). Suponhamos que a demanda global crescesse de forma que fosse necessário aumentar a oferta, então o cultivo do solo C seria rentável, desde que o preço subisse para 20 xelins por *quarter* ($20 \times 3 = 60$); entretanto, D passaria a vender por $20 \times 4 = 80$, obtendo assim um lucro de 10 em relação aos 50 que investiu, mais uma renda diferencial²² de 20. Se agora a demanda crescesse de tal modo que fosse necessário aumentar a oferta de trigo, tornando-se rentável cultivar o solo B, logo o preço teria que subir a 30 xelins por *quarter* ($30 \times 2 = 60$), mas então o lucro de A seria de 10 mais uma renda diferencial de 60 ($30 \times 4 = 120$) e o de C seria de 10 mais uma renda diferencial de 30 ($30 \times 3 = 90$); por fim, se a demanda crescente exigisse o cultivo do solo A, a situação seria a descrita na tabela acima. Note-se que o crescimento da demanda em equilíbrio com o crescimento da oferta eleva o preço de produção.

Obviamente o caso da produção industrial é de aumento da produtividade com intensificação de capital fixo, mas pensemos no caso em que a produtividade do trabalho envolvido no cultivo da terra aumentasse e ainda com uma progressão inversa à do caso anterior (de A para D). Por exemplo, A passaria a produzir 2 *quarters* de trigo, B passaria a 4, C a 7 e D a 10. Suponhamos que o aumento populacional tivesse equilibrado a subida da oferta; logo o preço de produção teria caído para 30 xelins por *quarter* (caso do solo A):

Tipo solo	Produto quarters	Produto xelins	Capital inicial	Lucro	Renda quarters	Renda xelins
A	2	60	50	10	0	0
B	4	120	50	70	1	60
C	7	210	50	160	5	150
D	10	300	50	250	8	240

Tais relações numéricas são evidentemente arbitrárias, como diz o próprio Marx. O fundamental que se quer mostrar aqui é que o aumento de produtividade geral dos capi-

tais A, B, C e D baixou o preço de produção de acordo com o pior solo; este, numa situação de equilíbrio, é sempre o verdadeiro regulador do preço de mercado, e nunca o melhor solo; aumento de produtividade apenas em D, acompanhado de correspondente aumento da demanda, não reduz o preço de produção, que continua a ser regulado pela produtividade do pior solo; se se cultivar um solo ainda melhor que D, mas a demanda crescer proporcionalmente ao aumento da produção, nada se altera, apenas o solo E auferir uma renda diferencial maior que D. As coisas só se modificam à medida em que o aumento geral de produtividade ou a descoberta de um novo solo mais fértil emerge sem o crescimento do mercado, então o solo A deixa de ser cultivado e o preço de produção passa a ser regulado por B – também caso B, C e D passassem a produzir além da demanda.

Isso demonstra a real articulação da lei do valor com os preços de produção numa situação de equilíbrio entre demanda e oferta, além do fato de que as alterações duradouras dos preços de produção resultam de alterações no valor das mercadorias, e não de oscilações eventuais entre oferta e procura em situação de desequilíbrio, embora as aparências sejam outras. Entretanto, é fundamental que a concorrência seja a mediadora da lei do valor: o simples aumento de produtividade no melhor solo específico não implica necessariamente mudanças no preço de produção; é preciso que, na concorrência, seja destruído o capital invertido no pior solo, desde que a demanda não tenha aumentado. Caso essa demanda tenha crescido, o que ocorre é que o preço de produção se mantém inalterado, e o capital invertido no solo com melhorias de cultivo obtém uma renda diferencial maior, o que constitui o seu estímulo para aumentar a produção. Daí se percebe o fato de que, historicamente, os preços flutuam em torno de um eixo, o preço de produção.

A primeira tentativa séria de se resolver a questão de como se pode formar uma taxa média de lucro sem infringir a lei do valor foi a de Conrad Schmidt, com seu livro *A taxa média de lucro com base na lei do valor de Marx*, publicado em Stuttgart em 1889. Schmidt chegara por vias próprias e sem conhecer os manuscritos de Marx (e nisso consiste seu mérito pessoal) à idéia de que cabia a cada unidade de capital uma parcela da mais-valia social igual à soma de todas as mais-valias produzidas dividida pela soma dos capitais empregados na produção. Contudo, próximo da demonstração de uma solução, Schmidt esquivou-se por um desvio ao incorporar como fator co-determinante o trabalho acumulado como formador de valor. Como diz Engels:

“A construção é extremamente engenhosa, bem de acordo com o modelo hegeliano, mas ela compartilha com a maioria das construções hegelianas a circunstância de não estar certa²³.”

Depois de Schmidt, foi a vez de P. Fireman enfrentar o problema:

“Simplesmente porque em todos os ramos da produção onde a relação entre [...] capital constante e capital variável é máxima” [Fireman se refere à alta composição orgânica do capital; compare-se com os capitais IV e V do exemplo de Marx] “as merca-

dorias são vendidas acima de seu valor, o que também quer dizer que, naqueles ramos da produção em que a relação entre capital constante : capital variável = $c : v$ é mínima" [comparem-se capitais I a III do exemplo de Marx!], "as mercadorias são vendidas abaixo de seu valor, e que só onde a relação $c : v$ representa determinada grandeza média as mercadorias são vendidas por seu valor verdadeiro. [...] Essa incongruência de preços individuais com seus respectivos valores é uma refutação do princípio do valor? De modo algum. Pelo fato de que os preços de algumas mercadorias sobem acima do valor na mesma medida que os preços de outras caem abaixo do valor, a soma total dos preços permanece igual à soma total dos valores [...] desaparece, 'em última instância', a incongruência²⁴."

Fireman ainda diz que nas ciências exatas um desvio calculável nunca refuta uma lei. Engels acentua que Fireman colocou "o dedo no ponto decisivo", mas não desenvolveu nem formalizou matematicamente suas conclusões. Outros mais vulgares, como Loria, Julius Wolf (acadêmicos), este com a arrogância e mesquinhez própria de certos pensadores diletantes, tentaram iludir a problemática mediante expedientes pré-científicos, não valendo a pena repeti-los. Já o médico norte-americano George B. Stiebeling lançou um livro em Nova York intitulado *A lei do valor e a taxa de lucro*, onde, através de um cálculo matemático simples, pretendeu resolver a questão toda.

Mais tarde (1895), Schmidt e Sombart fizeram excelentes resenhas acerca do terceiro volume, reconhecendo a honra pioneira de Marx em ter realmente solucionado grande parte da problemática da transformação do valor em preço de produção. Mas ambos fizeram ressalvas formais à lei do valor, denominando-a "hipótese científica", uma "ficção teoricamente necessária". No seu *Suplemento ao livro terceiro de O Capital*, Engels comenta o equívoco desse posicionamento:

"Tanto Sombart como Schmidt [...] não consideraram suficientemente a circunstância de se tratar aí não só de um processo puramente lógico, mas também de um processo histórico e seu reflexo explicativo no pensamento, a persecução lógica de sua coesão interna²⁵."

Uma vez exposto o cerne da problemática da teoria do valor, cumpre considerar que Engels, no momento exato da publicação do terceiro volume de *O Capital* (1894), teve o mérito de perceber qual era o *punctum saliens* (ponto principal da questão), o estrangulamento da teoria marxista, invariavelmente olvidado pelo longo período em que o marxismo se deslocou do estudo da economia e da política para objetos mais caros à reflexão acadêmica e sem vinculação direta com o movimento operário. Como não tinha comprado com um diploma o direito de filosofar (para reproduzir uma expressão de sua juventude), Engels conhecia os limites e as restrições da produção intelectual acadêmica, comprovando que o lugar da teoria marxista não é preferencialmente nos bancos universitários, mas no movimento real dos trabalhadores.

LINCOLN SECCO é membro da Coordenação do Núcleo de Estudos de *O capital*, do PT de São Paulo, e da editoria da revista *Praxis*.

(1) LÊNIN, V.I. "Frederico Engels", in MARX, K. e ENGELS, F. *Obras Escogidas*. Moscou: Progresso, 1983, p.17.

(2) ENGELS, F. *Anti-Dühring*. Rio: Paz e Terra, 1990. Primeira edição em alemão, 1878.

(3) Vide: Id. *Escritos de Juventud*. México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

(4) Feargus Edward O'Connor (1794-1855), defensor na câmara britânica da emancipação irlandesa, evoluiu para a defesa dos interesses da classe operária. Cartismo foi o mais importante movimento operário do século XIX, defensor da carta do povo, publicada em 1838 como projeto de lei que instituiu o sufrágio universal para os homens acima de 21 anos, voto secreto, remuneração dos deputados (para que os operários pudessem se candidatar), elegibilidade de não-proprietários, distritos eleitorais iguais e eleições anuais. A *People's charter* foi rechaçada pelo parlamento inglês.

(5) ENGELS, F. *Escritos de Juventud*. op.cit., p.755.

(6) id. *ibid.*, p. 171.

(7) MALTHUS, Th. R. "Ensaio sobre a População", in MALTHUS, Th. R., e RICARDO, D. *Princípios de economia política e outros escritos*. São Paulo: Nova Cultural, 1986, p. 282 (Coleção "Os Economistas"). Primeira edição em inglês, 1798.

(8) ENGELS, F. *Escritos de Juventud*, op. cit., p. 178.

(9) id. *ibid.* p. 175.

(10) MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983-85. v.II, p.233 (sobre socialismo e planejamento, vide também t.1., p.120; v.III, t. 1, pp. 137, 144, 193 e 196). Esta frase é parcialmente a reprodução de uma idéia exposta por Engels, pioneiramente, no seu "esboço genial" (Marx) de 1843. Compare-se com uma outra tradução: "A comunidade terá de calcular aquilo que pode fabricar com os meios de que dispõe e, segundo a relação desta força produtiva com a massa dos consumidores, terá que determinar em que medida deve aumentar ou reduzir a produção, em que medida deve sacrificar-se ao luxo ou limitá-lo". ENGELS, F. "Esboço de Uma Crítica da Economia Política", in *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Livr. ed. Ciências Humanas, 1979, p.20 (vide também p.19). Há outras passagens em que Marx cita diretamente o esboço de Engels, para corroborar outras afirmações (por exemplo, v. I, t. 1, pp. 73 e 137), mas nada é mais interessante do que a relação inconscientemente estabelecida entre as duas obras.

(11) LÊNIN, V.I. op.cit., p. 15.

(12) MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*; trad. de Florestan Fernandes. São Paulo: Flama, 1946, p. 32.

(13) MARX, K. e ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Lisboa: Avante, 1983, pp.159-166.

(14) id. *ibid.* p. 485.

(15) Cf. MARX, K. *O Capital*. op.cit., v.I, t.1, pp.18-19.

(16) MARX, K. e ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. op. cit., p. 161.

(17) Vide MARX, K. *O capital*. op.cit., v.III, t.1, pp 65, 83, 85, 86, 90, 123, 140, 159, 160 etc.

(18) id. *ibid.*, p.123.

(19) id. *ibid.*, p.123.

(20) id. *ibid.*, cap. IV. Para uma compreensão mais detalhada, vide SECCO, L. *A formação do conceito de crise em Marx*, inédito, 1995.

(21) Cf. MARX, K. *O Capital*. op. cit., v.III, t.2, pp.149-153.

(22) "Ela sempre se origina da diferença entre o preço individual de produção do capital individual, do qual a força natural monopolizada está à disposição, e o preço geral de produção do capital investido na esfera de produção em questão." id. *ibid.*, v. III, t. 2, p.145. Engels já notara precocemente a relação entre a capacidade de rendimento da terra e o "aspecto humano: a concorrência", embora ainda se prendesse a categorias irracionais, como "valor da terra". ENGELS, F. "Esboço para a crítica...", in *Temas de Ciências Humanas*. op. cit. p.14.

(23) id. *ibid.*, v.III, t.1, p.12.

(24) id. *ibid.*, p.13.

(25) id. *ibid.*, v.III, t.2, pp. 324-325.

Friedrich Engels, a ciência, o homem e a natureza

JOSÉ LOURENÇO CINDRA

Engels deixou um legado importante para a compreensão da realidade. A sua contribuição para o desenvolvimento da dialética ainda estimula os homens de ciência

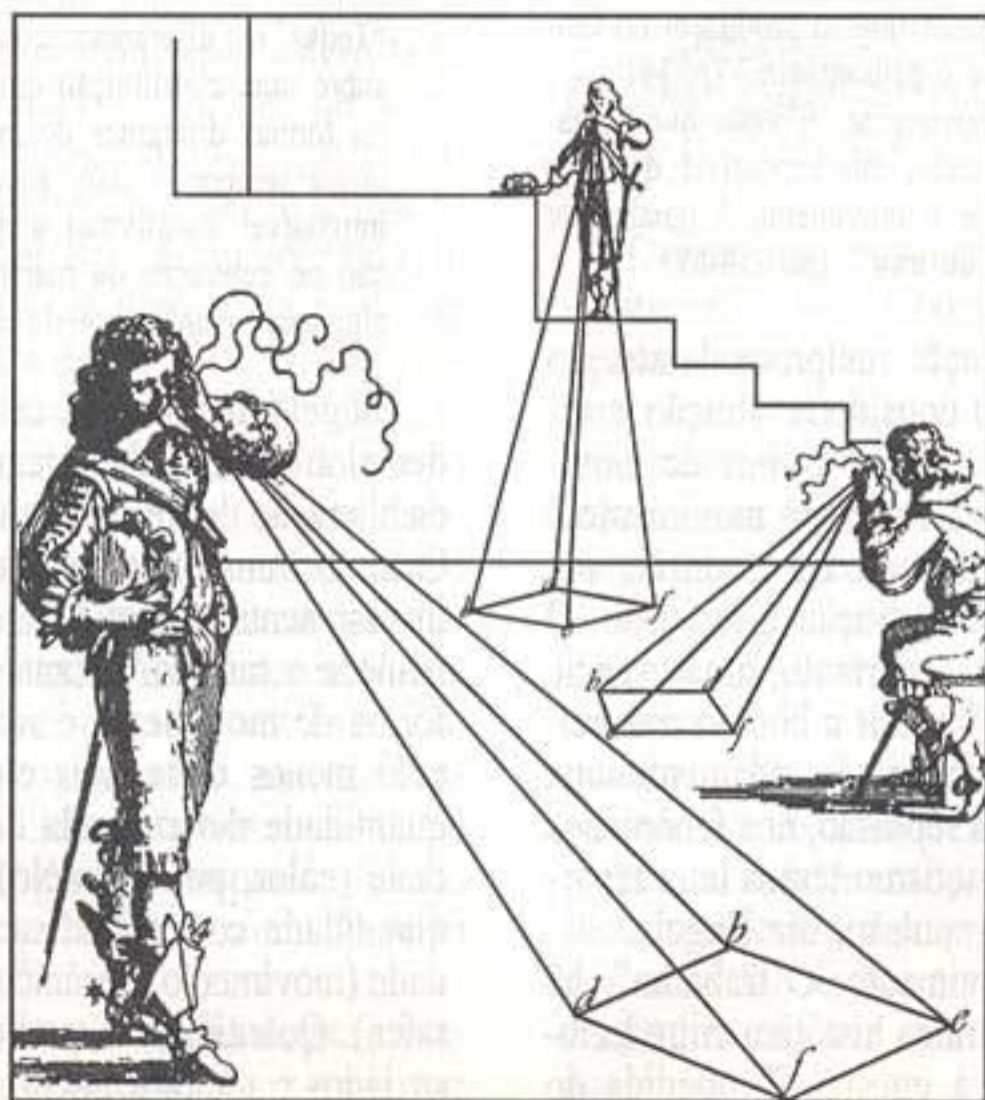
Completa-se este ano um século desde quando desapareceu da cena histórica o grande pensador alemão Friedrich Engels, nascido em Barmen aos 28 de novembro de 1820 e falecido em Londres aos 5 de agosto de 1895. Engels, além de filósofo preocupado com as questões político-sociais de seu tempo, e, sobretudo, com a emancipação política do proletariado, interessava-se também pelo progresso das ciências naturais daquele período. Na década de 70, Engels passou a se dedicar sistematicamente aos assuntos relacionados com as ciências em geral. Seus estudos só foram interrompidos depois da morte de Karl Marx, em 1883, quando ele se viu na obrigação de preparar os manuscritos deixados pelo amigo, e publicar os tomos subsequentes de *O capital*. As grandes transformações por que passou a ciência de meados do século XIX causaram-lhe uma grande impressão, e Engels percebeu que esse desenvolvimento científico significava, do ponto de vista epistemológico, a passagem do mecanicismo para uma visão dialética espontânea no tocante às questões científicas. Ainda que os cientistas não fossem conscientes da importância do método dialético, a dialética passou a ser uma necessidade premente para a compreensão e avaliação das novas descobertas.

Três descobertas fundamentais foram consideradas por Engels como de primor-

dial importância. Cronologicamente, a primeira delas foi a descoberta da célula orgânica como unidade fundamental de todos os seres vivos, por Schwann e Schleiden. A segunda foi a lei da conservação e transformação da energia, como coroamento do trabalho de vários pesquisadores, entre os quais se destacam Mayer, Joule e Helmholtz. Essa lei foi de grande importância para se conseguir uma espécie de unidade em toda a física. Se até então os diversos processos e fenômenos eram explicados atribuindo-se a eles uma força *sui generis* (força mecânica, força química, força de calor etc.), agora, com base na lei geral de conservação da energia, tudo se passava como manifestação fenomenológica de uma mesma entidade, que se conservava, quantitativamente, em todas as suas modificações qualitativas.

A lei da evolução por meio da seleção natural, coroamento dos trabalhos de Darwin, na década de 50 do século passado, foi a terceira descoberta a chamar a atenção de Engels. A teoria de Darwin mostrava, em linhas gerais, que toda a natureza viva estava sujeita à lei do devir, pondo um fim, desse modo, à idéia de fixidez das espécies e ao criacionismo.

Foi nesse contexto histórico que Engels, dominando os fundamentos do método dialético oriundo do grandioso sistema idealista objetivo de Hegel, apresentou uma visão geral das diversas ciências, classificando-as se-



gundo formas hierárquicas de movimento da matéria, de um ponto de vista materialista.

Em alguns de seus trabalhos, e, principalmente, na *Dialética da natureza*¹, obra inacabada que só veio a ser publicada em edição póstuma, em 1925, na União Soviética, ele discorre sobre esses assuntos. Segundo Engels, há sempre uma correspondência entre os aspectos lógicos e históricos no desenvolvimento da ciência. Na edição da *Dialética da natureza* foi inserido, também, um texto de Engels intitulado "O papel do trabalho na transformação do macaco em homem". Nesse capítulo do livro, Engels aborda questões de relacionamento entre o homem e o meio ambiente. São questões de grande atualidade – por isso, voltarei a falar delas posteriormente.

A natureza como princípio de movimento

A concepção que Engels tinha do movimento teve suas origens na concepção dos primeiros pensadores da Grécia antiga. A primeira grande sistematização aconteceu com Aristóteles, e, séculos depois, renasceu com a *Naturphilosophie* dos alemães. Hegel foi um grande adepto dessa corrente de pensamento. É, de um modo geral, uma postura filosófica que atribui ao conceito de movimento um alcance incomparavelmente maior do que ocorria na mecânica. Nesta, subentende-se por movimento apenas o deslocamento dos corpos no espaço, o chamado movimento local. Segundo a concepção de que estamos falando, num sentido lato, movimento designa *toda e qualquer transformação da matéria*, incluindo a variedade de fenômenos e processos típicos dos seres vivos e da sociedade.

No capítulo "As formas fundamentais do movimento", Engels escreveu:

"No sentido mais amplo, o movimento, concebido como modo de existência da matéria, como atributo inerente a esta, envolve todas as transformações e todos os processos que se produzem no universo, da simples mudança local até o pensamento." (p. 57)

"A matéria é impossível sem o movimento. E visto que a matéria se nos apresenta como um dado, tão impossível de criar como de destruir, isso implica que o movimento é igualmente tão impossível de criar como de destruir." (pp. 58-59)

Todo movimento consiste na ação recíproca de atração e repulsão. Por isso, ele diz não considerar atração e repulsão como forças, mas como *simples formas* de movimento. E que a fórmula fundamental de todo movimento é aproximação ou afastamento, contração ou extensão, ou, resumindo, a velha oposição polar: atração e repulsão. O calor como forma de energia seria, portanto, uma espécie de repulsão, que contribui para diminuir a coesão das moléculas. Se no fenômeno da gravitação há nitidamente uma preponderância da atração sobre a repulsão, nos fenômenos da eletricidade estática e do magnetismo temos uma participação polar da atração e da repulsão, diz Engels.

No capítulo "Medida do movimento. O trabalho", há uma longa discussão sobre a polêmica histórica entre Leibniz e os cartesianos no tocante à questão da medida do

movimento. Resumindo, Descartes e seus seguidores diziam que a medida do movimento seria mv . Leibniz argumentava que a medida do movimento só poderia ser chamada *vis viva* (força viva) mv^2 . Essa polêmica durou cerca de um século, até que D'Alembert, em seu trabalho *Tratado de dinâmica* (Paris, 1743), tentou pôr fim à controvérsia por achá-la inútil. Engels considerou o veredicto de D'Alembert uma atitude pouco dialética. Engels argumenta que, de fato, o movimento tem uma dupla medida.

"Se um movimento mecânico já existente for transmitido de tal forma que se conserve enquanto movimento mecânico, transmite-se de acordo com a fórmula do produto da massa pela velocidade. Mas, se se transmite de tal forma que desaparece enquanto movimento mecânico, para reaparecer sob a forma de energia potencial, de calor, de eletricidade etc., se, numa palavra, for transformado noutra forma de movimento, a quantidade dessa nova forma de movimento é proporcional ao produto da massa primitivamente posta em movimento pelo quadrado da velocidade. Numa palavra, mv é movimento mecânico enquanto movimento mecânico; $\frac{1}{2} mv^2$ é movimento mecânico medido pela sua faculdade de se transformar numa certa quantidade de uma outra forma de movimento." (pp. 89-90)

A classificação das ciências segundo as formas de movimento

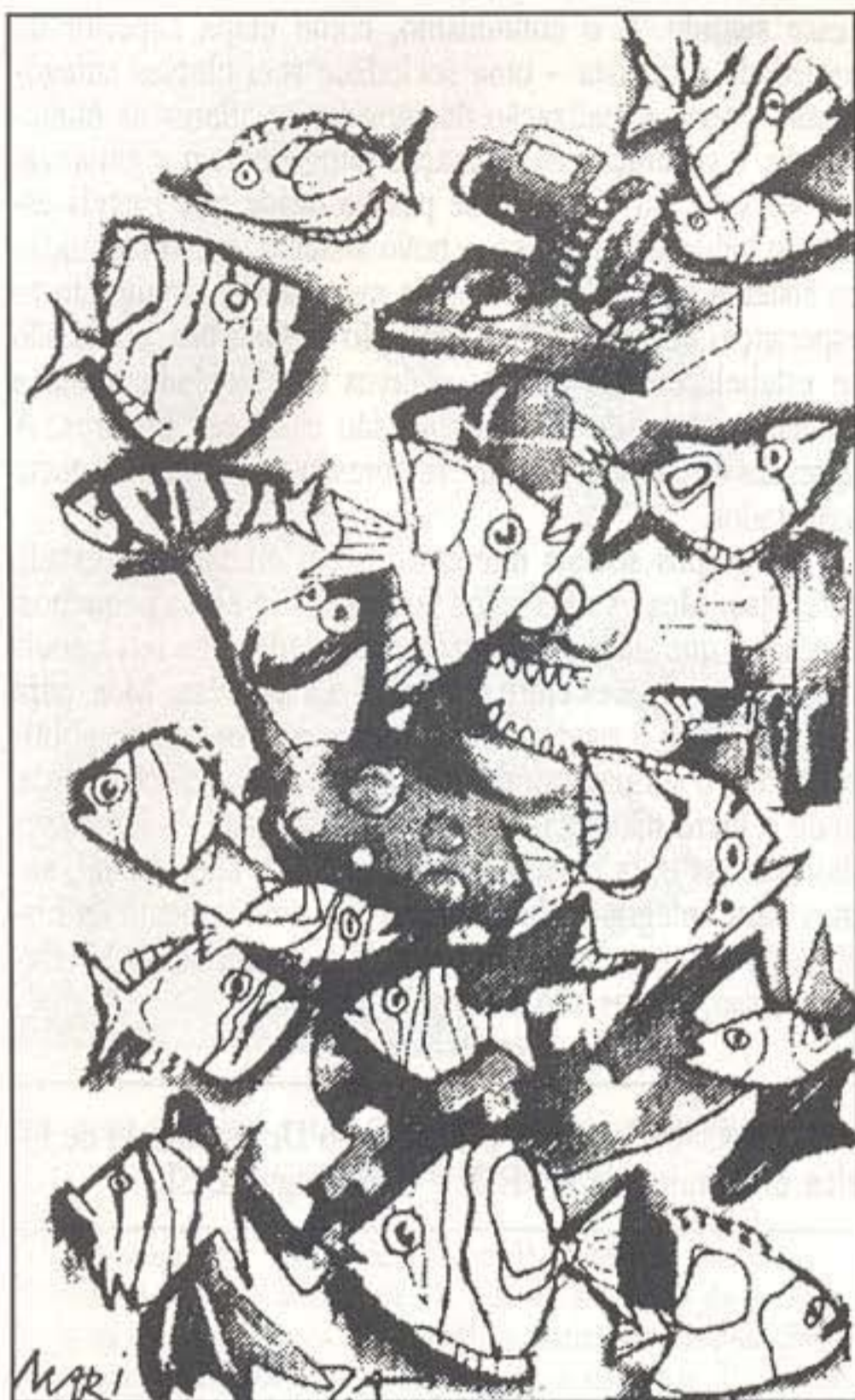
Engels estudou os principais ramos da ciência de seu tempo baseando-se num tratamento dialético da questão. As três leis gerais da dialética descobertas por Hegel são estas:

- 1) lei da unidade e luta dos contrários;
- 2) lei da transformação da quantidade em qualidade e vice-versa;
- 3) lei da negação da negação.

Engels escreveu:

"Todas as diferenças qualitativas na natureza repousam quer sobre uma constituição química diferente, quer sobre quantidade ou formas diferentes de movimento (de energia), quer, o que é quase sempre o caso, sobre as duas ao mesmo tempo. É pois impossível transformar a qualidade de qualquer corpo sem adição ou subtração de matéria ou de movimento, quer dizer, sem alteração quantitativa do corpo em questão." (p. 50)

Engels inclui nesse caso até mesmo os diferentes estados alotrópicos e de agregação dos corpos: "Mas que dizer da alteração de forma do movimento, ou melhor, da energia? Quando transformamos calor em movimento mecânico ou inversamente, a qualidade é modificada e a quantidade permanece a mesma?" Exatamente – diz ele. A alteração da forma de movimento é sempre um processo que se efetua pelo menos entre dois corpos, dos quais um perde uma quantidade determinada de movimento da primeira qualidade (calor, por exemplo), enquanto o outro recebe uma quantidade correspondente de movimento de outra qualidade (movimento mecânico, eletricidade, decomposição química). Quantidade e qualidade correspondem-se de ambos os lados e reciprocamente.



Engels apresentou também algumas idéias sobre a relação entre formas de movimento específicas e os diversos ramos da ciência, que lhe são correspondentes, mostrando haver sempre a presença da lei da transformação da quantidade em qualidade e vice-versa.

“A molécula é qualitativamente diferente da massa do corpo físico de que faz parte. É capaz de realizar movimentos independentemente dessa massa, embora permaneça aparentemente em repouso... A massa é inteiramente constituída por moléculas, mas é algo de essencialmente diferente da molécula, como esta última o é, por sua vez, do átomo. É sobre essa diferença que repousa a separação da mecânica, ciência das massas celestes e terrestres, da física, mecânica das moléculas, e da química, física dos átomos.” (p. 52)

É com essa abordagem conceitual que Engels tentou classificar, em linhas gerais, as diversas ciências existentes naquela época. Segundo Engels, cada uma dessas ciências se caracteriza pela forma específica de movimento que lhe diz respeito. Assim, a mecânica – seja ela dos corpos celestes ou mecânica terrestre – ocupa-se em descrever o deslocamento dos corpos no espaço. A física (note-se que Engels não inclui a mecânica) ocupa-se principalmente dos movimentos moleculares, que são movimentos térmicos, magnéticos e ópticos. Engels fez questão de ressaltar, em outros pontos de seu trabalho:

“[...] quando definimos a física como sendo a mecânica do movimento molecular, essa expressão não abarca o domínio da física atual na sua totalidade.” (p. 104) “As vibrações do éter que intervêm nos fenômenos da luz e da radiação calorífica não são evidentemente movimentos moleculares no sentido atual da palavra.”

Afirma, porém, que seus feitos terrestres dizem respeito às moléculas: a refração e a polarização da luz são determinadas pela estrutura molecular dos corpos considerados. A química, por sua vez, ocupa-se dos movimentos atômicos, expressos nas combinações e dissociações químicas. A biologia seria a química das albuminas, o modo de existência de substâncias proteicas.

Não vamos criticar Engels por não ter incluído o movimento atômico e subatômico no domínio da física. Naquela época, a física ainda não havia penetrado no âmago do átomo. Até mesmo a existência ou não dos átomos era questão ainda muito controversa. Nesse caso, Engels mostrou ter razão, ao defender a existência do átomo, quando só mais tarde foram obtidas provas conclusivas a respeito. No capítulo “Sobre a concepção mecanicista da natureza”, na página 268, ele diz:

“Todo movimento inclui movimento mecânico, deslocamento no espaço de partes maiores ou menores da matéria, e a primeira tarefa da ciência, mas apenas a sua primeira tarefa, consiste em reconhecer esse movimento. Mas esse movimento mecânico não esgota, de modo algum, o movimento em geral: é também, nos domínios supramecânicos, mudança de qualidade.”

É de suma importância o fato de Engels considerar cada forma superior de movimento como sendo irreduzível às formas inferiores. Ele rejeita, assim, uma concepção reducionista de estilo positivista. Ao mesmo tempo, as formas superiores de movimento não são totalmente independentes de suas formas inferiores. Kedrov² comenta que, para Engels, uma classificação das ciências baseada nas formas de movimento da matéria pressupõe um princípio de subordinação das ciências entre si, ao contrário da classificação de Augusto Comte (1798-1857), que, embora tendo algumas semelhanças com a de Engels, baseava-se num princípio de coordenação das diversas ciências entre si.

Relações entre o homem e a natureza

Engels mostrou-se um pensador preocupado com as mais diversas questões sociais, econômicas e políticas. Nesse contexto, não poderia deixar de se interessar pela problemática do homem como parte integrante da natureza. Engels escreveu sobre um assunto que só um século mais tarde viria a se tornar corriqueiro: o problema ecológico.

Na época de Engels, a degradação do meio ambiente ainda não era de expressão universal. No decorrer da primeira revolução industrial, o uso do carvão em larga escala, como principal combustível, deve ter provocado um aumento considerável dos níveis de poluição. Entretanto, seus efeitos nefastos ficavam confinados a áreas mais ou menos restritas do planeta, ao contrário do que hoje presenciamos,

quando os efeitos nocivos da degradação ambiental alcançaram uma escala global.

Engels citou uma série de exemplos das conseqüências da ação indiscriminada do homem sobre a natureza: na Mesopotâmia, terras outrora férteis tornaram-se mais tarde desérticas, devido ao desmatamento; nas regiões montanhosas da Grécia, as cabras conseguiram modificar radicalmente a paisagem vegetal, devorando as plantas nativas; no norte da Itália, a destruição dos bosques de pinheiros das encostas dos Alpes contribuiu para o desaparecimento dos lençóis subterrâneos de água e para a erosão do solo. Engels ressaltou que até então, em geral, a atividade humana só visava a fins imediatos, esquecendo-se de levar em conta as conseqüências futuras. Citava, inclusive, o exemplo do descobrimento da América, que levou à introdução da batata como fonte de alimentação principal das populações européias, especialmente dos trabalhadores; a doença das batatas e, conseqüentemente, a morte de um milhão de irlandeses; a emigração forçada de outros tantos para além mar, em busca de sobrevivência na América. Trata-se de uma cadeia de causas e efeitos que os homens de épocas passadas não podiam prever. O homem não pode se apropriar da natureza como um conquistador estrangeiro, porque ele também é, em última instância, parte dela. A cada pretensa vitória do homem sobre a natureza, ela responde, como que vingando-se dele, fazendo-o ver que não é um ser alheio a ela.

Engels preconizava o surgimento de um novo modo de produção e, concomitantemente, de uma nova sociedade, capaz de superar a alienação e a dicotomia entre o homem e a natureza e de restabelecer a harmonia entre os interesses das pessoas, os interesses da coletividade e a preservação do meio ambiente. O capitalismo, como sistema econômico que visa ao lucro acima de tudo, é incapaz de realizar isso. Só o socialismo pode dar os primeiros passos

nesse sentido. E o comunismo, como etapa superior da sociedade socialista – uma sociedade sem classes antagônicas –, seria a realização dos anseios seculares da humanidade, a superação da alienação entre homem e natureza.

Mais de um século já se passou desde que Engels escreveu sobre o assunto, e o novo sistema, em substituição ao sistema mundial produtor de mercadorias, malgrado as esperanças deixadas pela Revolução de Outubro, ainda não se estabeleceu. Os efeitos nocivos da atividade humana alienada, longe de diminuir, são cada vez maiores. A agressão do homem à natureza apresenta, hoje, um aspecto assustador.

Há grupos sociais interessados em mudar esse estado de coisas. Mas os resultados positivos são ainda pequenos. É preciso que surja uma nova mentalidade, uma nova abordagem das relações entre o homem e a natureza. Mas, para isso, é preciso o estabelecimento de um novo regime político-social, o surgimento de uma nova formação econômica, onde o lucro não seja mais o *leitmotiv*, onde os interesses das pessoas e da coletividade falem mais alto. Afinal, somos parte integrante da natureza. Em um momento da história da natureza, começa a história da humanidade. Depois disso, ambas são inseparáveis.

JOSÉ LOURENÇO CINDRA é professor do Departamento de Física e Química da UNESP - Guaratinguetá, SP.

Notas

(1) Friedrich Engels. *Dialectica da natureza*. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

(2) B. M. Kedrov. *Klassifizierung der wissenschaften*, v. 1. Moscou: Verlag Progress, 1975.

**Novos
Lançamentos**

AMAZÔNIA/CARAJÁS - Na trilha do saque
de Marcos Kowarick, 336 pg. – R\$ 20,00

CADERNOS NEGROS 18 - Contos afro-brasileiros
do grupo Quilombhoje, 80 pg. – R\$ 10,00

LUTA ARMADA - no Brasil dos anos 60/70
de Jaime Sautchuk, 96 pg. – R\$ 10,00

★ ★ ★

SOCIEDADE DOS SOCIALISTAS VIVOS
ensaios contra o neoliberalismo
de Luiz Marcos Gomes

RACISMO À BRASILEIRA - raízes históricas
de Martiniano J. Silva

Pedidos para a Editora Anita Ltda.

Rua dos Bororós, 51 - 1º andar - CEP 01320-020 - São Paulo - SP - Tel.: (011) 605-8150

Bobbio e as dicotomias da modernidade

Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. Norberto Bobbio, São Paulo, Editora Unesp.

Com a simplicidade de estilo e a profundidade de análise que lhe são característicos, Norberto Bobbio acaba de nos propiciar uma brilhante afirmação da persistente e renovada atualidade da dicotomia entre direita e esquerda no mundo contemporâneo. Contra as apressadas e superficiais proclamações em contrário, o pensador italiano mostra, com lucidez, como visões dicotômicas emergem necessariamente de situações de contradição e conflito. Como estas não desapareceram junto com o “campo socialista” em 1989 – até se agravaram –, a polarização direita × esquerda continua sendo estruturadora de posicionamentos fundamentais diante de dilemas e desafios que nos são postos por uma História que teima em não chegar ao fim.

A distinção entre “direita” e “esquerda” não passa, é claro, de metáfora espacial. Mas de mera localização fortuita na disposição dos Estados - Gerais na França às vésperas da Revolução de 1789, ela adquiriu uma conotação motivadora e significativa para os principais atores políticos dos últimos dois séculos. Numa análise que se pretende isenta de juízos de valor (algo que, sinceramente, me parece impossível), Bobbio localiza na postura diante do princípio da igualdade a “alma” da diferença entre os dois alinhamentos – a esquerda tendente a valorizar (e, portanto, a buscar meios para maximizar) o que é igual entre os seres humanos; a direita, a sua diversidade. Se olharmos mais fundo, no entanto, veremos na “alma” dessa “alma” a oposição entre “humanismo” e “anti-humanismo”, ou ainda, entre “universalismo” e “anti-universalismo”. Por isso o resgate da validade da dicotomia direita × esquerda – com a qual estou de acordo – implica, igualmente, um posicionamento crítico em relação ao particularismo pós-moderno tão em voga na atualidade.

O meu endosso da tese fundamental de Bobbio não exclui, no entanto, alguns reparos. Parece-me que o pensador italiano não compreendeu a solução original dada ao problema por Marx – a de propor combater uma desigualdade pela afirmação de outra (fim das desigualdades de classe para permitir o florescimento de desigualdades e diferenças individuais naturais) – confundindo-a com mero igualitarismo. Da mesma maneira, sua complementação da dicotomia direita – esquerda pela díade liberdade – autoridade me pareceu problemática, pois se baseia em uma identificação exclusiva da liberdade com o liberalismo e da democracia com democracia liberal, desqualificando qualquer oposição a estes como “extremismo”. Por fim, seria necessário identificar os contornos concretos assumidos por essa polarização nas realidades brasileira e latino-americana. Aqui, alguns temas tradicionalmente vinculados à direita na

Europa e nos Estados Unidos – por exemplo, a defesa da identidade e soberania nacionais – são hoje patrimônio programático da esquerda. Em relação a isso, a leitura do primeiro capítulo de *Utopia desarmada*, de Jorge Castañeda, pode servir de bom complemento a Bobbio.

Nada disso altera, no entanto, minha apreciação fundamental do livro: trata-se de obra atualíssima, de leitura obrigatória para todos os interessados na política e seus dilemas. E, por falar nisso, na sua opinião, caro(a) leitor(a), o governo Fernando Henrique é de direita ou de esquerda?

Luís Fernandes

Novas possibilidades de debate sobre o marxismo e o Estado

Estado e democracia: ensaios teóricos. Décio Saes, Coleção Trajetória 1, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Unicamp, 1994.

Os leitores da revista *Princípios* já conhecem o trabalho de Décio Saes. A edição de maio/junho/julho de 1991 (nº 21) publicou o sétimo ensaio desta coletânea, dedicado às questões da democracia e do socialismo. Agora, republicamos outro ensaio do livro – o que trata da democracia burguesa. Mas o primeiro volume da coleção Trajetória do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, reunindo outros cinco ensaios, permite uma visão mais abrangente do pensamento do autor, abarcando um período que vai de 1978 a 1993.

Sem fazer concessões de rigor teórico (o que não se confunde com “teoricismo”), alguns ensaios do livro servem de exemplo de como os cientistas políticos podem intervir no debate de conjuntura sem abandonarem sua específica análise teórica.

Os dois exemplos mais evidentes desse tipo de intervenção talvez sejam os trabalhos sobre Monarquia e sobre Parlamentarismo e Presidencialismo, ambos escritos no período que antecedeu o plebiscito de abril de 1993.

Décio Saes critica o emprego dos termos Monarquia (e República) para designar tipos de Estado ou formas de Estado, propondo-se a desvendar a articulação da “Monarquia” com a estrutura do Estado burguês e sua função política. Sugerindo uma definição de forma de governo como “modos específicos de investidura do chefe de Estado” (124), o autor estabelece uma analogia – que mereceria maior desenvolvimento – entre a “relação ideológica de fidelidade do ‘povo’ ao Monarca” e a relação de dependência dos camponeses para com o senhor no feudalismo (128). Essa relação produziria efeitos ideológicos próprios (através da articulação da consciência do súdito com a consciência de cidadania), que contribuiriam para estimular a apatia polí-

RESENHAS

tica e dificultar a mobilização popular, “ao implicar a submissão pessoal dos membros do ‘povo’ ao Monarca” (134). Por isso, a Monarquia nada tem de “disfuncional” para o Estado burguês: seu funcionamento é favorável à conservação deste.

O texto sobre Presidencialismo e Parlamentarismo começa com o questionamento sobre os termos “governabilidade” e “estabilidade” políticas, ainda hoje predominantes no debate brasileiro. Evitando esses critérios – pois “governabilidade” e “estabilidade” garantem a dominação política capitalista (142) – e seguindo, portanto, um caminho diverso daquele de Aldo Arantes na *Princípios* nº 37, Décio Saes se pergunta qual dos dois sistemas de governo garante mais espaço para a politização das massas populares (143), favorecendo a emergência de crises de governo “positivas” (para as classes dominadas, 147). Sua opção é pelo Parlamentarismo, menos sujeito a golpes de Estado (148), e que valoriza mais a “instância partidária em detrimento das lideranças individuais” (147). Já o Presidencialismo contribui mais para ocultar o poder da burocracia de Estado ofuscado pela figura de um indivíduo (o Presidente), o que induz à “esperança infundada de que transformações sociais profundas ocorram através da ação individual de um membro extra-burocrático do aparelho do Estado burguês” (144). Passados o *impeachment* de Collor e o plebiscito de abril de 1993, a eleição de Fernando Henrique Cardoso parece confirmar uma das teses do texto: o presidencialismo personaliza a ação política das lideranças partidárias, ocultando o seu “conteúdo econômico-social” (145)... Afinal, os dois Fernandos, a despeito de traços psicológicos diferentes, defendem o mesmo programa.

A partir desses comentários sumários, talvez seja possível avançar na apreciação do conjunto de ensaios: o autor consegue conciliar rigor teórico com uma clara tomada de posição na perspectiva das classes dominadas e do movimento operário.

O ensaio “Socialismo e democracia”, já citado, insere-se nesse contexto. Embora a editoria da revista *Princípios* tenha errado ao alterar seu título à revelia do autor (11), o texto oferece uma análise que ajuda o leitor a reconhecer a superioridade da democracia socialista. Interessado em debater com a esquerda marxista, o autor acentua a importância de se extrair “todas as lições políticas possíveis da observação do passado” (181). Mas o ensaio vai além, propondo elementos para a construção de um conceito de democracia proletária e de Estado proletário, tendo como centro a postulação do desaparecimento do Estado como meta fundamental, através de destruição do burocratismo, simplificação das tarefas estatais e sua contínua transferência para o conjunto de trabalhadores.

Entre os vários pontos do texto que merecem o mais amplo debate, destacaria brevemente alguns:

1) Ao propor o “mínimo denominador comum do programa socialista proletário” calcado na “socialização efetiva dos meios de produção”, “construção de uma sociedade sem classes”, “ataque à divisão capitalista do trabalho” e “desestatização crescente das práticas administrativas” (188), o autor não acaba apresentando um “programa máximo”, já que de sua realização resulta o comunismo?

2) Ao formular – de forma bastante original e interessante – a vigência de um “pluripartidarismo limitado” no socialismo, admitindo a emergência de um “sistema de partido dominante” (188 - 189), Décio Saes desqualifica sumariamente a defesa de representação política da classe operária por um único partido, a pretexto de não haver “nenhum argumento teórico” que a sustente, sem fazer qualquer referência a bibliografia sobre o assunto.

3) Ao analisar as liberdades políticas no socialismo, o autor reconhece apenas reticência (ou hostilidade) de parte das classes populares ao projeto socialista – podendo elas, entretanto, ser conquistadas pelos resultados da construção socialista (190) –, mas desconhece a resistência das antigas classes exploradoras.

4) A interessante sugestão de substituição, na organização interna do aparelho de Estado, “do critério burocrático-capitalista da competência administrativa [...] pelo critério democrático-socialista da representatividade política” (192) mereceria maior análise.

Ao recuperar as formulações do filósofo francês Etienne Balibar sobre o processo de desestatização socialista, Décio Saes sugere, implicitamente, um amplo trabalho de pesquisa a ser realizado: o de buscar nas primeiras experiências socialistas (União Soviética, China, Albânia) as manifestações concretas de transferência das atividades estatais para as massas trabalhadoras.

Também o ensaio “A democracia burguesa e a luta proletária” é um exemplo de contribuição na polêmica teórica – sem intenção acadêmica (152), calcado em preocupações com as posições da oposição operária e popular na luta contra o regime militar.

Porém o aspecto principal dos sete ensaios reunidos na Coleção Trajetória 1 é o de demonstrar as possibilidades de desenvolvimento da teoria marxista do Estado, particularmente na análise do Estado burguês.

Norberto Bobbio, por exemplo, atribui ao marxismo uma “concepção negativa do estado”, o que prejudicaria enormemente o desenvolvimento de aspectos importantes de uma teoria do Estado. Assim, o estudo sobre as formas de governo estaria praticamente inviabilizado. (Ver Norberto Bobbio, *A teoria das formas de governo*, UnB, capítulos V e XIII.) Ora, ainda que Décio Saes não tenha como objetivo fornecer conceitos acabados – e menos ainda uma teoria – sobre *forma de governo* e *sistema de governo*, o autor apresenta, nos ensaios sobre Monarquia e sobre Parlamentarismo,

RESENHAS

mo e Presidencialismo, resultados consideráveis sobre as possibilidades de uma tal empreitada.

Mas o principal ensaio do livro é “O conceito de Estado burguês”, que mereceria, por si só, um comentário à parte, em que se procurasse discutir o emprego que o autor faz das formulações do cientista político greco-francês Nicos Poulantzas, e também de Max Weber sobre a burocracia. Destacaria resumidamente duas questões que talvez fossem de maior interesse para os leitores da revista *Princípios*.

A recuperação da problemática marxiana da correspondência entre *tipos diferentes de relações de produção e de Estado* (16 - 18) oferece instrumentos de análise não só para o estudo do Estado burguês, mas também para a investigação de outros tipos de Estado. Ou seja: a caracterização última de Estado proletário e socialista não deve ser buscada nos discursos oficiais dos dirigentes de Partido, mas na definição do tipo de relações de produção dominante na formação social em questão. Exemplos interessantes de análise das relações de produção em sociedades pós-revolucionárias podem ser encontrados em Charles Betelheim, *As comunas populares*; no laudatório *Revolução cultural e organização industrial na China*; e, ainda, em Miklós Haraszti, *Salaire aux pieces, ouvrier dans un pays de l'Est*.

Na análise da estrutura jurídico-política do estado burguês, caracterizada pela presença do direito burguês, do burocratismo e da representação popular, Décio Saes retrabalha elementos fornecidos pelo livro de Poulantzas, *O poder político e as classes sociais* (principal livro do autor, lamentavelmente não analisado no artigo de Luís Fernandes da revista *Princípios* n° 21, O comunismo e o Estado). Essa análise talvez forneça os principais argumentos críticos na discussão com a teoria liberal de Estado, especialmente a tão difundida “teoria dos três poderes”, pois desvenda o papel central da burocracia na definição e implementação da política de Estado, elevada pelo autor à condição de “centro de poder”, nos ensaios sobre sistema de governo e democracia socialista (144, 187).

Mais dois ensaios completam a coletânea. Em *Do Marx de 1843-1844 ao Marx das Obras Históricas: duas concepções distintas de Estado*, o autor demonstra com êxito a existência de duas concepções antagônicas de Estado no seio da obra do próprio Marx. Em “Coronelismo e Estado burguês: elementos para uma reinterpretação”, Décio Saes revela a funcionalidade desse fenômeno político ainda hoje presente no Brasil para o estado burguês, contribuindo para desorganizar as classes dominadas e unificar a classe dominante.

Sem ter sido lançado por uma grande editora e sem contar com espaço na mídia, *Estado e democracia: ensaios teóricos* é um convite aos ativistas, militantes políticos e estudiosos que buscam originalidade na análise marxista do Estado.

Luciano Cavini Martorano

Lacuna preenchida

Tecnologia e industrialização no Brasil – Uma perspectiva histórica. Shozo Motoyama (org.), São Paulo, Editora Unesp, 1994.

O livro reúne diversos artigos elaborados nos marcos de um projeto de pesquisa, de mesmo nome que o livro, desenvolvido pelo Centro de História da Ciência da USP ao longo de um período de dez anos. O principal atrativo do livro está na carência brasileira de estudos sobre a relação entre indústria e tecnologia, no que pese a abundância de estudos sobre o primeiro destes aspectos. Conforme Motoyama, “parece que os que falam sobre a industrialização entendem, em geral, a tecnologia mais como um dado importante, mas não como uma variável enformadora do próprio processo industrial. Uma percepção melhor parece faltar também àqueles que discutem a tecnologia”.

Os estudos apresentados são ainda heterogêneos quanto à extensão abrangida, tanto em termos cronológicos quanto em termos geográficos. O mais extensivo versa sobre a indústria da construção civil, tendo recebido oito dos dezesseis artigos, elaborados por Milton Vargas, Júlio Katinsky e Marilda Nagamini. Outros capítulos, dedicados às “novas tecnologias e desenvolvimento industrial brasileiro”, revelam as vicissitudes associadas ao nosso desenvolvimento científico e tecnológico em áreas-chaves, como projetos espaciais, energia nuclear e informática. Compreendendo tecnologia como conhecimento científico aplicado à técnica, característica que só emergiu claramente em sociedades capitalistas ao longo do século XIX, os autores evidenciam que a chamada “transferência tecnológica” só tem chances de ocorrer se o país que recebe tiver quadros técnicos e científicos, além de condições de infra-estrutura capazes de promover a assimilação da nova tecnologia. Daí que modernização tecnológica seja indissociável de políticas estáveis para educação e ciência. Os estudos realçam também que as vicissitudes nestas políticas estão associadas à nossa tradição cultural “prático-imediatista” bem como às oscilações, nos sucessivos governos federais, entre tendências com certas preocupações nacionalistas e tendências voltadas abertamente para o aprofundamento da nossa dependência, com um largo predomínio, no tempo, desta última.

O estudo coordenado por Motoyama evidencia assim que a possibilidade de uma modernização tecnológica na sociedade brasileira passa pela existência de um poder nacional digno deste nome, isto é: mais do que tendências nacionais isoladas em certos governos, carecemos de um projeto nacional soberano constituído em poder político, capaz, por exemplo, de entabular negociações com vistas a transferências tecnológicas reais, associadas portanto ao nosso desenvolvimento – cultural, educacional e científico – soberano.

RESENHAS

Além dos setores industriais e tecnológicos já citados, o livro aborda também a siderurgia, energia elétrica, indústria química, indústria metal-mecânica e biotecnologia. Parece-nos uma lacuna significativa a ausência de estudos sobre prospecção e exploração de petróleo, bem como sobre telecomunicações.

O livro condensa resultados de pesquisa com o devido rigor acadêmico, sem preocupações conjunturais. Contudo, por ironia da história, ele é publicado em um momento político no qual as pretendidas reformas constitucionais propugnadas pelo governo Fernando Henrique desdenham as lições da nossa história tecnológica e industrial e apontam para um aprofundamento da dependência. Ironia tanto maior porque são reformas propugnadas pelo governo de um dos nossos maiores intelectuais, que, até por dever de formação profissional, deveria levar em conta as lições da nossa pesquisa histórica.

Olival Freire Jr.

Heróis do povo

Luta armada – no Brasil dos anos 60 e 70. Jaime Sautchuk, São Paulo, Editora Anita, 1995.

A legitimidade do uso da força para modificar situações políticas ou mudar a sociedade é reconhecida há séculos. Em plena Idade Média, Tomás de Aquino, um dos padres da Igreja, dizia não ser pecado lutar contra governos tirânicos. A Constituição norte-americana de 1787 registra idêntico direito, e mesmo os militares que deram o golpe de Estado de 1964 no Brasil admitiram, de forma indireta, a legitimidade do uso da força ao registrar, no preâmbulo do Ato Institucional nº 1, que “a revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte, se legitima por si mesma”.

O exercício desse direito no Brasil pós-64 é o tema de *Luta armada – no Brasil dos anos 60 e 70*, publicado pela Editora Anita, de autoria de Jaime Sautchuk, jornalista veterano, ligado à imprensa popular desde *Opinião e Movimento*, em plena resistência contra a ditadura.

Logo de saída, Jaime adverte que sair por aí dando tiro a esmo não é luta armada. Ela é um instrumento de luta política, de mudança social, e só tem sentido num contexto mais amplo, quando outros instrumentos são ineficazes ou impossíveis, ou quando a desagregação social e política está muito avançada e trata-se de demolir o poder antigo e erigir um novo em seu lugar. Ela implica, assim, a existência de uma organização política e de um programa de mudanças econômicas e sociais cuja implantação exige variados instrumentos de luta política – entre eles a insurreição armada.

Jaime procura definir o que é luta armada. Conta sua história – de maneira sumária – no Brasil e no mundo. Caracteriza a variada forma em que ela se apresenta, desde o banditismo social de Robin Wood ou Lampião até as lutas

do século XX, com o objetivo de construir um sistema social superior, mais avançado que o capitalismo.

O livro descreve as organizações que participaram da luta armada no Brasil, entre 1960 e 1970, os programas que elas defendiam e, finalmente, seus protagonistas.

Seus personagens são Che Guevara, Mário Alves, Carlos Marighela, Carlos Lamarca, Eduardo Leite (o “Bacuri”), Joaquim Câmara Ferreira, José Porfírio, Osvaldo Orlando Costa (o “Osvaldão”), Dinalva Oliveira Teixeira (a “Dina”), Maurício Grabois e muitos outros que viveram e morreram em defesa da causa do povo brasileiro.

Sob a ditadura, esses homens e mulheres tiveram o estigma de bandidos, foram perseguidos e sua luta foi enxovalhada como criminosa pelo regime militar e por seus arautos nos meios de comunicação. Mesmo hoje, depois do fim dos governos militares e da abertura de uma nova página democrática na história do país, ainda existe quem insista em ver aquela luta como aventureirismo, voluntarismo, caracterizados pela desorganização e improvisação.

Sem dúvida, foram cometidos muitos erros táticos e estratégicos. Erros de avaliação. Erros de conduta política. Erros quanto à segurança das organizações – e estes foram trágicos: a infiltração policial quase sempre resultou na destruição de muitas das 50 organizações de esquerda que existiram no país e no assassinato de seus dirigentes e militantes. No balanço daquele período, pode-se aprender com os erros cometidos. Eles permitem uma compreensão melhor do país, de sua história, do comportamento de seu povo. Hoje, podemos saber que muitas daquelas ações foram erradas porque, postas em prática, muitas teses e programas então defendidos revelaram-se inadequados para a revolução brasileira. Muitas ações podem ser consideradas equivocadas, mas fizeram parte do doloroso aprendizado histórico da esquerda brasileira.

Aqueles homens e mulheres foram a vanguarda da luta política em nosso país, foram os políticos que, de armas nas mãos, defenderam os interesses da classe operária e dos trabalhadores em geral. Que sustentaram, muitas vezes com o sacrifício da vida, a causa da soberania e da independência nacional. Que, nas condições adversas da ditadura terrorista, não deixaram morrer o sonho utópico de acabar com a exploração capitalista.

Para os militares, foram criminosos; para o povo brasileiro, têm um lugar de destaque na história. Ao lado de outros que, em seu tempo, também foram “criminosos”, mas que ficaram consagrados como heróis de nossa gente – Filipe dos Santos, Ajuricaba, Zumbi, Sepé Tiaraju, Tiradentes, Pedro Ivo, Frei Caneca, Luíza Mahin, Eduardo Angelim, Manoel Balaio e muitos mais – fazem parte do patrimônio comum de todos os que lutam pela democracia e pelo socialismo no Brasil.

José Carlos Ruy



DIFERENÇA NÃO É
FORMA SÓ DE



PRINCÍPIOS

A DIFERENÇA É
CONTEÚDO

Nome _____

Endereço _____ Fone _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Assinatura anual (4 edições) - 30,00

Assinatura bianual (8 edições) - 55,00

Assinatura especial (9 edições: 5 passadas + 4) - 45,00

Brindes: Em qualquer assinatura, um livro. Em 4 assinaturas, você ganha a quinta. Em 2 assinaturas, você ganha 1 camiseta da PRINCÍPIOS.

Mande cheque nominal com seus dados. Se preferir ligue ou escreva dando nº de cartão Credicard e vencimento. Ou telefone para que enviemos a revista junto com boleto bancário.

Editora Anita Ltda. - R. dos Bororós, 51 - 1º andar - CEP.: 01320-020 - São Paulo - SP - Tel.: (011)605-8150

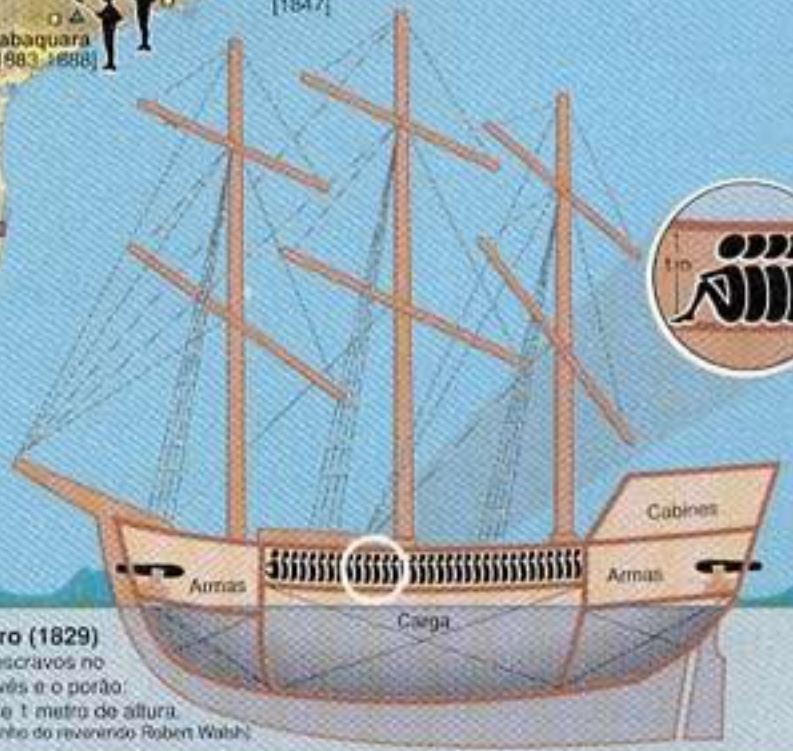
MAPA DOS QUILOMBO

20 de novembro, 1695-1995, 3º centenário de Zumbi dos Palmares, morto em combate pela libertação dos escravos. Palmares nunca esteve sozinho — e não está. Milhares de quilombos, grandes e pequenos, abrigaram a chama da rebeldia contra a escravidão. Milhares de heróis do povo viveram e morreram pela liberdade. Somos, com muito orgulho, filhos de Zumbi. Continuamos a sua luta.



- Legendas**
- Quilombos
 - Grandes quilombos (cada guerreiro mil moradores)
 - Área de Palmares
 - ▲ Povoações remanescentes de quilombos, em luta pelas suas terras
 - Insurreições, revoltas
 - Insurreições abafadas
 - [Datas de início e destruição]
 - Topônimos atuais:
 - com nome Quilombo
 - com nome Mocambo
 - Outros países onde houve quilombos

Homenagem do Partido Comunista do Brasil



Navio negreiro (1829)
transporta 562 escravos no vão entre o convés e o porão; 113 m² de área e 1 metro de altura. (com base no desenho do reverendo Robert Walsh)

Mapa de Ferrnaciã Anty apalms em pesquisa de Diogo Moura